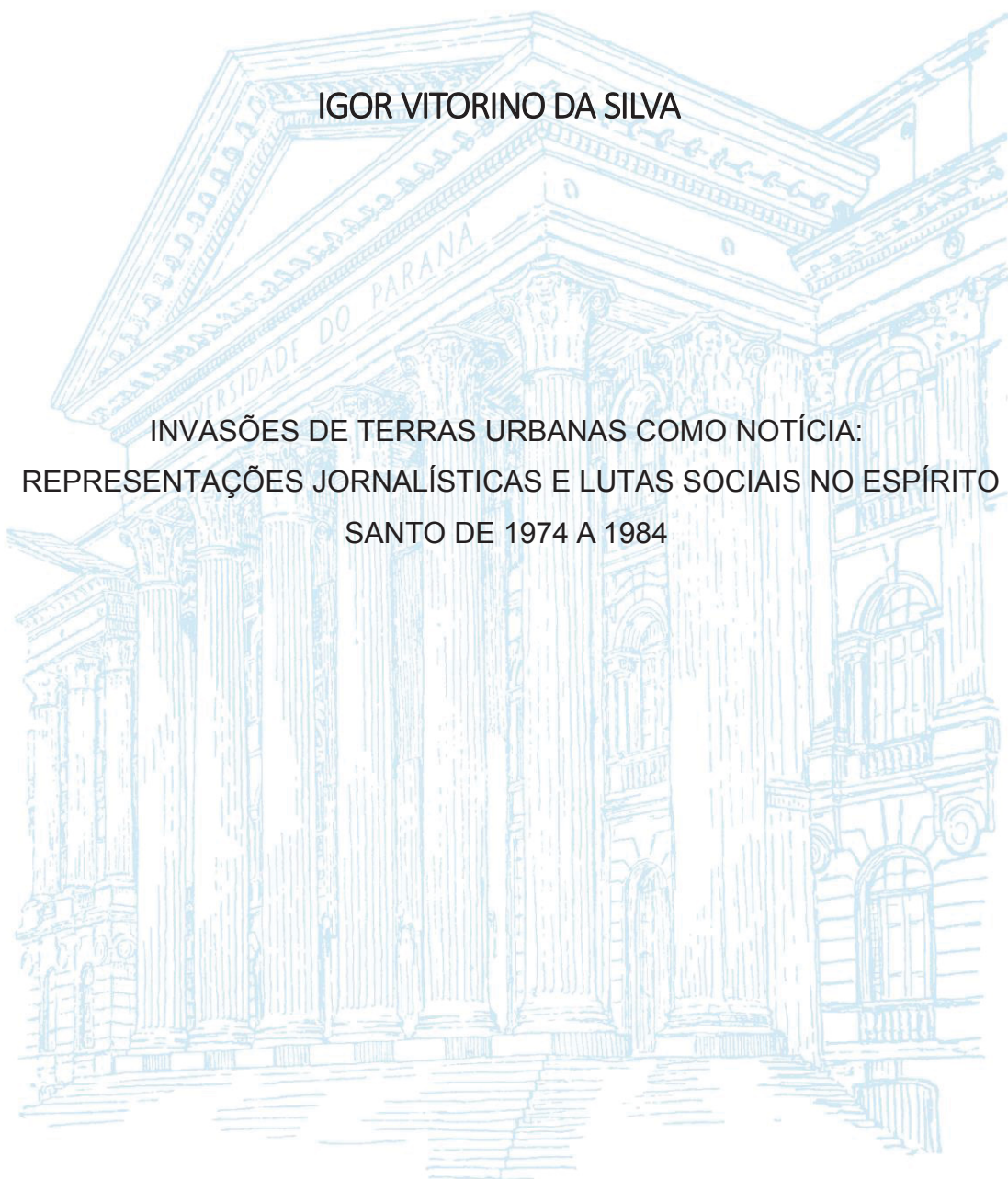


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IGOR VITORINO DA SILVA

INVASÕES DE TERRAS URBANAS COMO NOTÍCIA:
REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS E LUTAS SOCIAIS NO ESPÍRITO
SANTO DE 1974 A 1984



CURITIBA - PR

2018

IGOR VITORINO DA SILVA

INVASÕES DE TERRAS URBANAS COMO NOTÍCIA:
REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS E LUTAS SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO
DE 1974 A 1984

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro

CURITIBA - PR

2018

Catalogação na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Silva, Igor Vitorino da

Invasões de terras urbanas como notícia: representações jornalísticas e lutas sociais no Espírito Santo de 1974-1984 / Igor Vitorino da Silva. – Curitiba, 2018.
236f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná.

1. Invasões de terras - Solo urbano - Espírito Santo - 1974-84.
2. Invasões de terras - Notícias - Jornalismo - 1974-84. 3. I. Título.


CDD 307.76098152

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IGOR VITORINO DA SILVA**, intitulada: **INVASÕES DE TERRAS URBANAS COMO NOTÍCIA: REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS E LUTAS SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO DE 1974 A 1984.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 03 de Setembro de 2018.


LUIZ CARLOS RIBEIRO(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


REINALDO LINDOLFO LOHN(UDESC)


MARCOS GONÇALVES(UFPR)



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho que se estendeu por longos anos da minha vida, a minha Mãe, às estrelas e astros da minha vida: Virgem da Penha, Gelza; Ima; Penha; Ignês; Thomé; Seu Zé; Célia Regina; Arnaldo Paschoal; Maje Borgo; Gelson; Lucy; Felicidade; Paulo Penha; Deni; Olga; Theia; Vitorino; Varlene; Maria Monteiro; Gentil; Dino e Zimã.

AGRADECIMENTOS

Como agradecer às pessoas sem esquecer alguém?

Tenho dificuldade de decorar nomes e foram inúmeras pessoas que insistiram para que eu retomasse este trabalho acadêmico o qual eu queria muito que não tivesse dimensão biográfica profunda, que a valorização subjetiva e ideológica fosse tão imediata de modo que fosse apenas mais um grau no caminho árido da vida acadêmica brasileira.

(Eta utopia da vida militante!)

Entretanto, para mim, este trabalho se transformou num fantasma que me perseguiu desde 2005 e hoje está finalizado, graças à paciência e ao espírito laborioso do professor Luiz Carlos Ribeiro, grande orientador e disciplinador. Posso afirmar que ele foi meu grande Natã¹ especialmente nas conversas francas e diretas e eu lhe agradeço profundamente. Guardo no coração para sempre cada palavra, pois com elas aprendi (a tentar) melhor escrever, pensar no leitor e na dimensão estrutural do trabalho.

Além disso, cito amigos e amigas que insistiram para eu não desistir. Os nomes mencionados representam uma constelação. Não há páginas suficientes para que caibam todos:

- Leandro Quintão, Felipe Sellin, Camila Lobino, Fábio Candotti, Ueber Oliveira, Fabio Araújo, Marcelo Pedra, Cláudio Aparecido da Silva (*in memorian*), Leonardo Borges Reis, Camila Lobino, Magna Rosa, Fabiola Cândido, Raphael Monteiro, Bruno Moura, Tiago Alves, Vera Martinelli, Rafael Barcellos.

Não posso me esquecer das minhas grandes mestras e dos mestres: Maria da Penha Smarzaro Siqueira, Rossana Mattos, Ana Clara Torres Ribeiro (*in memorian*), Josely Medonça, Regina Bostulim, Corina Ramos, Roseli Boschilia, Henri Ascerald, Linderval Monteiro, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro e Roberto Cimó que sempre me foram vagalumes nessa escuridão que tem sido a minha vida no campoacadêmico brasileiro.

Além disso não sei como pagar-lhes e agradecer pela decisão da leitura e os debates dos tortuosos rascunhos desta dissertação à Giane Giacon, Ana Maria,

¹ Do Idioma Hebraico: Significa “Presente”, “Dádiva”, etc.

Felipe Comitre, Olinto Simões, Thais, Natália Luiza, Elaine Dal Gobo, Romany, Jovana, Jeanine, Patrícia, Magdinha, Carol Veroneze, Carlos Alberto Feitosa Perim, Miriam Cardoso e Luci Iachinski que me orientavam nas explosivas reelaborações e me lembravam que se tratava apenas de uma dissertação, que tinha que segurar mais a mão, elaborar mais a organização das ideias, como continuamente me repetia o professor Luiz, que deve ter sido quem mais sofreu nesse processo.

Também tem minha profunda gratidão o Campus Pinhais-IFPR que me permitiu tempo hábil para a produção deste trabalho, assim como o Programa de Pós-graduação em História da UFPR, na figura da secretária Maria Cristina Parzowski, que me orientou pelos caminhos dos prazos e das normas acadêmicas, para os quais não sou, infelizmente, bem disciplinado e atento.

Enfim, obrigado àqueles que sofreram com minhas reclamações e dúvidas diárias: meu compadre e amigo Jefferson Araújo, Lilly Souza, amiga Cirlei Farjado, Go Vermelha, e aquela mais que amiga e bem colorida, Tamara da Silva.

Além disso, não posso me esquecer de uma pessoa especial que foi uma das principais agentes políticas dos acontecimentos discutidos neste texto na Região do bairro São Pedro – Vitória – ES, a militante e ocupante Graça Andreatta. Ela discutiu comigo as angústias da pesquisa durante o processo, inclusive contestou o uso da categoria “invasão”. Com ela aprendi, assim como com a grande Maria Clara, fundadora da primeira entidade de luta pela moradia naquele estado, a busca cotidiana por indivíduos e grupos organizados que pleiteavam a dignidade política, defesa dos direitos sociais e, em especial, o direito à moradia.

Ainda agradeço aos colegas da pós-graduação que me ajudaram a continuar a jornada acadêmica nas conversas dos intervalos das longas disciplinas obrigatórias e nas dúvidas que nasciam na construção da pesquisa:

Marcio Marchioro; Rogério Pereira Cunha; Maurício Ouyama; Gerson Pietta; Izabella Bertoni; Karen; Maria Rosângela; Leandro de Paula; Andressa Lopes de Oliveira; Caroline Aparecida Guebert; Fabiane Furquim; Tamyres Zimmer; I Scheifer; Gilvani Alves de Araujo, Evander Ruthieri e Rhuan Zaleski.

Além disso, amplio meus agradecimentos, ainda, aos pesquisadores que se dedicaram à conservação e pesquisa das memórias e acontecimentos sobre o Regime Militar e o processo de redemocratização no Espírito Santo, assim como ao Arquivo Público do estado Espírito Santo, ao grupo “Ecos de Gaby”, que guarda os arquivos de Padre Gabriel Meire, e à biblioteca online do Instituto Jones Santos

Neves, que disponibilizou digitalmente todos os dossiês sobre o processo de urbanização auxiliando profundamente essa pesquisa.

Por fim, agradeço às divindades, entidades que me protegem, especialmente à Virgem da Penha, São Benedito, meu Anjo da Guarda e todos os povos das matas e das ruas, assim como às almas santas benditas, que abriram meus caminhos no percurso deste trabalho acadêmico.

Saravá a todos os Exus, Pretos e Pretas velhos, obrigado Pai Joaquim e Pai João. Do mesmo modo, agradeço à casa Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda – ASSEMA, que segue na luta e resistência religiosa e cultural.

Epígrafe I

Cresciam os casebres filhos da precisão mais agoniada. Não tinham como pagar aluguel de casa ou quarto [...]. Ali, pelo menos, tinham o mar e as areias, a paisagem de coqueiros. Era uma gente necessitada, [...] mais pobres de todos os pobres, um povo sem eira nem beira, vivendo de biscates e de trabalho pesado, mas nem por isso deixavam-se vencer [...], colocavam-se acima da miséria, não se entregavam ao desespero, não eram tristes e sem esperança. Ao contrário, superavam sua mísera condição e sabiam rir e divertir-se. [...] O batuque do samba gemia nas noites de tambores. Os atabaques chamavam para a festa dos orixás, os berimbaus para a brincadeira de Angola, a capoeira.

Jorge Amado.²

² *A Invasão do Morro do Mata Galo*, (1965, p. 214-5)

Epígrafe II

[...]

*Construímos nossa maloca,
Mas um dia, nós nem pode se lembrá,
Veio os homis c'as ferramenta,
Que o dono mandô derrubá.*

*Pegemos tod'as nossas coisa,
E fumo pro meio da rua,
Preciá a demolição.*

*Que tristeza que nós sentia,
Cada táuba que caía,
Doía no coração.*

[...]³

Adoniran Barbosa

³*Música - Saudosa Maloca – 1951 – (Gravação - Odeon 1978 – Original de 1955)*

Epígrafe III

Muito mato, cobras e fome. Este foi o quadro vivido por mais de 500 famílias no início do ano passado, quando foram levadas para a Fazenda Itanhenga, propriedade do Governo do Estado. Elas estavam espalhadas por várias invasões – duas na Serra, (uma Carapina e outra em Taquara II), duas em Vitória (antigo cemitério de Santo Antônio e Joana D’Arc), uma na Vila Velha (Colégio Marista) todas sem êxito, marcadas por repressão policial, queima de barracos e espancamentos.⁴

Tião Barbosa

⁴Jornal A Gazeta, 1983:5

RESUMO

Esta dissertação de mestrado discute o modo como a imprensa capixaba tratou as invasões de terras urbanas na região da Grande Vitória, no estado Espírito Santo, nos anos de 1974 a 1984. A partir da análise e discussão das representações construídas e acionadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* apontamos as disputas, ambiguidades sociais e políticas que atravessavam as condições de produção, circulação e difusão das notícias no contexto da Redemocratização Política (1974-1985) e da modernização da imprensa escrita capixaba, destacando o uso da representação do invasor necessitado. Dessa maneira, reconhecemos a atuação social e política dos periódicos na compreensão dos problemas urbanos não apenas como intermediários ou “porta-vozes”, neutros e imparciais, dos distintos interesses sociais e políticos que configuravam a localidade, mas como parte constituinte da produção da compreensão social e das tomadas de decisão política em torno do fenômeno urbano das invasões de terras urbanas, especialmente ao transformá-lo em notícia a partir das gramáticas e lógicas do campo jornalístico. Para isso, foram selecionadas como fontes históricas, notícias e reportagens dos jornais investigados por intermédio da metodologia da análise de conteúdo, a partir das quais identificamos estratégias discursivas e narrativas operadas na construção das notícias, tendo como referência a contextualização social, cultural e política do processo de produção e circulação daquelas, assim como a inserção delas na rede da sociabilidade e nas relações de força que envolviam jornalistas e empresas de comunicação.

Palavras-chaves: invasões de terras urbanas, representações jornalísticas, lutas sociais

ABSTRACT

This dissertation discusses how the Capixaba press treated the invasions of urban lands in the region of Greater Vitória in the state of Espírito Santo, from 1974 to 1984. From the analysis and discussion of the representations constructed and activated by the newspapers *A Gazeta* and *A Tribuna* are pointed out the disputes, social and political ambiguities that crossed the conditions of production, circulation and diffusion of the news in the context of Political Redemocratization (1974-1985) and the modernization of the written press in Espírito Santo, highlighting the use of the representation of the needy invader. In this way, we recognize the social and political performance of the journals in the understanding of urban problems, not only as neutral or impartial intermediary or "voice", of the different social and political interests that shaped the locality, but as a constituent part of the production of social understanding and political decision-making around the urban phenomenon of invasions of urban lands, especially when transforming it into news from the grammars and logics of the journalistic field. For this, we selected historical sources, news stories and newspaper reports investigated through the methodology of content analysis, from which we identified discursive and narrative strategies operated in the construction of news, with reference to the social, cultural and political contextualization of the process of production and circulation of those, as well as their insertion in the network of sociability and in the relations of force that involved journalists and communication companies.

Keywords: urban land invasions, journalistic representations, social struggles.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DA MANCHA URBANA DA GRANDE VITÓRIA.....	24
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS DESPEJOS E INVASÕES PELA GRANDE VITÓRIA NOS 1980.....	60
FIGURA 3 – DIAGRAMAÇÃO DE PÁGINA IMPRESSA.....	67
FIGURA 4 – SOLO EXAURIDO.....	116
FIGURA 5 – PALAFITA EM SÃO PEDRO(1983).....	120
FIGURA 6 - NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL INVASORES DE TERRA.....	137
FIGURA 7 - ATA DO MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DO ARIBIRI - VILA VELHA.....	193
FIGURA 8 – FOLHA DA PERIFERIA.....	195

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE AS INVASÕES DE TERRAS URBANAS NA REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA – ES.....	145
--	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA REGIÃO DA CIDADE DE VITÓRIA, 1940-1991.....	52
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA E POR MUNICÍPIO NA GRANDE VITÓRIA NO ANO DE 1977... ..	54
TABELA 3 -GRANDE VITÓRIA (1980) ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS.....	58
TABELA 4 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E PESSOAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA.....	61
TABELA 5 - CONFORTOS ASSOCIADOS À VIDA URBANA MODERNA POR DOMICÍLIOS.....	65

LISTA DE SIGLAS

AVES – Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
Bandes - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM- Banco Mundial
BNH- Banco Nacional de Habitação
CDDH da Serra – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra
CDM - Comissão de Direito a Moradia
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CJP - Comissão Justiça e Paz
Civit - Centro Industrial de Vitória
Cobal - Companhia Brasileira de Alimentação
Coca - projeto Comunicação Capixaba
CODEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico
Cohab-ES - Companhia Habitacional do Espírito Santo
Conam - Confederação Nacional das Associações de Moradores
CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DOPS-ES - Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo
ES - Espírito Santo
EBTU-Empresa Brasileira de Transporte Urbano
Fams - Federação das Associações de Moradores da Serra
Famopes - Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo
FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo
Fundap - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
Funres - Fundo de Recuperação do Espírito Santo
Gerca - Grupo de Recuperação Econômica da Cafeicultura
Geres - Grupo Executivo de Recuperação do Espírito Santo
GV - Grande Vitória

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inocoop - ES - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

FJSN - Fundação Jones dos Santos Neves

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONGs - Organizações Não Governamentais

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PMC - Prefeitura Municipal de Cariacica

PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMS - Prefeitura Municipal da Serra

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

PROMORAR - Programa de Erradicação de Sub-moradia

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PR - Partido Republicano

PRP - Partido de Representação Popular

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SEBES - Secretaria do Estado do Bem-Estar Social

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

Suppin - Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial

ST - SEM TÍTULO

UDN - União Democrática Nacional

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UVV - Universidade de Vila Velha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	MODERNIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA – ES, QUESTÃO HABITACIONAL, INVASÕES DE TERRAS URBANAS	44
2	IMPrensa, JORNALISTAS E PODER: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO CAPIXABA NOS ANOS 1970 E 1980.....	62
2.1	A GAZETA E A TRIBUNA - COMO TUDO COMEÇOU?	68
2.2	CAMPO JORNALÍSTICO CAPIXABA: PROFISSIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E PODER.....	75
2.3	CENSURA E AUTOCENSURA NA IMPRENSA CAPIXABA NOS ANOS 70 E 80	96
2.4	A IMPRENSA CAPIXABA E A PAUTA LOCAL: A MISSÃO JORNALÍSTICA	108
3	INVASÃO DE TERRAS URBANAS COMO NOTÍCIAS: BUSCA DE ONDE MORAR.	126
3.1	INVASÕES DE TERRAS URBANAS - “PROBLEMAS OU POLÊMICAS” NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS.....	143
3.2	A REPRESENTAÇÃO DO INVASOR NECESSITADO OU DO OCUPANTE NECESSITADO PELA ESFERA PÚBLICA CAPIXABA.....	179
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
	FONTES PRIMÁRIAS	205
	FONTES SECUNDÁRIAS	212
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E PESQUISADA	216

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado, investigamos como os jornais do estado do Espírito Santo tratavam as invasões de terras urbanas nos anos de 1974 a 1984, tendo como foco de análise as representações produzidas e acionadas pelos periódicos *A Gazeta* e *A Tribuna*. A partir dessas análises, tentamos compreender como foram transformadas em notícias, considerando o contexto de modernização da imprensa e de redemocratização do país⁵.

Neste trabalho não buscamos reconstituir os movimentos sociais urbanos, estratégias sociais e políticas que constituíam os sujeitos das invasões de terras urbanas, mas sim como foram apropriadas pela imprensa, transformaram-se em notícias e interferiam nas lutas sociais que se configuravam na Grande Vitória⁶.

Preocupamo-nos em problematizar como a imprensa, enquanto prática social, ao 'informar sobre a cidade' não fazia isso isoladamente, sendo parte dos sujeitos e instituições por meio de diferentes usos e representações, produziam uma rede de significações hegemônicas, movediças e ambivalentes, que impulsionavam, em grande medida, a produção de experiências urbanas comuns, tanto quanto ações, projeções, usos, imagens e rituais sobre o espaço urbano.

Com isso, discutimos como esses meios de comunicação lidavam com os argumentos morais e sociais apresentados pelos sujeitos políticos para justificarem demandas e ações deles, investigando o uso da representação do invasor necessitado.

Percebemos a partir da análise dos textos jornalísticos coletados, que a produção e o uso da representação do invasor necessitado, se fazia a partir da figura do migrante pobre, desvalidado, "ingênuo", deixado à própria sorte frente à insuficiência de renda, ausência de qualificações educacionais e profissionais exigidas pelo mercado de trabalho em modernização, ao desamparo dos familiares, esgotamento da ajuda social e de parentes. O migrante era vítima da ganância dos

⁵É reconhecido no campo historiográfico e das ciências políticas como o período de transição da Ditadura Militar para a Nova República. Ver: KINZO, Maria Dalva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo: **Perspectiva**, 2001, vol. 15, n° 4, p. 3-12; RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já**: O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁶Para conhecer um inventário sobre os movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 1980 ver: SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

interesses imobiliários, político-partidários e da negligência do poder público⁷.

Assim, premido pela urgência da situação trágica em que vivia, ele não encontraria outra saída a não ser invadir terrenos públicos e privados. Era vítima indefesas da pobreza urbana e das promessas de prosperidade econômica em voga, à época. Por essa imagem regulava-se atenciosa e detalhadamente a legitimidade social e política das invasões de terras urbanas. Do mesmo modo avaliavam-se discursos, ações dos sujeitos envolvidos e apelavam-se às autoridades públicas soluções para os acontecimentos.⁸

Ao usarmos a expressão “invasão de terras urbanas” para designar as ações coletivas de apropriação de terras urbanas públicas e privadas nas cidades brasileiras, não desconsideramos a dimensão estigmatizante e criminalizante que as envolvia na época, assim como o efeito negativo sobre a problematização dos conflitos sociais no Brasil. Entretanto, mantivemos o uso desse léxico social e político, pois era utilizado e apropriado não apenas pelos jornalistas nos textos, como também por grande parte dos atores sociais e políticos envolvidos naquele conflito social.

No caso particular da Grande Vitória, assim como nas cidades de Salvador – BA e Brasília – DF, usava-se a palavra invasão como sinônimo de favela, demarcando uma certa forma de apropriar-se do espaço urbano, indicando áreas das localidades que surgiram a partir da ocupação de propriedade privada ou pública e destituída de ordenamento urbanístico e edifício⁹.

Além disso, reconhecemos que no interior desse campo político, social e jurídico, na década de 80, orientando-se pela ação pedagógica e política dos setores progressistas da Igreja Católica, movimentos sociais e de assessorias, emergiu a

⁷No jogo de títulos do texto jornalístico, percebemos a força da representação do invasor necessitado: PAIVA, Cida. A miséria sob ameaça de despejo: Itacibá. *A Tribuna*, Vitória, ES, 12/02/1983, p.5, c.3-5; FAMÍLIAS invadem mais uma vez área de Itacibá. *A Tribuna*, Vitória, ES, 20/01/1983, p.6, c.4 e 5

⁸COUTINHO, Glecy. Angústias da periferia em tempos de crise. *A Gazeta*, Vitória, ES, 09/03/1983, p.1, c.1-5.; LIEVORI, Suely. Sonho de casa própria está se transformando num pesadelo. *A Tribuna*, Vitória, ES, 28/07/1981, p.12, c.1-4.; LIEVORI, Suely e CHIABAI, Silvia Raquel. Comunidades da Serra lutam para escapar à desagregação urbana; COIMBRA, Ubervalter. Veja como é a vida no Morro de São Benedito. *A Tribuna*, Vitória, ES, 08/02/1981, sp., c.1-3.

⁹O escritor Jorge Amado intitulou de *A invasão do morro do Mata Gato ou Os amigos do povo* a terceira parte do seu livro *Pastores da Noite* em que narra a história da ocupação do morro do Mata Gato em Salvador demonstrando o uso costumeiro da categoria invasão na cidade de Salvador. AMADO, Jorge. *Os Pastores da Noite*. São Paulo: Editora Martins, 1964. O texto foi filmado por Marcel Camus na qual teve destaque a batalha de conquista do Morro do Mata Gato e o assassinato de Jesuíno Galo Doido durante a resistência do despejo, lançado em 1976. CAMUS, Marcel. *Os Pastores da Noite*. Filme. CAMUS, Marcel, FONSECA, Mira, PITANGA, Antônio, VIANA, Maria. Rio de Janeiro: Paris, 1976. Duração 02h47min.

noção de ocupação como a afirmação política do acesso à terra e à moradia como direito natural, direitos sociais e direitos humanos, revestindo de legitimidade social e política as lutas sociais pela moradia e pelo solo urbano.

Esse processo político-social e jurídico acabou transformando as invasões de terras urbanas em mecanismo de promoção de direitos coletivos, por isso seriam ocupações, sustentadas na defesa dos direitos naturais os quais cabia ao Poder Judiciário, segundo a militância política e intelectual da época, promover, rompendo com a tradição positivista e abstrata que configurava os tribunais brasileiros¹⁰.

Cabe lembrar que é justamente a suposta dimensão delituosa, realçada pela imprensa, destacada nos seus aspectos coletivos, que fez com que as invasões de terras urbanas ganhassem as páginas dos jornais investigados, destacando-se as dimensões políticas e sociais do termo, visto que os protagonistas das ações se esmeravam em justificá-las moral e politicamente, colaborando com a representação do invasor necessitado¹¹.

Percebemos tal situação na militante Graça Andreatta, liderança das invasões na região de São Pedro – Vitória, ao contestar o uso da categoria “invasor”. Embora ela recorra à representação de “ocupante”, reiterando a dimensão de desamparo social e político, seu conteúdo era sinonímico ao operado pela imprensa quando da representação de invasor necessitado, o que se discute com mais afinco no capítulo dois:

Se é sua opinião que eram invasores, sou não. Colocar entre aspas, pois para os aguocupantes era “ocupação” [...] por migrantes expulsos do campo pela cana de álcool, o eucalipto e a pecuária, tendo como chamariz para a cidade o “Milagre Econômico”.

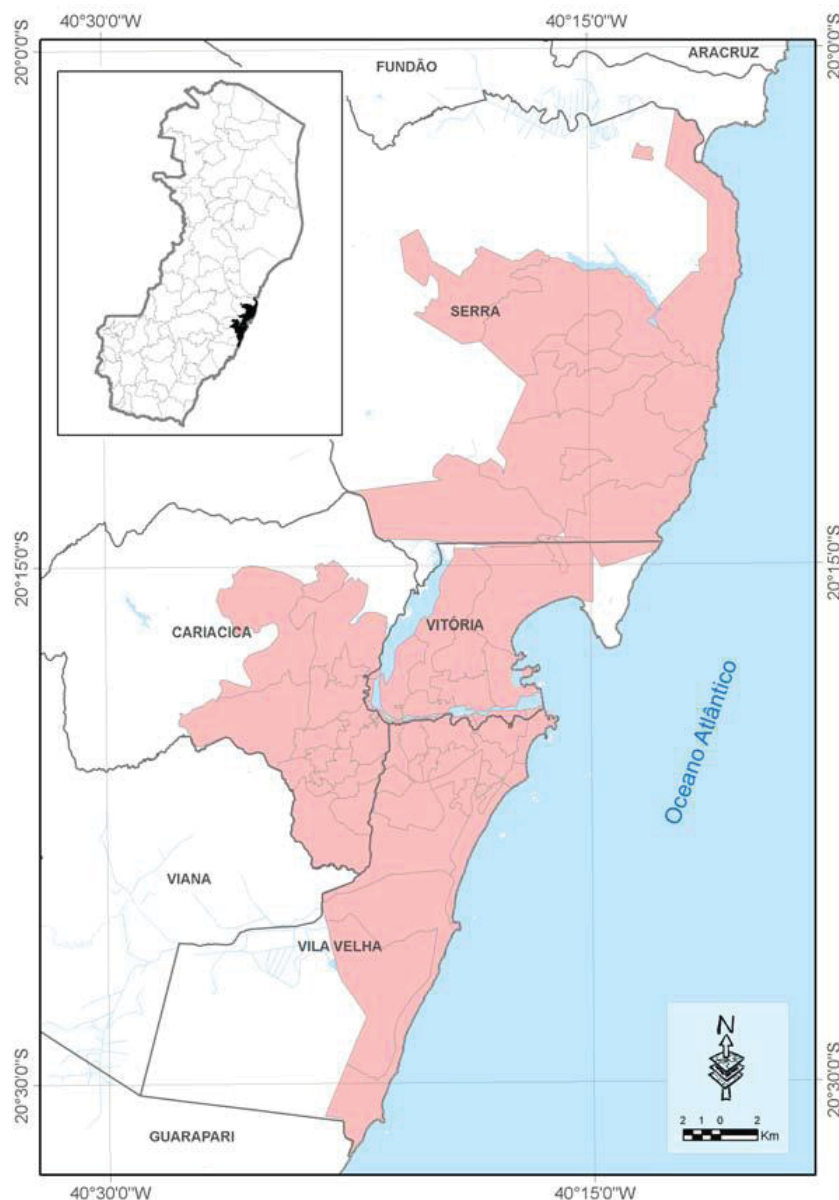
Usou em dois parágrafos seguidos a expressão os “invasores necessitados”. Ser invasor para nós é ofensa, ser necessitado não, pois não somos os culpados. Talvez fosse melhor usar as glebas de migrantes, os desempregados, os ocupantes [...] ¹² - (SIC).

¹⁰ As estudiosas Angela Gordinho-Seuza e Maria Raquel Mattoso Mattedi apontam que na cidade de Salvador – Bahia as invasões coletivas constituíam-se em prática rotineira de urbanização popular e de solução para a crise da moradia local, onde a 'categoria invasão' era usada como referência socioespacial, na hierarquia urbana soterometropolitana. GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do Habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2004. MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFBa, Salvador, 1979;

¹¹ PREFEITO denuncia invasões de terras. A Tribuna, Vitória – ES, 25/07/1975, p. 3; INVASÃO terreno termina em tiroteio. A GAZETA, Vitória – ES, 09/03/1981, s/p.

¹² ANDREATA, GRAÇA. Desculpe a demora. Disponível em: < <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=w#search/mglandreatta%40gmail.com/1645d82c7bb88513> >. Recebido em: 02.06.2018.

FIGURA 1 – MAPA DA MANCHA URBANA DA GRANDE DE VITÓRIA-ES



FONTE: IPES, 2005, p.2

A partir desse quadro, o interesse investigativo pelas representações jornalísticas sobre as invasões de terras urbanas inscreve-se no reconhecimento da importância para a compreensão do papel da imprensa nas lutas sociais que marcaram os anos de 1970 a 1980, destacando-se sua participação ativa na dinâmica dos conflitos sociais, para além de mera intermediária ou porta-voz isenta dos problemas urbanos, mas como parte do processo de compreensão social¹³.

¹³ WILLIAMS, Raymond. Imprensa e cultura popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História: História e Imprensa**, São Paulo, n. 35, p. 15-26, dez. 2007.

No final da década 70, a região da Grande Vitória¹⁴ no Espírito Santo passava por intensas transformações sociais, econômicas e políticas. Nas páginas da imprensa local, além das expectativas com a prosperidade econômica, destacavam-se os problemas urbanos que acometiam a região, sintetizados na denúncia do “crescimento urbano acelerado e desordenado”. Nesse caso, reconhecia-se, de modo alarmista e catastrófico, a presença de “bolsões de miséria” na Grande Vitória, que eram apontados, pela literatura acadêmica e por relatórios técnicos públicos à época, como uma das principais contradições urbanas imposta pelo processo de modernização capixaba, que se aprofundava nos anos 70, pautado pela industrialização de bens intermediários, modernização agrícola e pelo intenso fluxo migratório.

Acreditava-se que os “bolsões de miséria” eram formados pela população pobre migrante que chegava à Grande Vitória em busca de novas oportunidades de trabalho e que, ao não ser compatível com a reprodução de vida digna nas cidades, impulsionava o crescimento das invasões de terras urbanas que se expandiam por terrenos públicos e privados da localidade.

Havia nos jornais capixabas uma atenção especial sobre os temas sociais e urbanos, tais como crise habitacional, menores abandonados, criminalidade, corrupção e violência policial, acompanhando, nesses termos, o clima de redemocratização política que agitava o país (1974 a 1985) e o contexto de conscientização política, em relação à pobreza e desigualdade social. Tal direcionamento das notícias transformou a denúncia em missão social e exercício de cidadania nos jornais, tendo como justificativa a bandeira política da emergência da sociedade civil brasileira.¹⁵

Cabe lembrar que nesse período, com a expansão do mercado editorial e ampliação do público escolarizado, afirmou-se o romance-reportagem e jornalismo-denúncia como prática jornalística compreendida como base angular do processo democratização e estratégia de conquista de sucesso editorial.¹⁶

¹⁴A região da Grande Vitória no período aqui investigado constituía-se, conforme os documentos técnicos produzidos pelo governo do estado Espírito Santo, pela mancha urbana que se espalhou pelos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana, tendo como centralidade a capital Vitória. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950 - 1980.** Vitória: EDUFES, 2001, p. 98.

¹⁵SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁶“Na fase de redemocratização do país, assumiu uma grande importância na imprensa o chamado “denuncismo”, termo que se refere à facilidade de denúncias sem investigação ou evidências suficientes, com o predomínio da notícia sensacional, a narração de uma história dramatizada, em

Tais gêneros jornalísticos eram tomados como trincheira no fortalecimento da luta democrática. Era a imprensa alternativa que, em militância aberta contra a Ditadura Militar, contava com a intensa colaboração de jornalistas, independentemente de orientação político-ideológica, especialmente com a publicação de textos que eram proibidos nos jornais reconhecidos como a “grande imprensa”.¹⁷

Nessa situação, a problemática das invasões de terras urbanas ganhou as páginas dos jornais das grandes cidades do país.¹⁸ Sua caracterização como coletivas, organizadas, incontroláveis, perigosas e massivas era, também, o que justificava a atenção jornalística, dando-lhe aspecto de atualidade.

Essas ações coletivas, por vezes, foram associadas, pelos órgãos de segurança estatais, às ações clandestinas de comunistas ou políticos aproveitadores. Ademais, eram compreendidas social e politicamente como uma face das mazelas sociais do país, ao lado das periferias, dos cortiços, loteamentos clandestinos e favelas, aguçando a curiosidade jornalística e a dos leitores de jornais.

A partir de uma forte mobilização política e intensa cobertura jornalística, as invasões de terras urbanas foram utilizadas para debater a política social da época e politizar os problemas urbanos que se expandiam pelas grandes cidades¹⁹. Tais

que o registro dos fatos não é feito com isenção. ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. In: **Estudos Históricos**, Mídia. Nº 31, 2003/1, p. 25 – 40. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2003, p.33

¹⁷“Grande Imprensa” é categoria político-ideológica usada no jornalismo pelos periódicos da chamada “imprensa nanica”, a partir dos anos 70, para identificar grandes conglomerados de comunicação que monopolizavam a produção, circulação e distribuição da comunicação no Brasil, destacando o intenso controle político-ideológico e vínculos sociais, políticos e econômicos como os poderes instituídos e hegemônicos. Para discussões mais detalhas consultar: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 21; KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

¹⁸ Para uma análise detalhada da imprensa no contexto da Ditadura Militar, os impactos econômicos e políticos na dinâmica do campo jornalístico do período, sugiro que se leia: SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

¹⁹ Ver: LEITÃO, Gerônimo. Barbante, Ripas e Luta. **Ocupações organizadas de terras urbanas no Rio de Janeiro**, 1983-1993. Niterói: Eduff, 2015; GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. 2ªed.São Paulo: Loyola, 2001, pp.103-170; pp.193-210; AMMANN, Safira B. **Movimento Popular de Bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez Editora, 1991; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. Heliópolis: o percurso de uma invasão. 1991. 215f.Tese (Livro - Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.; MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade brasileira** ... também nas cidades. Disponível em:<http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_terrano sociedade brasileira.pdf>. Acesso em:10 dez.2016, p.2-3; MARICATO, Ermínia. Loteamentos Clandestinos. **Módulo-Revista de Arte, Cultura e Arquitetura**, setembro de 1980, p.90-94, p. 91.; RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade**: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco:

acontecimentos urbanos alimentavam mais ainda o contexto de incertezas e insegurança política do processo de redemocratização brasileiro, em especial, com o retorno das eleições diretas (1982) e com as vitórias dos partidos de oposição à Ditadura Militar.²⁰

Muitos jornais percebiam a invasão de terras urbanas como resultado da cumplicidade de governos oposicionistas e suas estratégias de negociação política orientadas pela ideia de participação popular, o que acabava sugerindo que aqueles estavam alimentando o “caos urbano” das grandes cidades. No caso do Rio de Janeiro, a acusação política tinha alvo crítico: a atuação do governo Leonel Brizola e o abandono das políticas de remoção de favelas.²¹

Nesta dissertação, escolhemos os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta* como objetos de investigação pelo prestígio social e político que possuíam na vida social capixaba, transformando-se tanto em foco de visibilidade desejado e valorizado como de credibilidade e repercussão sobre a opinião pública. A relevância local e regional desses jornais permitia que os diferentes atores sociais e políticos os tomassem como referência jornalística e os buscassem nas suas estratégias de visibilidade política e social.²²

Durante a pesquisa encontramos diversos recortes de textos jornalísticos desses periódicos, reproduzidos em jornais alternativos, tais como *Ferramenta* e

FFCLH, 2009.Disponível em:<
http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/livro_arlete_procuralugar.pdf>. Acesso em: 10 fev.2017; SOUZA, João Carlos de. **A luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUSC, 1995.

²⁰ ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

²¹Rodolfo Pinheiro Moraes, num trabalho pioneiro acompanhou o posicionamento da imprensa carioca, em especial, editoriais, relações às invasões de terras urbanas, ação do governo no processo de negociação, mediação social e política. Também, Jaime Antônio Sardi, fez um trabalho em perspectiva histórica, no qual evidenciou a ação do poder público em relação às invasões coletivas e como a imprensa se comportou, em relação a tal fenômeno. MORAES, Rodolfo Pinheiro de. **Intervenções governamentais sobre movimentos de invasões de terrenos urbanos: estudo de casos no município do Rio de Janeiro em 1983**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 1988. SARDI, Jaime Antônio. **Filhos da Terra**. Uma saga paulista. Estudo de caso sobre invasão de terra urbana. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV, 1987.; LIMA, Gisele Oliveira de. Movimento baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976). 101f.Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

²² MARCOLINO, Eliana; GONÇALVES, Gabriela & SACH, Leiliane. Análise Do Tema Saúde/Doença Nos Jornais Capixabas: A Gazeta e A Tribuna. In: Disponível em: http://www.projetoaradix.com.br/arq_ar_tigo/XI-03.pdf. Acesso em: 20 jun.2012, p. 3-4; MARTINUZZO, José Antônio. Impressões Capixabas 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do ES, 2005.

Boletim Gente, do setor de comunicação da Arquidiocese de Vitória ou, até mesmo, no jornal alternativo *Posição*,²³ que realçavam a credibilidade social e profissional das notícias ali vinculadas.

Além disso, deve-se considerar que no período investigado *A Gazeta* e *A Tribuna* constituíam em importante espaço de oportunidade de trabalho para jornalistas, editores, gráficos e fotógrafos, influenciando profundamente no reconhecimento profissional e social daqueles.²⁴

De fato, em torno dessas duas grandes empresas jornalísticas constituíram-se as mobilizações por melhores condições de trabalho e aumentos salariais, resultando na criação do Sindicato de Jornalistas que teve intensa participação na oposição à Ditadura Militar e na articulação dos movimentos sindicais, culturais, políticos e populares²⁵.

No campo jornalístico entre os anos 1970 e 1980²⁶, teórica e praticamente, reivindicava-se o caráter público da imprensa e sua importância na afirmação da esfera pública e do controle social do Estado. Essa perspectiva liberal, que se aprofundou durante o processo de democratização brasileira, manifestava-se nas campanhas de profissionalização e modernização da imprensa, com a busca obsessiva pela imparcialidade e objetividade do texto jornalístico²⁷.

No caso particular da palavra impressa, mesmo reconhecendo-se o fenômeno do analfabetismo, deve-se levar em consideração as articulações dessa com as demais formas de comunicação, como a televisão e o rádio, que, no caso do período investigado se encontravam em franca expansão e reorganização a partir da agregação via favores políticos da Ditadura Militar, de redes de comunicações sob a lógica da integração nacional e da luta pelo controle da política distensionista²⁸.

²³Jornal alternativo capixaba (1ª fase, 10/1976 a 04/1979 e 2ª fase, 05/1979 a 09/1979) que teve mais de 60 edições, deixou de circular por questão financeira, dispersão de apoiadores e de articuladores com o fim da censura e a decretação da anistia política (1979). RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia**. 173 f. Dissertação (Mestrado de História). UFES, Programa de Pós-graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Públicas: Vitória, 2005, p. 49-79.

²⁴ MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

²⁵ROCHA JUNIOR, José Carlos. A campanha pelas Diretas Já! no Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de Oliveira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs). **O estado do Espírito Santo e a ditadura** (1964 – 1985). Vitória: GM, 2014, p. 217 a 242.

²⁶BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

²⁷Sobre o impacto do processo de profissionalização do campo jornalístico e as redefinições de fronteiras com a literatura, recomenda-se o seguinte texto: COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel: escritores jornalistas no Brasil, 1904 a 2004**. Companhias das Letras, 2005.

²⁸Conjuntos das ações táticas e estratégicas acionadas pelos Governos Militares no sentido abertura política e retorno das instituições democráticas no Brasil. O cientista político Adriano Codato chama

Os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, como exemplo do que viemos argumentando, eram o centro da produção de notícias de uma rede de comunicações de televisão e rádio (*Rede Gazeta* e *Rede Tribuna*) o que ampliava as possibilidades da circulação e repercussão da palavra impressa. Além disso os jornais impressos disseminavam-se pelas redes de boatos e informações generalizadas que envolviam diferentes e inúmeros espaços de sociabilidade pelos quais circulavam, passando pela rede de fontes dos jornalistas; sindicatos; partidos políticos; igrejas; escritórios; lojas; bares; barbearias; bancas de jornais; jornaleiros e demais circuitos de difusão das ideias e notícias.

Inclusive, não se pode esquecer que atuavam nessa enorme rede de circulação de informações as repartições públicas e casas de assinantes, por onde passavam e eram lidos os periódicos, assim como a ascensão no campo político de diversos jornalistas aos poderes legislativos e executivos, fosse como assessores de comunicação ou propriamente políticos, reforçando a importância dos periódicos catalizadores de queixas sociais e políticas.²⁹

Não empreendemos investigação sobre rádio e sua inserção nas invasões de terras urbanas, devido ao curto tempo de pesquisa para a produção desta dissertação, assim como por dificuldade de localização, seleção e organização das fontes fonográficas. Também, seria impossível nos marcos dos prazos estipulados para esta dissertação a formação da rede de informantes e a coleta de depoimentos orais de antigos trabalhadores, além do necessário levantamento bibliográfico do estado da arte e de metodologia em torno desse tipo de fonte histórica.

Entretanto, podemos inferir pela análise dos textos jornalísticos que diversos radialistas capixabas, no período investigado, tiveram projeções político-eleitorais

atenção para importância da mobilização da sociedade civil nesse processo de abertura política, realçando o quanto foi influente, mais no seu ritmo do que no seu curso. Também, os historiadores Carlos Fico e Maria Dalva Kinzo(2001) chamam a atenção para o fato de que as mobilizações influenciaram não somente o ritmo, mas também o curso da transição negociada. O que é importante nessas observações é que elas reconhecem a importância da mobilização política e social da sociedade civil no contexto da abertura como elemento que interferiu no jogo político e na ação dos atores em disputa.; FICO, Carlos. Brasil: transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). Violência na história: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012, pp. 25-37; CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. Revista de Sociologia e Política, nov. /2005, n° 25, p. 83-106.

²⁹Historiadores como Marco Morel; Isabel Lustosa; Lúcia Maria Bastos P. Neves; Gladys Sabina Ribeiro; Maria Helena Capelato; Marcello Basile; Robert Darton; Peter Burke; Tânia Regina de Luca; Marialva Carlos Barbosa; Arlette Farge; Bernardo Kucinski; Ana Luiza Martins; Nelson Werneck Sodré, Maria Aparecida Aquino e Beatriz Kushnir, recomendam que na investigação histórica é fundamental rastrear as redes sociais e políticas que envolvem a empresa jornalística e fazer jornalísticos, problematizando o lugar na constituição da esfera pública e nas tramas políticas.

com êxito, especialmente os envolvidos em serviços de assistência social e solidariedade, dos quais muitos beneficiados eram moradores de invasões de terras urbanas, inclusive gerando campanha de angariação de materiais para a construção de moradias, em grande maioria de madeira, que ficaram conhecidos como barracos, ou palafitas, quando construídos sobre o mangue.

Tomamos como recorte temporal os anos de 1974 a 1984. Esse período, do ponto de vista regional, foi marcado por intensas transformações sociais e políticas, em especial o processo de modernização econômica, caracterizado pela urbanização acelerada, a industrialização retardatária e por intensas mudanças na estrutura social capixaba.³⁰

Nessa circunstância, emergiram diversas invasões de terras urbanas que ganharam as páginas dos jornais:

a) **Vila Velha:** Despejo da favela Salamim(1977); Invasão Ilha dos Ayres(1979); Despejo em Santa Mônica(1979); Invasão e despejo em Alecrim(maio/1979); Despejo Colônia de Pesca em Itapuã(1979); Maristas-Sítio Batalha (1979); Santa Rita (1960-1984); Canal Bigossi-Soteco (1961-1973) e Alecrim/Vila Garrido (1977); Aribiri(1982-1983).

b) **Cariacica:** Flexal (1979), Invasão Rio Bonito; Rio Marinho (1980); Cemitério em Cariacica (1981); Rosa da Penha(1980-1982); Itacibá(1983); Porto Santana (1960-1980);

c) **Vitória:** São Pedro (1977-1984); Morro de São Benedito(1960-1970); Obras Pavonianas (1981); Joana D'arc (1981); Morro do Romão (1982); Andorinha (1981); Cemitério de Santo Antônio (1981).

d) **Serra:** Despejo Concheiras (1978) Invasão de Sossego; Taquara II (1980-1982); Eurico Salles (1982); Carapina (1982); Invasão do Meio(1980), Invasão São Patrício/Jacaraípe(1980).

e) **Viana:** marcado, especialmente, por loteamentos irregulares ou clandestinos.³¹

Desse modo, na região da Grande de Vitória, como no resto do país, vivia-se um clima de intensa transformação política, eleitoral e partidária, marcada pelo crescimento da oposição política e pela emergência de ações coletivas (movimentos

³⁰PEREIRA, Valter Pires e MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas:** Memórias da Resistência ao Golpe de 1964, no Espírito Santo. Vitória: Flor e Cultura. 2005.

³¹O loteamento clandestino é processo de ocupação sem nenhum tipo de cumprimento da normativa urbanísticas, edilícia e jurídicas. O loteamento irregular eram os processos de ocupação em que o loteador possui alguma inconformidade legal não cumprida em relação as normas urbanas e edificação.

de moradores, movimento sindical e movimento rural, dentre outros).

Nesse quadro, os governos e políticos locais, independentemente do espectro político-partidário, passaram a dar mais atenção a problemas sociais que se expandiam, mantendo grande preocupação com o avanço da oposição e cuidado com a opinião pública, visto o cenário de grande competitividade eleitoral num contexto de expansão dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), o que dava às matérias jornalísticas sobre as invasões de terras urbanas um forte tom político.

Os governos estaduais de Élcio Alvares (1975/1979), Eurico Rezende (1979/1983) e Gerson Camata (1983/1987), acompanharam de perto o processo de invasões de terras urbanas, oscilando entre as ações públicas que iam da captação de recursos junto ao Governo Federal à indiferença em relação às ações de despejo efetuadas pela Polícia e ordenadas pelo Poder Judiciário, passando por assistencialismo, clientelismo, repressão policial ou até mesmo pelo apoio dissimulado à prática de invasão de terras urbanas.

Tais ações políticas, ademais, respondiam, de um lado, ao avanço das forças de oposição política, lideradas inicialmente pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, depois pelo Partido dos Trabalhadores-PT com ação social da Igreja Católica pela Comissão de Justiça e Paz (1976)³² ou Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-Fase, que envolviam a defesa dos invasores e posseiros de terras urbanas.

De outro lado, o caráter massivo coletivo e organizado das invasões de terras urbanas impedia o controle político tradicional como acontecia anteriormente com o aprofundamento da urbanização, a partir do intenso processo de migração, de valorização imobiliária e fundiária da região da Grande Vitória.

Observamos que os governadores Élcio Alvares e Eurico Rezende, como inferimos de textos jornalísticos, esmeravam-se em construir uma imagem pública de exitosos promotores da política habitacional capixaba por grande altruísmo social. O primeiro fez do Programa de Lotes Urbanizados - Proliburb sua grande propaganda de governo; já o segundo aproveitou-se do Programa de Erradicação de Favelas-PROMORAR.³³

³²GURGEL, Antonio de Pádua (coord). **A Comissão Justiça e Paz no Espírito Santo**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007

³³Marcus André B. C. Mello aponta que as políticas criadas pelo Banco Nacional de Habitação

Essa busca de proximidade das camadas populares por parte desses dois tradicionais políticos, explicava-se pelo cenário de redemocratização e valorização do voto, assim como pela cizânia política imposta por aqueles na celebração dos seus nomes para o cargo de governador durante as eleições indiretas de 1979 e na disputa sobre a definição de quem seria o candidato pelo Partido Democrático Social-PDS nas eleições diretas de 1982.

Com a vitória do Partido Movimento Democrático Brasileiro-PMDB em 1982, foi eleito governador Gerson Camata (1983-1987). Em seguida à sua posse no governo (1983), diversos apoiadores de invasões de terras urbanas alçaram cargos públicos e mandatos políticos passando de condição de militância para a situação representantes políticos, experimentando questionamento da imprensa capixaba sobre o passado histórico da defesa de invasões de terras urbanas, à posição política que negligenciava e combatia tais práticas.

Outros políticos foram condenados por insistência e apoio – mesmo estando em mandato político – às invasões de terras urbanas que se consolidavam no olhar da imprensa e da opinião pública como o motor do crescimento desordenado do espaço urbano da região da Grande Vitória.

Ainda dentro do recorte temporal investigado, a partir de 1974 o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da política nacional de habitação popular, buscou corrigir o não atendimento do *déficit* habitacional que se acumulava entre trabalhadores mais pobres. Além disso, realizou diversas reformulações políticas, no sentido de responder às demandas por serviços urbanos (água, energia, transporte, dentre outros), da urbanização e de melhorias nas favelas, o que significou certo recuo na política oficial de remoção, aproveitando-se do apoio técnico e financeiro de inúmeras agências internacionais.

No contexto nacional, seguia-se o processo de redemocratização e de modernização da imprensa dentro de um cenário de convergência social, em torno da ideia de transformação social e defesa da cidadania, representada nas lutas pela democracia e oposição ao autoritarismo no qual as mobilizações sociais reveladas nas invasões de terras urbanas, por exemplo, ganhavam o debate público.

buscavam responder ao crescimento de conflitos fundiários, expressado nas invasões de terras urbanas, que se expandiam pelo país. A política habitacional empreendida até aquele momento não conseguia responder. MELO, Marcus André B. C. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. In: **Revista de Administração Municipal Rio de Janeiro**, v. 36, nº 191, p. 44-57, abr-jun, 1989.

Do mesmo modo, apontamos como a modernização da imprensa foi um processo complexo, conflituoso, recheado de reversões e transformações da empresa jornalística e da cultura jornalística, marcado por disputas pela sua monopolização, que envolvia o ajustamento às lógicas de mercado, ao processo de racionalização e mecanização advindo das mudanças tecnológicas (telex, parques gráficos, fax, introdução do sistema de computadores, transmissão de dados, regulamentação profissional, segmentação dos jornais em cadernos, espacialização do trabalho, competição, agilidade, departamento de pesquisa).

No caso do período investigado aqui, tal processo significou transformações na imprensa brasileira frente à emergente sociedade de massas que nasceu do processo de modernização econômico/social dos anos 70. Também, representou a redefinição de fronteiras profissionais aprofundando a separação do jornalismo da literatura e do direito³⁴.

Por outro lado, reações à expansão do rádio e da televisão levaram a mudanças no processo de produção dos textos jornalísticos (emergência dos manuais de redação, ideias da neutralidade, objetividade, isenção, relação com as fontes), entendido como mais técnico e racional, dirigido à sociedade de massas, tendo como principal alvo as emergentes camadas médias urbanas (a notícia como produto e mercadoria).³⁵

Tais eventos culturais, econômicos e políticos foram compreendidos por muitos jornalistas naquele período como degenerescência do jornalismo brasileiro, de anulação da figura do leitor na cultura de massa e subordinação das empresas jornalísticas ao poder dos anunciantes em que a perspectiva do entretenimento e o sensacionalismo passaram a vigorar como práticas recorrentes do jornalismo

³⁴A busca da objetividade no campo jornalístico está envolvida na luta pela segurança jornalística para evitar a contraposição jurídica e danos financeiros de “empresas jornalísticas”, ou seja, a luta pela credibilidade. Isso gerou o que Gaye Tuchman chama de “ritual estratégico”, como uso de fontes, escrita impessoal, ausência de qualificação, que contribuíram para a construção da imagem dos jornalistas como comunicadores desinteressados, de um texto sem sujeito, supostamente espelho da realidade. TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson (Org). Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. Disponível em: <<https://agnesufop.files.wordpress.com/2017/05/gaye-tuchman-a-objetividade-como-ritual-estrategico.pdf>>. Acesso em: 10 jul.2017

³⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970”. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bressone P. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006., p.433-434; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Cantarela Letícia. (Org). **História da Comunicação**: experiências e perspectivas. 1ªed.Rio de Janeiro: Mauad X, 2014 p.163-196.

comercial³⁶.

Em relação ao processo de modernização da imprensa capixaba, viveu-se um tempo rico de experimentações redacionais, visuais e editoriais, assim como a intensificação profissional do jornalismo, fosse pela criação do curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Espírito Santo (1975), ou pelo processo de organização política e sindical (Associação dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, Sindicato de Jornalistas Profissionais, Clube dos Repórteres, Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, Associação dos Jornais do Interior do Espírito Santo, Congressos Estaduais de Jornalistas – de 1981 e 1984) trocas de experiências em cursos, viagens e formações, em jornais cariocas e paulistas, dos quais se destacavam *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*³⁷.

Além disso, o fortalecimento da gestão empresarial dos periódicos, em especial *A Gazeta* e *A Tribuna*, significou uma profunda transformação no perfil do campo jornalístico capixaba, principalmente com a afirmação do jornalismo televisivo local impondo mudanças culturais, sociais e políticas no processo de formação e exercício do jornalismo local, em que a vida boêmia, a escrita literária e as incursões político-partidárias passaram a ser vistas como entraves à realização do “jornalismo profissional”.³⁸

Não podemos esquecer as conexões político-econômicas dos grupos empresariais e seus impactos nas dinâmicas do trabalho jornalístico considerando-se o contexto de redemocratização e as lutas políticas que marcavam o período o que fazia, inclusive, que grupos políticos alinhados à Ditadura Militar acusassem, por exemplo, o jornal *A Tribuna* de reduto de comunistas, visto que empregava alguns jornalistas com filiação partidária de esquerda. Tal estigma político talvez tenha estimulado o atentado à bomba à sede do jornal, evento esse que se acreditava na época tivesse sido executado por um grupo extremista local de direita e que destruiu boa parte de seu acervo.

³⁶ROXO, Marco. O Diabo e o diploma. Como a difamação do passado pode ajudar no jornalismo do presente. In: SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Cantarela Letícia. **Op. Cit.**, p.197-223.

³⁷Para entender as relações de poder na produção da comunicação, em especial no campo televisivo, sugere-se a leitura: Pierre Bourdieu. **Sobre a Televisão**, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 57. SOARES, Renato. O jornalismo atual no Espírito Santo. In: MELO, José Marques de. & GALVÃO, Waldimas (Org.). **Jornalismo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1984, p. 113-129; PESSALI, Hésio. A imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, ano 9 (28):7-21, 1984.

³⁸BRITTES, Juçara Gorski (Org). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EDUFES, 2010.

Os bastidores da eleição do sindicato dos jornalistas no Espírito Santo também revelavam que havia uma intensa preocupação dos donos de empresas com as orientações políticas e ideológicas dos seus funcionários, fosse na perspectiva de evitar problemas com os militares e a censura, fosse para não interferir nos interesses políticos, sociais e econômicos aos quais estavam filiados, dada a intensa dependência de publicidade privada e pública.

Tomamos o ano de 1984 como limite de nosso recorte temporal, porque a partir dele agravou-se a crise da política habitacional³⁹, da qual emergiram diversas entidades civis articuladoras dos movimentos sociais em torno da moradia fortalecendo ações articuladas entre governo e sociedade civil, em busca de soluções para as demandas de habitação, assim como inscrevendo um novo contexto social e político aos processos de invasões de terras urbanas e as mobilizações sociais.⁴⁰

Em relação ao estado do Espírito Santo, tomamos como referência a crise do processo de modernização local e as transformações institucionais da Igreja Católica que se constituía em espaço de apoio e articulação para as demandas sociais por terra, em especial com a atuação da Comissão Justiça e Paz (1976)⁴¹.

Nesse quadro destacou-se a ação político-pastoral do arcebispo que se apoiou no seu poder carismático e trânsito social e político, utilizando recorrentemente do espaço da imprensa para a defesa de sua evangelização, constituindo-se no defensor dos trabalhadores urbanos empobrecidos que lutavam por um pedaço de terra urbana. Com ele – arcebispo – se destacava o apoio dos sindicatos, assessorias, partidos, universidades e entidades civis em tom de solidariedade e mobilização social, da mesma forma como fortalecendo a luta pela

³⁹Federação das Associações de Moradores da Serra - Fams (1981), Conselho Popular de Vitória-CPV (1986), Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra - CDDH (1984); Federação da Associação de Moradores de Cariacica - FAMOC (1984, funcionamento 1986), Conselho Comunitário de Vila Velha – CCVV (1984), Movimento de Luta pela Moradia de Vila Velha (1984), Associação Capixaba de Mutuários do Sistema Financiamento da Habitação - ASCAM (1982) e Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente-Acapema (1979).

⁴⁰Ver os estudos dos autores: Antônia Colbari (2010, 2003); DOIMO, Ana Maria Doimo(2009;2008); Geert BANCK(1989); Maria Beatriz Herkenhof(1995); Fernando João Pignaton(2014) e Euzineia Carlos(2012).

⁴¹Destacaram-se nos trabalhos da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, com forte engajamento na defesa de posseiros e invasores de terras urbanas, as seguintes personalidades locais: D. Geraldo Lyrio Rocha, João Batista Herkenhoff, Vera Nacif, Alberto Fontana, Rogério e Marialva Vello, Fatima Nascimento, Ana Rita Esgário, Ricardo Santos, Sandro Chamon do Carmo , Ewerton Montenegro Guimarães (também jornalista), Antonio César Penedo, Claudio Vereza, Vasco Alves de Oliveira Júnior, Eduardo Machado, Marcelo Siano Lima.

democratização, colocando-se na defesa de posseiros, invasores e despejados⁴².

No ano de 1979, com os acontecimentos da grande enchente no norte do estado, a Arquidiocese de Vitória liderou uma campanha de solidariedade que mobilizou diversos grupos sociais e políticos. Além disso, empreendeu severa crítica pública ao governo do Estado pela morosidade e negligência em relação aos desabrigados.

Em 1984, aconteceu a morte de Dom João Batista de Albuquerque da Motta, fato que implicou em profundo reordenamento do campo religioso católico, especialmente para a ala progressista da Igreja, assim como das redes sociais e políticas de apoio aos movimentos populares que tinha como base a Igreja Católica local.

Além disso, tivemos a formação da primeira entidade civil criada para a defesa da luta pela moradia formada em Vila Velha, organizada pela militante do Partido dos Trabalhadores - PT e membro da Comunidade Eclesial de Base, Dona Maria Clara, Movimento de Luta pela Moradia do Aribiri - Vila Velha. No município da Serra, também, assumindo a defesa da moradia e as lutas pela terra urbana, houve a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos-CDDH-Serra-ES, por parte de diversos militantes católicos, em especial envolvidos com a Comissão Justiça e Paz. Em Vitória, assumindo a perspectiva de assessoria dos movimentos populares, fundou-se o Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista- Cecopes (1984).

Nesse contexto, vivia-se uma intensa mobilização política de jornalistas via associação, sindicato ou cooperativa, em reivindicações de melhorias salariais ou defesa da redemocratização, que teria seu ápice nas campanhas pelo movimento “Diretas Já”. Ademais, muitos desses jornalistas estiveram envolvidos em assessorias (de partidos, movimentos sociais e entidades civis) e faziam da política uma atividade.

⁴²Em pesquisas historiográficas recentes, os autores Leonardo Batista (2016); José Carlos Rocha Junior (2014); Alessandro Vescovi (2007); Fernando Joao Pignaton (2014); Renato Heitor Santoro Moreira (2008); Margo Devos Martin (2008); Amarildo Mendes Lemos (2014); Flaviane Cristina Delanos (2011), apontam por meio de entrevistas e investigação do registro do DOPS, o envolvimento dos diversos militantes políticos (PT, PMDB, PCB, PC do B) em diversos movimentos e mobilizações sociais (estudantil, sindical, comunitária, invasões de terras urbanas) na perspectiva de ampliar bases partidárias, organizar as camadas populares, transformando, em especial, o campo político da esquerda local, em um espaço de luta, enfrentamento e negociação política, cotidiano, pela hegemonia dos movimentos populares, principalmente quando se considera recriação do PC do B, PCB e a institucionalização do PT.

A Câmara Municipal de Vitória, em 1984, aprovou o Plano Diretor de Vitória – PDV. Produção, debate e aprovação desse documento legal, pela equipe do Instituto Jones Santos Neves, mobilizou diversos setores da vida social local, acionando estudos e relatórios técnicos não apenas sobre o ordenamento urbano da cidade Vitória, mas também dos municípios do entorno.

De modo igual, houve um intenso debate sobre os impactos negativos dos Grandes Projetos de Investimentos dos anos 70 na configuração urbana de Vitória, de discussões técnicas e políticas sobre as possíveis soluções que colocaram em conflito diferentes interesses políticos, econômicos e sociais locais, especialmente àqueles que controlavam o processo de produção do espaço urbano e se apropriavam dele.

Nesse debate, ganharam novamente atenção política e midiática as invasões dos mangues e morros, dessa vez não apenas pelo enquadramento da pobreza ou da migração, mas pela perspectiva da preservação do patrimônio ambiental e natural da localidade, como era o caso da região de São Pedro que receberia nos finais dos anos 80 o Projeto São Pedro – Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal.

Tal enquadramento ambiental (poluição e desmatamento) direcionado às invasões de terras urbanas, em especial na cidade Vitória, seria recorrentemente acionado pela imprensa local e reforçado pelo processo de ambientalização das políticas públicas nos anos 80, que passaria a utilizar a categoria “área de risco e preservação” como estratégia de planejamento e contenção de focos de invasões de terras urbanas.⁴³

No caso do recorte temporal aqui investigado, realçamos que há poucos trabalhos em torno das representações jornalísticas sobre as invasões de terras urbanas, sendo que a maioria das obras apenas as listam, sem problematização e aprofundamento, como um dos movimentos sociais que engrossou as diversas mobilizações políticas que marcaram o estado do Espírito Santo ou como consequência do processo de modernização capixaba⁴⁴.

⁴³O pesquisador e intelectual Augusto Ruschi foi um dos fundadores da luta ambiental no Espírito Santo em 1970 e uma das vozes críticas ao desenvolvimento capixaba a qualquer preço, que produzia os problemas socioambientais, tais como o desterro de populações tradicionais (indígenas e quilombolas), para a construção das grandes plantas industriais. Ele teve como apoio social os jornalistas Rubem Braga e Rogerio Medeiros. RUSCHI disse que se sente melhor com tratamento indígena. *Folha de São Paulo*, 24 de janeiro de 1986.

⁴⁴Os autores que seguem listados dedicaram compreensão estrutural da modernização do Espírito

Além disso, identificamos grande número de trabalhos de cunho memorialístico citando invasões de terras urbanas e apontando as diversas lideranças envolvidas, que realçam a importância da Igreja Católica na proteção e no abrigo das invasões coletivas⁴⁵, mas poucos se dedicam a compreender esses eventos sociais pela abordagem jornalística, predeterminando seu lugar político, reduzindo a mera intermediária ou adversária social daqueles.⁴⁶

No percurso metodológico desta dissertação, para compreender as dimensões sociais e culturais do *corpus* documental, assim como os processos e condições de sua produção, realizamos uma análise de conteúdo daquele. Primeiro, realizamos sucessivas leituras (leitura flutuante/pré-análise) tendo como referência os objetivos da pesquisa. Realizamos processos de categorização e separação das sequências linguísticas - palavras, sentenças, frases, parágrafos, metáforas (etapa de exploração do *corpus* documental, leitura engajada) - reconhecendo as tensões e negociações entre texto e contexto⁴⁷.

Em seguida, procedemos a identificação das temáticas que foram usadas

Santo, enfocando os conflitos e os impactos sociais desses sobre a organização territorial capixaba e a formação da região da Grande Vitória: Carlos Teixeira de Campos Júnior (2002); Cláudio L. Zanotelli (1992;2000); Maria da Penha Smarzaro Siqueira (2001); Maurizete Pimentel Loureiro Duarte (2010); A. M. Doimo & Geert A. Banck (1989); Fabiane Machado Barbosa (2007); ABE, André Tomoyuki Abe (1999); Ana Maria Doimo (1984); Geert Banck (1977); Laura Maria Schneider Duarte (1986); Dilvo Peruzzo (1984); Maria Beatriz Nader(2013); Rossana Ferreira da S. Mattos (2011); Edna das Neves e Silva (2003); José Francisco Bernardino Freitas (1995); Eneida Maria Souza Mendonça (2001); Ana Maria Leite de Barros (2010) e Luis Carlos Tosta dos Reis(2011).

⁴⁵Na base de dados construída pelo professor Mário Hélio Trindade de Lima sobre as representações sociais da pobreza urbana no Brasil(1980-1990) tendo como foco análise de conteúdo dos discursos da imprensa a partir de 368 matérias(notícias, reportagens, editoriais, dentre outros), foram identificadas 107 ocorrências da categoria “invasões” em relação a favelas como 100, as primeiras compreendidas espacialmente como ocupação desordenada, irregular e clandestina, assim como barracos. Esses dados foram retirados dos periódicos: Jornal do Brasil, O Globo, São Paulo: Presente e Futuro, Ed. Opinião, O Dia, Revista Veja, Revista Isto é, Última Hora, O Estado de São Paulo, Última Hora, Jornais de Bairro(sem informação). LIMA, Mário Hélio Trindade. Fragmentos do discurso: os sentidos da exclusão nas narrativas da Imprensa, In: **Exclusão social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2005, p.208-22.

⁴⁶ANDREATTA, Graça. **Na Lama Prometida**, a Redenção. São Paulo: O Recado, 1987; DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Alburquerque**. Vitória, ES, Contexto, 2005

⁴⁷Os três níveis de estruturação do ato de linguagem propostos por Charaudeau (2005, p. 14), colaboram na análise dos textos jornalísticos, como produções sociais, que não podem ser reduzidas a ação de um sujeito empírico autônomo, descolado do contexto sociocultural (jornalistas e/ou leitores), assim como dos constrangimentos discursivos, institucionais e situacionais: o situacional, relativo ao espaço externo constituído pela finalidade do ato de linguagem, pela identidade dos parceiros, o domínio do saber e o dispositivo pelo qual surgem as circunstâncias materiais da troca linguageira; o nível comunicacional, em que são determinadas as maneiras de falar, de acordo com o contexto situacional; e por último, o nível discursivo, relacionado ao espaço de intervenção do sujeito falante, como enunciador, devendo satisfazer as condições de legitimidade, de credibilidade e de captação, através de recursos linguísticos. CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005.(Em paráfrase nossa).

pelos periódicos, para abordar as invasões de terras urbanas as quais se destacaram como problema policial, humanitário, político, ambiental, moral. Nessa perspectiva, não buscamos necessariamente a “definição objetiva das mensagens”, mas as estratégias de mediação e produção de sentido que caracterizavam os textos jornalísticos (tratamento dos resultados e interpretação)⁴⁸ no período investigado, destacando a importância da cultura jornalística e das estratégias discursivas acionadas para conquistar a atenção dos leitores, provocando-lhes dúvidas, hesitação e perplexidade⁴⁹.

Dessa maneira, o texto jornalístico apresentava-se como um emaranhado de representações e discursos socialmente hierarquizados, resultados das negociações, tensões e contradições do contexto, no qual estão inseridos jornalistas, jornais e leitores, como lembra Elton Antunes:

o jornalista, quando identifica um evento noticiável, mobiliza uma cadeia de percepções que vão do repertório de sua experiência individual até as molduras predefinidas no âmbito do meio em que trabalha (editorias, linha editorial, linguagem do veículo de comunicação, etc).⁵⁰

Assim, ao reconstruírem os eventos difusos e as ocorrências dispersas eles se tornam compreensíveis e inteligíveis a determinado público idealizado.⁵¹ Para isso acionavam diversos recursos narrativos e técnicos - dramatização, *lead*, pirâmide invertida, personalização, escolhas léxicas, busca de cizânias (diferenciações), polêmicas, polifonia das vozes, discurso da autoridade, dentre outros, produzindo e apropriando-se de representações sobre o mundo.

Tendo por base os princípios da ideologia, neutralidade, transparência da realidade, comunicabilidade plena e economia de espaço, os jornalistas acreditavam não estarem construindo uma interpretação sobre o real, mas o próprio “real”.

Tais práticas orientavam-se, também, pela crença no controle sobre processos de significações e pela preeminência de valores-notícia, especialmente

⁴⁸ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977, p.101

⁴⁹ Sugerimos ver com mais detalhes sobre a cultura jornalística e o jornalismo investigativo: BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo** - contexto e prática. São Paulo, Editora Roca, 2008

⁵⁰ ANTUNES, Elton. De certezas e desvios: a experiência “modelizada” no texto jornalístico. In: LEAL, Bruno; GUIMARÃES, César e MENDONÇA, Carlos. (org). **Entre o Sensível e o Comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.159

⁵¹ SOUSA, Jorge Pedro. Elementos do Jornalismo Impresso. Porto, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em: 10 fev.2017; Jorge Pedro Sousa. Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos *Media*. 2. edição revista e ampliada. Porto. 2006 Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2773543/mod_resource/content/1/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em: 10 mar.2017 – (SIC)

de atualidade, extraordinário e excepcionalidade, negando-se por vezes a perceber a indeterminação, incompletude e fluidez dos significados⁵² que envolvem fatos, acontecimentos e notícias.

Cabe lembrar que o campo jornalístico compartilha de práticas de produção jornalística que se tornaram rotineiras e que precisam ser reconhecidas quando tomamos os textos jornalísticos como objeto ou fonte de pesquisa, dentre elas destacam-se o uso do *lead* e da pirâmide *invertida*.

No caso do *lead* temos a estrutura inicial de qualquer notícia que tece as informações reconhecidas como essenciais (como o quê?, quem?, onde?, e como se deu determinado fato); tal prática foi imensamente incentivada pela intensificação de troca de informações por telégrafo para garantir que as essenciais fossem passadas, caso não terminasse o contato telegráfico.

Com a pirâmide invertida institui-se a hierarquização de informações, ou seja, as mais importantes vão para a primeira parte da notícia. A grande luta do campo jornalístico com essas técnicas era, justamente, garantir, associando-a ao uso das fontes, o distanciamento do jornalista do produto do seu trabalho: a notícia. A impessoalidade atrás da objetividade, eliminando possíveis impressões singulares e subjetivas do repórter, evitando processos jurídicos e represálias políticas, como sugeria Gaye Tuchman⁵³.

Nesse contexto, o *lead* estrategicamente impunha a standardização e a ausência de marcas de autoria. Com isso, o relato noticioso opera de modo impessoal, imparcial e objetivo, apropriando a pirâmide invertida que requer uma organização hierárquica de informações em grau decrescente de importância.

Dessa forma, reconhecemos que o processo de produção das notícias envolvia uma interlocução tensa, ambígua, entre fato, jornalistas, editores e leitores a qual revelava o lugar ocupado por aquele na vida social, demarcando assim o caráter político e social de sua constituição.

Em outras palavras, da maneira como era produzida a notícia correspondia à expectativa sobre como ela seria apropriada à vida social e da maneira como ela era

⁵²O trabalho do jornalista na redação, envolve a produção do texto, título, entretítulo, escolha da foto, localização das páginas, dentre outras técnicas que definam a importância do texto e as expectativas de jornalistas e leitores, enfim, na mistura da linguagem verbal (texto) e imagens, considerando-se as práticas socioculturais, pelas quais foram geradas. Dessa forma, os títulos, manchetes, fotografias, texto e contexto estão articulados ao processo da produção, interpretação, circulação e apropriação do texto jornalístico.

⁵³ TUCHMAN, Gaye. Op.cit., 1999

consumida culturalmente, como orientava as formas da feitura e inscrição na vida social podendo ser apropriada como entretenimento, informação ou reflexão⁵⁴.

Como sugere Moniz Sodré, a notícia como prática narrativa inscreve-se na estratégia moderna de constituição de previsibilidade e rotina no cotidiano urbano: “num primeiro nível, o que ritmiza o cotidiano são as rotinas inscritas individual e coletivamente na vida social; num segundo nível os acontecimentos, que pontuam – em diferentes escalas de intensidade – essas rotinas”.⁵⁵

Desse modo, constitui-se um espelho que não reflete a realidade como pode acreditar o leitor ou os jornalistas, mas permite-lhes orientar-se e avaliar o cotidiano fazendo com que as notícias funcionem como microrrelatos, microfilmes que satisfazem o desejo insaciável por histórias, por notícias⁵⁶. Michael Schudson, ao discutir o lugar da notícia na cultura moderna, afirma que elas: “incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração”.⁵⁷

Nesse sentido, a narrativa jornalística torna-se impregnada pelo exame e a classificação dos acontecimentos, pela identificação dos sujeitos e atores, reconstruindo atores e acontecimentos a partir de saberes, instituições e conhecimentos disponíveis aos repórteres e participantes das notícias e coloca a imprensa no centro da produção de informações e compartilhamento de saberes e imagens sobre a vida social, tal como de certificação de legitimação e importância social pela visibilidade midiática que assumia, no período investigado, valor de visibilidade pública e política⁵⁸.

⁵⁴Discute Clóvis Barros que “a manchete constrói a representação que o leitor faz do texto como um todo, antes de lê-lo (o que pode não ocorrer com um título não jornalístico)”. O processo de objetivação da notícia é regido pela manchete e pelo *lead*, então é seguido de abstrações explicativas e contextuais. Assim, uma vez explicitada no título e no *lead*, pelas escolhas textuais, como linguagem precisa, as estatísticas, a demarcação das instituições e as respostas básicas a qualquer acontecimento, com o *lead* e outros mecanismos já citados. BARROS, CLÓVIS. **Ética na Comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995, p.55

⁵⁵SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009, p.90

⁵⁶ SOUSA, também, afirma que a notícia pode ser compreendida como “artefatos construídos pela interação de várias forças, que podem ser situadas ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, cultura, do meio físico, tecnológico e da história” SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Minerva Coimbra, 2000, p.21

⁵⁷SCHUDSON, Michael, 1995, p.14 Apud: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005, p. 171. SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. IN: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias, Lisboa, Vega, 1993, p. 10-293.

⁵⁸Realçamos que no campo jornalístico o gênero jornalístico notícia se distinguiria da reportagem pela

Da mesma forma, para o processo de contextualização e análise dos periódicos acionamos fragmentos de memórias dos atores sociais e políticos envolvidos nos processos de invasões de terras urbanas, especialmente jornalistas, considerando-se dimensões retrospectivas e estratégias de valorização e heroização do campo jornalístico local, em que tais agentes aparecem como os sujeitos das histórias que narram.

De fato, a partir dessas recordações, trabalho da memória e respostas aos contextos sociais e políticos nos quais foram produzidos, buscou-se pistas para a problematização do processo de apropriação das invasões de terras urbanas como notícias, assim como lugar social e político da imprensa capixaba e as relações de interdependência com interesses culturais, políticos e econômicos locais, desvelando-nos o texto jornalístico com uma produção histórica.

Além disso, esses depoimentos orais testemunham, apesar do discurso de glorificação da imprensa local e do processo de modernização, o lugar social e político dessa imprensa na vida social local em que a visibilidade pública se constitui em recurso tático-político fundamental, na legitimação das ações políticas e sociais, assim como reconhecimento social e políticos dos sujeitos.

Em todo esse caminho metodológico foram importantes as fontes oficiais (relatórios e projetos de pesquisas governamentais) e diários construídos sujeitos por políticos envolvidos nos acontecimentos, no período investigado para ampliar o cenário de interação e de produção das representações e práticas investigadas.

Não se trata de buscar o “que realmente aconteceu”, entretanto de perceber as tensões e ambiguidades, assim como os interesses políticos e econômicos que envolviam a produção daquelas notícias, considerando os jornais como campo político, apesar da monopolização pelos grupos sociais dominantes, que interferiam nas maneiras em que eram percebidos e avaliados os sujeitos políticos; portanto, transformando-se não apenas em um espaço de intermediação ou visibilidade política, mas em sujeito ativo das disputas políticas que configuravam o espaço social (empresa jornalística, editores, jornalistas, fotógrafos).

Assim, nesse processo de sistematização e compreensão do **corpus** documental, percebemos que as narrativas investigadas revelavam-se o lugar

dimensão autoral e de profundidade. Ou seja, nas notícias buscar-se-ia, em tese, informar determinado evento, enquanto na reportagem dedicar-se-ia à investigação e busca de polifonia (vozes contrárias) que lhe garantiriam a tese da isenção.

político e social dos enunciadores, **à medida** que o processo de produção das notícias distingue, identifica e articula valores, sujeitos, ideias, temas. Do mesmo jeito que atua selecionando, editando, confeccionando **e** tendo como referência o contínuo diálogo com a cultura jornalística, a vida social e o público leitor, real e imaginado.

Dividimos esta dissertação em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, **“Imprensa, jornalistas e poder: a Constituição do campo jornalístico capixaba nos anos 70 e 80”**, discorremos sobre as condições e organização de trabalho nessas empresas jornalísticas e como os jornalistas se posicionavam em relação àquelas, traçando o perfil social e político daqueles profissionais, os valores e as práticas que configuravam a comunidade jornalística local; do mesmo modo, as disputas sociais e políticas, considerando-se o clima de censura política imposto pela ditadura militar e as redes sociais e políticas que buscavam monopolizar o poder local.

No segundo, **“Invasões de terras urbana como notícias: em busca de onde morar”**, discutimos de que modo a imprensa capixaba, com foco nos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, tratou os fenômenos da invasão de terras urbanas, identificando os sentidos políticos e sociais que atravessavam os textos jornalísticos.

Dessa maneira, apontamos como a construção da representação do invasor necessitado que atravessa as angulações com que os textos jornalísticos tratavam as invasões de terras urbanas, ora como problema social, ora como problema político, humanitário ou policial.

Essa variação de abordagem indicava uma imprensa em movimento que experimentava, sem lugar predefinido e roteiro fechado, as tensões sociais e ambiguidades culturais, políticas e profissionais, que atravessavam seu campo de ação, impostas pelas intensas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que marcavam o processo de redemocratização brasileira.

1.1 MODERNIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA – ES, QUESTÃO HABITACIONAL, INVASÕES DE TERRAS URBANAS

As transformações urbanas, sociais e econômicas vividas pela região da cidade de Vitória nos anos de 1960 a 1980, Sudeste do Brasil, constituíram um novo perfil socioeconômico e socioespacial da localidade, situação que significou a instauração de nova economia regional e a inserção produtiva aos mercados nacional e internacional.

Essa mutação territorial e social teve como pano de fundo a articulação de decisões governamentais estaduais e federais que centralizaram a grande parte dos investimentos públicos e privados na região da cidade de Vitória, que era formada pelos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Essas decisões governamentais condicionaram e foram condicionadas por um intenso, complexo e multifacetado processo de migração, fosse por atração ou expulsão, que consolidou a nova organização socioespacial do estado do Espírito Santo.⁵⁹

Nesse contexto, expandia-se a demanda social por moradia e melhoria urbana cujas políticas públicas estaduais e federais acionadas em resposta, devido à natureza econômica e política, não conseguiam dirimir constituindo-se a possibilidade de ações e mobilizações coletivas em torno de soluções para aquelas reivindicações, especialmente, politizando-as.

Com isso, as invasões de terras urbanas apareciam como uma das faces da questão habitacional que atingia a Grande Vitória - ES e denunciavam as ambiguidades do processo de modernização local, em que o espaço urbano marcado pelo crescimento desordenado e acelerado se apresentava como dilema político e social às ações de planejamento do governo estadual. Como argumenta Ermínia Maricato, “a impossibilidade de acesso ao financiamento e a ausência de uma política pública eficaz, obrigam uma parcela da população a invadir terras e construir a própria moradia”.⁶⁰

Essa nova realidade socioeconômica teve raízes na crise do café, entre os anos de 1962 e 1967, e nas estratégias políticas para superá-la, que fizeram da

⁵⁹De acordo com Maria da Penha Smarzaró Siqueira, os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e para-químico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual). SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**, o caso da Grande Vitória: 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001. p. 87-88.

⁶⁰MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**, São Paulo: Atual Editora, 1997, p. 53

industrialização e modernização do campo o grande projeto político das elites capixabas.

A partir de um esforço político local que envolveu Governo Estadual e atores da sociedade civil (Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES,⁶¹ principalmente) construiu-se uma série de diagnósticos e ações⁶² que pudessem fomentar a concentração de capitais locais e a vinda de investimentos externos, tendo a estatal Companhia Vale do Rio Doce como a principal articuladora⁶³.

Tratava-se de aproveitar dentro de uma perspectiva econômica neoclássica, das vantagens competitivas do estado Espírito Santo, como condições portuárias, rodoviárias, ferroviárias e a proximidade em relação aos grandes centros urbanos (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro).

Além disso, buscou-se construir alternativas econômicas para a agricultura capixaba, como a fusão de grupos econômicos, expansão da pecuária e outras, tendo em vista que, com a política de erradicação dos pés de café, milhares de agricultores foram expulsos das terras interioranas para os grandes centros urbanos.

O próprio governador do estado Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), quando participou do Conselho Técnico da FINDES⁶⁴(1959), relatou que descobriu a partir das pesquisas de Louis-Joseph Lebreton (1897-1966)⁶⁵ que uma boa parte da população das favelas do Rio de Janeiro era formada por capixabas atingidos pela erradicação dos pés de café. Essa descoberta o despertou para a insistência na viabilização política do projeto de modernização do Espírito Santo⁶⁶

⁶¹OLIVEIRA, Ciro Campelo. Relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e o governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan/jul, 2015.

⁶²Eliezer Batista; Alberto Stange; Arthur Carlos Gerhardt dos Santos; Humberto Pinheiro Vasconcelos; Aloísio Simões, Jorge Faria Santos e Bolívar Abreu.

⁶³SILVA, Marta Zorzal e. Interesses em jogo. In: **REVISTA IJSN**, Vitória: ano VI, nº2, Vitória.1983.

⁶⁴Formavam o conselho técnico da FINDES: Eliezer Batista(engenheiro e superintendente da CVRD), Alberto Stange (professor, advogado, escritor e político), Arthur Carlos Gerhardt Santos (engenheiro do DER), Humberto Pinheiro Vasconcelos (coronel do exército e economista), Aloísio Simões, Jorge Faria Santos, Bolívar de Abreu (médico sanitário e secretário de educação do governo Lindenberg) e o presidente da Federação das Indústrias, Américo Buaiz. O conselho técnico da Findes, segundo “o jornal *A Gazeta*, era um dos ‘ mais representativos elementos de classes especializadas’. Dentro em breve, outros empresários também se juntariam ao grupo” GURGEL, Mário, 1998, p. 24 Apud OLIVEIRA, Ciro Campelo. Op.Cit., 2015. p.187 Afirmava Arthur Carlos Gerhardt Santos que “tratava-se de um órgão que reunia o que talvez houvesse de melhor na 'inteligência' do Espírito Santo naquele momento” SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt, 2011, p. 158. Apud OLIVEIRA, Ciro Campelo. **Op. Cit.**, 2015. p.188.

⁶⁵ Criador do movimento economia e humanismo que visava combater a miséria e lutar contra a injustiça socioeconômica nos anos 40 pelo estudo social e por ações de planejamento a partir do princípio cristão.

⁶⁶ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. Entrevista. Entrevista concedida a Diones Augusto Ribeiro e Luiz Cláudio Moises Ribeiro, Vitória, 17 jul. 2014. In:RIBEIRO, Diones Augusto.Op.Cit., 2016, p.164

A saga política para incluir o Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, mostrou a gravidade da crise econômica dos anos 60 e a recusa por parte dos estados nordestinos revelou a luta pela garantia de investimentos e a diminuta força política do Espírito Santo no cenário da federação brasileira.

O impacto da política de erradicação do café na economia capixaba realçava a situação política do Espírito Santo subalterna à política federal para o café nos anos de 60 porque, apesar de representar mais ou menos entre 4 e 5% da produção cafeeira nacional, isso significava localmente mais da metade das áreas cultivadas que ocupava boa parte da mão de obra estadual.

Com a vitória de Francisco Lacerda de Aguiar (1954-1958/1963-1966) para o governo estadual, em 1962, político ligado aos setores agrários e interesses políticos do interior do Espírito Santo, os esforços industrializantes, catalizados pela FINDES e pelo governo de Jones Santo Neves⁶⁷ (1950-1958) estacionaram novamente. Não havia consenso no interior com o Partido Social Democrata – PSD, para o projeto industrializante.

Os interesses agrário-mercantis, ainda, tinham peso político com a presença do líder político Carlos Monteiro Lindenberg (1959-1962), mesmo que o governo não deixasse de apoiar as intensas articulações políticas dos grupos de interesses ligados à FINDES, pela industrialização.

Carlos Monteiro Lindenberg manteve uma atitude conciliadora que buscava criar um projeto político que contemplasse o desenvolvimento agrário e industrial, porém o agravamento da crise do café nos anos 60 o impediu de construir tal opção política, fazendo do projeto industrializante um “caminho natural, urgente e quase inquestionável”, principalmente com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CODEC no qual formulou-se as ações e diretrizes no sentido da modernização do Espírito Santo.

Entretanto, com o fracionamento interno do PSD e a imposição intransigente da candidatura de Jones Santos Neves ampliou mais ainda as fraturas internas do PSD, por isso, acabaram perdendo a eleição novamente para Francisco Lacerda de

⁶⁷Jones Santos Neves foi considerado pela elite econômica e política capixaba, como inaugurador do Espírito Santo, ao instituir no governo (1950-1954) o ideário da industrialização do Espírito Santo com o Plano Econômico de Aceleração-PEC.

Aguiar que havia se articulado com a Coligação Democrática,⁶⁸ o que adiou mais uma vez o projeto político-econômico de industrialização dos jonistas⁶⁹.

Os grupos políticos ligados à vontade “industrializante”, os quais se articulavam a partir do PSD, tiveram uma grande chance de retorno de seu projeto econômico ao governo do estado Espírito Santo com o golpe civil-militar de 1964, que configurou uma “confluência de agenda” modernizante entre as elites locais e os governos militares.⁷⁰

No ano de 1968 foi articulado pelo Clube Militar, em parceria com o Governo Estadual, o simpósio “Problemas do Espírito Santo” que buscava construir alternativa para o desenvolvimento da economia capixaba diante do aprofundamento da crise do café que atingia a grande maioria das propriedades rurais. A importância política desse simpósio foi estratégica e contou com a presença do presidente Costa e Silva e de ministros, tais como Hélio Beltrão e Mário Andreazza.

Com a ascensão política de Christiano Dias Lopes Filho⁷¹, militante importante do PSD e liderança da ala mais conservadora do partido, ligada aos setores urbano-industriais, ao governo capixaba, inaugurou-se um novo cenário político para o Estado do Espírito Santo, após intensa luta conspiratória para a saída de Francisco Lacerda de Aguiar. Isso ocorreu não do ponto de vista das forças políticas e dos antagonismos locais que acabaram se acomodando no regime bipartidário, mas da construção do projeto de modernização capixaba que se aproveitou do cenário de centralização, estadual e nacional, das tomadas de decisão e de reorganização das estruturas de planejamento e administração do Estado

⁶⁸Era um arco de aliança de partidos políticos PCB, PR, PSP, PDC, PRP e PRT, em que o fiel da balança eram o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ou União Democrática Nacional – UDN, na disputa contra o PSD, para onde se movimentava, configurava vitória ou derrota do PSD. Segundo Ueber Oliveira (2003), essa configuração política com as dissidências e alianças políticas e pessoais, acomodou-se ao regime de bipartidarismo, imposto pelo Regime Militar.

⁶⁹OLIVEIRA, Ciro Campelo. **Op. Cit.**, 2015. pp.165.

⁷⁰Houve por parte das elites capixabas, aproveitando do quadro de centralização do processo decisório em âmbito, habilidade política e técnica em apropriar das oportunidades abertas pelas políticas econômicas impostas pelo Regime Militar, aproveitando-se também de conexões pessoais, empresariais e políticas entre dirigentes locais e nacionais, o que o sociológico Fernando Henrique Cardoso chamou de “anéis burocráticos”. Plano de Ação Econômica do governo (Paeg, 1964/1967), Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968/1970) e o Plano Nacional de Desenvolvimento I - PND (1972/1974) e o II PND (1974/1979). Ver: RIBEIRO, Diones Augusto. O Elo Perdido: O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Codec (1950-1980). 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

⁷¹Capixaba, formado em direito, foi oficial de gabinete do governador Jones dos Santos Neves, líder do PSD e deputado estadual (1954-1958; 1959-1962; 1963-1967)

brasileiro⁷².

Essa “janela de oportunidades”, como argumentou o economista Arlindo Villaschi,⁷³ para o processo de modernização foi habilidosamente apropriada pelas elites locais. Christiano Dias Lopes Filho tomou inúmeras medidas políticas e administrativas,⁷⁴ justificadas como superação do atraso capixaba ou da crise econômica.⁷⁵ Com efeito, esse governador consolidou no interior da máquina estatal o projeto de industrialização construído pelo empresariado capixaba a partir da FINDES.⁷⁶

Nesse cenário, o governador Arthur Carlos Gerhardt dos Santos⁷⁷, com a experiência executiva de ex-secretário de Christiano Dias Lopes Filho (Planejamento e Viação e Obras Públicas, entre 1966 e 1967) aproveitou o quadro de implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, para captar investimentos para o Espírito Santo. O II PND buscava desconcentrar espacialmente a industrialização brasileira e ampliar a inserção internacional da economia do país, via articulações, entre capital nacional, estrangeiro e estatal.

Dessa maneira, formulou-se o ideário dos Grandes Projetos que, segundo o discurso oficial, era a implantação de somas astronômicas de capitais de grandes empresas ligadas à exportação em Vitória - ES, nas palavras do próprio governante:

A implantação dos chamados “Grandes Projetos” consolida uma evolução que vem desde a década passada, evolução esta, representada, sobretudo,

⁷²RIBEIRO, Diones Augusto. **Op. Cit.**, 2016.

⁷³VILLASCHI, Arlindo. (Org). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória - ES: Flor & Cultura, 2011. Ressalta-se aqui que Arlindo Villaschi foi diretor técnico da Fundação Jones dos Santos Neves, Secretário de Estado de Planejamento do governo Eurico Vieira Rezende (1979-1980), candidato a governador do estado do Espírito Santo pelo PT, em 1982 e professor de economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

⁷⁴A negociação do decreto federal 880/69 estruturando políticas fiscais para alavancar o desenvolvimento capixaba

⁷⁵DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

⁷⁶ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1966, p. 96. In: NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. A Narrativa Histórica da Superação do Atraso: Um Desafio Historiográfico do Espírito Santo. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p. 75

⁷⁷SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. As reivindicações se tornaram realidade. In: BANDES. As etapas do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Vitória, 1975 apud LOUREIRO, Klítia. O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). 2006, 172 fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 44.

pelo desenvolvimento extraordinário das atividades de exportação do minério de ferro e produtos siderúrgicos pelo complexo portuário Vitória/Tubarão. O crescimento dessas atividades, ensejou a construção de moderna infraestrutura econômica em torno da Grande Vitória (modernização portuária, telecomunicações e ligações energéticas com FURNAS), o que, aliado aos investimentos Federais em transportes nos últimos anos (duplicação ferrovia Vitória-Minas, construção das rodovias BR-262 e BR-101) tem permitido ao Estado, fazer valer suas excelentes condições locais sobretudo para os projetos que se voltam para o mercado externo.⁷⁸(SIC).

Dentro desse clima de otimismo com relação ao futuro do Espírito Santo, em discurso de posse, o governador Élcio Álvares (1975-1979), depois da conturbada eleição indireta em que teve o nome como última opção na disputa política intraelite, reafirmou o compromisso com esses Grandes Projetos e vinculou simbolicamente sua imagem à de Jones Santos Neves, reconhecido fundador da industrialização, do projeto de modernização.⁷⁹

Avaliando os primeiros meses do governo de Élcio Álvares, em discurso no Senado Federal, Eurico Rezende disse: “demonstramos ao governo federal que sua confiança no Espírito Santo se justifica e pode ser ampliada dia-a-dia”.⁸⁰ O pronunciamento demonstrava que a elite política depositava certa confiança, com certeza ligada aos princípios da “revolução” de 1964, aos projetos econômicos dos governos federal e estadual.

Eurico Rezende era líder do governo no Senado e tornar-se-ia governador do Estado em 1979. Na conturbada escolha de Élcio Álvares para governador ele foi um dos políticos que apoiou sua escolha, tendo como interesse político que aquele, também, fizesse o mesmo na eleição indireta de 1979, o que não aconteceu. Em entrevista à revista *Espírito Santo Agora*, Eurico Rezende novamente argumentava defendendo o processo de industrialização: “ou a gente continuava naquela vidinha piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto”.⁸¹

⁷⁸ ESPÍRITO SANTO (ESTADO) / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo. Vitória, 1975. p. 58. O documento avaliou os dados relativos às expectativas de investimento de capital no Estado: “não se levando em conta os efeitos dos Grandes Projetos, as projeções realizadas não podem ser consideradas otimistas. [...] Seria mais lícito que o Estado viesse a ser atingido pela recessão relativa que hoje afeta o país, demonstrando um desempenho menos satisfatório da sua economia”. Ibid., p. 73. Assim, o documento ressaltava o impacto das mudanças no Espírito Santo, demonstrando, “a magnitude dos investimentos anuais realizados no Espírito Santo no passado recente. 1969-1974”. Ibid, p. 73.

⁷⁹ÁLVARES, Élcio. **Discurso de posse** (15/03/1975). Vitória: IO, 1986, p.4-5.

⁸⁰REZENDE, Eurico. **Élcio Álvares**: oito meses de governo (otimismo multiplicador). Senado Federal, Brasília: 1975.

⁸¹Espírito Santo AGORA, 1973, p.8

Essas decisões locacionais de investimentos da chamada “santa aliança capital nacional, multinacionais e capitais estatais”, como categorizou o sociólogo Peter Evans nos anos 80, tinham como suporte as estratégias de mercado da estatal Vale do Rio do Doce e transformaram a paisagem urbana da região da cidade de Vitória radicalmente, em poucas décadas, impondo um crescimento físico⁸² e populacional acelerado e sem precedentes.

Segundo o governador Elcio Álvares (1975-1979) estava-se construindo: “[...] um novo Espírito Santo, um Espírito Santo integrado em todas as suas dimensões, solidificado em suas estruturas, capaz de satisfazer os novos anseios e acompanhar a arrancada de progressão tão marcante no Brasil desta época.”⁸³

Além das transformações físicas para a instalação das infraestruturas e serviços que garantiriam os Grandes Projetos e que impuseram um conflituoso processo de redefinição de usos, funções e ocupação do espaço urbano local, simultânea e articuladamente, aconteceu o processo acelerado de crescimento demográfico que impulsionou mais ainda as transformações físicas, sociais, culturais e econômicas da cidade de Vitória,

O crescimento econômico caminhou aliado às mazelas sociais e à expansão da pobreza nos municípios da Grande Vitória. Os impactos sociais negativos ganharam maior evidência na medida em que não foi considerada a reorganização da infraestrutura da região atingida, penso no novo papel da aglomeração da rede urbana.⁸⁴

Não só a crise econômica dos anos 60 e a modernização do campo atraíram os contingentes populacionais em busca de trabalho e melhores condições de vida, mas também a propaganda oficial em torno do novo Espírito Santo e os Grandes Projetos.⁸⁵

A imprensa alternativa, os jornais *Posição* e *Boletim Gente*, acusava as autoridades capixabas de decisão apressada em torno dos grandes investimentos, tais como a Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aracruz Celulose. O jornal *A Gazeta*, por outro lado, enaltecia os novos empreendimentos:

⁸² CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor & Cultura, 2002.

⁸³ ÁLVARES, Elcio. Discurso de posse (15/03/1975). Vitória: IO, 1986. p. 4-5.

⁸⁴ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Os Grandes Projetos Industriais: Desenvolvimento econômico e contradições urbanas. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010. p. 26.

⁸⁵ MALANQUINI, Aidê et al. Os Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado. In: MARTINUZZO, José Antônio. **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. pp.175-222, p. 176.

Ao assinar amanhã, a constituição da Usina Siderúrgica de Tubarão, o presidente da República, Ernesto Geisel, indiscutivelmente estará cometendo um gesto histórico. Tal gesto implica na concretização de um sonho do povo capixaba – um sonho em que ele se debateu por longos anos – de assistir, um dia, à redenção econômica do Espírito Santo. Um salto entre o reconhecido esforço para sair do estágio de Estado importador.⁸⁶

Segundo Aidê Malanquini et al, o jornal *A Gazeta*, durante o ano de 1974, chegou a manter aos domingos cadernos especiais sobre os Grandes Projetos. Além disso, havia grande mobilização social de celebração de novas conquistas do Estado do Espírito Santo, com recepções populares calorosas aos presidentes da República que iam ao estado, para inaugurações de obras ou início das atividades das empresas dos Grandes Projetos.⁸⁷

Essas grandes plantas industriais e obras públicas eram objeto de admiração por grande parte da população capixaba, não só pelo esforço de publicidade, mas por concentrarem os postos de trabalho mais bem remunerados em relação às demais categorias de trabalhadores da região da Grande Vitória, significando prestígio e reconhecimento social.

Como podemos verificar na tabela 1, o crescimento demográfico entre 1960, 1970 e 1980 foi exponencial e concentrado na região da cidade de Vitória - ES. Esta localidade saiu de **194.384** habitantes para **706.263**, em 1980, o que mostra um crescimento de mais trezentos por cento em três décadas, já que em 1970 a população era de 385.998 habitantes.

Esse estrondoso crescimento populacional concentrado na região da cidade de Vitória implicou na consolidação da população urbana do Espírito Santo com as transformações culturais, econômicas e sociais que isso significava.

Ainda não havia o contexto de recessão econômica e da escalada da inflação que aconteceria no final dos anos 1970 e 1980. Entretanto, o governo estadual e os municipais, por intermédio de agências e secretarias, tinham poucos recursos e não estavam preparados para os problemas urbanos e sociais que se intensificavam com a consolidação da modernização do Espírito Santo, via Grandes Projetos, que se materializariam na forma de: poluição, criminalidade, trânsito, violência, pobreza urbana, moradia.

⁸⁶ S/T.A Gazeta, Vitória-ES, 10/06/1974 Apud: Idem, **op. cit.**, 2008

⁸⁷ Ibidem

Observando a tabela 1, percebemos que os municípios de Vila Velha, Cariacica e Vitória sofreram firmemente com o crescimento demográfico no período dos anos 60 a 80. Já Serra, onde se localizavam as operações da CVRD, o porto de Tubarão, o Centro Industrial de Vitória e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, teve o *boom* demográfico de 1970 a 1980, devido aos efeitos da territorialização desses grandes investimentos industriais.

Tabela 1 - Evolução demográfica da região da Cidade de Vitória, 1940-1991

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Cariacica	15228	21741	40002	101422	189099	274.532
Serra	6415	9241	9192	17286	82581	222158
Vitoria	45212	50922	83351	133019	207747	258777
Vila Velha	17079	23127	56445	123742	203406	265586
Viana	7661	5896	6571	10529	23440	43866
Total	91570	110931	194384	385998	706263	1136842

Fonte: IBGE/IPES, 2010

Com efeito, durante os anos 60 foram as elaborações dos diagnósticos socioeconômicos contratados pelos governos estadual e federal que orientaram a saída para o desenvolvimento capixaba. Nos anos 70, viu-se o estabelecimento do sistema do planejamento estadual com a criação da Fundação Jones dos Santos Neves e da Secretaria de Planejamento, a expansão universitária (criação do curso de Ciências Sociais, e Comunicação Social) que buscavam criar, também, outros diagnósticos socioeconômicos em torno da nova realidade urbana e social que surgia com os impactos dos Grandes Projetos e que tinham o objetivo de orientar as ações dos municípios e do próprio estado. De fato, como afirma o economista Helder Gomes:⁸⁸ “os impactos provocados pelos grandes investimentos não corresponderam aos efeitos multiplicadores em termos de desenvolvimento regional”.

O mercado de trabalho formal se transformou, aprofundando a segmentação e heterogeneidade ocupacional, emergindo novas categorias profissionais e ampliando outras. No topo do mercado, portanto, destacam-se mesmo em diminuto número, funcionários públicos, metalúrgicos, técnicos, profissionais liberais

⁸⁸ GOMES, Helder. **Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo**: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses. f. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 1998. p. 50.

(médicos, advogados, engenheiros), jornalistas e comerciários. Na base, uma imensidão de trabalhadores formais e informais, pouca qualificação profissional, técnica e de escolaridade que envolviam atividades da construção civil, serviços informais, em especial nas obras de infraestrutura dos Grandes Projetos e na expansão imobiliária da região da Grande Vitória, assim como em diversas atividades da economia informal.

A economia se industrializou como sonhava a elite política capixaba, mas trouxe o pesadelo da desigualdade econômica, cotidianamente dramatizado nos jornais locais. A renda familiar na região da cidade de Vitória, concentrava, no ano de 1977, faixas de até três salários mínimos; naquele período, eram consideradas como a categoria econômica de baixa renda, como podemos observar na tabela dois.

Quando articulamos essas constatações expostas acima, à dimensão econômica e sociodemográfica desses domicílios do final dos anos 70 e início dos anos 80 - eram caracterizadas pelo processo de inflação, arrocho salarial, tamanho da família, condições de habitabilidade, acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana - esses dados socioeconômicos ganham mais expressividade e profundidade, o que indica a gravidade das condições de vida daquela época e sugere a dramaticidade dos problemas sociais e urbanos vivenciados para além da frieza das estatísticas⁸⁹. Maria da Penha Smarzaró Siqueira argumenta que na Grande Vitória, a partir das expectativas do IBGE em 1980,⁹⁰

do total de 532.079 pessoas economicamente ativas, 177, 226 trabalhadores (33,3%) tinham rendimento médio de até 2 salários mínimos. Das mulheres integrantes da PEA, 28,84% estava nessa faixa de rendimentos, enquanto que homens participavam com 38,4%.⁹¹

Naquele tempo, não se tratava mais da região da cidade de Vitória, mas da região da Grande Vitória, já que o acelerado crescimento urbano ultrapassara as fronteiras legais dos municípios através do processo de conurbação urbana, ligações viárias e mobilidade populacional. Segundo categorias técnicas utilizadas

⁸⁹SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Op.cit., 2001, p. 133

⁹⁰Os dados estatísticos aqui usados não traduzem de maneira exata a realidade do Espírito Santo, é preciso levar em consideração questões estatísticas de margem de erro e os debates técnicos no recolhimento dos dados. Entretanto, no contexto aqui investigado eles ajudam a ilustrar a realidade socioeconômica da Grande Vitória; além disso atores políticos e sociais do período investigado utilizavam-se dessas informações estatísticas para a tomada de decisões econômicas e políticas ou para a compreensão daquela realidade socioeconômica, transformando esses dados estáticos em fontes importantes para o nosso trabalho.

⁹¹ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró, Op.cit., 2010, p.133-134

pelo IBGE, a região da cidade de Vitória seria um aglomerado urbano, visto não possuir concentração de recursos, riquezas e população com capacidade de influenciar, tanto de forma nacional como internacional, que lhe garantissem o reconhecimento como metrópole⁹² e investimentos federais mais volumosos.

Tabela 2 - Distribuição percentual das famílias por classe de renda e por município, na Grande Vitória no ano de 1977

EXTRATO DE RENDA POR MUNICÍPIO					
	Vitória	Vila Velha	Cariacica	Serra	Viana
Até 03 SM	59,2	54,2	71,4	87,1	70,0
De 03 a 05 SM	19,0	21,0	18,1	7,1	20
De 05 a 10 SM	14,7	19,8	9,0	5,8	10,0
Acima de 10 SM	7,1	5,0	1,5	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEASA/CEPA/FJSN. Anteprojeto da Cadeia Voluntária da Grande Vitória, Vitória: CEASA/CEPA/FJSN, 1978, p.23

Nesse quadro de transformações socioeconômicas e políticas apresentado, a questão habitacional emergia como principal problema social do crescimento urbano e acelerado da Grande Vitória nos anos 70, denunciado por planejadores e técnicos do governo estadual. O déficit habitacional atingia, principalmente, os contingentes de trabalhadores pobres na faixa salarial de um a três salários mínimos⁹³.

Além disso, a crise da moradia popular agravava-se quando considerava a qualidade das moradias que eram ofertadas para o mercado popular, já que eram construídas ao ritmo da redução dos custos, resultando em moradias precárias, de baixa qualidade técnica e localizadas em pontos distantes das centralidades urbanas, chegando a assemelharem-se, muitas vezes, às produzidas de forma coletiva (ajuda mútua ou mutirão) e pela autoconstrução e assim marcadas pela informalidade e ausência de recursos financeiros, sem que se beneficiassem com assistência técnica qualificada.

⁹²A primeira iniciativa de ação de planejamento coordenada foi a instituição do Aglomerado Urbano no estado do Espírito Santo a partir da aprovação da Lei Estadual nº 3.176/1977, a qual criava a Microrregião da Grande Vitória (MGV), formada pelos municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha que visava articular os municípios na produção de ações conjuntas em relação aos problemas urbanos e as interdependências impostas pelo crescimento urbano acelerado e o processo de industrialização tardia.

⁹³ Calculava-se o déficit habitacional de 96.485, em 1977, passando para 87.099, em 1978, e, em 1979, foi para 85.658. Esse cálculo não se somava os barracos, cômodos improvisados e os sem declaração. IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Filosofia, política e programação habitacional no Espírito Santo**. Vitória, 1979, p. 20.

O Informe JB, seção do Jornal do Brasil, destacava-se em comentário sarcástico, em 1977, sobre as dificuldades das COHABs estaduais em reduzirem os custos, denunciando a crise habitacional brasileira: “Todas as COHABs estaduais estão reunidas em São Paulo. Discutem fórmulas para baratear o custo dos terrenos destinados à construção de casas populares. Fazem isso há 10 anos”.⁹⁴

De fato, a política habitacional local, assim como no resto do país, ficara orientada pela promoção do crescimento econômico, sendo que as ações do Banco Nacional de Habitação⁹⁵ eram direcionadas para a indução da indústria da construção civil local e como suporte ao projeto de industrialização,⁹⁶ restando à população não contemplada pela política a estratégia de formas coletivas de construção como o mutirão, a ajuda mútua e a autoconstrução para a produção da moradia.

Os promotores da política habitacional foram orientados pela demanda solvável (quem podia pagar) que emergia com o acelerado crescimento urbano, especialmente trabalhadores mais qualificados e com renda maior. A construção de conjuntos habitacionais, com efeito, induziu o crescimento do espaço urbano da Grande Vitória no sentido das periferias, no caso, o mercado habitacional popular (interior do continente); no sentido da orla marítima, expandiu-se o mercado habitacional de classes médias e elites⁹⁷.

A Companhia de Habitação do Espírito Santo – COHAB – ES (1966) e Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo – INOCOOP – ES (1968)⁹⁸ destacaram-se na modelação do espaço urbano da Grande Vitória – ES, com 49.565 unidade habitacionais – u/h, tendo como principal área de atuação, o município da Serra (25.981 u/b) e Vila Velha (14.819 u/b), impondo intensa mobilidade residencial à localidade, nos anos de 1970 a 1980.⁹⁹

⁹⁴JORNAL DO BRASIL, Terça-feira, 22/3/77, p.6.

⁹⁵Ver: BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

⁹⁶FORTUNATO, Daniëlle de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. In: DADALTO, Maria C.; RODRIGUES, Márcia B. F. (Orgs) Revista Dimensões, Vitória: UFES. V. 27, p. 40-62, 2011.

⁹⁷FREIRE. A. L. O. Projetos de urbanização em Vitória - ES: aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna. **GEOUSP**. São Paulo, nº 15, pp.105-117, ano 2003, p.110.

⁹⁸Dados contabilizados de ações até 1986. IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Estudos para definição da política habitacional para o estado do Espírito Santo. Estudos Básicos referentes à questão habitacional. Intervenção estatal no processo de habitação. Versão final. Vitória, 1987.

⁹⁹DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. **A expansão da periferia por conjuntos habitacionais na região da Grande Vitória (1964-1986)**. Vitória: Grafitusa Editora, 2010.

Em 1978, o INOCOOP - ES em matéria publicitária o jornal *Gazeta* que comemorava 10 anos de atuação no mercado habitacional, divulgava os números de mais 15 mil habitações construídas no Espírito Santo, sendo quase 80% localizadas na Grande Vitória.

Elas eram entendidas como “uma grande obra social e econômica”, cujos contemplados eram trabalhadores mais bem remunerados, inseridos nas dinâmicas mais vantajosas do desenvolvimento local. Com essas palavras acentuava-se o grande feito da cooperativa: “nota-se a ascensão social do trabalhador das mais diversas camadas, a multiplicação de empregos, o acesso à infraestrutura básica, casa própria, segurança, patrimônio e o lar”.¹⁰⁰

Enquanto a COHAB - ES possuía como público os trabalhadores com faixa de 1 a 3 e de 3 a 5 salários mínimos, sendo que essa última faixa tinha sido a mais agraciada devido às dificuldades da produção de unidades habitacionais mais baratas e à instabilidade econômica que dificultava contemplar a primeira faixa salarial. Mesmo com as políticas de subsídios, parceria com municípios e racionalização na construção das obras, tais vantagens acabavam sendo capturadas pelas pessoas incluídas nas faixas salariais maiores, marginalizando os possíveis mutuários com rendas menores.

Além de disso, a COHAB - ES atuava através do Plano de Habitação Popular – PLANHAP (1974), do Programa de Lotes Urbanizados – PROFILURB (1975), do projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Projeto Cura (1973), Programa de Erradicação de Favelas- PROMORAR (1979) e projeto João de Barro (1982), com o apoio do Instituto Jones dos Santos, com o Projeto Cidades de Porte Médio e elaborações de diversos estudos habitacionais, em resposta a demandas emergenciais para as populações 'sem renda' e de baixa renda, advindas de despejos, invasões de terras urbanas e desabrigadas por 'tragédias naturais', dos quais se destacaram o projeto Boa Vista (1976, Vila Velha) e o projeto Itanhenga (1982, Cariacica) e Conjunto habitacional Feu Rosa (1985, Serra).

Desse modo, aqueles que não se encaixavam nas clientelas da COHAB - ES ou INOCOOP - ES, especialmente por estarem no mercado de trabalho informal ou não alcançarem a renda preestabelecida devido aos baixos salários e à informalidade do trabalho, contavam com a autoconstrução em loteamentos

¹⁰⁰INOCOOP - ES: 15 mil habitações em 10 anos. A *Gazeta*, Vitória, ES, 30/09/1978, p. 06, c. 1-7, p.1.

clandestinos, regulares ou irregulares e nas invasões de terras urbanas.

Conforme estudos do Instituto Jones Santos Neves – IJSN, em 1979, boa parte da população residente na Grande Vitória vivia sob condições habitacionais inadequadas do ponto vista urbanístico, edilício, social e econômico, reconhecido pelos órgãos e programas internacionais, como o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU - HABITAT) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Com efeito, reconhecia-se “com base em informações coletadas no total dos assentamentos de sub-habitação na aglomeração [...] que em 1979, próximo de 262.000 pessoas ou 47% da população vive em condições precárias de habitação”.¹⁰¹

Um jornal do município de Serra denunciava, nesse contexto, a situação da moradia e a morosidade da ação das agências de política habitacional naquela localidade e a associava à expansão das invasões de terras urbanas:

O critério da distribuição destas casas tanto pela Cohab-ES como Inocoop-ES, até agora não tem sido de favorecimento às necessidades locais. Nosso Parque Industrial, Comércio, Indústria, os que pagam aluguel e trabalham no município numa população de 85% não conseguiram estas casas. Valem-se de loteamentos populares, aonde conseguem lotes a longos prazos e constroem barracos ou aventuram-se em invasões quando temos uns 2.500 casos. É um verdadeiro paradoxo, quem trabalha na Serra, em grande percentual mora distante e quem recebeu casa aqui também trabalha longe¹⁰².

Essa população submetida às condições habitacionais precárias poderiam ser alvo das ações sociais dos Governos Estadual ou municipais que buscavam estabelecer a remoção das invasões das terras urbanas ou ocupações consolidadas, assim como dirigir os invasores ou posseiros para as áreas de distensão de conflito fundiário.

Em manchete garrafal, o jornal *A Gazeta* anunciava, a partir de dados do censo demográfico de 1980 (IX Recenseamento Geral do Brasil), que as “**Favelas do Espírito Santo têm hoje mais de 73 mil moradores**”. A maioria dessas favelas estavam localizadas na Grande Vitória e somavam 66.431 pessoas, que habitavam, supostamente, 13.862 barracos dos 15.199 barracos que formavam as 24 favelas distribuídas por 8 municípios pelo estado.

¹⁰¹IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Filosofia, política e programação habitacional no Espírito Santo. Vitória, 1979.

¹⁰²JORNAL DA SERRA, 1979 Apud: PAULINO, Vânia Seidler. **Articulação entre os atores sociais na década de 1980: a constituição do projeto democrático participativo no município da Serra, ES.** Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2008, p. 73.

Esse quadro urbano era resultado de invasões espontâneas ou organizadas e a ele os órgãos de planejamentos locais, para auferirem mais recursos de programas federais agregavam, também, os bairros carentes, com intensa precariedade urbana e carência de serviços públicos, assim elevando os números para 281.391 pessoas o que representava mais 214.960 pessoas em situação de favela, contabilizando 39,84% da população da região da Grande Vitória e 61,39% da população migrante, como podemos perceber na tabela três.

Tabela 3 - Grande Vitória (1980) assentamentos subnormais

Unidades Urbanas	Localização	Quantidade	Nº de Habitantes
Vitória	Baixadas e Mangues	7	15.930
	Morros	25	81.291
Vila Velha	Baixadas e Mangues	26	86.140
	Morros	8	21.250
Cariacica	Baixadas e Mangues	3	21.980
	Morros	9	39.400
Serra	Baixadas e Mangues	3	8.500
	Morros	2	6.900
	Baixadas e Mangues	39	132.550
TOTAL	Morros	44	148.841
Total Geral		83	281.391

Fonte: IJSN, op. cit., 1987.

Os dados registrados oficialmente no Instituto Jones Santos Neves - IJSN apontavam para o período de 1970 a 1980 um total de 15 invasões, conforme podemos aferir na tabela 4. Provavelmente também subestimavam os números deixando de fora inúmeras tentativas de consolidação de invasões de terras urbanas, fossem organizadas ou espontâneas, coletivas ou individuais¹⁰³.

Nesse caso particular, na Grande Vitória, como vimos, usa-se a palavra “invasão” como sinônimo de favela, o que demarca certa maneira de apropriar-se do espaço, indicando as áreas das localidades que surgiram a partir da ocupação de propriedade privada ou pública e destituída de ordenamento urbanístico e edilício¹⁰⁴.

¹⁰³DOIMO, Ana M. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 50-52.

¹⁰⁴Com a emergência da Lei 6.766/1979 que passou regular o processo de loteamento urbano consolidou-se as categorias loteamento clandestino(sem qualquer tipo de consulta à prefeitura e nenhum respeito à norma urbanística e jurídica) e loteamentos irregulares(aquele que possui algum tipo de registro no município), o primeiro definido pela ausência da regulação administrativa e jurídica, assim como segundo delitimidade por alguma irregularidade administrativa e jurídica. Apesar dessa percepção técnica muitas vezes esses espaços urbanos eram assumidos e compreendidos como favelas(central definidade pela ausência regularidade jurídica ou como assentamentos subnormais)

Além disso, cabe observar que a categoria “habitação subnormal”, intensamente usada no período investigado agregava, além de favelas – sendo oficialmente para o IBGE o assentamento urbano com mais de 51 barracos sob litígio na posse da propriedade - todo e qualquer tipo de ocupação urbana (regular, irregular e clandestino) que estivessem marcadas por precárias condições de habitabilidade e com acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana precárias¹⁰⁵.

Tal ampliação da categoria habitação subnormal inscrevia-se na estratégia de planejamento, como já comentado, de identificação da pobreza urbana e sensibilização dos órgãos de financiamento, em especial, organismos internacionais, para alocação dos recursos (ou melhor, empréstimos). Essa estratégia técnico-política acabava por reduzir e homogeneizar, do mesmo modo como alimentava o debate do senso comum, as periferias e as favelas à pobreza urbana e ausência do poder público.¹⁰⁶

O que podemos afirmar é que as invasões de terras urbanas aqui relatadas foram as que ganharam páginas de jornais e que não representavam a integralidade desse fenômeno urbano que marcou a região da Grande Vitória, no período investigado¹⁰⁷. Desse modo, discutimos as invasões de terras urbanas sem a

na medida em que eram marcados intensas precariedades urbanas e relativa ausência de serviços públicos. Tal estratégia de planejamento buscava ampliar a sensibilidade dos órgãos de financiamento e ação das autoridades públicas, mas acabava homogeneizando sobre o signo da pobreza e da precariedade distintos formações socioespaciais que constituíam o espaço urbano em transformação acelerada.

¹⁰⁵Assentamentos Subnormais é uma nomenclatura oficial utilizada pelo IBGE que considera os seguintes critérios para definição da categoria social favela ou espaços precários: posse da terra, urbanização, infraestrutura, número mínimo de 51 domicílios.(IBGE 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>>. Acessado em: 09.05.2016.

¹⁰⁶Em estudo técnico, a equipe do IJSN justificava a sua atuação: “Movida por tal convicção e respaldada nos resultados de estudos foi que a Fundação Jones dos Santos Neves aceitou participar de bom grado, consciente que poderia prestar uma valiosa contribuição ao Grupo de Trabalho do PROMORAR - ES, criado em protocolo assinado em março de 1980, quando da visita do Excelentíssimo Sr. Ministro Mário Andreazza ao Estado, certa que, o Programa PROMORAR destinado a atender as populações carentes da área da Grande Vitória, cerca de 262.000 pessoas e populações faveladas do interior do Estado, representará um decidido passo do Governo Federal, no encaminhamento de soluções para os aglomerados de sub-habitações existentes no Estado. A Fundação Jones dos Santos Neves aceitou também a indicação feita em reunião do GT/PROMORAR/ES para ser a responsável pela realização de Estudos Socioeconômicos Preliminares, nas áreas indicadas pelo citado grupo, para a implantação do Programa no Estado” IJSN, **Programa Promorar - BNH: diagnóstico socioeconômico do Bairro Vila Nova - São Mateus/ES**. Vitória-ES, 1980, p. 10.

¹⁰⁷Na base de dados da biblioteca online do Instituto Santos Neves utilizada por esta pesquisa, registra-se com as seguintes categoria em artigos de jornais preservados a) invasão, 204 ocorrências; a invasões, 30 ocorrências; posseiros, 37 ocorrências; invasores, 71 ocorrências; pobreza urbana, 288 ocorrências. Ver em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>.

negociada com as forças políticas locais, como demonstraremos no capítulo dois.¹⁰⁹

Nessa época, elas já eram malvistas e acusadas, recorrentemente, de refúgio da pobreza, promiscuidade e da criminalidade¹¹⁰. Além disso, também, foram alvo dos interesses políticos populistas, cuja imprensa capixaba, especialmente do jornal *A Gazeta*, acusava de terem sido estimuladores do crescimento nos anos de 1940 e 1950, como aponta Alexandre de Paula ao problematizar os periódicos como espaço de controle moral e social da cidade de Vitória, naqueles anos.¹¹¹

Tabela 4- Número de ocupações e pessoas região metropolitana de Vitória

DÉCADA	Nº. OCUPAÇÃO	%	Nº PESSOAS	%
70	05	21,8	3.750	6,2
80	10	43,4	25.740	42,2
90	08	34,8	30970	51,3
Total	23	100%	60460	100%

Fonte: IJSN, 1994, p. 8

¹⁰⁹LIMA, Marcelo. Urbanização, Segregação e disputa pelos espaços da cidade: análise do Projeto Terra. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro (Org). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010, p. 350.

¹¹⁰Os autores Mauro Amoroso (2011), Sidney Chalhoub(1996), Sandra Jatahy Pevasento(1991) Lícia do Prado Valladares (2005), Romulo Costa Mattos (2004; 2008), Mario Hélio Trindade de Lima(2005) Marcos Alvito e Alba Zaluvar(2004) e Alberto Gawrysemwski(2012) destacaram-se na investigação que de como as representações jornalísticas, assim como a posição política das empresas de comunicação, afetavam na compreensão das formas de habitação populares e na dinâmica dos interesses sociais e políticas que constituem as cidades. Além disso, apontavam como as representações jornalísticas articuladas, diferentemente outras representações sustentavam diversas intervenções privadas e públicas sobre os espaços populares (Cortiços, invasões, favelas, mocambos, dentre outros). No anexo I, segue uma pequena bibliografia levantada sobre habitação popular e estratégias de populares de provisão de moradia no campo da historiografia e dos estudos urbanos.

¹¹¹PAULA, Alexandre de. **O Cotidiano de Vitória nas páginas dos jornais A Gazeta e A Tribuna: práticas, comportamentos e modos de vida (1945-1955)**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Programa Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

2 IMPRENSA, JORNALISTAS E PODER: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO CAPIXABA NOS ANOS 1970 E 1980.

Este capítulo situa de forma histórica, econômica, política e social a imprensa capixaba, destacando as transformações técnicas, culturais e sociais que marcaram o campo jornalístico do Espírito Santo nos anos de 1970 a 1980. A metodologia para a análise histórica se deu a partir de um pequeno mapeamento das motivações que o estruturavam, perfil dos colaboradores, redes sociais e políticas que envolviam o trabalho jornalístico e as interferências econômicas e políticas na autonomia da produção das notícias e informações locais.

Além disso, apontamos a estruturação da cobertura jornalística local e como nela atuavam as novas tendências da imprensa escrita, que emergiram nos anos de 1970 a 1980 e tiveram como substrato o papel dos jornalistas na defesa da cidadania num contexto de redemocratização política do país.

Por campo jornalístico, compreendemos os conjuntos de regras e práticas que articulavam os diferentes atores sociais e configuravam a comunidade de trabalhadores em comunicação formada por jornalistas, editores, redatores, secretários de redação, revisores, pauteiros, gráficos, diretores e donos de jornais.¹¹² No interior desse campo jornalístico estruturavam-se estratégias, táticas de controle, monopólio da circulação de bens jornais, onde assumia simbólicos e de materiais que envolviam o reconhecimento e a certificação do discurso jornalístico local.¹¹³

Até a criação do curso de Comunicação Social em 1975, na Universidade Federal do Espírito Santo, o percurso para a consagração do indivíduo como jornalista era o aprendizado *in loco* na redação dos a condição de 'foca', um aprendiz de jornalismo. Além do envolvimento com paixão e engajamento (romantismo jornalístico) na atividade de imprensa, a vida boêmia e intelectual caracterizavam o processo antes da profissionalização e regulamentação, nos anos 60.¹¹⁴

A história da imprensa capixaba é um campo de investigação ainda em consolidação, marcado pela fragmentação, dispersão teórica, metodológica e

¹¹²Lembramos que os donos de bancas e jornaleiros, também, faziam parte da distribuição da informação, mas quase não são citados ou lembrados na memória do campo jornalístico.

¹¹³BOURDIEU, P.Op.cit, 1997.

¹¹⁴Ver: ROXO, Marco.Op.cit., 214-217; RIBEIRO, Ana P. Goulart.Op.cit.,p183-191.

temática. Nos últimos anos, percebe-se ampliação devido ao crescimento de trabalhos memorialísticos e acadêmicos que acentuam as trajetórias profissionais de determinados jornalistas e constituindo um inventário histórico cronológico dos veículos de comunicação.

Nessa direção destacou-se o projeto Comunicação Capixaba (CoCa)¹¹⁵, coordenado pelo José Antônio Martinuzzo, do departamento de Comunicação Social da UFES, que construiu um grande acervo de memórias e fontes históricas em relação à história da imprensa e do jornalismo capixaba.¹¹⁶

Com a criação do mestrado em Comunicação, em 2014, e do mestrado e doutorado em História, em 2005 e 2011, respectivamente, na Universidade Federal do Espírito Santo, apareceram diversas pesquisas em perspectiva histórica sobre o papel da imprensa na configuração da esfera pública no Espírito Santo e as relações com o poder local, assim como sobre a atuação de jornalistas e jornais em grandes acontecimentos locais, destacando-se temáticas tais como a campanha abolicionista, a propaganda republicana, Era Vargas e a questão da Ditadura Militar.

Além disso, apontamos a estruturação da cobertura jornalística local e como nela atuavam as novas tendências jornalísticas que emergiram nos anos 70 e 80, tendo como substrato o papel dos jornalistas na defesa da cidadania em um contexto de redemocratização política do país.¹¹⁷

Outro projeto que convergiu com a ascensão de pesquisa do campo jornalístico, foi o projeto de pesquisa “Relatos Ausentes”, criado em 2013 sob a coordenação de Rodrigo Cerqueira e Nicoli Tassis, do curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha - UVV- ES. Esses autores têm se dedicado à construção de um acervo de memórias narrativas de jornalistas e trabalharam na imprensa capixaba durante a Ditadura Militar, o que resultou numa série de artigos publicados em seminários locais e nacionais.

Segundo Bittencourt, em 1973, *A Gazeta* (1928), *A Tribuna* (1938) e *O Diário* (1955), destacavam-se entre os 32 periódicos que formavam a imprensa capixaba.

¹¹⁵Para maiores informações sobre a história da imprensa capixaba consulte o site: <http://comunicacaocapixaba.com.br/>

¹¹⁶MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Quase 200** – A imprensa na história capixaba. Vitória: Imprensa Oficial, 2008. PESSALI, H. A. A rádio AM no Espírito Santo. In: ORTRIWANO, G.S. **Rádio no Brasil: 10 estudos regionais**. São Paulo: Com-Arte, 1987. PESSALI, H. A. História da imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura**, a. 9, n. 28, Vitória, 1984. p. 7-21.; PAULA, Alexandre de. Op.cit., 2013. BRITTES, J. G. (Org.). Op.cit., 2010.

¹¹⁷MARTINUZZO, José Antonio (Org.). Op.cit., 2005.

Ao lado da imprensa escrita estavam as rádios: Cariacica (1969), Capixaba AM 1050 (1955), Gazeta AM (1976), Antena 1 FM 92,5 (Grupo Gazeta, 1977), Tribuna FM Vitória (1980), Tribuna AM 590 (1983), Vitória AM 640, Espírito Santo¹¹⁸(1940).

A rádio Espírito Santo era a mais importante e reconhecida estação capixaba. Dela emergiram os principais quadros políticos importantes que figuraram na vida pública estadual durante os anos 70 e 80, tendo como destaque o senador Gerson Camata e o deputado Élcio Álvares - ambos ex-governadores do estado, Solon Borges, ex-prefeito de Vitória, e os deputados Estaduais Hugo Borges, Darcy Castello Mendonça e Nilton Gomes.¹¹⁹

Pelas rádios, via sistema *gilette press*¹²⁰, circulavam as notícias produzidas pelos principais jornais locais. Tal prática jornalística baseava-se no recorte das notícias e a leitura. Pela agilidade e simplificação na apresentação das matérias jornalísticas, esta estratégia disseminou-se em todos os meios de comunicação com o processo de competitividade entre as empresas jornalísticas, devido aos efeitos da crise do papel (elevação dos preços internacionais e fim das políticas governamentais de subsídio) nos anos 70, a exigência de velocidade na circulação das informações (competitividade empresarial, mudanças técnicas e tecnológicas) que passaram a interferir no processo de seleção, edição e verificação das notícias.¹²¹

Com o crescimento do consumo de aparelhos de televisão e rádio, conforme tabela 6, podemos deduzir o alcance da circulação das informações produzidas pela imprensa escrita, tendo em vista que a constituição dos aglomerados de comunicação locais seguia a lógica de garantir a permanência da liderança

¹¹⁸Os principais editores dos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário* estiveram presentes no radiojornalismo: Marien Calixte, José Luiz Holzmeister, Djalma Juarez Magalhães, Osdiva Bruzzi e Adam Emil Czartoryski.

¹¹⁹REBOUÇAS, Edgard. Panorama do rádio em Vitória. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3291-1.pdf>>. Acesso em: 10 fev.2017.

¹²⁰O campo jornalístico designa, pejorativamente, a prática de copiar ou reproduzir as informações de outros veículos, assim como *releases* ou matérias prontas de assessorias, sem detalhes e aprofundamentos, que era comum em rádios e jornais sem estrutura de produção e passou a ser uma prática recorrente, especialmente nos programas de televisão. Atualmente tal prática é chamada, devido a expansão da internet, de CTRL+C / CTRL+V.

¹²¹Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 50-70. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, (p. 426-435) 2006, p. 428-432.

empresarial dos donos da imprensa escrita¹²² agregando aos antigos negócios os novos meios de comunicação garantidos pelo processo de modernização das comunicações organizado pelo Governo Federal, especialmente com a expansão da televisão e do rádio sob novas bases tecnológicas.

Além disso observamos, na tabela cinco, uma distância considerável entre o total de domicílios e os domicílios que não tinham acesso a tais comodidades modernas que materializavam a qualidade de vida da época e se tornaram demandas sociais que povoavam as páginas dos jornais, em especial por serviços públicos, assim como eram tomadas como evidências empíricas das contradições socioeconômicas¹²³ que envolveram o processo de modernização do Espírito Santo; desta forma, denunciados por muitos jornalistas capixabas.

Tabela 5- CONFORTOS ASSOCIADOS À VIDA URBANA MODERNA POR DOMICÍLIOS

	1940	1950	1960	1970	1980
Rádio	3.993	-	48.438	145.044	303.276
Televisão	-	-	159	40.770	221.719
Automóvel	467	-	-	17.431	82.723
Geladeiras	-	-	12.443	49.770	221.719
Telefones	586	-	-	-	44.023
Energia Elétrica	129.524	23.922	57.485	108.275	286.127
Abastecimento	11.772	18.256	44.578	95.360	229.331
Rede Geral					
Combustível-Gás			10.643	90.350	235.596
Total de domicílios	135.468	155.399	205.707	280.102	418.821

Fonte: Evolução Demográfica do Espírito Santo (1940-1991), Vitória: IHGES, 1999, p. 126-127

Além disso, não podemos esquecer que o formato dos periódicos influenciava não apenas os custos financeiros da impressão, mas também na imagem pública e

¹²²Para uma discussão mais aprofundada sobre a formação das redes de *broadcasting* como estratégia de sobrevivência dos jornais diários no Espírito Santo, sugere-se: GENTILLI, Victor. Jornalismo Diário Impresso Capixaba: os desafios de uma nova realidade. **XIX Intercom Londrina GT de Jornalismo**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/a77bbdc41a7e7f578bb15cc6fe19caf4>>.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2016

¹²³MELLO, João Manuel C.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. V 04, p. 598.

as formas de uso pelos leitores. Dessa maneira, informamos que os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta* eram impressos no período investigado no formato *Standard (broadsheet)* em dimensões de 600 x 750 mm (23,5 pol. x 29,5 pol.). Essa nomenclatura deriva das folhas únicas de sátira política e se tornaram famosos quando o governo britânico passou a cobrar impostos por página impressa¹²⁴.

Esse tipo de formato gráfico permitia maior aproveitamento de papel com mais espaços para anúncios e textos (textos longos), assim com a percepção de credibilidade pelos leitores; entretanto, apresentava o desafio no manuseio, altos custos para postagem via correio e a necessidade de grandes impressoras, ampliando os custos para as empresas jornalísticas.

Temos, ainda, a montagem gráfica do jornal, conforme foto 1, que era estratégica para a legibilidade das notícias revelando a importância no jogo editorial e político da produção. A ponta inferior esquerda e a ponta superior direita são chamadas de “zonas frias” e necessitam de elementos para chamar a atenção do leitor: cores, fotos, elementos gráficos; ao contrário, a ponta superior esquerda (zona primária) e a ponta inferior direita (zona terminal) estão dispostas quase naturalmente, aos olhos do leitor¹²⁵.

Em torno dessas zonas há o centro geométrico de equilíbrio natural da página; entre a ponta direita superior e o centro geométrico, temos o centro óptico de atração natural do leitor, um espaço caro, de enorme disputa para publicidade e grandes matérias.

Com isso, havia uma dimensão política e econômica que envolvia a diagramação dos periódicos, mas que não é nosso objeto de análise, o que faz com que, ao analisarmos cada recorte jornalístico não tomemos como gratuita a sua localização no interior do suporte material, visto que esta atua também na produção de sentido das narrativas jornalísticas.

¹²⁴Segundo anuário estatístico do IBGE/1982, as tiragens de diárias de jornais, em 1980, eram 10.720 exemplares para 6 grandes diários, sendo que os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, abocanhavam mais de 70% desse volume. No ano 1981, calculava-se 11.145 exemplares para 4 diários, mantendo-se como lideranças da Imprensa Capixaba. BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil 1983**. Rio de Janeiro: IBGE, V.44, 1983. p.674.

¹²⁵FORMATO DE JORNAIS. In: Disponível: <
http://www.tecnologiadodia.com.br/comunicacao/formato-de-jornais,824.jhtml>. Acesso em: 10 fev.2017

FIGURA 3



Fonte: Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/aulasdejornalismo/diagramao-de-jornais-34227592>>. Acesso em 03 fev.2011

2.1 A GAZETA E A TRIBUNA - COMO TUDO COMEÇOU?

A história dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* se articulam ao contexto político capixaba na medida em que esses veículos de comunicação apresentavam-se publicamente em suas origens como “porta-vozes” dos interesses político-partidários que disputavam o controle político local.

Assim, suas trincheiras editoriais e colunas eram tomadas como espaço estratégico de difusão das ideias de mobilização social, sendo reconhecidos pelos atores políticos locais, como instrumento político primordial, na defesa dos interesses políticos partidários, principalmente, em um contexto de profunda polaridade política como foi o período da experiência democrática (1946-1964).

Nascido em 1928 para a promoção de atividades imobiliárias, por meio da parceria entre Ostílio Ximenes (dono da Imobiliária Camburi) e o jornalista Thiers Vellozo, o Jornal *A Gazeta*, além das atividades publicitária e comercial, acabou participando dos debates políticos nacional e local, sendo empastelado em 1930 devido ao apoio à Aliança Liberal. Em seguida à revolução de 1930, tornou-se governista sob a liderança da família de Thiers Vellozo.¹²⁶

Anos depois, o jornal *A Gazeta* passou às mãos de Oswaldo Guimarães e, em seguida, do fazendeiro Eleosipo Cunha que o comprou com o objetivo de apoiar o Brigadeiro Eduardo Gomes na campanha presidencial. Com a frustração das perspectivas eleitorais em 1949, o periódico foi vendido a Alfredo Alcure, membro do Partido Social Democrático-PSD, que formou uma sociedade com Carlos Fernando Monteiro Lindenberg,¹²⁷ governador à época (1947 - 1950; 1959 -1962), que comprou progressivamente as partes do sócio e deu a direção da empresa ao cunhado, Eugênio Pacheco de Queiroz.

Nos anos 50, o Jornal *A Gazeta* fazia a defesa do governo de Carlos Lindenberg contra a oposição política do jornal *O Diário* (1955). Este periódico foi comprado de um político do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB por grupos

¹²⁶LINDENBERG, Leticia. *A Gazeta*. In: BRITES, Juçara Gorski. Op.cit., p. 123-130.

¹²⁷Foi “Deputado Federal Constituinte de 1930, Secretário da Fazenda (1935-1939), Senador da República (1951-1958), Governador por duas vezes (1947-1950 e 1959-1962), em administrações marcadas por austeridade ante as dificuldades herdadas, em especial no segundo mandato (1959-1962)” OLIVEIRA, Ueber José. O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário: Arena e MDB no Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de Oliveira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs).Op.cit., 2014, p. 110.

militantes do PSD¹²⁸, mas que encontraram dificuldade de financiamento o que os forçou a vendê-lo para o governador de Francisco Lacerda de Aguiar (deputado federal, 1951-1955; governador 1955-1959 e 1963-1966),¹²⁹ para o combater o jornal *A Gazeta* e manter a oposição ao governo.

Com a intensificação da campanha de oposição a Francisco Lacerda de Aguiar, no contexto da Ditadura Militar, que estava sob acusação de corrupção, má administração pública e populismo, com a liderança do jornal *A Gazeta* aconteceu a renúncia daquele e a venda, pouco tempo depois, do jornal *O Diário* aos empresários José Carlos Monjardim Cavalcanti - Cacau Monjardim, Fernando Jakes Teubner - Jakaré e Edgard dos Anjos.

Assim, o jornal *A Gazeta* durante anos foi veículo do PSD, propriedade da família do ex-governador e senador, líder político, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. O envolvimento político do jornal *A Gazeta* pode ser identificado na ação política do primeiro governador indiretamente eleito na Ditadura Militar no Espírito Santo, Christiano Dias Lopes, ao defender a candidatura do ex-governador frente às imprevisibilidades da montagem do regime bipartidário e as dificuldades do possível candidato de encontrar espaço político na Aliança Renovadora Nacional - ARENA e no Movimento Democrático Brasileiro – MDB, visto que seus adversários haviam lhe dificultado as articulações políticas.

Tal estratégia política foi justificada como gesto de agradecimento pelo esforço político do ex-governador em construir uma alternativa político-econômica para a crise do café que assolava o Espírito Santo. Para isso, articulou-se junto ao MDB para que a ficha de filiação daquele fosse transferida para o Arena.

Com isso, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg conseguiu ser candidato ao Senado e eleito (1966-1974), por uma espécie de gratidão política, pois era 'dono' do maior jornal do Espírito Santo, como lembrou o governador Christiano Dias Lopes

¹²⁸Christiano Dias Lopes(primeiro governador indicado indiretamente, ex-secretário de estado deputado estadual), Eurico Rezende(senador da república entre 1963 e 1979, ex-editor chefe do jornal *A Gazeta*(1947-1948), quinto governador indicado indiretamente) e Alvino Gatti(jornalista, político, radialista, professor).

¹²⁹A partir da Coligação Democrática, formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o Partido Republicano - PR, o Partido de Representação Popular - PRP e o Partido Social Progressista - PSP, Francisco Lacerda de Aguiar derrotou Eurico Sales, da Aliança Interpartidária, constituída pelo Partido Social Democrático-PDC e a União Democrática Nacional -UDN. Assim, manteve, entretanto, a liderança política, conseguindo voltar ao governo do Espírito Santo na eleição de outubro de 1962, dessa vez, na legenda da coligação do PTB com a UDN, PSP, PRP e o Partido Democrata Cristão - PDC, suplantando por menos de nove mil votos, o candidato pessedista Jones dos Santos Neves.

Filho (1967-71):¹³⁰“o estado estava devendo alguma coisa a ele, precisava resgatar uma dívida com o doutor Carlos, porque ele não podia ter perdido aquelas eleições em 1962”¹³¹

O governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg ao lamentar sobre as dificuldades de se apropriar do MDB e definir a candidatura ao Senado Federal, acusava a legenda partidária de interesse político no jornal, o que de certa forma revelava a importância dos meios de comunicação no jogo partidário capixaba e realçava as razões pelas quais o governador biônico orientava-se tão prestativamente em saldar a dívida política com o tradicional político capixaba.

Segundo o anedotário local, o desfecho dessa pendenga partidária-política teria custado a entrega de um cartório de Protesto de Títulos em Cariacica ao político Argilano Dario, pois foi ele quem liberou a ficha do senador do MDB para a Arena¹³². Indignado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg relembra aqueles acontecimentos:

[...] por influência de Dirceu Cardoso, mas ele não tomou as providências que eu havia solicitado, de que ele seria presidente do partido. Verifiquei que o MDB tinha muita má vontade comigo, queria utilizar – *A Gazeta* – para fazer propaganda dele e eu para ajudar, mais nada. Nas vésperas dos registros, fui convidado por Christiano Dias Lopes, por que no MDB eu não seria candidato a senador (seria Solon Borges) e não havia lugar para mim na chapa de deputado federal.¹³³

O jornalista Adam Emil Czartoryski descreve esse contexto histórico anterior à profissionalização e especialização do jornalismo e à modernização das

¹³⁰“Em 1947, Christiano Dias Lopes Filho foi nomeado para a Assembleia Legislativa, tendo participado da Constituinte daquele ano como funcionário. Em 1950, Jones dos Santos Neves, eleito governador, nomeou Lopes Filho, assessor. Entre 1951 e 1954, Lopes Filho se tornou chefe de gabinete do governo Jones. Nas eleições de 1954, conseguiu eleger-se deputado estadual e passou a fazer oposição ao governo de Chiquinho. Em 1959, com a eleição de Carlos Lindenberg para governador, Lopes Filho se tornou líder do governo na Assembleia. Em 1960, tornou-se presidente do Legislativo. Elegeu-se novamente deputado em 1962, fazendo novamente oposição a Chiquinho. No final de 1966, no bojo do AI -2, se tornou governador indireto do Estado do Espírito Santo. "RIBEIRO, Diones Augusto. **O Elo Perdido: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Codec (1950-1980)**. 302 f. Tese (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p. 206.

¹³¹OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar**: um estudo regional acerca das 296 trajetórias de Arena e MDB (1964-1982). Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa em Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013, p. 125-126.

¹³²OLIVEIRA, Ueber José. O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário: Arena e MDB no Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de Oliveira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs). Op. cit., 2014, pp. 110-111.

¹³³ Idem, p.109.

comunicações: “no Estado, nós tínhamos uma predominância muito grande de partidos e de candidatos, e havia um enorme acirramento político. Os jornais se dedicavam praticamente à política, com um partido ou candidato guerreando com o outro”¹³⁴

Carlos Fernando Lindenberg Filho - Cariê Lindenberg - ao narrar suas memórias sobre o jornal *A Gazeta*, reforça as lembranças do jornalista Adam Emil Czaratoryski e reafirma os vínculos do jornal com a luta político-partidária local e a construção da hegemonia política da família.

Foi a compra de *A Gazeta* que deu ao então governador Carlos Lindenberg, meu pai, o descanso de não precisar mais estar escrevendo esdrúxulos e inéditos editoriais no Diário Oficial para se defender das ardilosas críticas lhe dirigiam através da própria *A Gazeta*, então órgão oficial da UDN (União Democrática Nacional). A passagem do matutino para o grupo político do meu pai tinha sabor de um fantástico troféu que desequilibrava o jogo político em favor do PSD (Partido Social Democrático). E não deu outra: fora as ajudas eleitorais a deputados, vereadores e senadores fizeram crescer o partido, *A Gazeta* foi decisiva na carreira política do meu pai, que já fora duas vezes deputados federal e uma vez governador, e ainda conquistou mais dois mandatos de senador e um de governador.¹³⁵

Assim, a administração empresarial significava fazer do jornal um negócio rentável, mas que se apoiou em laços familiares-políticos tendo como sócio o senador e ex-governador. O editor-chefe era “General Darcy Pacheco de Queiroz, irmão de Maria Lindenberg, esposa de Carlos Lindenberg; Eugênio Queiroz, diretor comercial”¹³⁶ e Carlos Lindenberg Filho (Cariê), que depois anos 60, passou a colaborar diretamente no comando da empresa jornalística. Os fortes vínculos políticos da família Lindenberg com lideranças políticas da Ditadura Militar **faziam** com que a oportunidade do empresariamento fosse **a** grande meta do jornal; tal projeto empresarial conciliava-se com as preocupações dos governos estaduais em preparar o capital local para a nova economia em formação.

O jornal *A Tribuna*, fundado em 1938, tem uma das histórias mais

¹³⁴Apud TEIXEIRA, Roberto. o ideário comunista na imprensa do Espírito Santo: o caso do jornal Folha Capixaba. **Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa**, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/o-ideario-comunista-na-imprensa-do-espírito-santo-o-caso-do-jornal-folha-capixaba>>. Acesso em: 15 jun. 2016, p. 10.

¹³⁵FILHO, Carlos LINDENBERG. De volta para o futuro. In: PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória: PMV/SMCT, 1996, p. 35 p. 28

¹³⁶BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. *A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p. 73.

controversas da política capixaba pela defesa de ideias fascistas e integralistas, apoiado pelo empresariado local nos anos 40. Foi 'empastado' e fechado por um período e apenas reaberto nos anos 50 sob comando de Adhemar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP).

Nos anos 50, o periódico tentou fazer concorrência com *A Gazeta*, mas as dificuldades financeiras de Adhemar de Barros atropelaram a ideia do conselho editorial formado por Adam Emil Czartoryski, Marien Calixte (1935–2013), que também foi editor da *A Gazeta* nos anos 1970 e da *A Tribuna* nos anos 1980, e Asdrúbal Soares.

As relações do jornal *A Tribuna* com o jogo político local também eram estreitas. Conta Pedro Maia que Asdrúbal Soares - PSP, importante chefe político local, expulsou de Vitória à bala o jornalista Fernando Costa, que representava Adhemar Barros na direção do periódico. Este jornalista retornou ao Espírito Santo apenas para a campanha política de Floriano Lopes Rubim quando, com Cesar Vieira Bastos, dono do semanário *Sete Dias*, criou o jornal *A Palavra*¹³⁷.

Em 1968, o jornal *A Tribuna* passou ao comando de Djalma Juarez Magalhães. Entretanto, com os benefícios da política de incentivos fiscais criada no governo Christiano Dias Lopes Filho, o Grupo João Santos Filho comprou o Jornal *A Tribuna*, em 1968, com a negociação e o incentivo de Arthur Carlos Gerhardt Santos - futuro governador (1971-1974).

O grupo João Santos Filho, que tinha o controle da Indústria Barbará de Cimento,¹³⁸ em Cachoeiro de Itapemirim, tinha interesse político-eleitoral no Espírito Santo, pois seu dono desejava ser indicado para governador do estado, o que justificava a decisão de comprar do jornal *A Tribuna* e a formação de um conglomerado de comunicação local.

A mudança de gestão levou à demissão de Djalma Juarez Magalhães pelo Grupo Santos (1968) e que foi substituído pelo jornalista Plínio Martins Marchini, por pressão política de membros da elite local que o indicava e, também, porque

¹³⁷MAIA, Pedro. Tempos Brabos. In: PMV. Op. cit., 1996, p. 147.

¹³⁸João Pereira dos Santos Filho (1907-2009)., foi industrial e economista nascido em Serra Talhada - PE - hoje Serra Bela. Ele tem uma história de superação, por causa das vendetas familiares nordestinas que levaram a ruína a família. Formou-se em economia, trabalhou em grandes empresas da época e investiu na produção do açúcar. Mais tarde, nos anos 50 fundou a Cimento Nassau no contexto de aprofundamento da industrialização brasileira. Nos anos 70, aproveitando as oportunidades abertas pelas políticas de integração nacional da Ditadura Militar, passou a atuar no ramo das comunicações expandindo a atuação empresarial por todo o país, onde mantinha usinas e indústrias de cimento, tais como a do estado Espírito Santo.

demonstrava a forte ligação do periódico com o mundo político e econômico local. Segundo o editor Djalma Juarez Magalhaes: “Antes, eu dirigia o jornal e Maria Nilce era colunista social. mas fomos demitidos por pressões políticas e de membros da alta sociedade, inconformados com nosso posicionamento independente como jornalistas”.¹³⁹

Entretanto, devemos lembrar que para renovar o **j**ornal *A Tribuna* vieram do Rio de Janeiro os jornalistas Antenor Novaes – diretor- que morreu em acidente de carro nas idas e vindas à capital carioca-, Vinicius Paulo Seixas, Merival Júlio Lopes, Claudio Bueno Rocha. Tais contratações podem ter imposto um conflito de gestão entre práticas jornalísticas antigas e modernas no jornal *A Tribuna*, levando à demissão de Djalma Juarez Magalhães, já que aqueles jornalistas buscavam transformar o periódico tendo como referência o *Diário Carioca*.

Em 1971, o jornal ganhou sede nova e fechou no ano de 1972, para reabrir em 7 de outubro de 1973 sob o comando do jornalista Paulo Torres, que saiu do jornal *O Globo* para tal empreendimento. Essas medidas empresariais revelavam a integração da economia local à nacional e as expectativas de investimentos no Espírito Santo, em especial nas telecomunicações.

A compra do jornal *A Tribuna*, em 1973, foi efetivada com vistas ao projeto político do empresário. Nos anos seguintes, o grupo obteve mais duas concessões de rádio (*Tribuna AM e FM*), ambas com sede em Vitória. Depois de passar a década de 70 em busca da concessão de um canal de TV e tendo disputado inclusive o contrato para retransmitir a Rede Globo, João Santos Filho obteve a autorização para instalar uma emissora de TV, em 1980.¹⁴⁰

Com relação ao golpe civil-militar de 1964 o historiador Ueber Oliveira¹⁴¹ percebeu que os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* não fizeram adesão imediata, mas com o desenrolar dos acontecimentos políticos acabaram celebrando a “Revolução” e aproveitando, em especial *A Gazeta*, para impulsionar a campanha política de difamação do governador Francisco Lacerda de Aguiar, associando-o à corrupção e ao imaginário populista, como comentamos acima.

¹³⁹FREITAS, Kênia. Jornal da Cidade. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p. 177.

¹⁴⁰MARTINUZZO, José Antonio. **A Televisão no Espírito Santo – Trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo**. In: **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM) - v.1, n.2, jul. 2012 / dez. 2012, p.26.

¹⁴¹OLIVEIRA, Ueber José. Op.cit., 2014, p. 29-60.

Apesar dos vínculos estreitos desses periódicos com a vida política capixaba, eles também se constituíram em espaço de debate e agregação da vida cotidiana da região da Grande Vitória a partir das colunas, publicidades e classificados. Eram tomados como espaço estratégico de visibilidade social, econômica e política transformando-se em espaço de constante disputa social e política¹⁴².

¹⁴²Ver: MALANQUINI, Aidê et al. Op.cit., 2008. pp.175-222;; CARRARETTO, Glacieri A Imprensa e os anos de chumbo.In:MARTINUZZO, José Antônio.**Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. p.155-174.

2.2 CAMPO JORNALÍSTICO CAPIXABA: PROFISSIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E PODER

A profissionalização do campo jornalístico capixaba acompanhou as transformações profissionais do país, tendo como principais agentes os jornalistas locais que buscavam manter-se em sintonia com as mudanças técnicas e profissionais vigentes.

De fato, havia um intenso diálogo e trânsito da imprensa capixaba com os grandes centros de produção de notícias, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, na busca de formação profissional e experiência cultural, que se revelava nas idas-vindas para cursos, viagens, estágios nos grandes jornais e trabalhos temporários nas tentativas de conquistar um melhor fazer jornalístico e posição no mercado de trabalho local.¹⁴³

Profissionais como José Carlos de Oliveira (1934-1986), transformaram-se em referência para inúmeros capixabas que buscavam a carreira de jornalista, pela posição consagrada como cronista e jornalista capixaba no Rio de Janeiro. Nessa linha, outro caso singular foi o jornalista Amylton de Almeida que durante viagem a Belo Horizonte, Rio de Janeiro e em cursos de formação no Jornal do Brasil obteve uma experiência cultural que o legitimou durante anos no seu exercício profissional no Espírito Santo, onde atuou no jornal *O Diário e A Gazeta* impulsionando, com orientação e apoio de Marien Calixte (1935-2013), a renovação gráfica e jornalística daqueles jornais.

Houve também outro ícone: o famoso jornalista Carlos Alberto Luppi (1950-2014), nascido no município de Colatina, norte do Espírito Santo - formado em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juiz de Fora, trabalhava na *Folha de São Paulo* e se dedicou aos direitos humanos, produzindo livro sobre o caso Araceli, "Araceli – corrupção em sociedade", publicado pela Editora Alfa-Omega, em 1979.

¹⁴³Para discussão mais aprofundada sobre o processo de modernização e profissionalização do campo jornalístico sugerimos a leitura: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida (orgs). **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro, FGV, 2003; ABREU, Alzira Alves de et al. **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

O jornalista Oswaldo Oleari que gozou de grande autonomia no jornal *A Gazeta*, pela sua proximidade à Cariê Lindenberg e ao general Darcy Pacheco de Queiroz, nos anos que antecederam o Golpe Civil-militar de 1964, assinava a coluna *Diagonal* e gabava-se de ser um dos poucos jornalistas da época reproduzido e aprovado por Stanislaw Ponte Preta, no periódico do jornal *Última Hora*, da cidade do Rio de Janeiro.¹⁴⁴

Em Vitória, ele também participou da fundação do Jornal da Cidade e da primeira agência de Publicidade do Espírito Santo, a Eldorado Publicidade (1962) com José Antônio Nunes do Couto (Janc), Milson Henriques, Zé Roberto Coelho, Xerxes Gusmão e outros. Essa agência de propaganda e publicidade, era uma sociedade entre Gilberto Pacheco Costa, Armando Duarte Rabello, Cariê Lindenberg, do consórcio familiar *A Gazeta*, e tinha como objetivo realizar os trabalhos de publicidade da empresa Eldorado Melhoramentos, assim como de seus outros empreendimentos empresariais, tais como Plano Engenharia e o Escritório Vitória de Serviços, no campo de vendas e atividades de incorporação imobiliária.¹⁴⁵

Essa vida em trânsito ou entre fronteiras que marcava a trajetória profissional dos jornalistas capixabas, alimentava intensos choques entre suas experiências nos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e a experiência jornalística local, assumindo nos textos jornalísticos e nos discursos a condição de modelo de vida urbana e padrão de avaliação das práticas profissionais e vida social capixaba. Ou seja, transformava-se numa consciência da modernização em que uma crítica à dita “vida provinciana” e ao “atraso econômico-cultural” percorreria constantemente a ação profissional e social dos jornalistas capixabas.

O jornalista Cláudio Bueno da Rocha¹⁴⁶ representava esse quadro cultural e profissional. Vindo do Rio de Janeiro participou das reformas gráficas do Jornal do Brasil e atuou no Espírito Santo, nos jornais *A Tribuna* e *O Diário*, propagando as

¹⁴⁴OLEARI, Oswaldo. CAPITÃO ROMÃO X CAPITÃO MAZEIRO. In: PMV. Op.cit., 1996, p. 129-131.

¹⁴⁵FERNANDES, Erick Alessandro Schuning. **O recurso da propaganda na valorização do produto imobiliário nos municípios de Vitória e Serra a partir da segunda metade do século XX.** 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014, p. 81-83.

¹⁴⁶Com o aprofundamento da perseguição política e censura na Ditadura Militar com prisões, atentados, assassinatos e empastelamentos, vários profissionais se evadiram dos grandes centros urbanos, como foi o caso de Cláudio Bueno Rocha e outros, tais como **Vinícius Seixas, Antenor Novaes, Merival Lopes e Jô Amado**. Muitos deles tinham passado pelos jornais *Última Hora* e o *Diário Carioca* e se envolvido na Passeata dos Mil, por isso não conseguiram mais emprego.

novas formas de fazer jornalístico, inclusive liderando seminários na cidade de Vitória com profissionais cariocas, principalmente do *Jornal do Brasil*, *Última Hora* e o *Diário Carioca*.

Segundo Rogério Medeiros, foi o jornalista carioca que o ajudou a melhorar o texto jornalístico:

Ele me chamou e disse: - Cara, você é o melhor repórter desta cidade. Pensei: "tá me gozando". Mas aí ele disse que eu era muito bom na apuração, precisando apenas melhorar a forma de escrever. Me explicou o que era lead, sub lead, intertítulo. "Você deve publicar o essencial e tirar as bijuterias", ensinou. E me deu muitas outras lições. Aí eu comecei a evoluir da mesma forma que O DIÁRIO e o jornalismo capixaba¹⁴⁷. (SIC)

O jornalista Sérgio Ricardo Egito relembra que o processo de formação dos jornalistas contava com a suposta “vocação espontânea” e que as redações eram espaços de aprendizagem e a busca de intercâmbio profissional com os grandes centros urbanos era a grande aspiração:

Nas redações, a contratação de repórteres era feita junto ao que se denomina hoje de ‘sociedade civil organizada’. Novos talentos saíam, na maioria, dos bancos universitários, por vocação, principalmente nas áreas de ciências humanas. O curso de Comunicação da Ufes só viria a funcionar a partir de 1975.

Antes do curso de comunicação, os jornais eram verdadeiras ‘escolinhas’ de talentos. Os profissionais que já estavam há mais tempo no mercado atualizavam-se através de estágios nos grandes jornais dos centros mais avançados do país – Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁴⁸

O jornalista Luzimar Nogueira Dias (19?-1986), militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e editor do jornal *Posição*, foi um dos inúmeros casos que ilustram as observações de Sérgio Ricardo Egito, pois, quando estava no final do curso de medicina, deixou tudo para ser jornalista. Essa situação levou ao comentário sarcástico do jornalista Ronald Mansur, editor de *O Diário* na época, diante da tal decisão: “Imagine: mais um maluco”.¹⁴⁹

Tal percepção levou nomes reconhecidos no meio jornalístico a desistirem da profissão frente às dificuldades financeiras, tais como Paulo Bonates, que se formou

¹⁴⁷MEDEIROS, Rogério. Academia de jornalismo. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete**: 40 versões de uma paixão. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998, p.96.

¹⁴⁸EGITO, Sérgio Ricardo. Os anos de Chumbo. In: PMV. Op. cit., 1996, p. 183.

¹⁴⁹MANSUR, Ronald. Luzimar Nogueira Dias, um lutador. Disponível em: <<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2012/04/luzimar-nogueira-dias-um-lutador.html>> Acesso em: 10 abr. 2017.

em Psiquiatria, Renato Dias Ribeiro, também psiquiatra, e José Barreto de Mendonça, que se mantinha na carreira policial.¹⁵⁰

A “maluquice” anunciada por Ronald Mansur devia-se às condições precárias de trabalho na época, principalmente aos salários baixos, que faziam com que os jornalistas buscassem outras atividades para obterem renda, entre as quais destacava-se a assessoria de comunicação de políticos e órgãos públicos, o que fazia os jornais dependerem de ações de colaboradores. Comenta o repórter Vinicius Seixas sobre a imprensa capixaba:

Saindo das oficinas, encontraríamos redações com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, funcionando graças ao romantismo ainda existente na atividade jornalística e ao entusiasmo dos profissionais da época, a maioria ainda ‘focas’, iniciando no jornalismo e se dedicando com amor à profissão”.¹⁵¹

Reafirma a jornalista e professora Ruth Reis¹⁵² que durante anos, no Espírito Santo, as atividades de relações públicas confundiam-se com as de jornalista, fazendo com que inúmeros desses jornalistas transitassem pelas esferas do poder público e do jogo político-partidário. Houve durante anos comitês de imprensa na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Vitória e de Vila Velha.

Os jornalistas Gutman Uchôa de Mendonça e Cacau Monjardim, foram bons exemplos desses trânsitos pelos circuitos do poder de muitos jornalistas capixabas. O primeiro, atuou como secretário pessoal do governador Christiano Dias Lopes. O historiador Ciro Campello relata sobre as relações estreitas entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e a imprensa capixaba, apresentando um bilhete manuscrito em que Gutman Uchôa de Mendonça solicitava o pagamento ao jornal *A Gazeta* para a publicação de matéria sobre o Centro Industrial de Vitória – ES.¹⁵³

O segundo, era militante no PSD Jovem, nos anos 50, escrevia uma coluna famosa no jornal *O Diário* e idealizou a política de turismo capixaba, tendo como grande referência a proposição da Rodovia Sol, que corta o litoral sul capixaba, e criou o bordão publicitário, em 1974: “Moqueca é capixaba, o resto é peixada”!

¹⁵⁰TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo: Summus, 1993; ABREU, Alzira Alves. De românticos a profissionais. Antropolítica. Niterói, nº 5, 2º sem. 1998, p. 7-19.

¹⁵¹SEIXAS, Vinicius. O Grande Salto, In: PMV. **Op. Cit.**, 1996, p. 194.

¹⁵²REIS, Ruth. A Construção do relato jornalístico na imprensa capixaba. In: PMV. **Op. Cit.**, 1996, p.157-160, p.163-178.

¹⁵³OLIVEIRA, Ciro Campello. **Convergência de interesses: A relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e o Poder Público Capixaba (1958-1971)**. Dissertação (mestrado em Sociologia Política). Universidade Vila Velha, 2016, p. 143.

Tal política de vocação turística envolvia a promoção nacional das praias do município de Guarapari, o que significou uma das maiores frentes imobiliárias do estado do Espírito Santo com o avanço do mercado imobiliário e da especulação imobiliária pelo litoral capixaba. O jornalista fora diretor-presidente da Empresa Capixaba de Turismo - EMCATUR desde a criação da mesma, durante o governo Christiano Dias Lopes, até o governo de Élcio Álvares, quando foi alçado ao cargo de Secretário de Comunicação.

A partir dessas considerações, percebemos que as ações profissionais dos jornalistas se envolviam intensamente em dois campos da vida social capixaba: política e cultural. Na política, muitos deles rumaram para a mobilização política da organização dos profissionais de comunicação, pela categoria de classe, organizando um sindicato e reivindicando melhorias e garantias trabalhistas. Além disso, defendiam o papel do trabalho no desenvolvimento da cidadania e na promoção da democracia, entrando em choque com interesses políticos locais e enquadramentos normativos determinados pela política de censura imposta pela Ditadura Militar.

Na dimensão cultural arrogavam-se em guardiões da cultura capixaba, fosse na atualização com o mundo (modernismo capixaba), inserção capixaba nas transformações culturais nacionais e internacionais, fosse na definição e no controle de uma política cultural que estabelecesse a valorização da cultura local e dos mecanismos de fomento da produção.

Nesse debate cultural, teciam relações políticas entre jornalistas, ativistas culturais e poder político, especialmente no período investigado, em que se mostrou, até a crise econômica dos anos 80, aberto à constituição de política cultural que, muitas vezes, arvorava-se crítica, mas contava com apoio político dos governos militares¹⁵⁴.

De fato, na política ou na cultura os jornalistas utilizavam-se do discurso da neutralidade e do trabalho técnico para justificar a participação do poder e no debate público. Enfim, em nome da cultura e do 'bem comum' defendiam exercer uma atividade desinteressada e em favor do crescimento e desenvolvimento capixaba.

Nessa perspectiva, faziam-se agentes de modernização, a “consciência

¹⁵⁴Para conhecer a discussão sobre a formação da política cultural capixaba e ação dos governos estaduais no período militar: CID, Duílio Henrique Kuster. **Revolução de caranguejos: o teatro no Espírito Santo durante a Ditadura Militar**. Vitória: Causa, 2015.

moderna” local que, sob espírito cosmopolita, transformavam-se em correias de “atualização” entre a localidade, acusada de “provincianismo”, e os grandes centros urbanos, reconhecidos como lugar do progresso e da modernidade. Assim, reivindicavam uma “missão civilizatória” frente à sociedade capixaba que lhes abria brechas com o aparecimento de “pautas polêmicas”.¹⁵⁵

Essa percepção social apareceu nos depoimentos orais colhidos por Luiz Fernando da Silva Brumana, ao narrar a história do jornal alternativo *Posição*, nos quais expressou que os jornalistas, ao se desligarem daquele periódico com o fim da censura à liberdade de imprensa, preferiam deslocar-se para os grandes centros urbanos em busca de “uma trincheira de boa e sábia imprensa”, de uma imprensa que “se mostrasse mais combativa”, acusando os periódicos locais de atraso cultural e profissional.¹⁵⁶

Esse movimento dos jornalistas em busca da modernização da prática profissional e vida social capixaba convergia para os interesses de modernização das empresas jornalísticas locais. Nos anos 60, com a modernização econômica capixaba, em especial com o processo de urbanização e migração concentrado na região da cidade de Vitória, os principais jornais locais começaram a se reorganizar administrativamente e estabelecerem como meta a profissionalização do seu fazer, em especial, supostamente, rompendo com os vínculos partidários públicos, como ocorria anteriormente. O jornal *O Diário* liderou as inovações técnicas e comerciais, seguido pelos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*.

Em 1969, o jornal *A Gazeta* construiu uma nova sede na rua General Osório, no centro de Vitória, acompanhando as transformações imobiliárias e arquitetônicas da cidade, e passou a fazer impressões em *off-set* utilizando fotolito, dessa forma acelerando processo de confecção dos jornais e chegada às bancas.

Inovou com a criação de editoriais, o estabelecimento da figura do pauteiro e a contratação de fotógrafos em sistema *free lancer*, *copidesk*/redatores. Em 1971, instalou nas redações telex, com sistemas de telefoto e radiofoto, além de investir na

¹⁵⁵Alzira Alves Abreu estuda os diversos tipos de engajamento dos jornalistas nos anos 1960 e 1980, tendo como referência Michel Perroux e Antoine Proust. Neste contexto, a cultura política que teceu no século XX o processo de profissionalização passava pelo envolvimento (pessoal, também) em ações e militâncias sociais, culturais e políticas que levassem à transformação do mundo. ABREU, Alzira Alves. De românticos a profissionais. *Antropolítica*. Niterói, nº 5, 2º sem. 1998, p. 7-19.

¹⁵⁶BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **O grito da resistência**: o jornal *Posição* e a cobertura da abertura política no Espírito Santo (1976 a 1981). 247 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 97-98.

diagramação mais profissional do jornal, contratando a agência de notícias Jornal do Brasil.

O jornal *A Tribuna*, em 1971, também viveu um processo de transformação do parque gráfico, incentivado pelos jornalistas Plínio Martins Marchini e Alvino Gatti, com a construção de nova sede no bairro Ilha de Santa Maria, novo eixo de expansão da cidade de Vitória em direção à parte norte da região da Grande Vitória. Ali, instalou a impressão pelo sistema *off-set*. O processo de modernização deixou o jornal fora de circulação, apenas retornando às bancas em 1973.

Essas transformações técnicas e gráficas, afastavam os jornais das imagens descritas pelo jornalista Vinicius Seixas quando, nos anos 60, passou por aquelas redações, comentou:

Em *A Tribuna*, encontrei um jornal com uns poucos e velhos linotipos, instalados em uma espécie de galpão, tendo como impressora uma antiga máquina plana que exigia muito esforço para imprimir o jornal: para se ter uma ideia, eram impressas apenas duas páginas de cada vez, que voltavam, viradas, para a impressão de mais duas no verso. O jornal, então, de oito páginas, tinha que entrar na máquina quatro vezes para impressão final. Um verdadeiro sacrifício. Só conseguia chegar às bancas em horários razoáveis devido às baixas tiragens. Os demais jornais de Vitória – como *A Gazeta* e *O Diário* – não ficavam muito atrás e possuíam apenas rotoplanas, um pouco mais adiantadas, mas, já obsoletas na época. Havia ainda o *Jornal da Cidade* - nome novo, na época de *O Debate*, dado seus novos proprietários – com padrões tecnológicos bem inferiores¹⁵⁷.

Entre esses periódicos, o jornal *O Diário* destacou-se como espaço de inovação do jornalismo capixaba, sendo o primeiro jornal a criar um departamento fotográfico e a instalar um teletipo, assim como a abrir espaço para experimentações jornalísticas com novos cadernos e editoriais, influenciado pelas inovações do *Jornal do Brasil* por onde passou grande parte da geração de jornalistas que hegemonizou a imprensa capixaba nos anos 70 e 80, dentre os quais destacavam-se: Mariangela Pellerano; Renato Dias Ribeiro; Betty Feliz; Erildo dos Anjos; Paulo Torres; Amylton de Almeida; Rubens Manoel Câmara Gomes – conhecido como Rubinho Gomes; Paulo Bonates; Paulo Maia; Pedro Maia; Maura Fraga; José Barreto de Menezes; Milson Henriques; Paulo Makoto; Plínio Marchini; Nestor Muller; Romero Mendonça; Marien Calixte; Rogério Medeiros; Vinicius Seixas; José Casado; Míriam Leitão; Ewerton Montenegro Guimarães, Cláudio Bueno da Rocha e Ubervalter Coimbra.

¹⁵⁷ SEIXAS, Vinicius. **Op.Cit.**,p.193-194

Foram os jornalistas Rubinho Gomes, Amylton de Almeida e Paulo Torres no jornal *O Diário* que impulsionaram a noção de Segundo Caderno na imprensa capixaba.

Assim, as expectativas com o crescimento do mercado do consumo capixaba e os investimentos em publicidade, pública e privada, impuseram que a racionalidade técnica passasse a orientar a ação da empresa jornalística, o que não significou o afastamento dos debates políticos e costuras partidárias locais.

Neste sentido, uma coalizão de interesses articulava empresários e jornalistas na constituição do campo jornalístico capixaba, que tiveram as empresas *A Tribuna* e *A Gazeta* não apenas como espaço comercial, mas como uma rede de sociabilidade que envolvia a comunidade de jornalistas locais, negociações sociais e políticas.

A consagração do jornalista na comunidade local como eficiente e competente, passava pelo processo de formação nas redações, já que apenas no final dos anos 80 formar-se-iam os primeiros estudantes de Comunicação Social, o que estabelecia a incursão e possibilidade de trabalho nas empresas jornalísticas.

Essa consagração dependia do reconhecimento dos colegas e dos donos das empresas jornalísticas, além dos laços de amizade e parentesco que permitiam trânsito pelas redações apesar de posições ideológicas e políticas em relação às dos donos e diretores de posições jornalísticas.

No caso do jornal *O Diário*, o diretor Cacau Monjardim tinha vínculos políticos estreitos com o governo do estado e teve uma “saia justa” com jovens jornalistas que criticavam, em 1968, a Ditadura Militar. Em suas memórias, relembra Cacau Monjardim, quando um dos cadernos foi feito em homenagem a Mao Tse-Tung com foto do líder chinês na capa, ele, temeroso, recolheu os jornais por estar atento às dimensões políticas daquele ato que para os jovens jornalistas simplesmente era a luta pela liberdade de imprensa:

Fiquei alucinado com aquilo, o que me ocorreu foi pegar toda a edição, colocar no meu carro e levar para casa. Virei para Dequinha, que era o impressor e disse: 'rasgue o que houver e não deixe rastro'. Mande-o colocar um anúncio na primeira página dizendo que a máquina quebrou e por isso o *Caderno Dois* não iria circular.

Depois disso, recebi uma carta de protesto daquela meninada: Paulo Torre; Maura Fraga; Rubinho Gomes, Antônio Alaerte e outros companheiros que naquela época acharam que eu tinha censurado o jornal, castrando a liberdade de imprensa. Mas não, eu os livrara da cadeia, do tacho militar, porque ao levar a edição para casa não deixei nenhum elemento capaz de instruir um processo contra eles. Tenho até hoje guardada em casa a carta

que me escreveram dizendo graças porque havia censurado aquilo¹⁵⁸.

Em 1972, aconteceu a contratação, por parte de Marien Calixte, para a modernização de *A Gazeta*, de uma grande equipe de jornalistas malvistas socialmente pelos padrões de comportamento sociocultural, que reivindicavam para si a 'geração capixaba de 1968'. O trabalho daqueles era diariamente inspecionado pelo diretor, que sempre lembrava a dimensão provinciana da capital capixaba. Entre os contratados figuravam os meninos de Cacau Monjardim: Maura Fraga, Rubinho Gomes e Amylton de Almeida entre outros.

Marien Calixte, por reconhecimento profissional e posição política, navegou em diversos cargos públicos (diretor do Teatro Carlos Gomes, Secretário de Turismo da cidade de Vitória) e aproximou-se de mandatários locais a partir das suas lutas pela cultura capixaba, conquistando força política e prestígio social, apesar das resistências encontradas para promover modernização do jornalismo capixaba. Isso o afastou do assédio político-partidário e o aproximou do que se acreditava ser a “produção técnica da notícia” marcada pela liberdade de imprensa.

Segundo a redação do jornal *O Século Diário*, o editor tinha: “o espírito de reeducar os donos (jornais) no sentido da prática de um jornalismo comprometido com a notícia. [...] foi realizando a mudança com habilidade em busca de um jornalismo comprometido com o factual do Estado”.¹⁵⁹

Essa força persuasiva foi tecida na trajetória profissional. Ele passou pela Rádio Espírito Santo nos anos 50 e esteve na pioneira TV Vitória, de João Calmon, nos anos 60. Em 1955, entrou para o Jornal *A Tribuna* e, pouco tempo depois, foi demitido. Retornou no final dos anos 1960 assinando a coluna “Plenário”.

Em 1973, ele liderou as transformações no Jornal *A Gazeta*, onde ficou até 1978, quando saiu devido às disputas políticas. Neste periódico, criou a *Coluna Victor Hugo*. Voltou ao falido jornal *O Diário*, depois retornou ao jornal *A Tribuna*, em 1980, quando este passava por reestruturação. Ali, o jornalista continuou a luta pela cultura capixaba e a incisiva crítica à desvalorização daquela. Nos anos 80, tornou-se assessor de imprensa da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, onde trabalhou até a aposentadoria, em 1994.

¹⁵⁸MONJARDIM, Cacau. O homem da revolução. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). Op.Cit, p.54-55

¹⁵⁹DA REDAÇÃO. **Obituário Marien Calixte (1935-2013)**. Disponível em: < <http://seculodiario.com.br/14656/24/obituariobr-marien-calixte-1935-2013-1> >. Acesso em: 10 fev.2016

A autoridade profissional de Marien Calixte era tão reconhecida e respeitada no campo político e no campo profissional que lhe permitia retirar-se de reunião com o governador Elcio Alvares quando este tentava censurar alguns temas da imprensa local, tais como o caso Araceli (1973).¹⁶⁰ Com estas palavras Marien Calixte despediu-se da reunião, segundo Álvaro José Silva: “Governador, está cumprida socialmente a minha vinda. Eu me retiro. O jornal continua o mesmo. Espero que na próxima oportunidade o café seja mais farto e longo”. E saiu. Os demais participantes, diretores de outros jornais, foram atrás”.¹⁶¹

Seu desprendimento pela defesa da cultura capixaba¹⁶² revelava-se na difusão do *jazz*, da *literatura* e nos diversos livros publicados (biografias, poemas, literatura infantil) evocando, ainda mais, o respeito da elite local e da geração dos anos 60. Aconteceu, talvez, com Marien Calixte o que Fernando Achiamé comentava sarcasticamente em relação aos comunistas capixabas:

Alguns comunistas de Vitória são conhecidos e até respeitados pelos ‘inimigos burgueses’, mas só aqueles considerados idealistas, sempre remediados e que se sacrificavam pela causa, diferentes dos ‘comunistas de boutique’ ridicularizados e não levados a sério, até mesmo por seus companheiros¹⁶³

¹⁶⁰A criança Araceli Cabrera Sánchez Crespo (1964-1973) fora brutalmente assassinada, a 18 de maio de 1973, por Paulo Constanteen Helal e Dante Michelini, pertencentes a famílias tradicionais da cidade de Vitória que, sucessivamente, tentaram inviabilizar as investigações policiais e jornalísticas na época.

¹⁶¹SILVA, Álvaro José. De ordem superior. **Revista A'angaba**. Vitória, ano 1, n. 5, p. 27-40, 2009, p. 39. Apud: MAZZEI, Vitor Reis. *Jornal O diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)*. 214 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011, p. 155.

¹⁶²As lutas pela valorização da cultura capixaba, entre os 60 e 70, orientava pelo regaste e preservação da cultura popular capixaba e pela estruturação de uma política cultural que fomentassem em diálogo como os grandes centros culturais, do ponto vista daquilo que era compreendido alta cultura, as práticas artísticas e culturais no estado do Espírito Santo, que teve na Fundação Cultural do Espírito Santo, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Editora Cooperativa dos Escritores. Ou seja, eram ações políticas que envolviam intenso encontro entre tradição e modernidade sob a perspectiva da transformação do espírito santo num espaço de inovação e produção cultural. Ver: ROSA, Magna Silva. **A criação e atuação da Galeria de Arte e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e sua proposta de atualização das linguagens das artes plásticas (1976-1980)**. 178f. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2015; LOPES, Almerinda da Silva. **Artes plásticas no Espírito Santo: 1940-1969**. Ensino, produção, instituições e crítica. Vitória: Edufes, 2012.; SANTOS NEVES, Reinaldo. Fundação Ceciliano abre espaço para o escritor capixaba. In: *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, ano IV, n. 2, abril-junho 1985, p. 21-3.; RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A modernidade das letras capixabas**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993; CARVALHO, José Augusto. *Panorama das letras capixabas*. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, n. 23, p. 69-106, 1982; CALIXTE, Marien. Fé na gente, bairrismo neles. In: *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, n.º 1, Ano 4, p.30-32, 1985, AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de. **A Literatura Brasileira Contemporânea do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Letras). Campinas, SP: IEL: UNICAMP, 1999.

¹⁶³ACHIAMÉ, FERNANDO. As entranhas dos sacrificados ou clavis propheturum. In: PMV. **Escritos de Vitória – Movimentos Sociais**, 16. Vitória: PMV/SMCT, 1996, p.88

Seguindo processo de profissionalização da imprensa capixaba, em 1975 foi criado o curso de Comunicação Social no Espírito Santo a pedido dos proprietários de *A Gazeta* e *A Tribuna* e da *Associação dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo*, com o intuito de cumprirem as exigências institucionais da profissionalização do jornalismo que defendia a não contratação sem que o candidato possuísse diploma profissional e aprofundaram o processo de autonomia do jornalismo em relação a literatura e política.

Esse acontecimento fez com que diversos jornalistas experientes se dirigissem aos bancos universitários e fizessem parte da primeira turma do curso de Comunicação. Muitos deles, em seguida, tornaram-se professores do curso. Segundo Renato Soares, a criação da Comunicação Social rompia com “o antigo, surrado e boêmio empirismo das antigas redações de jornais e estúdios de rádio”.¹⁶⁴

Com isso havia um convívio de gerações nesse período e uma forte influência do padrão norte-americano de jornalismo, tais como técnicas de objetividade (técnicas do *lead* e pirâmide invertida), recursos visuais, manuais de redação, mas também percebemos a permanência da narrativa sob inspirações literárias, dos adjetivos e exclamações que coloriam o chamado “antigo jornalismo”. A convivência entre antigo e novo no Espírito Santo se estabelecia a partir do contrato na comunidade jornalística de preservação da memória profissional, da ajuda mútua e do idealismo do jornalismo de qualidade.

A declaração de Milson Henriques em tom saudosista, quase moralizante, sobre o jornalismo contemporâneo, demonstra os valores que costuravam a comunidade de jornalistas no tempo investigado:

Posso até vir a ser discriminado pela classe, mas tenho duas opiniões não muito agradáveis a ela. Primeiro, acho que repórter para escrever em jornal considerado grande – no conteúdo – precisa de uns cinco anos relando em pequenos periódicos de periferia ou do interior. Segundo, correndo o risco de ser chamado de pelego de patrão – acho que o jornalista capixaba em geral está precisando de menos amor ao salário e mais à profissão. Eu poderia escrever sobre a imprensa dos últimos trinta anos. Contando um tempo em que a gente suava na redação. Suava de calor, mas também de entusiasmo, vibração, de raiva do patrão mesclada com muito amor ao jornal.¹⁶⁵

¹⁶⁴SOARES, Renato. O Jornalismo atual do Espírito Santo.In: MARQUES DE MELO, José e GALVÃO, Waldimas(orgs).**Jornalismo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, ECA-USP, 1984,p.114.

¹⁶⁵HENRIQUES, Milson.In: PMV. PMV.Op.cit.,1996, p,115-116.

Nesse percurso, houve o processo de organização dos trabalhadores da formação do Clube dos Repórteres, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Gráficos e Cooperativa dos Jornalistas do ES, que nasceram das diversas tentativas de construção de redes de solidariedade entre os profissionais da imprensa, além da existência da aristocrática Academia Espírito-Santense de Imprensa.

Esse processo de organização incomodou os donos de empresas jornalísticas e impulsionou as tentativas de interferência. Nos arquivos do DOPS, registram-se as tentativas de impedir a candidatura de Rogério Medeiros acusando-o de agitador, assim como as ações de diretores do jornal *A Gazeta* para interferirem na formação da diretoria sindical¹⁶⁶.

Na manutenção do trabalho, os jornalistas diariamente tinham que dialogar não apenas com os desígnios da censura militar, mas também com a censura empresarial e política, que envolvia as redes sociais nas quais eles estavam inseridos, assim como disputas políticas e sociais que os arregimentavam.

Longe de pensar um jogo unilateral entre empresas jornalísticas e jornalistas, percebemos um intenso campo de negociações tensionado por interesses políticos, sociais e pessoais que precisam ser reconhecidos para compreender a ação dos sujeitos aqui investigados para além da retórica jornalística da “presunção da observação e da neutralidade”.¹⁶⁷

As discussões até aqui apresentadas, ganham mais densidade política e social quando consideramos que os periódicos investigados se apresentavam não apenas como grandes beneficiados econômica e politicamente com a modernização do estado do Espírito Santo (vendagens e publicidade dos jornais), mas como copartícipes das decisões políticas do processo do desenvolvimento capixaba.

O editorial da *Revista Espírito Santo* (julho de 1984), ao se posicionar sobre as lutas contra a poluição provocada pela Companhia Siderúrgica Tubarão, baluarte do desenvolvimento capixaba, reiterava a parceria da imprensa local, diga-se *A Gazeta* e *A Tribuna*, na defesa dessas grandes empresas:

¹⁶⁶ROCHA JUNIOR, José Carlos. **No encalço dos companheiros**: Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014

¹⁶⁷FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa, Vega, 1992, p. 12.

Rompemos o silêncio cúmplice da imprensa capixaba todos esses anos para advertir sobre esta ameaça, que é real e que só será afastada com a total disposição de luta da comunidade,¹⁶⁸ mas temos que admitir que é difícil fazer jornalismo onde as pessoas não acreditam, não respeitam e não conhecem o trabalho do repórter. As autoridades, principalmente [...] mas, o fato é que continuaremos a luta. As razões de não podermos divulgar todos os nomes dos 'elegantes ladrões', que a polícia conhece – e o fato de estarmos furiosos com isso – nos dão sensação de que estamos fazendo jornalismo sério, sem radicalismo, maduro, sem vícios provincianos. A imprensa deste Estado precisa se nivelar por cima. Por baixo, já estamos cheios.¹⁶⁹

O processo de modernização e de monopolização da imprensa capixaba aprofundou-se mais ainda com a chegada da televisão e estruturação dos aglomerados empresariais¹⁷⁰ em torno do novo meio de comunicação. Até os anos 70, o único canal de televisão no Espírito Santo era a *TV Vitória* (1962), canal 4, de propriedade dos *Diários Associados*, que teve como controlador o político e empresário João Calmon. Por esse canal de televisão passaram diversos jornalistas e radialistas capixabas que ganharam notoriedade pública, e inclusive, alçaram cargos públicos, como o dono¹⁷¹.

Buscando aproveitar os ganhos políticos e econômicos da televisão, como fizera João Calmon, o político Theodorico Ferraço liderou a criação da *TV Clube Intermunicipal* que a partir de uma antena no morro do Moreno, em Vila Velha, retransmitia a *TV Globo* do Rio de Janeiro. Em 1967, foi transformada em utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo¹⁷².

Essas retransmissões televisivas na região da Grande Vitória eram bastante precárias, mas buscavam estabelecer contato com a localidade por meio da publicidade e programação local. Entretanto, mantinha-se na clandestinidade, pois não possuía autorização do Governo Federal.

¹⁶⁸FRANÇA, Ceciana et al. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p. 369

¹⁶⁹Idem

¹⁷⁰BITTI, George; ANDERSON, Priscila. **A Festa da TV** – livro reportagem sobre a história da TV no Espírito Santo. FAESA: Vitória, 2000. (mimeo); CARVALHO, Marcelle de Almeida. **A evolução do telejornalismo no Espírito Santo: a busca por uma identidade regional**. 1999. Monografia – Curso de Comunicação Social, FAESA, Vitória, 1999.

¹⁷¹Pela *TV Vitória* passaram os jornalistas Elcio Álvares, Esdras Leonor, Marília Antunes Coser, Paulo de Paula e Milson Henriques e Gerson Camata.

¹⁷²CARVALHO, MARCELLE DE ALMEIDA. **A evolução do telejornalismo no Espírito Santo: a busca por uma identidade regional**. Monografia(em Comunicação Social). Faculdade de Educação e Comunicação Social – FAESA, Vitória-ES, 1999/1 Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-n1/A%20EVOLUCAO%20DO%20TELEJORNALISMO%20NO%20ESPIRITO%20SANTO.doc>>. Acesso em:10 mai.2017

Os custos eram elevados, a necessidade de equipamentos modernos e pessoal qualificados faziam da televisão um investimento arriscado, o que explicava a ousadia do governo estadual na criação da *TV Educativa* (1974). Tal processo significou a mobilização de volumoso recurso público, mas que buscava se justificar na tentativa de disseminação da educação em polos pela região da Grande Vitória, na transmissão em cores da Copa do Mundo da Alemanha (1974).

Apesar dos volumosos recursos de investimento, a expansão de políticas para a comunicação do Governo Federal, o fortalecimento da Rede Globo no desenvolvimento tecnológico da Embratel indicavam que a televisão apresentar-se-ia como um grande campo de negócios futuros, fazendo com que empresários do setor de comunicações, rádio e jornais se mobilizassem para tomar a frente, diante do novo nicho de mercado, e o agregassem às antigas empresas jornalísticas, visando manter a liderança no mercado de comunicação.

Esse foi o caso de Cariê Lindenberg que, em conversa com amigos, tais como Maurício Sirotsky Sobrinho - dono da Rede Brasil Sul (RBS), passou a se interessar pela possibilidade de tornar-se afiliado da Rede Globo. Entretanto, esse desejo não era exclusivamente dele, pois da mesma forma havia o interesse do Grupo João Santos, que havia recentemente adquirido o jornal *A Tribuna*, e o empresário e político João Calmon – Diretor dos Diários Associados - que, ainda, comandava a *TV Vitória*.

A conquista do canal 4, Rede Globo, pelo grupo *A Gazeta*, revelou o lugar social, político e econômico da família Lindenberg no contexto regional e nacionalmente, pois contou com a interferência da mãe do empresário, que era amiga da cunhada de Roberto Marinho, do pai, senador da República, e de amigos empresários, tais como Maurício Sirotsky Sobrinho, que se tornou sócio do empreendimento, e dos governadores Élcio Álvares e Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Assim, em 1976, o Grupo *Gazeta* mantinha a liderança no campo da comunicação local, agregando a televisão ao rádio e jornal. A *TV Vitória* conquistou legalidade de retransmissão apenas em 1979 e o Grupo João Santos somente em 1984, após a morte de João Santos Junior e a crise financeira que levou ao fechamento do jornal *A Tribuna*. Depois da reabertura daquele o grupo adquiriu os

direitos de retransmissão do Sistema Brasileiro de Televisão¹⁷³.

Esse processo de modernização, assim como dos jornais impressos, contou com a vinda de mão de obra especializada para superar o tempo de amadorismo que marcou a TV Vitória, como apontou Marien Calixte¹⁷⁴. Com isso, afirmam Elaine Vieira, Fábio Botacin e Roger Santana que “à medida que os primeiros profissionais eram contratados iam para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul fazerem estágio nas outras afiliadas da Globo”¹⁷⁵.

Segundo Glecy Coutinho, que também era repórter do *Caderno Dois* e foi convidada para trabalhar na TV:

Na época, o curso de jornalismo era muito recente em Vitória. Tinha apenas um ano, quem era formado tinha feito fora do Estado. No jornal *A Gazeta*, a maioria das pessoas tinha aprendido a fazer jornalismo com a prática mesmo. E a TV estava escolhendo alguns funcionários do jornal, que eles achavam que tinham perfil para televisão, para atuarem na emissora¹⁷⁶.

A luta pela posse do canal 4 e afiliação à Rede Globo, que se apresentava em ascensão nos anos 70, mostrava que os grupos empresariais da comunicação no Espírito Santo estavam intimamente articulados aos interesses políticos e econômicos locais e mesmo não se apresentando abertamente como correias de transmissão dos grupos político-partidários e dependentes diretamente desses, faziam parceiros políticos nos cálculos dos interesses comuns e copartícipes das entranhas do poder local.

Nesse sentido, cabe apontar que os quatro governadores indicados pelo Governo Federal e o primeiro eleito diretamente, em 1982, faziam parte da comunidade de jornalistas, de colaboradores ou profissionais (repórteres, radialistas), o que reforça não apenas as empresas jornalistas, mas também os profissionais envolvidos diariamente na negociação com espaços de poder, realçando o grau de interdependência social e econômica desses atores.

¹⁷³RANGEL, Vanessa Maia Barbosa Paiva. Identidades regionais e mídia: Gazeta e Tribuna na disputa do mercado Capixaba. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2RANGEL.PDF>>. Acesso em: 11 fev.2017.

¹⁷⁴MARQUES, Marília; RODRIGUES, Sabrina e CARVALHO JÚNIOR, Wagner Carvalho Júnior. ...E a TV chega ao Espírito Santo.In: MARTNUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT – A TV capixaba em panorâmica**. Vitória: DIO, 2006, p.31-33

¹⁷⁵VIERA, Elaine, BOTACION, Fábio e SANTANA, Roger. TV Gazeta – Trinta anos de uma longa história.In:MARTNUZZO, José Antonio (Org.).Op.cit. Vitória: DIO, 2006, p.90.

¹⁷⁶Idem, p. 91.

Essa intimidade política e social entre poder e empresa jornalística - *A Gazeta* e *A Tribuna* - explicaria, como apontou José Antônio Martinuzo¹⁷⁷, o porquê de o jornal alternativo *Posição* (1976-1979) ter sido estratégico no contexto da imprensa capixaba, pois, deu visibilidade pública ao discurso de oposição à ditadura e à política local, transformando-se em “espaço de vazão” de textos censurados nos demais jornais locais e de agregação dos interesses políticos de oposição local.

Reforçando as observações de José Antônio Martinuzo, novamente temos as memórias de Cariê Lindenberg, diretor executivo do jornal *A Gazeta*, que ao relatar as dificuldades econômicas para financiar uma nova máquina Harris, no início dos anos 80, descreveu o encontro com uma figura importante do cenário político e econômico regional e social, apontando a proximidade da empresa dele com o poder econômico e político da época denunciada pelos jornais alternativos.

Em narração de viagem para o encontro, aponta que esteve ao lado dos capixabas Jônice Siqueira Tristão, empresário, dono do grupo Tristão (Tristão Cia. de Comércio Exterior e Triscafé - Armazéns Gerais, Realcafé Solúvel do Brasil) e de Ernane Galvêas, Presidente do Banco Central (1968-1974 e 1979-1980) também ministro da Fazenda (1980-1985).

Parti para o Rio e fiz um apelo patético ao vendedor da máquina para cancelar o negócio. Apenas conseguimos reduzir de um milhão e duzentos mil dólares para oitocentos mil, diminuindo unidades e implementos. Encontrando-me casualmente com Jônice Tristão no Rio, aceitei o convite para regressar em seu avião particular, onde acabei companheiro de poltrona do Ernane Galvêas.¹⁷⁸

Sugerindo as tentativas de políticos e governos de interferirem na imprensa local, temos o episódio em que a direção do jornal *Posição* foi convocada, em 1979, para reunião no Palácio Anchieta onde recebeu proposta de financiamento, via publicidade pública, desde que passasse de ser um jornal de apoio ao governo.

Tal proposta foi rejeitada pelo conselho editorial do periódico, mas indicava a ação do governo estadual no sentido de interferirem na liberdade de imprensa e de opinião, como relembra Adilson Vilaça:

¹⁷⁷MARTINUZZO, José Antônio. A Imprensa na História Capixaba. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20Imprensa%20na%20Historia%20Capixaba.pdf>> . Acesso em: 10 mai. 2018.

¹⁷⁸FILHO, Carlos LINDENBERG. De volta para o futuro. PMV. Op. cit., 1996, p. 35.

Luzimar foi convidado a ir ao Palácio quando foi feita essa proposta. Não sei quem fez a proposta, mas o governador estava presente. Posição deixaria de ser um jornal que atacava e seria um jornal normal. O governo injetaria publicidade nele. Um tamanho vultoso de publicidade. O Luzimar levou isso para uma reunião, onde havia oito pessoas da redação e disse que havia dois caminhos: fecharmos a porta ou virarmos um jornal tradicional pequeno com chance de crescer com esses recursos. E colocou em votação. Pegou um cinzeiro e pediu para votarem sim ou não. Sim era aceitar a proposta do governo, não era para fazer a última edição e fechar. Unanimidade no não. A equipe dizia que trabalhar em jornal tradicional já trabalhava.¹⁷⁹

Nessa mesma direção, tivemos a compra do jornal *O Diário*, pelos empresários capixabas Américo Buaiz, Otacílio Coser, Cariê Lindenberg e Chrisógono Cruz¹⁸⁰, que demonstrava a luta pela hegemonização da imprensa local e o processo de monopolização, reduzindo espaços de concorrência empresarial e ampliação de ganhos financeiros, assim como os interesses eleitorais com o processo de avanço da oposição emedebista e da intensa disputa interna na Arena.

O jornalista Rogério Medeiros, detentor de 6% das ações, doados pelos antigos donos, tentou participar do consórcio, porém desistiu rapidamente do empreendimento, frente ao volumoso capital de investimento que lhe fora exigido pelos novos donos do periódico, segundo ele “como eu não concordei[em trocar as ações por um fusquinha], eles elevaram o capital lá pras alturas e me chamaram para integralizar a minha parte. Como eu não tinha condições, os meus 6% viraram zero vírgula zero zero zero zero zero um por cento”(SIC)¹⁸¹.

O jornalista Cláudio Bueno da Rocha, ao comentar o seu retorno ao jornal *O Diário*, após a venda e dificuldade na Revista Espírito Santo Agora, desvela o jogo político no qual estava inscrito o periódico.

Quando Edgard vendeu o jornal para Otacílio Coser, um dia Rogério e eu lhe demos a ideia de fazer uma revista. Ele topou e nos chamou. Foi assim que nasceu a Agora. Eu dirigia a revista, Rogério dirigia

¹⁷⁹VILAÇA, Adilson. A história do Posição. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016. Apud BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **op. cit.**, p. 111

¹⁸⁰O dono da Chrisógono Teixeira da Cruz Engenharia, foi prefeito de Vitória (1971-1975) no governo de Arthur Carlos Gehardt dos Santos. Empresário do setor de comercialização do café e criador nos anos 50 do Grupo Coimex, ele atuava dentro das políticas estaduais de subsídio à exportações, no campo de logística, porto, energia, financeira, operações de rodovias e incorporação imobiliária. Esteve envolvido, como foi denunciado pelo deputado federal Max Mauro do MDB, na compra superfaturada de terrenos nos municípios da Glória, pela COHAB - ES, no governo de Elcio Álvares, para onde foram levados os posseiros da favela Salaminho. Américo Buaiz era dono do Buaiz Alimentos (Moinho Vitória, a Fábrica de Mistura para Bolo Regina, Fábrica de Café Número Um) e fora articulador do processo de industrialização do Espírito Santo, sendo criador e fundador da Federação do Comércio do Estado (FECOMÉRCIO) e da Federação das Indústrias (FINDES), esta em que atuou como presidente entre os anos de 1958 e 1968.

¹⁸¹MEDEIROS, Rogério, *Op.cit.*, 1998, p.100.

reportagem e Atílio diagramava. Parece que saiu boa, porque Mino Carta e Carlinhos de Oliveira mandaram cartas elogiando.

A revista, porém, não teve uma progressão como esperávamos. Em 1973 eu saí. E, a pedido do governador Arthur Carlos, voltei a dirigir O DIÁRIO. Tínhamos ideias novas. Fizemos um vespertino, passamos para off-set¹⁸².

De fato, a importância dos anúncios públicos, influência dos governos e políticos locais sobre a vida financeira dos jornais, em especial de pequeno porte, era vital. A crise do *Jornal da Cidade*, pertencente aos jornalistas Maria Nilce e Djalma Juarez Magalhães, foi um grande exemplo dessa situação.

A jornalista denunciou virulentamente, de memória, a perseguição política que sofreu do governador Élcio Álvares, acusado por diversos jornalistas de ser um grande censurador, que fez o marido dela buscar auxílio nos círculos militares em Brasília frente à ameaça de prisão. Segundo Maria Nilce, eles não caíram em desgraça financeira porque contaram com a ajuda do senador Eurico Rezende, futuro sucessor de Élcio Álvares e que no governo fora-lhe normalmente favorável¹⁸³.

O jornal *O Diário*, segundo Vitor Reis Mazzei, também institui como estratégia atrair a publicidade pública e empresarial local, garantindo assim a sobrevivência até os anos 80 quando, por dificuldades financeiras e dívidas trabalhistas, acabara fechando, a contragosto de gerações de jornalistas que o reconheciam com “escola capixaba de jornalismo”, já que as inovações jornalísticas e gráficas eram experimentadas e boa parte do jornalismo capixaba iniciara a “formação empírica e boêmia”.¹⁸⁴

O jornalista Marien Calixte, ao discutir sobre *O Diário*, pincelava nesse cenário que o preço da liberdade poderia ser o fechamento do jornal: “No Diário, podia-se escrever com liberdade e fazer o que quisesse, mas no final do mês não aparecia dinheiro”.¹⁸⁵ Djalma Juarez Magalhães, dono do *Jornal Cidade*, completa o lamento de Marien Calixte em relação ao preço da liberdade: “O jornal não apoiava a oposição que se fazia na época. Até porque, se apoiasse, não teria como sobreviver,

¹⁸²ROCHA, Cláudio Bueno. *O Diário revisitado*. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). *Op.cit.*, Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998, p.184-185

¹⁸³NILCE, Maria. *Postais de minha vida*. Vitória: Artgraf. 1986, p. 11-16.

¹⁸⁴MAZZEI, Vitor Reis. *Op. cit.*, 2011.

¹⁸⁵CALIXTE, Marien. Apud ALVES, Ronald & DAL COL, Thiago. **Uma paixão chamada O Diário**. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). *Op. cit.*, 2005, p. 162.

como *O Debate* não sobreviveu.¹⁸⁶

Desses dois depoimentos, pode-se concluir que o financiamento dos jornais era questão central, que impunha um choque entre os ideais da profissão e a sobrevivência dos jornalistas. Considerando-se que os jornais *A Tribuna*, *A Gazeta*, *O Diário* e *Jornal da Cidade* eram os principais do Espírito Santo, apenas *A Tribuna* e *A Gazeta* apresentavam-se como negócios rentáveis, mas a possibilidade de boas condições de trabalho, apesar de o jornal *O Diário* destacar-se como lugar da inovação jornalística capixaba, não conseguia ampliar as tiragens.

Dessa situação podemos inferir que *A Tribuna* e *A Gazeta* eram os jornais mais próximos do poder e mais influenciados por demandas e exigências, o que não significava tensões e ambiguidades em relação a este. Além disso, eram os meios de comunicação que mais empregavam o que resultava na grande disputa para dele fazer parte e nas lutas sindicais para as melhorias das condições de trabalho, não só desses jornais, mas de toda a categoria.¹⁸⁷

Os autores Glacieri Carraretto e Aidê Malanquini, ao comentarem sobre as relações entre imprensa capixaba, Ditadura Militar e os grandes projetos industriais demonstram a liderança da “grande” imprensa local, de *A Gazeta* e *A Tribuna*, na defesa entusiasmada do ponto vista político e econômico, da implantação dos grandes projetos de industrialização e do Regime Militar no Espírito Santo brevemente apresentado na introdução.

Como apontou o historiador Ueber Oliveira,¹⁸⁸ nesse período investigado havia uma “confluência da agenda de interesses” que articulou as elites econômicas e partidárias do Espírito Santo que, apesar das divergências em termo das soluções políticas para controle do poder, acabaram, a partir da nova conjuntura político-econômica imposta pelo Regime Militar, aproveitando-se para constituir a ruptura econômica que estabeleceu a economia urbano-industrial-exportadora (minério de ferro, celulose, siderurgia, madeira e alimentos) em que a articulação de interesses locais, nacionais e internacionais teve sua liderança.

Com isso, as empresas jornalísticas apresentavam-se como parceiras do moderno Espírito Santo (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração). Tal imaginário apontava para a

¹⁸⁶MAGALHÃES, Djalma Juarez. Apud FREITAS, Kênia. *Jornal da Cidade*. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). Op. cit., 2005. p. 177

¹⁸⁷MALANQUINI, Aidê et al, op.cit, p. 178.

¹⁸⁸OLIVEIRA, Ueber. Op.cit, 2013.

superação do atraso e o “engrandecimento” difundiu-se pela cultura capixaba, em especial nos periódicos da grande imprensa local, fazendo desses periódicos mais do que informantes do desenvolvimento, na verdade sujeitos políticos ativos.¹⁸⁹

Antônio Carlos Barbieri, ao contar a história de como conheceu o jornalista Cacau Monjardim, revela as redes de poder que envolviam as empresas jornalísticas, jornalistas e o governo no Espírito Santo, que foram discutidas ao longo dessas linhas. Mantemos a citação longa e sem paráfrases pela importância desse depoimento para a compreensão de rede social que configurava a imprensa capixaba na época:

O Cacau Monjardim já era Secretário de Comunicação, mas nós não nos conhecíamos ainda. Uma noite *A Gazeta* convidou a classe publicitária, os clientes em geral para uma Palestra do José Bonifácio Sobrinho, o Boni [...] que foi feita no auditório do Senac, Beira - Mar, para o lançamento da *TV GAZETA*.

Nesse dia, o Alvino Gatti não pôde comparecer, diga-se de passagem, ele era avesso a qualquer tipo de solenidade, reunião, coquetel, e me solicitou que enviasse um bilhete para o Cacau. Como eu não o conhecia, ele me descreveu a figura do Cacau e lá fui eu com o bilhete no bolso para a tal entrega.

Quando cheguei a plateia e personalidades já estavam à mesa montada no palco do auditório, e logo reconheci o Cacau.

Curioso que eu fiquei o tempo todo olhando para ele, esperando uma brecha para entregar o misterioso bilhete, que até hoje não sei do que se trata. E a reunião demorou tanto que em determinado momento o Cacau chegou a cochilar.

Só consegui entregar o bilhete no final da palestra, quando o Bonifácio saiu correndo e depois eu soube que ele tinha vindo no jatinho particular da REDE GLOBO, e que tinha que partir imediatamente, talvez em virtude do horário de fechamento do aeroporto.

Depois dessa entrega do tal bilhete, nasceu uma amizade grande e sincera entre eu e Cacau, tanto que ele, desafiando as diretrizes do Governo, passou a nos solicitar uma série de peças publicitárias, culminando com uma campanha de página dupla da Veja, que seria publicada com foto do Roberto Carlos, que viria cantar em data especial e que era o último ano do Governo Elcio^{190*}(grifo nosso)

Diante dessas constatações reafirmamos que os anos 1970 e 1980 foram marcados pelo processo de profissionalização do campo jornalístico capixaba e de

¹⁸⁹PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org). Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória, ES: Ales, 2014.

¹⁹⁰BARBIERI, Antônio Carlos. Amauri. Amauri e Cacau Monjardim com Boni. In: Disponível em: <<http://barbieri-historiapublicidadecapixaba.blogspot.com.br/2010/05/amauri-e-cacau-monjardim-coboni.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

concentração das empresas jornalísticas, especialmente com a formação da *Rede Tribuna* e *Rede Gazeta*, tendo como contexto as transformações socioeconômicas advindas do processo de industrialização, urbanização e do jogo político-partidário local.

Com isso, identificamos que o processo de produção da notícia e o exercício das atividades jornalísticas estavam suscetíveis às interferências (muitas vezes, interdependências) sociais, políticas, econômicas, profissionais, culturais e pessoais que marcavam o período investigado. Além disso, percebemos a importância das redes sociais e culturais (amizades políticas, parentescos e camaradagens) e os engajamentos sociais e políticos (projetos políticos, profissionais e pessoais) na sustentação e consolidação do processo de modernização da atividade profissional do jornalista e da estruturação das empresas jornalísticas capixabas, apesar dos interesses econômicos e imperativos impessoais da lei de mercado.

2.3 CENSURA E AUTOCENSURA NA IMPRENSA CAPIXABA NOS ANOS 70 E 80

Aos vínculos sociais, econômicos e políticos que teciam a imprensa capixaba que discutimos na seção anterior somava-se o contexto de censura, repressão e silenciamentos, impostos ou voluntários, que marcara a Ditadura Militar brasileira. Esse cenário político interferiu no trabalho dos jornalistas, em especial daqueles envolvidos em militância na postura cotidiana, redações, por brechas que abriam nas coberturas jornalísticas; muitos deles sendo detidos para esclarecimento, presos, perseguidos, trabalhando sob vigilância patronal e policial e agindo em um contexto de precaução, desconfiança e medo¹⁹¹.

Assim, os jornalistas, a cada texto, ao se guiarem pela liberdade de expressão ou por um outro ideário político qualquer que atingisse algum interesse vigente, poderiam ser enquadrados como “subversivos ou perigosos”, poderiam ser reconhecidos como produtores de textos “tendenciosos” e, até mesmo, terem a demissão solicitada e serem obrigados a comparecer à Polícia Federal ou aos quartéis, para longos e intimidadores esclarecimentos. Comentam Cunha, Brumana e Furtado, discutindo sobre a investigação de jornalistas na Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES):

O relatório ainda informava que constam nos arquivos do Estado mais de 20 dossiês sobre jornalistas de Vitória e adjacências. Um número considerável se levamos em consideração que o mercado dispunha de pouco mais de 80 profissionais na década 70.¹⁹²

Durante o período da Ditadura Militar, as redes de informações oficiais acompanhavam de perto os impressos fazendo relatórios minuciosos nos quais se destacava o interesse dos órgãos de vigilância sobre as tiragens¹⁹³. Tal situação denunciava a preocupação com a circulação de ideias e imagens, reconhecendo o impacto dos periódicos sobre a “opinião pública” significativa naquele período

¹⁹¹ Idem, p.13.

¹⁹²CUNHA, Karolina Dias; BRUMANA, Luiz Fernando da Silva; FURTADO, Marcello França (mestrando) Confidencial e sigiloso: Os registro do DOPS/ES sobre jornalistas. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – ALCAR Sudeste, 2016. Disponível em:<<http://www.historiadamidiassudeste.com/uploads/8/0/3/0/80305748/j05.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2016.

¹⁹³AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Maria Aparecida de Aquino. Bauru: EDUSC, 1999; KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2012.

histórico para garantir a “segurança da população e a ordem no país”:

O primeiro a constar na lista foi o jornal *A Gazeta*. Estava discriminada toda a composição da diretoria, do Editor-Chefe, José Antônio F. da Costa, ao Gerente Comercial, Hélio Dórea. A tiragem do periódico, na época, era de 15 mil a 26 mil exemplares. As informações eram as mesmas sobre *O Diário*, que tinha como Diretor-Chefe Marien Calixte e vendia de 4.500 a 4.700 jornais por dia. *A Tribuna* vendia mais que *O Diário*, porém menos que *A Gazeta* que, de acordo com o relatório da repressão, chegava a 10 mil exemplares dia.¹⁹⁴

Rose Duarte, jornalista da TV Gazeta, em suas memórias, relata sobre o estilo de vida dos jornalistas dos anos 70 e início dos anos 80, marcados por rebeldia, ousadia, ironia, sarcasmo ou crítica, elementos tomados como representação da cultura juvenil que emergiu nos anos 60 e que eram confundidos, muitas vezes, como desacato à autoridade, questionamento à ordem pública ou atividade clandestina comunista.

Por essas observações, acusava-se as redações dos principais jornais do Estado, *A Tribuna* e *A Gazeta*, de estarem infiltradas pelos “esquerdismos”¹⁹⁵.

Há quase vinte anos, ser jornalista ainda era romântico. Sair todas as noites da redação para passar obrigatoriamente num bar – principalmente o Britz, no centro da cidade – para falar mal da ditadura ou simplesmente colocar os assuntos em dia. Naquela época os colegas não se importavam com aparência. Era preciso mesmo que fizesse gênero. Calça Lee – embora a maioria fosse de esquerda, camiseta, sandálias e para mulheres, havia a opção das roupas indianas. Todos fumavam. Todos bebiam. Muitos, inclusive, se davam ao luxo de ter um litro de uísque na gaveta.¹⁹⁶

Entretanto, tal postura de irreverência social, cultural e política havia se constituído em parte da cultura jornalística da época, fazendo do jornalismo uma atividade perigosa e arriscada, o que exigia habilidade de negociação política e social entre a opinião dos jornalistas e a de seus patrões.

Milson Henriques, apresentador de TV, cartunista e jornalista, figura carismática dessa geração de jornalistas descrita por Rose Duarte, ao ser

¹⁹⁴CUNHA, BRUMANA & FURTADO, op. cit., p. 10; Observamos que não investigamos o jornal *O Diário* porque o Arquivo Público do Espírito Santo não possui acervo completo desse período capixaba e porque o prazo que tínhamos à disposição para a pesquisa nos permitia completar.

¹⁹⁵Dizia Milson Henriques: “As pessoas mais inteligentes eram de esquerda. Então eles (os diretores) tinham que se render às pessoas inteligentes, e as pessoas inteligentes, para sobreviver, tinham que se render a eles”. HENRIQUES, Milson. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. *Jornalismo Alternativo: da década de 40 anos aos dias atuais*. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). Op. cit., 2005, p. 336.

¹⁹⁶DUARTE, Rose. *TV GAZETA – 20 ANOS*. In: PMV . **Op. Cit.**, 1996, p.157-160.

questionado sobre a irreverência dentro da imprensa alternativa e as charges apontava o peso da censura e como ela dificultava a construção de uma linguagem mais direta que seria, segundo ele, mais apropriada às camadas populares:

Era um beco sem saída, porque a gente tinha que fazer com tanta sutileza que o intelectual entendia, o estudante entendia, mas o povão não entendia. Tinha que ser mais acessível, mas aí a censura proibia. Se a gente fizesse uma coisa muito aberta, a censura entendia e não 'passava', então a gente procurava ser sutil. Mas aí não adiantava, porque o povo não tinha cultura para entender a sutileza. Era muito difícil¹⁹⁷

Milson Henriques, ao aceitar a direção do Teatro Carlos Gomes a convite de Christiano Dias Lopes Filho (1966-1970), governador, foi pivô de uma polêmica pela postura crítica reconhecida como supostamente de esquerda para o contexto de época.¹⁹⁸

Tal situação demonstrava, como já relatado, a proximidade dos jornalistas dos espaços de poder locais e a tentativa do governo estadual de envolver a classe artística capixaba sob o discurso de valorização da cultura local, com a criação da Fundação Cultural do Espírito Santo, em 1967, que começou a funcionar somente em 1969 e que seria fechada mais tarde, pelo governador Élcio Alvares (1975-1979) sob acusação de excessiva autonomia da fundação para a contratação de profissionais¹⁹⁹.

A jornalista Andressa Rebonato, ao lembrar enaltecidamente a experiência em jornais alternativos capixabas, em especial dos movimentos sindicais e sociais, comentou sobre o jornal *A Tribuna*, indicando as condições vividas pelos jornalistas na redação daquele jornal:

Trabalhei por um tempo em *A Tribuna* e ainda uso muito do jornal para fazer esses jornais (alternativos), no que diz respeito ao estilo, porque *A Tribuna* é bastante popular. Mas, às vezes, eu peço no sentido de deixar de dizer algo no jornal porque em *A Tribuna* eu não falava. E penso: “Pô, eu podia ter falado isso...” No jornal alternativo, você não só pode como deve assumir a posição. Não tem aquela coisa de pensar: “Ah, será que eu posso dizer isso? Não, você conversa com a pessoa e pensa. É isso que eu devo dizer”. Aí você vai passar, como acha de que deve passar. O jornal alternativo tem esse lado de você poder ir mais profundo, dizer o que está mesmo acontecendo, dar informação, dar o ponto e depois fazer o cruzamento e dar a resposta. E isso você não pode fazer na mídia. Em *A*

¹⁹⁷HENRIQUES, Milson. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. Op. cit., p. 33

¹⁹⁸CID, Duílio, Op. cit, 2015.

¹⁹⁹HENRIQUES, Milson. Os censores-estes grandes humoristas esquecidos. In: **Entregando os veados de Vitória**: 25 anos de graça que custaram caro. Vitória: Ed. do Autor, 199?, p.113-127.

Tribuna, eu tive matérias cortadas e jogadas fora porque não podia dizer alguma coisa. O que vale é o conselho editorial.²⁰⁰

Essa situação se agravava mais ainda quando os jornalistas, já dentro do processo de abertura da Ditadura Militar (1974-1985), começaram a organizar a categoria profissional em defesa da liberdade expressão e por melhores condições de trabalho, transformando as redações num campo político explosivo. No caso do Espírito Santo, destacaram-se Associação Capixaba de Jornais do Interior, Clube dos Repórteres, Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo e Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo.

O Professor Xerxes Gusmão Neto, ao comentar sobre o impacto no emergente curso de Comunicação Social (1975), descreveu o clima de medo e receio que ainda vigorava no período: “não era mais o terror da segunda metade da década 60, mas rolava um certo temor, um tipo de liberdade vigiada. A minha geração foi punida por falar, escrever e agir, quando havia independência nessa atitude”.²⁰¹

De fato, impunha-se não apenas a proibição do que deveria ser noticiado, mas também a forma como se deveria fazê-lo. Quando as matérias desagradavam, mesmo as pré-aprovadas pelo editorial e censores, acabavam resultando em telefonemas, convocações e solicitações “da cabeça” dos jornalistas, o que revelava a dependência dos periódicos frente ao solicitante e os seus interesses políticos e econômicos na época.

Juliana Bourguignon, ao discutir sobre a presença da censura no Jornal *A Gazeta*, apontou para três instâncias de censuras, que podiam estender-se para as demais redações jornalísticas capixabas. A primeira censura da Ditadura Militar aparecia nos clássicos bilhetinhos que impediam a publicação de alguns temas, e acabavam se disseminando através de “boatos”, mesmo que não divulgados.²⁰²

²⁰⁰REBONATO, Andressa. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. *Jornalismo Alternativo: da década de 40 anos. Dias atuais*. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). Op. cit, 2005, pp. 335-336.

²⁰¹NETO, Xerxes Gusmão. Apud ULIANA, Camila; RIBEIRO, Cimara; BARONE, Suellen. *Comunicação: história de interesses e poder*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Balzaquiano: trinta anos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (1975- 2005)**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p.24-25.

²⁰²COSTA, Cristiane. **Op. cit.**, 2005; RONCHI, Ana Carolina; PORTO, Camille & DORNELAS, Raquel. O olho do dono protege o gado: jornalismo e Ditadura Militar no Espírito Santo. In: **Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2015. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/o-olho-do-dono-protege-o-gado-jornalismo-e->

A segunda censura, estabelecida pelo conselho editorial, muitas vezes se justificava a partir do discurso da prevenção e proteção do repórter. E a última censura, era autocensura, realizada pelo próprio repórter que buscava evitar que os textos fossem barrados pelas duas primeiras censuras, acabava sendo um processo de autocerceamento e autovigilância que intensificava o sentimento de receio e medo.²⁰³

O relato de Milson Henriques, mesmo de modo sarcástico, demonstrava como a autocensura era acionada como resposta quase desesperada aos sucessivos processos de intimidação e medo, aos quais eram submetidos os jornalistas durante os rituais de esclarecimentos às instituições de vigilância e de espionagem:

No dia marcado, uma quarta-feira, às quatorze horas (o que me obrigou a largar o serviço no meio de um dia útil), lá se foi o perigoso terrorista aqui para o encontro. Fui colocado numa sala vazia onde fiquei até depois das dezoito horas, com dor de mijar e fazer cocô, mas ali, firme. Lembro que, de quando em quando, um cara imbecil aparecia na porta, olhava num silêncio estúpido e ia embora. Comecei a pensar que desta vez eu tinha me excedido. Fosse lá o que eu tivesse escrito, dito ou feito, a coisa deveria ter sido muito séria²⁰⁴

No caso de *A Gazeta*, “a convicção política da diretoria [...] ia contra os ideais da grande maioria dos jornalistas de sua redação, que era de esquerda”²⁰⁵, fazendo das redações um campo de intensa negociação e disputa, visto que os jornalistas se alimentavam, também, do sucesso empresarial de *A Gazeta*. E dela “tinham essa segurança de serem respaldados pelo respeitável nome *A Gazeta*, o veículo para o qual trabalhavam”.²⁰⁶

Por fim, Milson Henriques, ao relatar sobre a censura, denuncia o que era simbolicamente aquela, para os jornalistas:

Toda a cidade sabia que eu estava preso. Eu não tinha medo de apanhar, por exemplo, porque eles não iam me bater ou me matar, já que todo mundo sabia que eu estava preso. Essa certeza me tirou muito do medo que eu poderia ter. E, na época, *A Tribuna* era um jornal pequeno. Então era *A Gazeta* que mandava mesmo.²⁰⁷

[ditadura-militar-no-espírito-santo/at_download/file>](#). Acesso em: 25 jun.2017.

²⁰³REZENDE, op. cit., 2005; KUSHNIR, Beatriz. Op. cit., 2004; SMITH, Anne-Marie, Op. cit., 2000.

²⁰⁴HERINQUES, Milson. Op.cit., 19?, p.113.

²⁰⁵HENRIQUES, Milson. In: CARRARETTO, Glacieri. *A Imprensa e os anos de chumbo*. In: MARTINUZZO, José Antônio. Op. cit., 2008, p.162.

²⁰⁶Idem

²⁰⁷Idem

Esses profissionais circulavam pelas redações e foram construindo estratégias de sobrevivência que lhes permitiam sobreviver num cenário profissional e político avesso à liberdade de expressão, mas que com a sua competência técnica e capital social acumulados podiam transitar pelas empresas de comunicação e, até mesmo, obter o apoio político e econômico para manter os empreendimentos subversivos, como apontamos no capítulo anterior.

Mesmo no jornal *A Gazeta* que contava com um dos diretores militares, os “jornalistas da época afirmam que aquela era apenas uma patente e o editor não exercia o militarismo dentro da redação”. Nesse contexto, a força da memória, seletiva e retrospectiva, nos ajuda a pensar que a presença do General Darcy Pacheco de Queiroz, com certeza era estratégica para evitar “problemas com os militares”.

O grupo João Santos, que dirigia o Jornal *A Tribuna*, também contava no conselho editorial com o importante militar e político Marechal Cordeiro de Farias, cuja estratégia era dar retaguarda política em relação aos desígnios dos governos militares e política de censura.²⁰⁸

Em 1975, as demissões de Robson Moreira Fagundes e Jô Amado²⁰⁹ foram reveladoras da força da censura, o que fortalecia os grupos sociais e políticos locais próximos aos militares. Ao escreverem matéria sobre o despejo (invasões de terras urbanas) de Cantinho do Sossego, no município da Serra - ES, afetando os interesses político-partidários e econômicos, principalmente do Governo do Estado, deram visibilidade à truculência das polícias civil e militar, denunciaram a insensibilidade dos poderes executivo e judiciário estaduais em relação à miséria que “tomava” conta da região da Grande Vitória.

O governador Élcio Álvares (1975-1979) solicitou ao Jornal *A Tribuna* que demitisse os jornalistas por causa da matéria, como relatam Robson Moreira e Jô Amado²¹⁰. O inusitado do episódio foi que o governador durante anos conciliou as carreiras de advogado, político e jornalista, assim como foi dono da *Nova Revista*

²⁰⁸Segundo Anne-Marie Smith: “o regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito do empenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime”. SMITH, Anne-Marie. op. cit., 2000, p. 46.

²⁰⁹FAVELADOS do “Sossego” serão transferidos. Moradores da favela vão pedir Sossego ao Governador do Estado. *A Tribuna*, Vitória, ES, 31/01/1978, p. 06, c. 1-3. Matéria escrita por Robson Moreira Fagundes e Jô Amado que incomodou o governador Élcio Álvares.

²¹⁰BOURGUIGNON, Vitor et al. *Jornalismo Alternativo: da década de 40 anos aos dias atuais*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org). Op. cit., 2005, p. 230.

Vida Capixaba e mantinha colonismo social no jornal *O Diário*, com o encarte *Jardim Social*.

Nomeado governador como última alternativa diante do impasse político da Arena local, Élcio Álvares chegava ao governo estadual com o discurso de conciliação política, afirmando dar continuidade ao projeto de “modernização deixado pelos antecessores”, apesar das divergências políticas locais intraelite.

Também os jornalistas Rubens Gomes, diretor de *A Tribuna* e Luzimar Nogueira Dias, secretário de redação, foram demitidos por exigência de Élcio Álvares por causa de uma manchete acompanhada de foto na primeira página do jornal, produzida por Luzimar Nogueira Dias, sobre ordem de reintegração de posse, também, na região de Concheira – Serra – ES, em que se destacava a derrubada dos barracos pela Polícia Militar.²¹¹

Élcio Álvares realizou inúmeras medidas políticas e grandes obras para criar a imagem política de formador do novo Espírito Santo que explicava, em termos estratégicos-políticos, o interesse de acompanhar de perto as ações da imprensa local e evitar matérias jornalistas negativas sobre o governo, o que se percebe em ofício solicitando ao SII-DOPS/ES informações sobre a imprensa, no qual se encontra depositado dossiê sobre jornalista no Arquivo Público nas caixas da Delegacia de Ordem Pública e Social-DOPS-ES.²¹²

Outra vítima do governador, foi a jornalista Glecý Coutinho, quando convidada para jornalismo da recente *TV Gazeta*, em 1976. Ao colocar em pauta algumas invasões de terras urbanas ela foi chamada para conversar por Cariê Lindenberg. Receosa com as orientações do patrão e a perseguição política, retornou para a “Editoria Cidades”, do jornal *A Gazeta*.²¹³

Élcio Álvares era conhecido pela truculência quando, na campanha para deputado federal, em 1973, invadiu a redação do Jornal *A Tribuna*, autorizado pela

²¹¹GOMES, Rubinho. In: **JORNALISTA** diz que Élcio Alvares mentiu ao afirmar que não perseguiu Miriam Leitão. In: Disponível em:<<http://seculodiario.com.br/18499/12/jornalista-diz-que-elcio-alvares-mentiu-ao-afirmar-que-nao-perseguiu-miriam-leitao-1>>. Acesso em:01 jun.2017, s/p.

²¹²CAIXA 5: BR ESAPEES, DES. 0. MSAP. 30 30 Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo 23/08/1979 - 09/07/1982, 84 p; CAIXA 25: BR ESAPEES, DES.0.EEC.3 3 Congresso Nacional de Jornalistas 11/09/1982 - 15/09/1982 14 p. CAIXA 27:BR ESAPEES, DES.0.IRA.3 3 Investigações sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão. 10/04/1973 03/10/1984, 129 p.

²¹³COUTINHO, Glecý .Apud: FERNANDES, Roberta & CERQUEIRA, Rodrigo. De Maridos, Editores e Censores: a Repressão Social e Política na Formação da Jornalista Glecý Coutinho. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em:<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0663-1.pdf>>. Acesso em:10 set. 2017, p. 9.

direção, e reescreveu ele mesmo a matéria do jornalista Pedro Maia. Em 1972, também esteve envolvido em episódio que levou à demissão da jornalista Míriam Leitão que já havia sido presa; em seguida, ela foi para a redação de *A Gazeta* e depois resolveu ir embora do Espírito Santo.²¹⁴

Em 1975, o *Jornal da Cidade* também, sofreu com a política censória do governador capixaba que usou sua influência política em Brasília e conseguiu apreender a edição do dia 15 de outubro, na qual apenas constavam, segundo o depoimento de Djalma Magalhães, críticas ao secretário-particular daquele, o jornalista Esdras Leonor.²¹⁵

De fato, o governador Élcio Álvares era cioso da imagem pública. Com essa estratégia, conquistou a confiança política de setores do Ministério do Interior e do Banco Nacional de Habitação, ao promover a remoção da Favela Salamim, no município de Vila Velha.

Para a realização do empreendimento habitacional, ele usou um discurso de transferência pacífica e voluntária dos moradores para os lotes urbanizados e casa-embriões na região do bairro Boa Vista,²¹⁶ o que se tornou propaganda exitosa do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB. Entretanto, denúncias feitas pelo deputado federal Max Mauro (MDB) apontavam superfaturamento na compra do terreno pela Cohab - ES.²¹⁷

Demitidos do jornal *A Tribuna*, Robson Moreira Fagundes e Jô Amado aventuraram-se na criação do *Posição*, jornal alternativo capixaba, criado em 1976, por jornalistas declarados de oposição ao Regime Militar, tais como Rogério Medeiros, Pedro Maia (diretores de redação) e Walter A. Pereira (diretor administrativo). A denominação “alternativo”, deve ser pensada em termos da época, quando significava um jornal guiado pela liberdade de imprensa e pelo debate dos temas “proibidos” nas pautas da grande imprensa consorciada à Ditadura Militar.

Durante a existência o jornal *Posição* (1976-1979), constituiu-se um espaço de sociabilidade, circulação de ideias que davam visibilidade às sombras do Regime Militar e à “modernização do Espírito Santo”.

²¹⁴GOMES, Rubinho. op. cit., 2017, s/p.

²¹⁵FREITAS, Kenia, op. cit., p. 186.

²¹⁶A UNANIMIDADE POPULAR no Bairro de Boa Vista. *A Tribuna*, Vitória, ES, 18/07/1976, p. 6, c. 1-4. Texto jornalístico institucional veiculado no jornal *A Tribuna* elogiando ação de remoção de favela em Vila Velha chamada pelo governo de transferência.

²¹⁷ MAURO, Max (DEPUTADO FEDERAL). In: *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), 31 de Março de 1979, p. 1496.

Declaradamente proposital, a primeira capa do *Posição* destacava o tema que levou à demissão de Robson Moreira Fagundes e Jô Amado (depois, diretor de redação), reconhecido como urgente pelo editorial, “despejos e invasões”: “Espírito Santo, as invasões de terras, a luta por casa própria, a política habitacional e o desvelamento”.²¹⁸ Ao lado das letras garrafais figuravam a fotografia de uma casa de estuque ao fundo rodeada por uma cerca improvisada.

A defesa da linha editorial alternativa²¹⁹, a qual assumia visão militante apaixonada de si e dos jornais ditos “grande imprensa”, nos dá pistas para compreender o lugar político e social dos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, reforçando *status* e prestígio no espaço de poder capixaba.

Quem comprava sabia que estava ajudando a manter um órgão da imprensa alternativa. Os leitores eram pessoas que sabiam que não encontravam em *A Gazeta* e *A Tribuna* as informações que buscavam. Denúncias de corrupção, de mordomias do poder, de negociatas com dinheiro público, tudo isso era impossível de se saber junto aos jornais tradicionais.²²⁰

[...] ideia era dizer, em função de uma determinada realidade – início da abertura de uma ditadura cruel – tudo aquilo que há muito não era dito.

Fazíamos do movimento popular na periferia a grande matéria para o jornal. Nós não fazíamos para eles, mas, por meio do jornal, falávamos dos problemas e que, se eles se organizassem, podiam conquistar a vida de que estavam necessitando.²²¹

O nosso jornal é um jornal independente. O que é que isso significa? Uma vez mais, isso vai depender de nós, jornalistas, e de você, leitor. A ideia de fazer um jornal de jornalistas parece inegavelmente boa. Boa porque, dessa forma, a notícia divulgada não obedecerá a interesses estranhos aos do jornalismo propriamente dito.²²²

Os depoimentos desenhados pelo jornal *Posição* reivindicavam a liberdade de expressão dos jornalistas, defendendo a possibilidade de texto jornalístico “sem interesses” ou “sem padrões” e atribuindo ao discurso jornalístico a capacidade de “falar a verdade sobre o mundo”. Esse discurso político, apesar das gotas de utopia profissional, acabava caracterizando a “imprensa local” como dependente dos interesses econômicos, políticos e indiferente aos interesses da população, assim

²¹⁸POSIÇÃO, n°01, 29 de outubro de 1976, capa

²¹⁹Para uma discussão profunda sobre a linha editorial do jornal Alternativo Opinião e a construção de um contradiscurso em oposição ao discurso oficial da modernização capixaba. RESENDE, Geraldo. op. cit., 2005.

²²⁰CHEQUER, Namy. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. Op.cit, 2005 p. 291.

²²¹MOREIRA, Robson. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. Op. cit., p. 292.

²²²Editorial “Um jornal do leitor”. Apud BOURGUIGNON, Vitor et al.. Op. cit., 2005, p. 286.

como problematizava a atuação, como sujeitos políticos e econômicos.

Em 1981 *A Tribuna* foi alvo de um atentado político que mobilizou a cena local. Conforme especulações do ex-editor Marien Calixte, teria sido um ato realizado por grupos radicais contra o processo de Abertura Política e que viam com revolta e pavor “pelo fato de que muitas pessoas que trabalhavam lá, na época (*A Tribuna*), tinham fortes ligações com o Partido Comunista Brasileiro-PCB e Partido Comunista do Brasil-PCdoB, esse atentado poderia ser uma tentativa de intimidação por parte de indivíduos atrelados às forças direitistas”.²²³

Essa hipótese foi confirmada, em 2011, por Claudio Guerra, ex-delegado do DOPS-ES, no livro-reportagem, organizado por Rogério Medeiros e Marcelo Netto, em que relata as operações de Terrorismo de Estado coordenadas por ele em diversas partes do país.²²⁴

De fato, o Jornal *A Tribuna* foi um espaço político importante na reestruturação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado. Nesse sentido atuou o jornalista Luiz Aparecido da Silva que foi para o Espírito Santo por intermédio de Sergio Alves de quem era colega de trabalho no *Última Hora*. Para auxiliá-lo trouxe a italiana Adelina Bracco. A partir de ações de reconstrução partidária agregou os jornalistas e militantes Namy Chequer, Luiz Rogério Fabrino, Clovis Geraldo, dentre outros.²²⁵

Em 1984 explodiu a greve contra quebra dos acordos coletivos realizados, comandada pelos jornalistas Francisco Flores e Romero Mendonça e a redução do quadro de funcionários, nos anos 80, fato que alimentou a suspeita de que a redação do jornal *A Tribuna* era um “ambiente subversivo” como se compreendia no imaginário político da época. Nesse diapasão, comenta Vitor Gentilli sobre o periódico:

Experimentava-se em Vitória um modelo de jornalismo mais solto, com um condomínio de interesses cuidando de se instalar e preservar os feudos em cada canto do jornal. Cada editoria, cada coluna era a expressão do titular. Mas o jornal não tinha quase expressão (em circulação) e a brincadeira encerrou-se em 1984, quando uma greve paralisou o jornal. A Tribuna só seria reaberta em 1987. Nestes quatro anos, cuidou-se de obter concessões de rádio e televisão (repetidora do SBT) e colocá-las no ar. Concluída a operação o jornal voltou, integrado numa rede.²²⁶

²²³CALIXTE, Marien. In: VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. *A Tribuna: memórias de um jornal sem registros*. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). Op. cit., 2005., p. 107.

²²⁴SILVA, Luiz Aparecido da. 30 anos atrás - revivendo a reorganização do PCdoB no Espírito Santo (primeira parte). Disponível em: < <http://luizap.blogspot.com/2009/09/30-anos-de-historia-da-reorganizacao-do.html> >. Acesso em: 10 jun. 2017.

²²⁵GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 145-146.

²²⁶GENTILLI, V., op.cit., 2016, p. 5.

Mesmo com fim do AI-5 em 1978, a liberdade de imprensa enfrentava o dilema da censura, com a permanência das instituições de vigilância, espionagem e da censura empresarial. Nesse contexto, a execução do jornalista José Roberto Jevaux,²²⁷ em 1982, dono do jornal *O Povão*, chocou a imprensa capixaba.

O jornal cachoeirense esteve vinculado durante um tempo a políticos do Partido Democrático Social-PDS, depois ganhou apoio de bicheiros e, em seguida, passou à chancela de político do Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Devido a essas articulações políticas e à intensa troca de acusações a partir de dossiês contra políticos capixabas, em especial de Cachoeiro de Itapemirim, José Roberto Jevaux acabou atingindo os interesses econômicos e políticos, especialmente do candidato a senador, Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim, que por vingança política teria encomendado o assassinato. A execução política foi revelada apenas em 2015 pelo delegado Cláudio Guerra, que se recusou à demanda, porque o jornalista que foi a vítima, havia feito um livro sobre a vida dele, como Delegado.

Comentou o delegado, anos depois do acontecido, que o jornalista: “havia patrocinado um livro sobre mim, *O cana dura*, redigido por Pedro Maia. Eu não quis participar da execução dele. Frequentávamos a casa um do outro e não me envolveram nisso. Todo o grupo que participou do crime sumiu também.”²²⁸

Em 1983, novamente Claudio Guerra executou outro atentado político contra um veículo de comunicação provocando mais receio e medo na comunidade de jornalistas capixaba. A outra vítima foi o *Jornal da Cidade*. Segundo Kênia Freitas, a jornalista Maria Nilce²²⁹ culpou Carlos Guilherme Lima, então presidente do BANESTES, um inimigo político declarado, como fora o ex-governador Élcio Álvares.²³⁰

Outros episódios, da mesma forma, marcaram a presença da censura empresarial e política no contexto da redemocratização, interferindo na autonomia do trabalho jornalístico, tais como nas eleições de 1982, com a proibição de serem

²²⁷ GUERRA, Cláudio, op. cit., Idem, p. 145.

²²⁸A HORA DA VERDADE. Disponível em:< Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-04/exdeputado-capixaba-e-mandante-de-assassinato-de-jornalista.html>> Acesso em: 10 mai.2018, s/p.

²²⁹A colunista social Maria Nilce Magalhães seria assassinada em 1989. Acreditava-se que fora vítima de vingança devido as críticas na coluna que escrevia no Jornal da Cidade.

²³⁰FREITAS, Kenia. op. cit., p. 176; GUERRA, Cláudio. Op. cit., p. 160.

citados e entrevistados determinados políticos de oposição, nas redações de *A Tribuna* e *A Gazeta*.

Em 1984, Milson Henriques fez uma charge em que criticava o processo de discussão Plano Diretor Urbano de Vitória e, a pedido do prefeito Ferdinand Berredo de Menezes (24/03/1983 a 06/07/1985) - indicado pelo governador Gerson Camata/PMDB -, esta foi censurada. Ainda, o jornal *A Gazeta* negligenciou o protesto contra o Ministro do Interior Mário Andreazza, em 1984, antes da Convenção do PSD²³¹.

O *Boletim do Sindicato dos Jornalistas*, em 1982, e o 2º Congresso Estadual dos Jornalistas, em 1984, destacaram firmemente o avanço da prática de censura empresarial e a precarização das condições de trabalho dos jornalistas²³² como tema central da luta sindical após o fim da “censura política”, em 1978.

Do todo o exposto podemos considerar, grosso modo, que os jornalistas capixabas conviviam, tacitamente, com a autocensura para a preservação dos interesses pessoais e profissionais, assim como a censura empresarial que vigorava na época, reforçada pelo clima de medo imposto pela censura política da Ditadura Militar ou acordos político-eleitorais e sociais travados entre jornalistas, empresas jornalísticas e grupo políticos locais²³³.

²³¹SOARES, R. Op. cit., p. 128-129.

²³²Idem, p. 127.

²³³Dentre os presos políticos envolvidos em atividades jornalísticas e políticas, listamos: Roberto Valadão; Aldemar Neves; Ewerton Montenegro; Hermógenes da Fonseca; Rubens Manoel Câmara Gomes; Antonio Caldas Brito; Laura Maria Campos; Jair Storch; Miriam Leitão; além das vítimas de tortura de Angela Milanez, João Amorim Coutinho e Gildo Loyola.

2.4 A IMPRENSA CAPIXABA E A PAUTA LOCAL: A MISSÃO JORNALÍSTICA

O acompanhamento da realidade local como prioridade, no período investigado, da pauta jornalística capixaba, fazia parte de uma estratégia empresarial que buscou resolver dois grandes problemas locais: por um lado, as dificuldades técnicas e financeiras da empresa jornalística local para acompanhar proficuamente as informações nacionais e internacionais; e, por outro lado, a tática de sobrevivência frente às políticas de censura, evitando-se choques com os interesses dos governos militares.

A partir dessa situação havia grande investimento jornalístico nas pautas políticas, policiais, culturais, sociais e econômicas, buscando apresentar ao público leitor os acontecimentos locais e regionais que marcavam a vida cotidiana capixaba, o que, considerando a experiência cultural e política dos jornalistas, ampliava sua postura crítica sobre a realidade local, assim como sobre a imprensa capixaba.

Destarte, ao se preocuparem com problemas sociais e urbanos, como as invasões de terras urbanas que atingiam a cidade de Vitória, e ao investigá-las, esses jornais apontavam à sociedade capixaba, enquanto fiscalizadores do poder público, o que era preciso resolver para que o Estado do Espírito Santo pudesse trilhar “o rumo do desenvolvimento e da modernização”. O Jornal *A Gazeta*, estampava em capa:

O Governo do estado tem áreas suficientes para solucionar toda a problemática decorrente de invasões de terras no ES, foi o que afirmou, ontem, o secretário Clóvis Barros, ao garantir que está sendo providenciado um terreno para quase 660 posseiros expulsos de Rosa da Penha.²³⁴

Para Pedro Maia, jornalista antigo de *A Tribuna*, a sociedade capixaba passou a acompanhar notícias a partir das páginas policiais que mostravam grandes figurões da política capixaba envolvidos com crimes do 'Esquadrão da Morte': “foi a partir dele que o povo capixaba começou a se interessar de fato pelas notícias dos jornais”.²³⁵

Tal opção que atraiu o público às bancas também pode revelar as

²³⁴GOVERNO diz ter áreas para dar a invasores. *A Gazeta*, Vitória - ES, 02/02/1982

²³⁵MAIA, Pedro. In: VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. *A Tribuna: memórias de um jornal sem registros*. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org). Op. cit., 2005., p. 116.

dificuldades, no contexto da Ditadura Militar, em tratar de temas mais polêmicos, que envolvessem os interesses da população, tais como: inflação, desemprego, arrocho salarial e greves.

Entretanto, sabemos que como os crimes do Esquadrão da Morte resultaram em grande repercussão social e política, pois era conhecida a participação neles de autoridades públicas e membros da elite local, o que os transformou em um tema perigoso, já que não se tratava dos crimes produzidos pela dita “ralé”, os quais preenchiam as páginas policiais diariamente.

Deve-se compreender, também, que os espaços de editoria, coluna e noticiários, implicavam uma força política que não pode ser pensada como derivação direta da defesa de interesses dos controladores das empresas jornalísticas.

No caso particular dos periódicos e dos jornais investigados, isso se estabelecia com um vetor de força, mas não sem conflitos e negociações, passando até por greves de jornalistas, o que pode ser acompanhado pela própria crítica da imprensa alternativa, que se autorepresentava como o tribunal contra a Ditadura Militar.

Nesse sentido, poderemos compreender as matérias veiculadas nesses jornais analisados, não como simples denúncias das condições de vida da população mais empobrecida da Grande Vitória no período investigado, mas como, possivelmente, uma espécie de vigilância da modernização em que se projetava a patrulha para sua realização e indicava-se o que não se considerava parte daquele e deveria ser eliminada ou expurgada, visto que se desejava no plano do imaginário social que o processo de industrialização retirasse o estado do Espírito Santo do “atraso” econômico e cultural.

Podemos observar tais considerações nas legendas das matérias escritas pelo jornalista Júlio Fabris sobre o município de Vila Velha:

O retrato do abandono, pobreza e do desinteresse. Um dos municípios mais populosos do Espírito Santo - e também um dos mais precários - Vila Velha convive com graves problemas de infraestrutura e baixa arrecadação tributária. Os problemas vêm se agravando a cada dia que passa e as soluções tendem a se tornar mais difíceis. Nesta reportagem o prefeito Américo Bernardes denuncia o sistema tributário, que segundo ele, favorece a União em detrimento do Município, e acusa o ex-governador Elcio Alvares de haver tirado todas as indústrias de Vila Velha para instalá-las em Carapina.²³⁶

²³⁶FABRIS, Júlio. O RETRATO DO ABANDONO [...] A Gazeta, Vitória, ES, 24/01/1980, s. p., c.1-6.

Vila Velha. 230 mil habitantes sem vida cultural. Vila Velha talvez seja município mais populoso da Grande Vitória. A despeito disto, não há nesta cidade; nenhum cinema, nem teatro, jornal ou estação de rádio. Vila Velha possui, tão somente, uma das três Academias de Letras do Estado. E o prefeito Américo Bernardes acha inteiramente normal a situação.²³⁷

Nesse raciocínio jornalístico, as invasões de terras urbanas representavam a pobreza urbana, constituindo-se em mera disfunção, fosse pela ausência do planejamento ou fosse pelo “inchaço populacional” que afetava a população mais pobre da Grande Vitória. Entretanto, quando as vozes de especialistas eram acionadas, tais como militantes políticos ou membros da elite intelectual, ligados a órgãos de planejamento e à imprensa alternativa, envolvidos no clima político da redemocratização, denúncias e mazelas do Regime Militar, apresentava-se a ideia que as invasões de terras urbanas eram expressão constitutiva do processo modernização. Tais explicações tinham, muitas vezes, por referência a matriz marxista estruturalista no emergente campo da sociologia e do planejamento urbano, as explicações acadêmicas e técnicas nos anos 70 e 80.²³⁸

Enfim, apesar de terem diferentes interesses empresariais e público leitor distinto, os periódicos *A Tribuna* e *A Gazeta* uniam-se na defesa não apenas da Ditadura Militar, mas da promoção do projeto de modernização capixaba, como já afirmamos, apresentando-se, dessa maneira, como arautos do planejamento à medida que se constituíam, em território de visibilidade pública, não apenas do “novo estado do Espírito Santo”, mas também dos problemas que estavam travando a sua realização.

Ao acompanharem de perto a realidade urbana da região da cidade de Vitória - ES, narrando aos leitores o dia a dia da metrópole emergente, *A Tribuna* e *A Gazeta*, às vezes involuntária ou premeditadamente, apontavam as contradições do desenvolvimento econômico, que precisavam ser superadas naquele período e sintetizadas na representação dos invasores necessitados.²³⁹

Com efeito, as invasões de terras urbanas e os bairros pobres e periféricos

²³⁷Idem. Vila Velha [...], *A Gazeta*, Vitória, ES, 29/10/1980, p.05, c.1-6.

²³⁸Os títulos das matérias nos ajudam a perceber o modo como se orientava à atenção jornalística e do governo sobre problemas urbanos que se expandiam pela Grande Vitória: VILLASCHI alerta a prefeitos e pede planos realistas. *A Gazeta*, Vitória - ES, 11/12/1976, p. 3, c. 1 e 2; BELMIRO aponta falhas no processo de desenvolvimento urbano. *A Gazeta*, Vitória, ES, 23/06/1977, p. 6, c.1-4; PREFEITOS prosseguem seminário. *O Diário*. Vitória, ES, 21/06/1977.

²³⁹Na reportagem de Rossini Amaral e Marcelo Correia, sobre a condição urbana da região da cidade de Vitória - ES, Arlindo Villaschi, superintendente do Instituto Jones Santos Neves, revela a crença no planejamento para superar os problemas urbanos, que afligiam o aglomerado urbano. AMARAL, Rossini & CORRÊA, Marcelo. Urbanismo. *A Gazeta*, Vitória, ES, 03/07/1977, p. 08-09, c. 1-6.

eram apresentados em textos e imagens como “bolsões de pobreza”, que conforme reportagem da Revista *Agora Espírito Santo* funcionavam “[...]como verdadeiros laboratórios da delinquência, o que provocava uma onda de violenta e constante repressão policial, atingindo-o indiscriminadamente”.²⁴⁰ Essa imagem alarmante comovia leitores e fazia com que as autoridades públicas, constrangidas, anunciassem medidas políticas imediatas, tais como abrigar os despejados e/ou suspender ações de despejos.

A partir dessas reportagens muitos jornalistas foram tomando consciência da realidade da pobreza urbana na Grande Vitória – ES; fervilhados pelos debates públicos dos anos 70 e 80 e impactados pela vida universitária e acadêmica, estes começaram a denunciá-la, “mostrá-la” aos leitores capixabas que supostamente a desconheciam, construindo assim, por exemplo, a representação dos invasores necessitados.

Com isso, em busca de conhecer esse novo estado do Espírito Santo ou conquistar um “furo de reportagem”, muitos desses jornalistas frequentavam a sede do Instituto de Jones do Santos Neves à procura de pauta para as editorias sobre cidades do jornal *A Tribuna* e *A Gazeta*.²⁴¹ Aquela instituição, no período investigado, reunia uma equipe de jovens pesquisadores envolvidos nos movimentos sociais e nas mobilizações da oposição política local, que se dedicavam à produção de projetos urbanos e a pensar soluções para a realidade urbana, resultado dos Grandes Projetos.²⁴²

Talvez não seja por coincidência que as matérias utilizadas como fonte histórica nesta dissertação tenham como base os recortes de periódicos preservados pelo Instituto Jones do Santos Neves, IJSN, usados na produção de análises socioeconômicas que fundamentavam projetos de planejamento urbano. Carlos Perim comenta:

²⁴⁰Revista *Agora Espírito Santo*, 1982, p. 18.

²⁴¹Cabe lembrar sobre fontes jornalísticas, considerando as rotinas e os imperativos do trabalho que havia uma forte tendência a privilegiar fontes oficiais e vozes de especialistas nos textos aqui investigados. As representações produzidas eram hegemônicas na vida social local tomadas como universais, gerais. Além disso, o uso de tais fontes de informação revelava as redes noticiosas construídas pelos jornalistas em busca de credibilidade e do ineditismo jornalístico, assim como as redes sociais e políticas, nas quais estavam inscritos. Para uma discussão mais profunda sobre essas proposições teóricas sugere-se à busca de autores do campo da sociologia do jornalismo, tais como Gaye Tuchman, Michel Schudson e Philip Schlesinger. TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A Tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional (Volume II)**. Florianópolis: Insular, 2005, p. 119-121.

²⁴² IJSN admite estar elaborando projetos pouco aproveitados. *A Gazeta*, Vitória, ES, 12/05/1981, c.1-3; FJSN mostra valor do seminário sobre urbanismo. *A Tribuna*, Vitória, ES, 05/07/1977, p. 29, c. 1-2.

A gente conhecia todos. Todos iam lá. Jornal Posição. Também Gazeta e Tribuna não saíam de lá.

Para saber algo atual sobre o ES tinha que ir ao IJSN. Montamos uma biblioteca. Fizemos os primeiros trabalhos que resultaram na modernização do arquivo público. Tinha um programa de criação e apoio a bibliotecas municipais. A cartografia do ES foi toda para o Instituto. E muita gente..., foram muitos, Rogério Medeiros, (risos). Se pegar Gazeta e Tribuna da época, quem esteve na coluna Cidades, todos foram lá.²⁴³(SIC)

Nesse circuito de relações sociais e de interesses, podemos, por exemplo, destacar a jornalista *freelancer* Mirian Cardoso, que trabalhava no IJSN e colaborava no jornal alternativo *Posição*. Em entrevista ela chama atenção para a dimensão geracional do período. Muitos jovens, inclusive ela, estavam envolvidos na ideia de transformação e na militância nos partidos, comunidades e movimentos estudantis e sindicais, como apontou Alzira Alves Abreu²⁴⁴. Para a jornalista, havia um desejo de mudança social que atravessava, em especial, a comunidade jornalística.

(Sobre o trabalho no jornal Posição) - Você era do PCB?

-Não. Trabalhei no Jornal POSIÇÃO e minha militância é de Movimento Negro. Fiz com Ubervalter Coimbra uma matéria sobre Boa Vista e Vila Velha. Quando a gente foi lá era um misto de invasão e conjunto habitacional. Fiz matéria sobre Pomeranos e greve dos motoristas de ônibus.

Estava chegando no Jornal e me mandaram junto com o Ubervalter Coimbra para fazer a matéria "in loco". Fomos como um casal que estava procurando um lugar para morar. Muitas histórias...

(Sobre o trabalho no IJSN) - Fazíamos pesquisas. Uma coisa que aprendi trabalhando no IJSN é que todos os trabalhos tinham a participação de diversas áreas de conhecimento. Historiadores, Geógrafos, Matemáticos (Eu), Estatísticos, Arquitetos, Engenheiros, Assistentes Sociais, Biólogos...

Uma informação para você que está em Curitiba: Jayme Lerner vinha muito aqui para debater planejamento urbano no IJSN. (SIC)

Sempre sinto saudades de minha juventude. Mas me contento com as boas lembranças e vivo o presente.(SIC)²⁴⁵

Com efeito, antes de ser exclusivamente um jornalismo de oposição como acreditavam muitos políticos defensores da Ditadura Militar, tratava-se das inovações da prática jornalística para competir com a expansão do rádio e da televisão, em que a especialização temática dos jornalistas e a emergência de reportagens especiais como alternativas de sobrevivência profissional,²⁴⁶ tinha como

²⁴³PERIM, Carlos Alberto Feitosa. Entrevista via facebook concedida à Igor Vitorino da Silva, dia 30/08/2017(não revisada).

²⁴⁴ ABREU, Alzira Alves. Op.cit.,1998.

²⁴⁵CARDOSO, Miriam. Entrevista via facebook concedida a Igor Vitorino da Silva, no dia 30/08/2017 (não revisada).

²⁴⁶ No jornal Posição, destacaram-se dois textos que projetavam desvendar as supostas ilusões das

referência o jornalismo investigativo que se expandia pela redação dos grandes jornais do país, no final dos anos 70.²⁴⁷

O jornalista Umberto Martins, do *Posição*, nesse contexto, comenta polemicamente em relação à política de censura apontando a importância do trabalho jornalístico, do ponto vista técnico: “Eu fui preso algumas vezes, creio que três, pela Polícia Federal, em função da luta contra a ditadura, **mas não por causa do meu trabalho no jornal**”. (grifo nosso).²⁴⁸

Houve, no trabalho jornalístico, a retomada das reportagens especiais e a reapropriação do estilo literário como maneira de humanizar o texto e de se aproximar dos leitores, o que fazia moda entre os jornalistas, influenciados pelo movimento *new journalism*.²⁴⁹ Da mesma forma, a produção de pautas sob a perspectiva da utilidade pública e da investigação colocavam o jornalismo dos anos 70 e 80 no centro do debate público, em que a liberdade de imprensa e de opinião sustentava-se na ideia “da busca da verdade” e da afirmação da autonomia dos cidadãos.²⁵⁰

Desse modo, apesar dos vínculos da empresa jornalística com o poder e o processo de censura política, o chamado jornalismo crítico ou interpretativo se constituía em oportunidade de ganhos financeiros e reconhecimento no campo jornalístico, tornando-se uma prática em ascensão no contexto da redemocratização do país.²⁵¹

promessas com implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão: A HORA da verdade. *Posição* Vitória, n.16, p. 3, 15, jul, 1977. CAMPOS, ANTÔNIO CARLOS. Doces ilusões. *Posição* Vitória, n. 9, p. 13, mar, 1977. Nos jornais A Gazeta e A Tribuna encontramos: GRANDE Vitória recebe 300 migrantes por mês. A Tribuna, Vitória ES, 27/12/1980, p. 34, c. 1-2; A Gazeta, Vitória ES, 22/03/1980, p. 19, c. 1-2; GOVERNO vai lançar programa de migrantes. A Tribuna, Vitória ES, 02/03/1978, p. 6, c. 1-2. ESTADO não tem recursos para atender migrantes.

²⁴⁷SOUSA JUNIOR, Valdemar Gomes de. A “Redemocratização” do Brasil: Convergências entre o projeto político da Folha de S. Paulo e de Golbery do Couto e Silva. (1974-1981). In: Disponível em:< http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502753453_ARQUIVO_ANPUH2017-2.pdf> Acesso em: 10 out.2017.

²⁴⁸BRUMANA, Luiz Fernando da Silva, op. cit., p. 115

²⁴⁹Movimento jornalístico que teve como ícones, Truman Capote, Tom Wolfe, Gay Talese, nos anos 60, cujo objetivo era a construção da narrativa jornalística a partir da apropriação dos recursos literários, (construção cena-a-cena e o diálogo) produzindo-se assim reportagens mais humanizadas, que fugissem do império da factualidade, do ineditismo (furo de reportagem) e imediatismo. Alguns especialistas apontam que tal prática jornalística, refundou o jornalismo literário que fora intensamente crítico com processo de objetivação do jornalismo nos anos 50. Enfim, buscava-se a liberdade de experimentação literária, mas tendo, supostamente, como horizonte, fidelidade ao mundo real e à melhor técnica literária. No Brasil, a revista *Realidade* (1966) foi a grande divulgadora desse estilo jornalístico.

²⁵⁰ Para acompanhar um relato memorialístico do processo de transformação do campo jornalístico nos anos 80 e 90, sugere-se: NASSIF, Luís. O jornalismo dos anos 90. São Paulo: Futura, 2003.

²⁵¹ ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. In: Estudos Históricos, Mídia. Nº 31, 2003/1. Rio de

Em vista disso, as reportagens envolvendo temas sociais e políticos que significavam defesa da cidadania, crítica aos desmandos políticos e autoritários, eram compreendidas como parte e dever do trabalho jornalístico, recolocando os meios de comunicação no interior do debate público, em perspectiva liberal dos rumos da vida política da época, mas não se tratou, como muitos intelectuais acreditavam, de um “processo de esquerdização” da imprensa.²⁵²

Assim, isso significou o controle da possibilidade de radicalização política em que imprensa colocava-se como intermediária ou porta-voz legítima da sociedade, em especial das demandas populares que emergiam na esfera pública brasileira.²⁵³ Conforme Marcos Napolitano, parte da imprensa brasileira no período estaria engajada na questão democrática a partir da hegemonia liberal e assumindo para si, também, “a linguagem dos direitos [...] em que pese, diversos matizes ideológicos”.²⁵⁴

Um exemplo no campo da arte e comunicação, dessa transformação profissional com forte influência no interior de *meanstring* da imprensa capixaba, foi a atuação do jornalista Amylton de Almeida, que citamos novamente.²⁵⁵ Ele produziu uma série de reportagens sobre as invasões de terras urbanas na região do bairro São Pedro e desenvolveu um documentário que as colocou no centro da vida pública capixaba, no ano de 1983.²⁵⁶

Janeiro: CPDOC - FGV, 2003; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Nova República, imprensa e transição política no Brasil: o caso da revista Isto É (1976-1985). In: XVI Encontro Estadual de História da ANPUH - SC que será realizado entre 07 e 10 de junho de 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1463746474_ARQUIVO_AnpuhSC2016ReinaldoLohn.pdf. Acesso em: 10mar.2017. LOHN, Reinaldo Lindolfo. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990). In: Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-02-trabalho-14.pdf>> Acesso em: 11 abr.2017.

²⁵²A importância das reportagens sobre problemas sociais na atividade jornalística no período, que levou o proeminente jornalista investigativo Ricardo Kotscho a nomear tais reportagens sobre as condições de vida nas cidades, especialmente sobre as mazelas sociais, de “drama social”, para não confundi-las com as colunas sociais que, também, povoavam os jornais, especialmente com sua dimensão mundana, despreocupa e suntuosa. KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem.4.ed., São Paulo: Ática, 2003, p.57-70.

²⁵³ABRAMO, Perseu, op. cit., 2003.

²⁵⁴NAPOLITANO, 2002: 145-162 Apud LOHN, Reinaldo Lindolfo, op. cit., 2016, p. 5

²⁵⁵A escritora Deny Gomes e a jornalista Jeanne Billich fizeram estudos críticos tanto da obra literária e cinematográfica quanto da biografia de Amylton de Almeida realçando a luta política no cenário artístico capixaba. GOMES, Deny (Org). A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. BILICH, Jeanne e RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Amylton de Almeida: o “guerreiro pelos ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989). Revista Agora, Vitória, nº 2, 2005, p. 1-32.

²⁵⁶BILLICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

O documentário "*Lugar de Toda Pobreza*" foi apresentado na *TV Gazeta*, mostrando as ambiguidades do novo estado do Espírito Santo ao grande público capixaba, com estética *realista cinematográfica*. Essa exibição televisiva impulsionou uma campanha de solidariedade que introduziu mais um conflito político na região de São Pedro, entre o projeto político da organização popular, a partir dos princípios da Comunidade Eclesial de Base/Teologia da Libertação e interesses político-partidários, representados por pelo casal Graça Andreatta e Ruy Coelho e Silva (lideranças comunitárias, fundadores do PT) e ações filantrópicas, acusadas de assistencialistas e clientelistas por aqueles. Graça Andreatta²⁵⁷, no seu diário, comenta lamuriosamente o impacto negativo da ação midiática sobre a organização popular em que a pobreza teria objetificado a população pobre:

Ver o filme "lugar de Toda Pobreza". mais tarde, não me provocou emoção; saber que era o princípio do fim, a morte do espírito de esperança que nos aaminava, fez-me chorar. Foi a primeira vez que chorei por nós todos, pela desarticulação, pela fome, pela nossa burrice e ingenuidade ao acreditar em pessoas que só queriam a sua própria promoção

Da mesma maneira, há um jornalista capixaba que acompanhou tal tendência e colocou o novo estado do Espírito Santo em seus textos para reflexão, tornando-se conhecido local e nacionalmente: o repórter e fotógrafo Rogério Medeiros. Com suas reportagens e fotografias ele denunciou a devastação ambiental no estado e o desterro das populações indígenas e quilombolas com o processo de implantação da Aracruz Celulose. Muitas dessas reportagens ganharam repercussão internacional que e resultaram no livro "*Espírito Santo, maldição ecológica*" (Rio de Janeiro: OSB, 1983).²⁵⁸

Rogério Medeiros, em sua carreira jornalística, passou pelo *Estado de São Paulo* e trabalhou longos anos no jornal *O Diário* (como diretor) e pelo jornal *A Gazeta*, onde foi editor-chefe. Ele também foi correspondente no estado do Espírito Santo para o *Jornal do Brasil* (por 24 anos). Além disso, destacou-se como organizador do sindicato dos jornalistas, fundador do PT e participou da primeira eleição direta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em 1983, quase vencendo o alagoano Audálio Dantas.

²⁵⁷ANDREATTA, Graça. Na Lama Prometida, a Redenção. São Paulo: O Recado, 1987.,p.71

²⁵⁸MARTINS, Edilson e MEDEIROS, Rogério. O terror das florestas. In: **Revista do Espírito Santo** - Vitória, v.1, n.4, p.12-17 abr, 1984.

FIGURA 4 - SOLO EXAURIDO



Fonte:Revista da FJSN, v.2, n.3, jul/set 1979, p. 35. (Rogério Medeiros)

Dentro dessa seara de defesa do jornalismo crítico a serviço da transformação social, também se destacou o jornalista José Felipe Mamede Amado - Jô Amado - que foi grande idealizador da Comunicação Comunitária e Alternativa na década de 1970 no estado do Espírito Santo.

O jornalista deixou o *Posição* em 1978, para exercer militância em diversos jornais comunitários do estado. Colaborou na coordenação da Seção do Comitê Nacional Pró-Anistia no Espírito Santo (07/05/1978). Em seguida, trabalhou em diversos jornais do país tornando-se editor do *Observatório da Imprensa*, ex-editor do *Le Monde Diplomatique*, do jornal Unidade, e do Sindicato, na gestão Robson Moreira.

Do mesmo modo, outro jornalista que merece atenção pela articulação entre a militância política e atividade jornalística é Luzimar Nogueira Dias, que foi editor do jornal *Posição* quando da saída de Jô Amado. Luzimar era militante do Partido Comunista do Brasil - PCdoB e desenvolveu uma série de reportagens com expressos políticos sobre a migração capixaba em Rondônia, com o objetivo de encontrar sobreviventes do massacre de Ecoporanga. Esse trabalho resultou na obra *"Massacre em Ecoporanga"* sobre a história de Cotaxé. Além disso, colaborava com outros jornalistas, na sucursal de *A Tribuna Operária*, em Vitória, tais como Namy Chequer e Luiz Aparecido da Silva.

O jornalista Pedro da Silva Maia (1940-2014), tornou-se referência na

imprensa capixaba no plano do jornalismo policial e investigativo. Iniciou a carreira em 1958, no jornal *O Diário*, formando-se jornalista nas redações daqueles jornais. Em 1963 foi para o Rio de Janeiro onde trabalhou em diversos jornais, retornando ao Espírito Santo em 1967. Acompanhou com afinco os acontecimentos provocados pelo Esquadrão da Morte, auxiliado pelo militante, advogado e jornalista Ewerton Montenegro Guimarães (1949-2002)²⁵⁹, durante o governo de Christiano Dia Lopes, em que o irmão dele estivera envolvido. Essa cobertura jornalística o tornou um dos principais cronistas policiais. Depois, ele também foi editor do jornal *Posição*. Em 1974, tornou-se repórter especial do jornal *A Tribuna*. Em 1976 teve matéria divulgada nacionalmente sobre as investigações de roubo de carros, que levaram à prisão do delegado da Polícia Civil, Ruvalter Fragozo.

A reportagem atraiu atenção da imprensa nacional e resultou num material especial sobre o desafio na sinuca contra o jornalista Octávio Ribeiro – o Pena Branca – enviado a Vitória por Nilo Martins, em 1976, ao bairro São Sebastião – Carapeba – hoje Novo Horizonte – Serra – ES, onde se aglomeravam os prostíbulos.

Pedro Maia ganhou prêmio literário, nos anos 80, com a peça de teatro “Ressurreição de Queimados” que usava como alegoria a Revolta de Queimados(1849) fazendo críticas sociais abertas ao processo de industrialização capixaba. Tornou-se o maior cronista do estado, além de ser símbolo da boemia local, mantendo até a sua morte a coluna *Cidade Aberta*, no jornal *A Tribuna*, sobre o cotidiano da região da Grande Vitória. Era irmão de Paulo Maia, celebrado editor do jornal *A Gazeta*, onde se manteve de 1960 até 2010. No final da década de 50, passou pelo jornal *O Diário*, quando começou a carreira como contínuo, para onde levou o irmão.

Nesse cenário despontou a jornalista Glecy Coutinho que foi considerada a primeira mulher em uma redação de jornal, em 1964, contratada pelo jornal *A Gazeta*. Abandonou a carreira do magistério da escola primária para seguir o dia a dia das redações nas quais destacou-se nas pautas jornalísticas com foco no social

²⁵⁹Em 1978, publicou o livro *A Chancela do Crime - A Verdadeira História do Esquadrão da Morte* que balançou a vida política capixaba. Alguns anos antes, em 1976, o Jornal do Brasil publicou as suas primeiras investigações apoiadas em mais 20 mil documentos sobre o “Esquadrão da morte” no Espírito Santo e como advogado das vítimas. Ewerton Montenegro Guimarães trabalhou no jornal *O Diário* e foi membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, Conselheiro e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES). Destacou-se nos anos 80 na luta pela extinção da ‘*Scuderie Detetive Le Coq*’.

e na política. Em virtude do seu talento, ela recebeu o convite do diretor de redação, general Darcy Pacheco de Queiroz, para a editoria do caderno infantil semanal – *A Gazetinha*. Em seguida, passou por diversas outras editorias do jornal *A Gazeta*: cidade, política, economia e esportes.

Em 1976, ela estreou na *TV Gazeta* como repórter do telejornal local, mas logo voltou às fileiras da redação do jornal impresso como já explicado acima. Além disso, acumulou a edição de *A Gazetinha* e do *Caderno Dois*, destacou a produção de matérias de cunho social e de gênero (em especial, a investigação sobre violência doméstica).²⁶⁰

Na editoria de cidades, acompanhou os problemas sociais que marcavam o crescimento urbano da Grande Vitória, inclusive as invasões de terras urbanas. Em parceria com Amylton de Almeida e Lígia Monteiro escreveu, em 1978, matéria de capa na edição de domingo, sobre as condições da cadeia de Argolas - Vila Velha, que teve repercussão nacional e concorreu ao prêmio *Esso* daquele ano.

Glecy também foi atriz e participou ativamente de mobilizações culturais organizadas por Amylton de Almeida e Rubinho Gomes. Durante o governo de Gerson Camata, ela foi diretora do Departamento de Cultura. Envolveu-se, igualmente, em atividades de cinema, como diretora e roteirista de dois documentários e dois curtas-metragens de ficção.

No rol dos vários jornalistas capixabas engajados na luta pela cultura capixaba e pela liberdade de imprensa, do mesmo modo, destacou-se Rubinho Gomes. Ele foi um jornalista intensamente cioso da promoção do desenvolvimento cultural capixaba, junto com o editor Marien Calixte. Foi repórter do jornal *O Diário*, mas também militante do Movimento Secundarista, pelo qual atuou como presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) e produtor cultural (participando e organizando festivais e produção de peças teatrais locais).

Em 1966, Rubinho participou do movimento cultural do grupo Geração, (Teatro de Arena), que ensaiava no auditório do Colégio Brasileiro, o qual ao pai dele, Rubens José Vervloet Gomes. Além disso, peregrinou pelo Rio de Janeiro passando pelo jornal *Última Hora* e pelo *Correio da Manhã*, tornando-se editor do jornal *Presença*.

Como entusiasta da cultura capixaba, afirmava-se pertencente a um círculo

²⁶⁰COUTINHO, Glecy. Berredo de Menezes. O PDU é uma herança vergonhosa que o PDS nos legou, *A Gazeta*, Vitória, ES, 07/03/1983, p. 1, 2 cad, c.1-6.

de amigos (intelectuais, atores, cantores, jornalistas) que se intitulavam “a geração jovem de 1968”, que ambicionou a transformação cultural da cidade de Vitória para que rompesse com o provincianismo e “atraso cultural”. O grande palco de tertúlias e articulações políticas foi o “Britz Bar” no centro da Vitória, onde se reunia com intelectuais, artistas e jornalistas, tais como Marcos Alencar, Milson Henriques, Xerxes Gusmão, Marien Calixte, Carlos Chenier, Ester Mazzi e Aprigio Lyrio, dentre outros.

Além desses baluartes da imprensa capixaba, apesar da pouca visibilidade pública e articulação política, brilhou igualmente com matérias jornalísticas de cunho social, o jornalista Sebastião Barbosa. Ele se formou em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1980 e foi para a cidade de Vitória, onde trabalhou como revisor e editor em *A Gazeta*, passando, também, pelo jornal *A Tribuna*, como repórter e correspondente do jornal *Folha de S. Paulo*. Suas matérias destacavam-se pela poesia e profundidade investigativa, aproximando o leitor vivamente dos acontecimentos narrados. Ele elaborou diversas matérias sobre as invasões de terras urbanas e a pobreza urbana na Grande Vitória - ES.

Identicamente, atenta às pautas sociais tivemos a jornalista Elizabeth (Betty) Feliz. Ela começou carreira nos jornais *O Diário* e formou-se em Serviço Social e Comunicação Social na UFES. Abrindo mão da carreira de assistente social, tornou-se repórter, redatora e editora de *A Gazeta*. Foi militante feminista e, com Sonia Rabelo Doxsey, criou o Centro de Integração da Mulher para o fortalecimento da luta feminista no estado do Espírito Santo.

Este engajamento social levou Elizabeth a ser laureada com o *Prêmio Esso* de Jornalismo, em 1984, devido às investigações jornalísticas sobre as condições de vida da juventude na periferia de Grande Vitória. Além disso, ela manteve a coluna semanal “Mulher” em *A Gazeta* e especializou-se no jornalismo de moda no contexto do avanço no estado do Espírito Santo do jornalismo de entretenimento.

Do mesmo modo, impulsionando o jornalismo socialmente engajado, tivemos o fotojornalista Gildo Loyola. Ele contribuiu para a criação do Departamento de Fotografia do jornal *A Gazeta*, em 1979, e colaborou com os jornalistas Amylton de Almeida, Henrique Gobbi e a fotógrafa Helô Sant'Ana na produção do livro *"Lugar de Toda Pobreza"*, que discorre sobre invasões de terras urbanas na região de São Pedro. Participou também de movimento político, junto a Rubinho Gomes, contra a Ditadura Militar, sendo preso e enviado a uma guarnição militar onde teve um dos

dedos esmagado pela coronha de um fuzil. A dilaceração da tortura levou-o a permanecer quase três anos internado num hospital psiquiátrico.

Gildo Loyola ganhou fama no fotojornalismo capixaba quando o jornal *A Gazeta* passou a dar crédito às imagens fotográficas, não apenas na matéria de capa, mas também as do interior do periódico. Essa conquista profissional e política aconteceu porque o jornalista fotografou policiais batendo no fotógrafo Romero Mendonça. A cena também foi presenciada por diretores do jornal que passavam na hora. O ocorrido os levou a reconsiderarem a prática de fotojornalismo e aceitarem a exigência do profissional.

A fotografia de Gildo Loyola, no jornal *A Gazeta*, acompanhou com delicadeza e profundidade as diversas matérias a respeito das invasões de terras urbanas e despejos na Grande Vitória, constituindo-se em uma narrativa visual que, muitas vezes, transbordavam o texto jornalístico.

FIGURA 5 – palafita em São Pedro(1983)



Fonte: LOYOLA, Gildo. In: Disponível em:< <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/12/fotojornalista-e-homenageado-com-livro-em-vitoria-es.html> >

Assim, a partir dessas rápidas trajetórias históricas, podemos perceber que alguns jornalistas capixabas agiam para além da dimensão do campo de trabalho, pois, fosse no campo político ou cultura, tomavam a atividade profissional como ponto estratégico de reflexão sobre a realidade social. Tal perspectiva fazia parte da própria mudança da forma de fazer jornalismo que impulsionou os jornalistas, especialmente da imprensa escrita, nos anos 70 e 80.

Com isso, os jornalistas que se apresentavam como engajados e envolvidos em atividade profissional e dispusessem de trabalho marcado pela reflexão e qualidade, ou seja, trabalho investigativo e interpretativo, tinham mais chance de sucesso e ascensão profissional num período em que a produção de reportagens

especiais ganhava espaço nas redações dos grandes jornais do país.

Nesse sentido, o jornalista Nilson Lage, que participou das transformações gráficas e editoriais de *O Correio da Manhã*, sintetiza a força dessa missão jornalística que envolvia o espírito profissional dos anos 80: “O repórter deve estar onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser ouvidos e os olhos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante”.²⁶¹

O jornalista capixaba Paulo Maia, ao questionar se era obrigação dos diretores dos jornais responderem às questões da censura assinala a missão jornalística compartilhada pelos jornalistas capixaba à época: “O diretor que é o responsável, que atina, é que vê as partes dos pepinos. Eu não ia. Ia sempre o diretor no meu lugar. [...] **eu sou jornalista profissional, pra mim o que é notícia é o que importa. O resto eu quero que se dane.**”²⁶² (grifo nosso)

Do mesmo modo, a dimensão crítica do texto jornalístico, longe de se inscrever apenas num projeto político-ideológico partidário, fazia parte da própria natureza daquela atividade profissional e da estratégia de conquistar o interesse do público, visto que no contexto da redemocratização brasileira, como sugerem Marco Napolitano e Reinaldo Lindolfo Lohn,²⁶³ fortalecia-se a importância da participação política e da promoção da cidadania, na qual a imprensa buscava lugar como produtora de informação com o *jornalismo de serviço, jornalismo social, new journalism, jornalismo cidadão (public journalism, citizen journalism ou grassroots journalism)*.²⁶⁴

A partir dessas observações, o jornalismo crítico significava produção de reportagens e notícias: eram matérias focadas nos problemas sociais nos contrastes

²⁶¹ LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 23.

²⁶² RONCHI, Ana Carolina, LOUZADA, Amanda, TASSIS, Nicoli. Entre Cortes e Recortes: Censura Prévia e Autocensura nas Redações Capixabas Durante a Ditadura Militar. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1480-1.pdf>> Acesso em: 25 jun.2017, p. 10.

²⁶³ NAPOLITANO, Marco. **Op. Cit.**, 2002; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Op. cit.**, 2016.

²⁶⁴As autoras Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel chamam a atenção para o fato de que a retórica ausência do jornalista e a compreensão de universalidade do grupo social que evoca representar, a sociedade, transforma seu trabalho num “trabalho moral”, constituído a partir de referências de um lugar social e político, mas que se apresentava como julgamento de fato no campo do saber comum, como “senso realidade” lembrando Raymond Williams, apoiado nos valores da independência e imparcialidade mediante os quais reinariam a lisura, transparência e honestidade. MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. **Jornalismo, conflito e objetividade**. In: MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. Editora Contexto, 2017, p.57-91.

e desigualdades que criava desenvolvimento econômico buscando “impor uma nova agenda de opinião e se tornar intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha das soluções pela comunidade” (jornalismo público), assim como “mobilizar, dar palavra aos cidadãos comuns” baseando-se na “afirmação dos procedimentos democráticos”(jornalismo cívico).²⁶⁵

De todo modo, os diferentes jornalistas apontados acima se apresentavam com consciência moderna e a partir dos textos buscavam compreender as transformações sociais locais e sinalizar o quanto a “sociedade capixaba” estava distante dos grandes centros urbanos tomados como padrão e referência moral em suas de avaliações profissionais e sociais.

Com isso, as pautas sociais que enchiam a imprensa não significavam uma reflexão crítica ao jornalismo de amenidades, mas a possibilidade de efetivação do trabalho jornalístico tomado pelo romantismo profissional - o dever do jornalismo de promover o direito à informação, assim como de ampliação de vendas dos jornais e acompanhamento dos debates políticos e sociais que atravessavam a comunidade local, tais como problemas de moradia na região da Grande de Vitória.²⁶⁶

Nesses termos, convergiam-se o interesse empresarial e o interesse profissional em que a busca da verdade, a denúncia de irregularidades e o questionamento das informações oficiais, fortaleciam e legitimavam a imprensa como instância mediadora da vida pública. As reportagens e notícias ganhavam dimensão espetacular na medida em que apresentavam uma realidade supostamente obscura para o público leitor e negada pelo mundo oficial.

Este tipo de cobertura jornalística, seja política, social ou cultural, ganhava espaço no período aqui investigado, não porque se tratava de uma luta contra o Estado ou pela democratização, mas por ser a nova forma de fazer imprensa (um *novo ethos* ou ética jornalística) e atrair o público leitor seduzido pelos movimentos e cores das imagens da televisão.

²⁶⁵ ABREU, Alzira A., Op.cit., 2003, p.6.

²⁶⁶ Durante anos na vida social brasileira, a imprensa apresentava-se como “espaço de reivindicações e demandas expressas pela população”, como intermediária na resolução dos problemas cotidianos, dos dramas e sentimentos da população para discutir essa dimensão de concepção no jogo político de afirmação política e social da imprensa na dinâmica das lutas sociais, nos anos 70 e 80, em que os movimentos sociais e instituições passavam a rivalizar com aquelas e os jornalistas pelo monopólio de representação dos interesses e demandas populares. Ver: SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; SIQUEIRA, Carla Vieira de. **Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951- 1954)**. 2002. 305 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

Com efeito, a grande missão era informar com qualidade sobre atos desviantes que afetavam o interesse público e que prejudicavam a sociedade, tendo como pano de fundo a crença na capacidade crítica do leitor. Refletindo sobre o jornalismo interpretativo, em moda nos 1970 e 1980, comenta Luiz Beltrão:

Cada testemunho, cada documento que se recolhe é uma mescla de dados e pontos de vista, uma trama de fatos e opiniões. Separar uns dos outros até formar uma imagem nítida de ambos exige esforço, requer experiência supõe frieza. [...] O jornalista pode e deve apresentar todos aqueles dados, mas não pode nem deve desqualificar uma ou outra opinião porque essa tarefa corresponde ao leitor.²⁶⁷

Dessa feita, o que unia os diferentes jornais e jornalistas, sem importar o campo ideológico-partidário, era a ideologia heroica da “ádua missão” que seria levar a informação ao público, a todo custo, o que exigia que o jornalista se envolvesse profundamente no objeto de trabalho, ou seja, a realidade, e que, muitas vezes, denunciasses a censura empresarial e política.

Em consequência, construíam-se estratégias de solidariedade com os demais colegas e reconhecia-se o trabalho alheio independentemente do campo ideológico-político. Uma luta em nome da cidadania, liberdade de imprensa e expressão, tendo como prêmio a consideração dos pares e a produção da boa notícia em que os jornalistas se faziam “mártires da informação, verdade ou da defesa da democracia”.

No caso do estado do Espírito Santo, a comunidade de jornalistas acabava ocupando um lugar heroico na medida em que assumia uma posição de crítica à política, cultura e às relações sociais da sociedade capixaba, em que os jornalistas se colocavam no papel de primeiros cidadãos na exigência da transformação social e cultural do estado. Esses homens e mulheres que se assumiam como representantes do moderno Espírito Santo, em seu repertório político nutriam e alimentavam ideias de solidariedade e ajuda mútua que para eles constituíam em necessidade política e ética.

A essa maneira de fazer jornalismo e definir a cobertura jornalística, acrescenta-se o reconhecimento social da imprensa entre as camadas populares que, mesmo não consumindo diariamente os jornais, neles buscavam informações práticas do dia a dia: classificados, colunas de esporte e reportagens policiais. Assim como reconheciam os efeitos políticos e sociais que figuravam nas páginas

²⁶⁷ BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980, p.82.

jornalísticas, especialmente em momentos críticos.

De fato, colunas sobre queixas e reclamações populares povoam a imprensa brasileira desde os seus primórdios. Elas demonstravam que as camadas populares, mesmo não sendo alfabetizadas, percebiam os periódicos como meio de diálogo com o governante ou como forma de visibilidade de suas demandas, mesmo passando pela mediação de jornalistas e dos proprietários dos jornais.

A jornalista Glecy Coutinho, em depoimento ao projeto *Relatos Ausentes*, da Universidade Vila Velha, coordenado pelo professor Rodrigo Siqueira, sinalizou essas considerações e percepções populares em relação à imprensa ao relatar que a população envolvida nas situações de despejo, temendo a ação truculenta da polícia, solicitava a permanência dos repórteres por mais tempo nas invasões - o que significava o reconhecimento dos efeitos políticos da visibilidade midiática -. Inclusive a própria Glecy chegou a quase passar uma noite em uma das invasões.

Quando fui para a TV Gazeta, passei a cobrir muitas invasões de terrenos na periferia. Muitas vezes eu fiquei em Cantinho do Céu, Santa Rita, São Pedro, até dez horas da noite, porque eles diziam assim: “Ai, pelo amor de Deus, não vai embora não, porque quando vocês vão, a polícia vem aqui e bate na gente, derruba nossos barracos”. Então muitas vezes eu fiquei nesses lugares, como forma de garantir um pouco de segurança para essas pessoas. O jornalismo tinha esse poder naquela época.²⁶⁸

Desse modo, percebemos, ao longo da construção deste capítulo, que a dinâmica da produção de notícia não pode ser reduzida a uma mera correia de transmissão dos interesses políticos e econômicos, assim como o ambiente institucional da produção ou o peso da cultura jornalística, mas sim a partir da complexidade da articulação desses contextos subjetivos, culturais e institucionais na construção na interação cotidiana e nas relações de interdependência dos atores, organizações e instituições, eivado de contradições, conflitos, negociações e ambiguidades (donos dos jornais, editores, jornalistas, as fontes e os leitores). Nessa linha, evidenciamos que contexto histórico, dilemas ou interesses em jogo influenciavam a dinâmica de atuação da imprensa na esfera pública e no mundo social.

Essas considerações desenvolvidas até aqui tiveram como referência as discussões sobre a estruturação do campo jornalístico a partir das propostas

²⁶⁸ COUTINHO, Glecy, op. cit, p. 9.

teóricas de Pierre Bordieu, da prática cotidiana de Michel Certeau, da comunidade interpretativa de Barbie Zelizer ou da tribo jornalística de Nelson Traquina. Nelas esses autores buscaram compreender tramas individuais e coletivas cotidianas (regras, estratégias e táticas) que interferem na produção da notícia (rotinas produtivas, valores-noticiais e *gate-keepers*²⁶⁹), em especial dos jornalistas, conscientes ou inconscientes, que configuram identidade, prática profissional, cultura jornalísticas (ritos/costumes) as maneiras de ver, relacionar e de perceber o mundo. No Brasil, destacaram-se nessa vertente de pesquisa Isabel Travancas; Claudia Lago; Afredo Vizeu, Felipe Pena e Clovis de Barros Filho.

No próximo capítulo, abordaremos como as invasões de terras urbanas foram transformadas em notícias, discutindo a maneira como foram tratadas pela narrativa jornalística, os significados políticos e sociais que assumiram no interior da representação jornalística do invasor necessitado, considerando-se as transformações sociais, econômicas e políticas que inscreviam o processo de redemocratização na história do país.

²⁶⁹No campo jornalístico, assume a compreensão de filtros, da edição e da seleção impostas pelo jornalistas e rotinas de trabalhos no processo de produção da notícia.

3 INVASÃO DE TERRAS URBANAS COMO NOTÍCIAS: BUSCA DE ONDE MORAR.

Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência.

Pierre Bourdieu, 1997, p.25

“Eles acabaram com o barraquinho que construí. Eu estou querendo uma casa para morar, porque o aluguel que pago é muito pesado”

Maria Pereira de Jesus, 1982²⁷⁰

Neste capítulo, discutimos os modos como os jornalistas capixabas, principalmente nos periódicos *A Tribuna* e *A Gazeta*, trataram o fenômeno da invasão de terras urbanas, identificando os sentidos políticos e sociais que atravessavam as representações. Dessa maneira, discutimos os textos jornalísticos a partir dos sujeitos de enunciação e contextos sociais nos quais estavam inseridos, orientando-nos pelas proposições metodológicas da análise de conteúdo e, por fim, retomamos o jogo de força social e política que constituía a transformação das invasões das terras urbanas em notícias na imprensa capixaba, pela representação dos invasores necessitados.

A partir do uso da representação do invasor necessitado, os jornalistas produziam sentidos e significados acerca de experiências das invasões de terras urbanas operando sobre elas uma retórica de avaliação e legitimação política e moral, chegando, até mesmo, a interferir nas tensões entre proprietários, Estado e invasores.

Nos textos jornalísticos, o uso da representação do invasor necessitado constituía-se em uma oportunidade para alguns jornalistas denunciarem as mazelas sociais dos Grandes Projetos Industriais impostos pela elite capixaba, especialmente aqueles ligados a movimentos sociais, lutas sindicais, partidos políticos, assim como para outros jornalistas a possibilidade de exercício da missão jornalística da produção da “boa informação” com o objetivo de promover a cidadania, e de vigilância do poder público.

Assim, nos textos jornalísticos investigados, revelava-se a cidade desejada

²⁷⁰INVASORES de terra em Campo Grande perdem os barracos. A TRIBUNA, Vitória, ES, 07/01/1982.

(cidade idealizada) compartilhada entre jornalistas e elites locais que entrava em choque com a cidade “vívda” pelos habitantes e usuários mais pobres. Por certo, justamente essa distância era dramatizada pelas imagens e representações do invasor necessitado. Nessa posição, eram apontadas as dimensões políticas e compreensões sociais, como indica Pesavento:

A arquitetura e o traçado de ruas e praças são, sem dúvida, o registro físico de uma cidade, mas também são um modo de pensar sem linguagem. Portanto, o espaço é sempre portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. [...] A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade.²⁷¹

Como apontamos na introdução desta dissertação, a representação do invasor necessitado, seria a percepção moral, social e política, homogeneizante e simplificadora, compartilhada e circulada pelos jornalistas e demais atores sociais, de que havia entre os grupos e indivíduos que invadiam terras urbanas na região da Grande Vitória aqueles que agiam por interesses especulativos, políticos, e aqueles que agiam premidos pela necessidade social e pelo desespero da sobrevivência, os “verdadeiros necessitados”.

Esses eram as vítimas da crise econômica, do empobrecimento rural, da insuficiência educacional, falta de qualificação profissional, da pobreza urbana, das ilusões do processo de urbanização e industrialização em curso. Desse modo, não vendo outra saída frente aos elevados custos dos aluguéis, à ausência da política habitacional, à necessidade de manutenção da família e permanência na cidade, optavam pela prática da invasão, individual ou coletiva.

No caso do período investigado aqui, esse sujeito enunciado e construído pela imprensa materializava-se, especialmente, na população migrante que alimentava a multidão de trabalhadores com baixos salários (assalariados da construção civil, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos) que crescia aceleradamente da região da Grande Vitória, conforme indicavam as autoridades públicas, o discurso técnico-científico dos planejadores e pesquisadores da época.

Essa busca jornalística evocava, quase sempre, como fonte de auxílio às constatações técnico-científicas de diagnóstico socioeconômicos patrocinados pelo Governo do Estado, diversos órgãos tais como o Instituto Jones dos Santos Neves,

²⁷¹PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 16.

a Comissão de Planejamento Agrícola do Espírito Santo e demais secretarias de estado, que subsidiavam as ações de planejamento e os discursos governamentais. Nesse sentido em 1980, o jornal divulgava que “De repente a cidade foi invadida por mendigos”, apontando que a cidade estava alerta aos problemas urbanos e sociais que se agravavam com o processo de modernização²⁷².

Essa apropriação da representação do invasor necessitado pelos periódicos capixabas envolvia, então, a problemática social de como as populações pobres construíam o processo de viver, mesmo sob condições precárias e quase sub-humanas, as soluções para morar na cidade num contexto social e político de abandono do poder público, dos políticos, da violência dos proprietários, a polícia e dos especuladores.

O jornalista Amylton de Almeida sintetizou, em 1983, a partir do sofrimento dos despejados e abandonados, esta indagação social na categoria do invasor necessitado:

"O mangue é do povo e dos caranguejos", grita uma invasora. "Nós roubamos o que é nosso. Nós somos brasileiros, gente. Essa terra é nossa e não dos estrangeiros". É uma cena ocorrida ontem, na derrubada dos barracos de 300 famílias que ocuparam anteontem o manguezal na rodovia Serafim Derenzi, no contorno de Vitória. **A maioria é gente desesperada, que cata papel e precisa de um lugar para morar, sem pagar aluguel.**²⁷³
(grifo nosso)

Na mesma direção, o jornal *Posição* apresentava sua perspectiva sobre quem eram os invasores necessitados quando debatia na primeira edição sobre a política habitacional e os processos de despejos e invasões na região da Grande Vitória: “[...] os ‘invasores’ são, em grande maioria, originários da zona rural, sem bens, sem posses, sem terras e sem casa, que chegam apenas carregando as famílias e uma incurável dose de esperança na grande cidade”.²⁷⁴

Da mesma forma, o jornalista Lino Rezende, seguindo essa seara discursiva, descrevia em matéria sobre os posseiros de Concheiras, sustentando que sua informação era de uma fonte técnica:

Antes de serem invasores os posseiros de Concheiras são fugitivos das duras condições de trabalho do campo, de onde escaparam porque

²⁷² MENDIGOS, de repente a cidade é invadida por mendigos. Jornal A Gazeta. Vitória, 29/07/1980.

²⁷³ ALMEIDA, Amylton. RELATOS Do Despejo. A Gazeta, Vitória - ES, 26/05/1983, p.1-2, c. 1-6. p. 1

²⁷⁴ AS INVASÕES. POSIÇÃO, N°01, 29 de outubro de 1976, p. 4.

perderam a terra que começava a ser agrupada em latifúndio. Esta é a causa apontada por um relatório, do qual damos resumo.²⁷⁵

Observamos que mesmo quando notícias e reportagens davam prioridade aos invasores necessitados como reféns da pobreza, acabavam, em suas entrelinhas, demonstrando como aqueles, apesar de contradições e adversidades sociais, lutavam também por um lugar para morar e buscavam melhorias para a qualidade de vida do lugar e deles próprios. Ou seja, reivindicavam melhores condições de vida e trabalho para conquistar a cidade, o que comovia mais ainda o olhar jornalístico: na miséria persistia o desejo de viver e trabalhar.²⁷⁶

Nesse contexto as observações de Roger Chartier sobre a ambiguidade do conceito de representação fazem-se fundamentais na análise dos textos jornalísticos, pois neles constantemente emergiam: fosse a representação como tentativa da imposição de uma classificação social ou como a construção de identidade social, independentes dos sujeitos e circunstâncias narrados:

Uma dimensão que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar, nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a capacidade de fazer reconhecer a existência a partir de uma demonstração de unidade.²⁷⁷

Em alguns trechos dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* abaixo, que tinham como tema as invasões de terras urbanas, observamos como se revelava, com maior agudeza, a preocupação normativa sobre a cidade de Vitória e a ansiedade frente ao crescimento descontrolável daquelas:

A cena cinematográfica da invasão que ocorreu na estrada do Contorno, em Vitória, há seis meses, na verdade se repete semanalmente na cidade, em maior ou menor escala. A prefeitura não dispõe de levantamento, mas admite que são feitas mais 20 habitações novas, irregulares todos os dias.²⁷⁸

Os barracos são construídos da noite para o dia; muitos bairros de Vitória

²⁷⁵REZENDE, Lino. La vem Concheiras. **Revista Agora**, Vitória, p. 35, maio de 1979

²⁷⁶BARBOSA, Tião. NO MANGUE, a esperança de uma vida melhor. **A Tribuna**, Vitória, ES, 15/12/1982, p. 13, c.1-6.

²⁷⁷ CHARTIER, Roger. **Op. cit.**, 1991. p. 173-191, p. 183.

²⁷⁸INVASÕES. Existe alguém por trás? **A GAZETA**, Vitória-ES, 18/11/1981, cad.2, snt.; VITÓRIA: uma cidade ocupada. **Revista Espírito Santo Agora**, p.38-31, set/1981.

surgiram de invasões. As casas são feitas sem qualquer infraestrutura.²⁷⁹

De quarta para quinta-feira foram construídos cerca de 100 barracos, totalizando agora cerca de mil barracos em toda a região. Muitos invasores estão dormindo na região, para não correrem o risco de terem os barracos invadidos por vizinhos ou por oportunistas, em duas horas, ontem à tarde pôde ser observada a chegada de cerca de 30 caminhões e caminhonetes de frete com material de construção de novos barracos. Além de barracos de madeira começam a ser construídas casas de tijolos.²⁸⁰

Já acostumado a conviver com fenômeno das invasões, o capixaba só estranhou o desfecho do desejo.²⁸¹

Tendo em vista essas considerações, a imprensa capixaba anunciava, desconfiada e apavorada, as invasões de terras urbanas na Grande Vitória no final dos anos 70 e início dos anos 80 e as apontava como uma febre ou epidemia urbana que, sendo um fenômeno quase incontrolável, necessitava de solução emergencial.²⁸² O jornal *A Tribuna*, relatava o caso de Flexal II em Cariacica reforçando a imagem alarmante para seus leitores:

Já havia, em Flexal 2, mais ou menos 1500 barracos e o governo do Estado tinha se comprometido a solucionar os problemas da ocupação. A resposta do governo foi a promessa de implantação de um projeto de urbanização que incluía: água, esgoto, luz, escolas e postos de saúde.²⁸³

Há cerca de 14 anos Porto de Santana era apenas um povoado e a partir de 1970 a chegada de migrantes fez com que se tornasse um aglomerado populacional que carece atualmente de estrutura para suportar e atender a população, que ultrapassa os 20.000 habitantes, na maioria representantes da classe operária.²⁸⁴

Atualmente, existem cerca de 10 processos de invasões tramitando nas Justiça Federal e Estadual, uns mais adiantados, outros em fase de conclusão e outros em fase preliminar. Ao todo são 40 mil pessoas envolvidas solicitando uma área de cinco milhões de metros quadrados. Durante estes 20 anos de inchamento urbano, via processo de ocupação, muito sangue rolou e muita especulação ganhou lugar.²⁸⁵

Diante do espanto social e da imagem de alastramento em relação às

²⁷⁹Idem

²⁸⁰INVASÃO continua em Barbados e juiz determina novo despejo hoje. A TRIBUNA, Vitória, ES, 29/01/1982.

²⁸¹GOVERNO diz ter áreas para dar a invasores. A GAZETA, Vitória -ES, 02/02/1982.

²⁸²INVASORES instalam 200 barracos em São Pedro. A Gazeta, Vitória-ES, 24/12/1980, p.5, c.1-2.; LIEVORI, Suely. NO ESPÍRITO SANTO há mais de 40 mil invasores de terra. A Tribuna, Vitória, ES, 27/09/1981, snt. (Falta a página 15 - Continuação); VILA VELHA tem maior índice de barracos do Espírito Santo. Distorções. A Gazeta, Vitória, ES, 22/04/1981, p.05, c.1-3.

²⁸³A Tribuna, Vitória - ES, 02/07/1980 Apud BARBOSA, Fabiane Machado Barbosa. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacica (1973-1989)**. 2007. 202f. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS/UFES, 2007. p.105.

²⁸⁴A Tribuna, Vitória - ES, 08/11/78, Apud Idem, p.104.

²⁸⁵No ES há mais de 40 mil invasores de terra. A TRIBUNA, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

invasões de terras urbanas, difundia-se pela Grande Vitória a ideia que elas seriam planejadas por alguém. E que este alguém²⁸⁶ estaria estimulando os mais pobres para tais atos desesperados, movidos por interesses imobiliários e políticos. Em reportagem especial o jornal *A Gazeta*, para uma das seções mais prestigiadas, o *Caderno Dois*, destacou em capa esta representação: "INVASÕES. Existe alguém por trás"?²⁸⁷

Ao lado da questão capciosa, flutuava na parte superior da capa do *Caderno Dois*, um texto de um parágrafo que respondia a ela, quase dispensando o leitor da leitura integral da matéria, misturando pressuposições e informações que tentavam explicar o espanto social diante das invasões de terras urbanas que se alastravam pela Grande Vitória, sugerindo que elas eram "preparadas", o que remetia ao mito político da conspiração, tão em voga no período da Ditadura Militar.

As invasões de terrenos na Grande Vitória são preparadas? Há quem diga que sim. Há até quem garanta que o coordenador das invasões é um homem magro, aparentando 30 anos de idade e que sempre usa óculos de aros finos. Por trás dessa ficção e realidade, entretanto, existe muita coisa, desde a presença de milhares de pessoas sem qualquer condição de pagar aluguel, até o abandono acintoso de grandes áreas de terras nos arredores da cidade, praticamente convidando eventuais interessados. Por causa disso, aparentemente, as autoridades diminuíram a proteção a essas áreas, embora ainda aleguem "o direito da propriedade" para espantar os mais audaciosos, mas os primeiros sinais de simpatia começam a aparecer: no município da Serra há facilidade e até indicações para famílias pobres "criarem" novos bairros.²⁸⁸

Desse cenário de perplexidade política e apreensão social também participava Dom Silvestre Scandian, quando retornou ao estado do Espírito Santo para ser nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese. Em entrevista, ele comparava, impressionado, a cidade do interior de Minas Gerais, onde estivera como bispo, com a nova realidade da cidade de Vitória, na qual seria pastor maior: "a realidade que encontrei no Espírito Santo é muito mais complexa; saí de uma cidade de 18 mil (habitantes) para outra de 700 mil, aqui há o problema da industrialização, do operariado, das invasões e das migrações."²⁸⁹

²⁸⁶Segundo a literatura do planejamento urbano, da geografia urbana, urbanismo e da sociologia urbana, esse alguém que sugere o jornal *A Gazeta* foi, em grande medida, o próprio Poder Público que incentivava crescimento periférico das cidades via ocupações (invasões), com vistas ao que, num mesmo tempo, possibilitava a higienização social dos espaços em crescente valorização imobiliária e possibilitava a especulação imobiliária, criando 'frentes pioneiras' de crescimento do espaço urbano.

²⁸⁷INVASÕES. Existe alguém por trás. A GAZETA, Vitória - ES, 18/11/1981, cad. 2, snt.

²⁸⁸Idem

²⁸⁹Revista **Agora Espírito Santo**, n°66, 03/1982, p. 10.

Na mesma direção, estupefação social, seguia o prefeito de Vitória, Carlito Von Schilgen (1979-1982), indicado pelo governador Eurico Rezende, que lamentava, também como estratégia de justificação da inação do governo, que o processo de crescimento econômico capixaba era como “moedas de um lado só”, no qual as maiores vítimas eram os municípios.

Segundo o prefeito, eles passavam por intenso processo de imigração e urbanização desconectado de investimento e expansão com receitas municipais, sendo, dessa maneira, “vítimas de uma política industrial, econômica e agrária que provoca um crescente e espantoso êxodo rural, os municípios sofrem inchamentos que são autênticas moedas de um lado só”.²⁹⁰

Nessas circunstâncias, quando as invasões de terras urbanas se transformaram em acontecimento jornalístico, havia duas percepções sociais que atravessavam a construção da representação de temor e assombro. Na primeira, a invasão aparecia como favela, era sinalização de que a localidade relatada fora invadida, com isso revestia-se aquela população que ali habitava de todos os estigmas associados à ideia de favela. Na segunda percepção, a invasão seria a ação coletiva de apropriação indébita da propriedade alheia em que tentavam, muitas vezes, realçar a dimensão da necessidade social do invasor, distinguindo-o como grileiro, como se fossem aproveitadores e políticos profissionais.²⁹¹

Essas duas percepções eram face do mesmo processo cognitivo jornalístico, pois, justamente, realçavam o drama da pobreza urbana que devastava a região da Grande Vitória na estratégia de reforçar, junto ao leitor, a condição de necessidade, carência e, por vezes, de anomia social em que viviam os invasores/posseiros e/ou despejados, justificando, desse modo, a importância da promoção da política habitacional, da ação social-reguladora do Estado e a ação solidária da sociedade.

Além disso, o que reforçava a difusão dessa representação do invasor necessitado era seu uso técnico, como ‘prova de fato’ ou ‘senso da realidade’,²⁹² da urgência e de gravidade social, presente tanto em relatórios de diagnóstico

²⁹⁰Observando a argumentação do prefeito de Vitória percebemos que ao explicar as dificuldades de investimentos da prefeitura de Vitória, ele aciona semelhante argumentação social desenvolvida em torno da representação do invasor necessitado. Revista Agora Espírito Santo, nº56, 05/1981, p. 16.

²⁹¹POSSEIROS atacam agora terrenos particulares. A Tribuna, Vitória - ES, 28/01/1981, snt.; POSSEIROS esperam solução para ocupação de Aribiri. A autorização para invadir o terreno já virou jogo de interesse de políticos. A Tribuna, Vitória, ES, 12/01/1983, p. 5, c. 4-6, 1 cad.; CADASTRAMENTO dos posseiros de Aribiri termina segunda. A Gazeta, Vitória, ES, 15/01/1983, p. 5, 1 cad, c. 4-6.

²⁹²WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 133.

socioeconômicos, como nas memórias de projetos das instituições governamentais para alocação de recursos públicos. Os textos jornalísticos eram usados nas negociações políticas com o Governo Federal e nas disputas políticas locais. Em relação a essa forma de apropriação do texto jornalístico, sugere Moniz Sodré:

[...] ainda que o jornal não se limite à veiculação de notícias no sentido estrito da palavra, essa forma comunicativa tem lastreado nos últimos dois séculos a ideia moderna de jornalismo, na medida em que dá margem à construção e manutenção de toda a mitologia da neutralidade que se atribui a uma mercadoria e que, portanto, sustenta os coeficientes de confiabilidade pública nos relatos.²⁹³

Para sustentar este modo de representar, os jornalistas, assumindo a condição de sensibilizados com o problema social e com o dinamismo de sua transformação, retomavam, quase sempre, a discussão sobre o processo de migração, em que se exigiam das autoridades públicas medidas políticas urgentes que contivessem levas de migrantes que chegavam à região da Grande Vitória em busca de novas oportunidades de vida.

Nessa perspectiva, o invasor necessitado era, no fundo, o migrante enganado e empobrecido que, buscando sobreviver na cidade, arriscava-se no desafio de conseguir um lote nos ditos piores lugares da cidade, assim como era a vítima dos gatunos que faziam dessa “necessidade social” uma moeda política de especulação imobiliária, ganho financeiro e político.²⁹⁴

Alguns episódios históricos, como o fim das grandes obras de infraestrutura, especialmente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, em 1983, liberando milhares de trabalhadores com baixa qualificação profissional e escolaridade, em grande maioria migrantes, retroalimentavam a imagem do invasor necessitado, como o migrante enganado, ou melhor, antigo trabalhador rural expulso da terra pelos conflitos rurais, decadência econômica e modernização agrícola.²⁹⁵

A revista *Espírito Santo Agora* comentou sobre esse cenário socioeconômico: “O êxodo rural, um mal que se tornou crônico no Espírito Santo desde a dramática erradicação dos cafezais, no início dos anos 60, ganhou alento com as promessas de progresso, desencadeadas pelo surto desenvolvimentista”.²⁹⁶

²⁹³SODRÉ, Muniz. Op. Cit., 2009, p. 14.

²⁹⁴Ver: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 157

²⁹⁵Ver: ZANOTELLI, Cláudio. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da CST In: **Revista Geografares**, n. 1, p. 29-40. Vitória: EDUFES, 2000.

²⁹⁶GOVERNO em julgamento. Revista Espírito Santo Agora, Vitória, nº 54, p. 27-29, mar. 1981, p. 27.

Complementando essa imagem trágica, a Revista Capixaba narrava a situação de trabalho dessa população migrante empobrecida:

Às 7 horas da manhã, os caminhões da Companhia Vale do Rio Doce estacionam no centro de Porto de Santana e recolhem os operários e peões que construíram o cais de Minério da Ponta do Tubarão. Instalados sem nenhum conforto, amontoados na carroceria, são transportados para Camburi, no outro extremo da cidade, onde permanecerão até as 18 horas cavando buracos, soldando e pregando, construindo enfim o progresso do Espírito Santo.²⁹⁷

Essas percepções jornalísticas reforçavam o debate público de quem merecia ou não ser ajudado, sustentavam-se na constatação que não era apenas a fatalidade da exclusão social e da falta de opção de moradia imposta pelo desenvolvimento econômico desigual e concentrador do período militar, como indicavam alguns sociólogos urbanos e economistas da época, que jogavam os “indivíduos e grupos sociais” nas periferias e terrenos rejeitados pelo capital imobiliário e especuladores urbanos (proprietários, políticos, grileiros).

Com isso, reconheciam, ademais, que a possibilidade de ser proprietário e conquistar melhores condições de vida movia os invasores, pois poderia significar o deslocamento das rendas drenadas pelo aluguel para a autoconstrução e a alimentação. Depoimentos colhidos pelo Jornal *A Tribuna* sugerem as tensões que envolviam a permanência nas invasões e o processo de construção das moradias, a maioria de madeira:

Eles chegaram e disseram que a gente tinha que sair em cinco minutos, porque senão iam acabar com a gente. E eles só não pegam a gente porque todo mundo sai correndo. Mas, o papel mostrado era muito novinho, acho que não prova nada. (Mateus Gabriel Martins)

...ontem os policiais obrigaram os invasores a sair do terreno ocupado, mostrando um documento registrado no ano de 1980.²⁹⁸

Sei que o terreno não é nosso, mas vamos ficar porque ninguém sabe de quem é. Às vezes aparecem vinte, trinta donos, mas nenhum deles tem documento.²⁹⁹ (Maria Nicolau)

Nesse cenário, a luta por onde morar, da mesma maneira, traduzia-se nas tentativas de construir um lar apesar da simplicidade e do pouco conforto, o que

²⁹⁷REVISTA CAPIXABA, 4 v. n.º 35, 1970, *apud* NASCIMENTO, Weydson Ferreira do. Cariacica no Contexto da Grande Vitória. Décadas de 60 a 90. **Revista História Hoje**. Disponível em: <<http://br.geocities.com/historiahoje/revista3/artigo3.htm>> Acesso em: 05 mai.2007.

²⁹⁸INVASORES de terra em Campo Grande perdem seus barracos. *A Tribuna*, Vitória, ES, 07/01/1982

²⁹⁹NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL invasores de terra. *A Tribuna*, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

matizava a absolutização da pobreza urbana imposta pelo olhar jornalístico diante das improvisações e reapropriações de espaços e objetos do universo de consumo e sociabilidade urbana, pelos invasores e posseiros.³⁰⁰ Havia uma busca por instituir a vida naqueles lugares supostamente impróprios à vida humana, o que chocava e escandalizava, por vezes, mais ainda, leitores e jornalistas.³⁰¹

Em vista disso, a derrubada de barracos e a destruição dos pertences de seus moradores nos processos de reintegração de posse sucessivamente noticiados pelos periódicos capixabas, demonstravam que aquelas pessoas estavam na batalha cotidiana pela sobrevivência para defenderem sua dignidade social.³⁰²

Na narrativa quase poética do jornalista Tião Barbosa sobre o bairro Sosseguinho e a expectativa do despejo dos moradores, pincelava-se com mais cor e vivacidade essa argumentação:

O local era um mangue. Sem alternativas, algumas pessoas revolveram fazer dele um bairro, todas sem recursos, sem moradia e muitas sem emprego. Em meio a ameaças de expulsão e promessas de políticos, conseguiram da ex-primeira-dama da Serra, Maria da Penha Feu Rosa, um documento de posse, em julho último.

Tranquilos, os moradores batizaram o mangue de Sosseguinho, devido à proximidade com o bairro Sossego. Então, começaram a aterrá-lo, em latas de 20 litros ou carrinhos de mão. O sonho da 'casa' própria começou a se tornar pesadelo nas vésperas da eleição, quando surgiu o boato que a Escelsa construiria duas torres de alta tensão e desapropriaria parte dos barracos.³⁰³

Tal postura diante da vida urbana era reconhecida, muitas vezes, pelos jornalistas como resignação ou passividade, o que provocava espanto e certo pavor, pois não conseguiam compreender como aquela população sobrevivia naquelas condições de vida.

A partir do texto e das imagens jornalísticas, dramatizavam aquela realidade que, segundo os jornalistas, exigia da sociedade e do poder público uma solução política e social. Por isso, buscavam estabelecer com clareza quem seria o invasor

³⁰⁰BARBOSA, Tião. NO MANGUE, a esperança de uma vida melhor. A Tribuna, Vitória, ES, 15/12/1982 p. 13, c. 1-6; BAIRRO Monte Belo: uma comunidade vive na lama. A GAZETA, Vitória - ES 12/07/1980: p. 5; REZENDE, Lino. Vivendo de esperança. **Revista Agora**, Vitória, p. 34, out. 1978; ITANGUÁ: o milagre da sobrevivência. Posição, Vitória, nº 28, 17/01/1978, p. 2

³⁰¹Ver os artigos de Geertz Blanck sobre estratégia de sobrevivência nas periferias do Espírito Santo nos anos 70 e 80: BANCK, Geert. Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória, EDUFES, 2011.

³⁰²BARBOSA, Tião. Op. cit. 1982 b, p. 13, c. 1-6.

³⁰³Idem

necessitado, aquele que realmente precisava da terra da região urbana.³⁰⁴

Com isso, os ditos “bolsões de miséria” que chocavam intelectuais, assistentes sociais e jornalistas, de fato inscreviam-se nas estratégias de sobrevivência em uma cidade onde os lugares melhores de moradia estavam reservados a quem podia pagar. Nesse sentido, tentar a sorte e acreditar na batalha da invasão valia a pena, o que se constituía não em vergonha ou degradação social, mas na conquista do possível, o que espantava os jornalistas.

Nessa situação, podemos observar o depoimento de Jair Lixeiro, mesmo marcado pela dimensão retrospectiva do trabalho da memória, que participou das invasões de São Pedro em 1977 e mais tarde tornou-se vereador da região de São Pedro:

A doença de uma filha leva-o a vender o barraco para pagar o tratamento. Resta-lhe a alternativa de viver no manguezal, onde hoje fica o bairro São Pedro I. Muita gente chega do interior e se abriga em casas de parentes. São 10, 15 pessoas morando no mesmo barraco. E isso facilita o crescimento da invasão no bairro. Logo é um mar de gente³⁰⁵

Igualmente, o depoimento da Sra. Maria Nicolau, ao jornal *A Tribuna*, foi sintomático dessa luta incessante para escapar do aluguel ou conquistar algum tipo de renda para sobreviver submetendo-se aos mais aviltantes trabalhos, o que espantava e paralisava os jornalistas. Ela contou ao jornalista que pagava aluguel em outra invasão e que tinha consciência da provisoriedade de situação, caso o proprietário entrasse com ordem de despejo: “A gente não sabe de quem são os terrenos, mas ninguém tem o direito de vir aqui derrubar barracos, deixar as pessoas sem abrigo”.³⁰⁶ Ela concluiu revelando o envolvimento de políticos com o processo de consolidação das invasões: “Quando o prefeito de Vila Velha veio numa festa aqui perto, ano passado, ele me autorizou a ficar neste terreno. Graças a Deus nem a polícia, nem fiscais da Prefeitura mexeram comigo até agora”.³⁰⁷

³⁰⁴A terra urbana é “um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário e tornado escasso e caro pela propriedade” (Rodrigues, 1991, p. 17). Podemos dizer, que um dos grandes potencializadores da valorização da terra, são os investimentos públicos em infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos urbanos, além do monopólio por parte dos latifundiários urbanos. Assim, quanto mais baixo o preço da terra mais desprovida desses componentes está, ou seja, menos solo urbano ela possui. RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 17.

³⁰⁵ DIAS, Tavares. **São Pedro**. Vitória: PMV/SMC, 2001, p. 16.

³⁰⁶ NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL INVASORES DE TERRA. *A Tribuna*, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

³⁰⁷ Idem

A jornalista Sueli Campos,³⁰⁸ da mesma forma insistia, em matéria sobre as invasões e os loteamentos precários, em não compreender como os moradores daquelas localidades eram felizes com aquela situação em que viviam; a aparente resignação e o espontâneo otimismo parecia revoltá-la. Ela não percebia a posse da terra como abertura para a permanência na cidade e suporte para tentativas de melhores inserções na cidade e no mercado de trabalho, além de um investimento que poderia dar renda futura, pela “coragem da colonização”, mesmo que pequena, com aluguel de cômodos ou venda do barraco.

Numa fotografia do jornal *A Tribuna*, duas mulheres que apareciam em situação corriqueira à porta do barraco em uma invasão demonstravam a constatação angustiante da jornalista Sueli Campos. Elas expressavam, na poesia do fotógrafo, o que estamos discutindo até aqui: a preocupação de continuar a seguir a vida mesmo diante das adversidades. Uma mulher de rolinho nos cabelos, cuidando da beleza, e a outra com mãos no queixo, atenta à rua, talvez, observando o alvoroço com a presença da polícia e cobertura jornalística. Tersília Rosa, uma delas, (à esquerda, foto 4) comentava ao repórter: “Não reclamo da falta de água. O importante é que o barraco me pertença”.³⁰⁹

FIGURA 6



Fonte: NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL invasores de terra.
A Tribuna, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5

O choque das imagens fotográficas e o passeio entre barracos em mangues e fundos de vales, muitas vezes destruídos por ordens de despejo, sensibilizaram

³⁰⁸ CAMPOS, Sueli. A vida sem teto e sem chão. **Revista Instituto Jones do Santos Neves**, Vitória: V. 5, nº3, p. 52-54, jul./set., 1986.

³⁰⁹ NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL invasores de terra. A Tribuna, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

muitos jornalistas. Estes fizeram da escrita a possibilidade da visibilidade pública das condições precárias, quase sub-humanas das invasões, o que fazia daquele trabalho profissional, também, uma ação humanitário-política, em que se destacaram Clecy Coutinho, Jô Amado, Sueli Campos, Tião Barbosa, Amylton de Almeida,³¹⁰ Uberwalter Coimbra, Milton Gomes, Sólon Borges e Pedro Maia.

A jornalista Maria de Fátima Côgo conta a trajetória profissional no jornal *A Tribuna*, no memorial da tese de doutorado, onde descreve a força desses acontecimentos sociais, na constituição da identidade e das memórias dos jornalistas locais politicamente engajados. Ela se destacava pelo entusiasmo com as lutas pela organização da categoria (Greve no jornal *A Tribuna*, em 1984) e com as diversas coberturas jornalísticas que realizou acompanhando os problemas sociais e ações de movimentos sociais na região da Grande Vitória, entre os quais marcou-lhe o da luta por moradia na região de São Pedro:

Uma de minhas mais significativas coberturas foi o início da habitação em massa na região de São Pedro, em Vitória, a partir de 1983, o que me permitiu ver muito de perto a tragédia de muitas famílias sem moradia e dependentes de um lixão existente na região para sobreviver. Vi, no entanto, a solidariedade e o engajamento político daquelas pessoas em suas lutas por melhorias concretizadas a partir das inúmeras negociações com o poder público envolvendo a liderança de dona Leda, de Graça Andreatta e de Rui Coelho. A resistência e à luta por moradia se juntou a busca pela educação, com a primeira escola, improvisada pelos próprios moradores, funcionando na sede do movimento comunitário e tendo como professoras, mulheres da própria comunidade que tinham alguma experiência em educação. Nasceu assim a escola Grito do Povo.³¹¹

Provavelmente, os jornalistas acreditavam, também, que a cada ato de invasão os indivíduos e grupos sociais que nele se envolviam acionavam redes de solidariedade e apoio social que estivessem ao alcance, especialmente aquelas que lhes dessem resultados mais imediatos “na conquista de onde morar”.

Nessa perspectiva, um morador do bairro Feu Rosa – Serra - ES, não identificado, ao narrar a chegada à região da cidade de Vitória, destacava as redes sociais que sustentavam o processo de migração e a importância estratégica da invasão na sobrevivência do migrante pobre:

³¹⁰ALMEIDA, Amylton de. ESTE MENINO está morrendo (de fome). **A Gazeta**, Vitória - ES, 22/06/1983, cad. 2, p.1, c.1-6.

³¹¹CÔGO, Maria de Fátima. **O telejornalismo local e seus modos de produzir sentidos em educação ambiental**, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2015, p. 31-32.

Eu sou natural da Bahia, né? Eu vim pra Vitória, especificamente pra Feu Rosa, porque eu já conhecia pessoas que moravam aqui, eram moradores já há um bom tempo, e eu vim com intenção de trabalho. O objetivo primário era esse, é com... ver o mercado de trabalho, a possibilidade de ter um trabalho que 'adivinha' o meu lado profissional. Eu conhecia muito pouco, é... por fato do Espírito Santo ser em si, uma cidade bem divulgada, bem conhecida no Brasil inteiro, então isso eu acho é... dá uma perspectiva de ter um mercado de trabalho mais acessível. Aqui no bairro tem muitos imigrantes, tem mineiro, o carioca que é muito dado, baiano... E como o bairro tem uma denominação de religião muito grande, a gente procura prestar esse serviço a todos de uma forma que não sobrecarregue de alguma forma a comunidade e que não tome partido de uma denominação tal... Em 83 foi a grande invasão em Feu Rosa... Foi mais de 83...³¹²

Nesse contexto, destacava-se também a predisposição pública da Arquidiocese de Vitória – ES e de alguns políticos dos quais se destacam Rose de Freitas, Vasco Alves, Nelson Aguiar, para defender as populações que acionavam a prática de invasão, o que os fazia serem regularmente requisitados pelos posseiros e invasores sob perigo de ordem de despejo. Em entrevista ao geógrafo Manoel Flávio Ribeiro Duarte, em 2005, um morador do bairro Flexal assinalava a rede de apoiadores, durante o processo de invasão dos terrenos que deram origem à localidade:

Quando isso aqui começou a ser invadido tinha muita gente, o movimento foi intenso, quem ajudou a gente foi a Rose de Freitas e o Vasquinho, nós andamos no palácio... nós conseguimos o direito desses terrenos, o direito de ficar aqui... senão o dono ia tirá todo mundo, né? Aí veio a tal da Cohab, dizem que isso era da Cohab, mas foi bem depois, antes aqui tinha proprietário, inclusive falaram que o governo encampou isso para nós e estamos aqui até hoje sem ser despejados.³¹³(SIC)

O senhor Armando Macedo Queiroz falava à imprensa sobre o perigo da presença de elementos inescrupulosos nas invasões de terras urbanas “que estão usando pessoas humildes e analfabetas para proveito próprio”.³¹⁴ Em 1979, o deputado Nelson Aguiar enviou ofício do gabinete à Secretaria de Cultura e Bem-Estar Social solicitando providências sobre a invasão de Flexal-Cariacica, a qual finaliza com uma nota em que denuncia a ação de aproveitadores engrossando a ideia dos “agentes ocultos nas invasões”:

³¹²RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira & DADALTO, Maria Cristina. Migração e Desenvolvimento: Segregação e violência criminalizada Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** Rio de Janeiro: vol. 7, nº.2, maio-agosto, 2015, p. 261-276, p. 272-273.

³¹³DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. **Jovens e segregação sócio-espacial: o caso de Flexal II (Cariacica - ES) no contexto da Grande Vitória**. Monografia (Graduação em Geografia), DEPGEO/CCHN/U FES, Vitória - ES, 2005, p. 36.

³¹⁴DELEGADO acusa advogado por invasão em Cariacica. A Tribuna, Vitória - ES, 16/04/1980, snt.

Denuncio a existência de muitos aproveitadores na área em litígio. São pessoas abastadas que estão explorando pessoas pobres para garantirem o esbulho. Depois de tudo isso, a intenção deles é realizar um despejo particular. A interferência dessa Secretaria irá corrigir também essas distorções.³¹⁵

Esta preocupação jornalística com o uso político-partidário das invasões de terras urbanas, assim como de aproveitadores e larápios orientava-se³¹⁶, especialmente, pela atribuição de sentinela da cidadania e de fiscalização do poder público, assim como de sua autocompreensão social, no contexto da redemocratização política, de que era preciso superar “mazelas sociais” que herdamos da Ditadura Militar.

Nesse sentido, o tom alarmista sobre o avanço das invasões de terras urbanas e o espanto com uma certa passividade à condição de pobreza, sustentavam a busca por garantir que o invasor necessitado tivesse suas demandas atendidas e que ações de aproveitadores fossem combatidas severamente, resguardando simultaneamente a ordem urbana desejada, uma cidade sem “bolsões de pobreza” e promotora dos direitos sociais dos mais pobres.³¹⁷

Em 1983, difundiu-se na imprensa capixaba que apenas na capital capixaba, realçando tom de assombro urbano e perplexidade social, “47% da população de Vitória estava vivendo em favelas e que a cada dia eram construídos 20 novos barracos de madeira ou alvenaria”. Com essa proposição, reforçava-se a hipótese de que a opção pela invasão de terras urbanas fazia parte de uma rede de resolução prática acionada pela população mais pobre para viver na cidade.³¹⁸

Corroborava para essa perspectiva, o depoimento do Delegado de Bela Aurora, Ailton Anacleto Gomes, à imprensa, apontando a dificuldade de conter o avanço das invasões no município de Cariacica: “Eu só disponho de quatro policiais para o plantão de 24 em 24 horas e não arriscaria enfrentar mais de 3 mil pessoas”.³¹⁹ Ainda nessa direção, o jornal *A Tribuna*, sobre o município de Cariacica e as

³¹⁵AGUIAR, Nelson. Gabinete/Assembleias. Ofício à Secretaria da Cultura e do Bem-Estar Social, Vitória, 15 de Agosto de 1979, p. 3. Apud DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. Op. cit., p. 109.

³¹⁶INVASORES denunciam a ação de comerciantes. *A Tribuna*, Vitória - ES, 17/04/1980, snt.

³¹⁷AJUDA do Governo pode resolver questão de invasões. *A Gazeta*, Vitória - ES 03/06/1979, p.6,c.1-5.

³¹⁸RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira & DADALTO, Maria Cristina. **A região da Grande Vitória como palco da representação de “estrangeiros” no ES**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zr1BMcSdzFQJ:periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/1574/1170+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 dez.2017.

³¹⁹DELEGADO acusa advogado por invasão em Cariacica. *A Tribuna*, Vitória - ES, 16/04/1980, snt.

possibilidades de invasões:

Existem enormes extensões sem nenhuma utilização nas proximidades que alguns dos moradores de Rosa da Penha asseguram que serão invadidos, pois a maioria da população de Rosa da Penha, Bela Aurora e proximidades é pobre e não tem condições de comprar lotes.³²⁰

Tendo em vista essas considerações, percebemos que a prática corriqueira da invasão³²¹ marcou o processo de urbanização da região de Vitória, secularmente e, tendo a convivência da cidade e autoridades públicas, transformou-se num problema sociopolítico. Assim, foi o interior dessa mutação social e política que as invasões de terras urbanas se constituíram em acontecimento jornalístico, caracterizado pelo descontrole e a expansão acelerada que ameaçava o Espírito Santo “moderno”, em especial a Grande Vitória.

De fato, uma intensa disputa política e econômica marcava a apropriação do espaço urbano local e era resultado do acelerado processo de migração nos anos 70 e 80 que elevou a demanda por um lugar para morar e, ao mesmo tempo, a valorização da terra urbana em um contexto de insuficiência e ausência de política habitacional para camadas populares.

Foi nessa dinâmica socioeconômica e populacional que a representação do invasor necessitado, ou ocupante necessitado para os movimentos sociais e comunitários, se transformou numa das estratégias políticas de legitimação moral da prática de invasão, bem como na imagem jornalística que chocava os leitores e denunciava as contradições do processo de modernização capixaba. Igualmente, no jornal *A Tribuna* registrava-se: “os invasores afirmaram que não têm condições sequer de comprar alimentos com salário mínimo. Assim, só resta a opção de ocupar

³²⁰POVO sem casa invade terrenos em Cariacica. *A Tribuna*, Vitória - ES, 04/05/1980, snt.

³²¹Durante anos as terras reconhecidas como “urbanas” (e áreas de terrenos de marinha) nos municípios da região da Grande Vitória, estiveram regidas pelo *regime de enfiteuse* e propriedade privada. No caso particular do regime citado, o poder público mantinha o domínio pleno e direto da propriedade de parcelas das terras que eram cedidas em uso perpétuo a particulares, mediante o pagamento anual do foro. O foreiro exercia domínio útil comprometendo-se a pagar impostos e taxas, assim boa parte das propriedades foram cedidas em regime de aforamento e solicitados via requerimento ao poder público. Entretanto, o *regime enfiteuse* não conseguia reger o acesso propriedade e posse da terra, racional e economicamente, devida a “negligência salutar” dos poderes públicos, a incapacidade administrativa e interesses políticos que, frente à expansão urbana acelerada, favoreceu o rentismo urbano. Entretanto, tradicionalmente havia o processo de colonização das franjas do perímetro urbano com solicitações de aforamento (ou oferta) a partir da ação dos municípios ou câmaras municipais. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB. *Enfiteuse – Aforamento ou Emprazamento*. São Paulo: IRIB, 2012.

os terrenos vagos nas proximidades dos bairros populares.”³²²

Agudizando-se esse cenário político e socioeconômico acrescentava-se, ainda, a crise das antigas formas de assistências sociais praticadas pela sociedade civil e o poder público que não conseguiam mais responder às demandas populares por moradia, pressionadas pelas crises econômica e fiscal do estado fazendo das invasões de terras urbanas uma alternativa de sobrevivência na cidade.

Nesse sentido, reforçavam-se as representações jornalísticas daquelas a partir da dimensão coletiva, organizada e incontrolável. Consequentemente, a prática da invasão passou a ser um grande tormento ao imaginário social dos moradores da região da Grande Vitória e, também, ao interferir nos interesses políticos, econômicos e sociais locais e regionais, como sugerem os textos jornalísticos investigados.

³²² POSSEIROS se defendem da violência policial. A Tribuna, Vitória - ES, 08/05/1980, snt.

3.1 INVASÕES DE TERRAS URBANAS - “PROBLEMAS OU POLÊMICAS” NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS.

No intuito de “informar” sobre o fenômeno de invasões de terras urbanas e, supostamente, resguardar que os invasores necessitados tivessem acesso à política habitacional, a imprensa capixaba preocupava-se com frequência em denunciar o uso político daquelas demandas sociais, assim como em revelar o jogo político em que estariam mergulhadas, dificultando a imediata resolução. Enfim, os jornalistas esmeravam-se em apresentar, destacar e evidenciar os “problemas”, quaisquer que fossem, que envolvessem as invasões de terras urbanas, chamando a atenção do leitor e cobrando providências do poder público.

A pena dos jornalistas mantinha-se no faro jornalístico à procura de contradições políticas, morais e sociais que pudessem envolver as invasões de terras urbanas ou da política habitacional, fosse cobrando providências das autoridades públicas “em nome da sociedade”, fosse ressaltando algum aspecto conflituoso da temática chamando mais a atenção do leitor.

Desse modo, a política habitacional oficial era vista sob a ótica dos problemas e denunciada por desvio de verbas, queda do ritmo do mercado habitacional, ineficiência e decisões de compra de terras supervalorizadas para beneficiar empresários locais.

Por consequência, esse aspecto de contenda nas invasões de terras urbanas revelava, quase sempre, na exposição midiática nas redes sociais e políticas que as sustentavam, destacando-se apoiadores, adversários e gestores públicos. Assim, seus discursos polêmicos e acusações mútuas realçavam a gravidade da temática e os interesses políticos neles envolvidos, mas sempre mantendo-se como pano de fundo a dramatização da situação dos invasores necessitados, diante da disputa política pelo poder.³²³

Nesses termos, ma busca por evidenciar a dimensão conflituosa dos acontecimentos (moral, social, político, policial), assim como o processo de dramatização,³²⁴ a imprensa capixaba, especialmente para conquistar atenção do

³²³Para discutir sobre dimensão conflituosa da notícia e estratégia de individualização dos acontecimentos como prática de comunicação na produção noticiosa na cultura contemporânea, ver: KIENTZ, Albert. Da análise de conteúdo à cultura análise. In: KIENTZ, Albert. Comunicação de massa: análise de conteúdo. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado.1973, p. 114-153 e CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

³²⁴Na investigação dos textos jornalísticos, observamos, com atenção, as estratégias discursivas de

leitor, acabou por registrar a rede social e política que os envolvia. Com isso, muitas vezes, a participação política e social aparecia como ação interessada e pragmática, evidenciando-se interesses eleitorais e econômicos negativamente, os quais despertavam, possivelmente, a desconfiança social e a precaução política dos leitores³²⁵.

A visibilidade pública desses acontecimentos tinha forte repercussão sobre a imagem dos governos e no sucesso político da demanda dos invasores. Nesse sentido, muitos invasores procuravam as redações de jornais, como apresentado no capítulo 1, em busca de solidariedade contra as ações de despejos, bem como as assessorias nas negociações com os governos municipal e estadual. O mesmo era feito pelos movimentos sociais e instituições que enviavam *releases* denunciando ações públicas de contenção das invasões de terras urbanas, notas de repúdio contra despejos e de atendimento social aos invasores necessitados.

O jogo político das manchetes desvelava a importância política da imprensa no interior dos acontecimentos, indicava o quanto aquele atingia a região da Grande Vitória, tornando-a porta-voz do interesse público capixaba em que, como apontara Perseu Abramo, a própria estrutura do texto jornalístico apresentava-se, metaforicamente, como uma prestação de serviço cívico e contribuía para construção da matéria a partir do ‘tom de disputa’, na qual destacava-se, primeiramente, o problema vivido; em seguida, as reclamações da sociedade e, por fim, a resposta da autoridade.³²⁶

Essa disposição discursiva acabava privilegiando o protagonismo político da autoridade, resultado de tramas políticas e econômicas que aproximava a empresa jornalística do poder político, como descrevemos no capítulo um. Ora evidenciava disputas político-partidárias e os conflitos sociais sugerindo a expansão

captação para persuadir os leitores: a) a instauração de uma polêmica e b) a dramatização. Segundo Charaudeau (2000, p. 93), pela polêmica, os interlocutores são levados “a questionar certos valores que o parceiro defende, a um terceiro a quem faz referência, ou a questionar a própria legitimidade do parceiro”. Já a dramatização “se apoia mais em crenças do que em conhecimentos para forçar o outro a experimentar certas emoções”. Apud GOMES, Romulo Fernando Lemos & CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Mudança Política e Discurso: análise das Estratégias Discursivas dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno. Apud **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008, p. 9.

³²⁵Também, Nelson Traquina ao investigar a temática da AIDS em análise comparativa, identificou uma comunidade interpretativa transnacional que compartilhava valores-notícias comuns, dentre eles a busca conflito/controvérsia, assim como o valor relevância (proximidade geográfica), personalização/humanização do tema, “escândalo” e notoriedade. TRAQUIAN, Nelson. Op. cit., 2005, p.140-149.

³²⁶ABRAMO, Perseu.Op.cit., 2003

descontrolada e periculosa das invasões de terras urbanas, ora apresentava-se a voz do Estado com soluções indicando proatividade governamental, como se pode observa nos títulos dispostos abaixo.

QUADRO 1

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE AS INVASÕES DE TERRAS URBANAS NA REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA – ES

JORNAIS/REVISTAS	TÍTULOS
A Gazeta, Vitória, ES, 20/07/1978, p.8, c.1-2.	SOLDADOS impedem que área do lixão seja invadida por favelados.
A Gazeta, Vitória, ES, 25/12/1980, p.02, c.1-3.	O TRISTE bairro Sossego. Movimento. Problemas.
A Tribuna, Vitória, ES, 08/02/1981, sp., c.1-3.	VEJA como é a vida no Morro de São Benedito.
A Tribuna, Vitória, ES, 28/07/1981, p.12 , c.1-4.	SONHO de casa própria está se transformando num pesadelo.
A Tribuna, Vitória-ES, 12/10/1982, p.15, c.1.	INVASORES DO ROMÃO criam comissão e pedem providência.
A Gazeta, Vitória-ES, 06/03/1982, p.5, c.3.	IESBEM ficará com invasores apenas por mais 10 dias.
A Gazeta, 02/02/1982	GOVERNO diz ter áreas para dar a invasores.
A Tribuna, Vitória, ES, 07/01/1982.	INVASORES DE TERRA em Campo Grande perdem seus barracos.
A Tribuna, Vitória, ES, 19/01/1982, p.9, 3-5	POLÍCIA derruba barracos no bairro Risa da Penha.
A Tribuna, Vitória-ES, 12/10/1982, p.15, c.1.	INVASORES DO ROMÃO criam comissão e pedem providência.

A Gazeta, Vitória-ES, 11/08/1983, cad.1, p.6, c.3-5.	BERREDO DESAPROPRIA área para invasores de São Pedro.
A Gazeta, Vitória-ES, 08/11/1983, p.5, c.4-5.	SEBS TEM projeto para invasores de S. Pedro.
A Tribuna, Vitória, ES, 10/02/1983, p.6, c.1 e 2	JUSTIÇA DECIDE desalojar os invasores de Itacibá.
Vitória, V.12, n.76, p19.Fev. 1983	SUPER-FAVELA DO GOVERNO: antes, os barracos eram rosa da Penha, Taquara, ...etc. agora “projeto Itanhenga”
A Gazeta, Vitória-ES, 11/08/1983, cad.1, p.6, c.3-5.	BERREDO DESAPROPRIA área para invasores de São Pedro.
A Tribuna, Vitória-ES, 13/01/1983, p.5, c.4-5.	POLÍCIA ESPANCA e prende invasores de Santa Rita.
A Gazeta, Vitória-ES, 26/05/1983, p.1-2, c.1-6	RELATOS do despejo.
A Gazeta, Vitória, ES, 30/12/1984, p.08, c.1-7.	INFRAESTRUTURA É o que Cantinho do Céu mais quer. Faltam saneamento e drenagem pluvial.

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Biblioteca Online do Instituto Jones dos Santos Neves.

Disponível em:< <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>>

Esta postura da imprensa capixaba na produção do texto jornalístico pelo viés conflituoso, de fato, tornou-se estratégica e vantajosa num contexto de crescimento demográfico que também impôs transformações no perfil eleitoral da região da Grande Vitória, influenciando consideravelmente as eleições municipais e estaduais. Com a instalação do bipartidarismo durante a Ditadura Militar, os cargos de governador e prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional, deixaram de ser eleições diretas, portanto restaram para as disputas eleitorais apenas os cargos políticos de senador, deputados estaduais, federais e prefeitos.

Por conseguinte, a busca pelo voto, apesar da censura e repressão,

continuava competitiva e acirrada. O crescimento da população eleitoral da região da Grande Vitória, em especial a partir do contingente migrante, desequilibrava estruturas de poder locais, principalmente se considerarmos o desenraizamento político e social imposto pelo processo de migração, como realça Ueber Oliveira:

De 1945 até 1989, o Espírito Santo representava em média 1,7% da população total do Brasil e a mesma proporção em eleitores. Em 1982, a região da Grande Vitória possuía 37,4% do eleitorado. Os cinco municípios da Região Metropolitana, aliados aos de Colatina, Cachoeiro e Linhares, somavam cerca de 53% dos eleitores.³²⁷

Mesmo considerando as elevadas taxas de analfabetismo na época, o qual incidia principalmente sobre a população rural, havia muitos novos eleitores nessa multidão urbana que ocupava todos os cantos da cidade e que se colocavam a invadir terras urbanas, como descrevemos anteriormente.

No ano de 1974, as sucessivas vitórias do MDB nos grandes centros urbanos, consolidando-o como partido de oposição, resultaram na construção, por parte dos governos militares, de diversas medidas políticas para evitar as vitórias plebiscitárias do MDB e o enfraquecimento político da Arena. Nesse cenário de repressão e censura, a disputa eleitoral exigia habilidade e astúcia política, tendo em vista que grupos políticos hegemônicos agiam em parceria com os governos militares abertamente para favorecer os seus candidatos e garantir maioria no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais.

Tanto o partido Arena, quanto o partido MDB, independentemente dos espectros políticos, disputavam a conquista do apoio popular. Muitos dos candidatos tinham perfil político clientelista, assistencialista, populista ou paternalista, perfis que foram imensamente combatidos pelos movimentos sociais e políticos de oposição, no final dos anos 70 e nos 80, já que eram vistos como promotores da miséria do povo e da relação de favor e compadrio, o mecanismo de distribuição de bens e fortalecimento das relações verticais entre eleitor e político.³²⁸

³²⁷OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro (Org). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010, p. 65.

³²⁸A antropóloga Ana Maria Doimo, professora da UFES na época, estudou os movimentos populares no estado do Espírito Santo com enfoque nas mobilizações por transporte no município de Vila Velha, apontou as dificuldades enfrentadas para a manutenção das ações coletivas naquele período (lembro que a pesquisa de campo foi realizada em 1978-1979): “a) há muita dificuldade em mobilizar a população. É preciso descobrir meios para motivar a participação; b) há falta de líderes e os que existem têm muitos compromissos assumidos; c) a televisão é a maior rival; d) faltam recursos

Nas bandeiras políticas dos movimentos sociais que despontaram nos anos 70 e 80 destacavam-se lideranças políticas e comunitárias que buscavam romper, supostamente, com essas relações autoritárias, patrimonialistas e clientelistas, que mantinham e aprisionavam, segundo a leitura política e intelectual da época e também encampada pela imprensa local, a população na miséria e o estado apropriado por interesses privados.

A eleição de Max Mauro – MDB, para prefeito de Vila Velha, em 1970, ampliou as disputas políticas entre MDB e Arena na Grande Vitória, pois canalizou a articulação de lideranças populares e a emergência de movimentos comunitários (associações comunitárias, especialmente) em torno da discussão para o melhoramento dos bairros. Segundo cientistas políticos capixabas, esse acontecimento político seria a origem das discussões sobre orçamento participativo no estado do Espírito Santo que marcaram os anos 80.³²⁹

Em resposta a esse avanço político da oposição local, a Secretaria de Trabalho e Promoção incluiu um artigo nos estatutos das associações comunitárias proibindo sua utilização para fins partidários. Além disso, o governador Artur Carlos Gerhardt Santos, por intermédio da primeira dama do estado - Maria Clementina Veloso Santos, ampliaram ações sociais, tais como, ironicamente, a construção de várias sedes dos movimentos comunitários na Grande Vitória e, até mesmo, distribuição de madeira para a construção de barracos, nas invasões.

Além disso, os órgãos de segurança enquadraram nos termos da lei de segurança nacional o prefeito Max Mauro, e o líder popular José Silvério Machado (Corró)³³⁰, buscando conter o avanço da oposição política, representada pelo MDB, na região da Grande Vitória.

financeiros para o incremento dos meios de divulgação e mobilização. Por outro lado, os meios de comunicação pouco apoio dão; e) a investida do poder público é muito grande, e a maneira como ele se apresenta, torna difícil entender se ele é adversário ou protetor; f) as pessoas querem resultado a curto prazo e não têm um objetivo maior para lutar; g) o povo não acredita na força que tem, nem na política; h) é preciso integrar mais os movimentos de bairro e não ficar só no nível das reivindicações, mas promover o lazer e a cultura (teatro, cineclube etc.).” DOIMO, Ana Maria. Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 37.

³²⁹As experiências de participação popular, em torno de ideia do orçamento participativo tiveram espaços nos municípios de Boa Esperança (ES) – 1976, Lajes (SC) – 1982, Diadema (SP) – 1983, Vila Velha (ES) - 1983/1987. CARLOS, Euzinéia. **Controle Social e Política Redistributiva no Orçamento Participativo**. EDUFES, Vitória. 2007. HERKENHOFF, M. B. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Proteção e Difusão Cultural/UFES, 1995. PIGNATON, Fernando João. **Participação popular na elaboração de orçamentos públicos municipais: a experiência do Espírito Santo (1983 a 1994)**. Vitória - ES: Edufes, 2014.

³³⁰LEMO, Amarildo Mendes. Das APM's à abertura política: Max Mauro e a ditadura militar no Espírito Santo (1970-1984). In: FAGUNDES, P; OLIVEIRA, U; ÂNGELO, V. (Org). Op. cit., 2014, p.199-200.

Outro exemplo que se articulava nesse cenário político de intensa disputa foi a atitude do prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa que denunciou a ação política de padres ligados às Comunidades Eclesiais de Base e as do prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes da Silveira.³³¹ As atitudes desses políticos revelavam os novos arranjos político-partidários locais dos quais faziam parte os novos bairros, periferias e invasões de terras urbanas, transformando-os em campo de disputas de todos os partidos, tanto os da situação como os da oposição à Ditadura Militar³³².

Graça Andreatta,³³³ líder comunitária do bairro São Pedro, e Geertz Blanck, antropólogo que fez trabalho de campo nos anos 70 em Vila Velha,³³⁴ ressaltavam a presença dos interesses políticos tradicionais, assim como de funcionários públicos, na distribuição de lotes urbanos explorando a miséria alheia e transformando o fato em um tema social explosivo.

O militante do movimento estudantil e do Partido Comunista Brasileiro – PCB, Ildeberto Muniz de Almeida - (Paraíba) - em depoimento sobre esse contexto histórico, relembra as disputas políticas entre lideranças comunitárias e partidos de oposição pelo controle político das periferias e regiões de invasão em consolidação que ampliavam as tensões político-partidárias:

Mas havia um esforço, por exemplo, na área popular. A gente tentava essa ligação de várias maneiras. Eu, além dos trabalhos sindicais, na área popular acompanhei a invasão, as primeiras invasões ali em São Pedro. Eu fui ajudado por uma menina que era do PCB, depois passou para o PC do B, chamada Lili. Lili, na época, fazia trabalhos no curso de Serviço Social. Ela tinha atividades que a colocavam em contato com lideranças populares, ainda na universidade. Então, eu fui várias vezes reunir com pessoas lá... tive embates políticos bem desagradáveis, porque as pessoas me identificavam como comunista. Quando Fernando Herkenhoff foi fazer uma defesa da minha pessoa, lá em São Pedro, tinha umas pessoas ligadas à Igreja. Tinha uma pessoa chamada Rui, outra chamada Graça e tinha o Nelson Aguiar, vinculado ao PT. Eu estava chegando numa área que era a área de atuação deles, de Igreja, né? Então, o Nelson Aguiar e o Rui vieram me procurar pra me avisar que se eu não sáísse de lá eles iam denunciar pra todo mundo que eu era comunista. E aí, o Fernando deu uma “peitada”: “se acontecer alguma coisa ao Paraíba[...]”³³⁵

³³¹ Idem, p.183-184.

³³² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org) Democracia e ditadura no Brasil. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006 p. 153-164.

³³³ ANDREATTA, Graça. **Na Lama Prometida**, a Redenção. São Paulo: O Recado, 1987, p. 20 e p. 29.

³³⁴ BANCK, Geert. **Caçar com gato: escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo**. Amsterdam: CEDLA, 1977. CEDLA Incidentele Publicaties 9. f. 198. 9Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Amsterdam. Edição revista e editada pelo autor em 2011), p. 73.

³³⁵ Ildeberto Muniz de Almeida (Paraíba). Entrevista à Renato Heitor Santoro Moreira. In: MOREIRA, Renato Heitor Santoro. **O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981)**. 231 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História).

Essa cizânia política utilizou os jornais como forma estratégica para atacar adversários com denúncias, assim como dar visibilidade aos seus feitos políticos diante da ampliação do colégio eleitoral e do crescimento populacional da região da Grande Vitória, que reforçava o campo de embate que constituía as notícias e reportagens em relação às invasões de terras urbanas.

O jornal *Posição*, como já comentado, ao dedicar-se exclusivamente à dimensão de denúncia da política habitacional local, acabava revelando o peso político-estratégico de tais notícias e reportagens nos principais jornais locais ligados aos interesses políticos hegemônicos locais.³³⁶

O governador Élcio Álvares era extremamente preocupado com a imagem pública e a recondução ao governo do estado, como apontamos no primeiro capítulo. Durante o mandato, ele conduziu política censória local, perseguindo jornalistas que insistiam em divulgar temas políticos tais como desvio da política habitacional e truculência nas ações de despejo, que atrapalhavam o projeto político de ser reconduzido ao governo do estado, tendo em vista que, junto às camadas populares, passaria a ser reconhecido e respeitado pelas ações na distribuição de lotes urbanos e madeiras para a construção de barracos.

Este cenário político-jornalístico reforçou-se com o fim do bipartidarismo e a emergência dos movimentos sociais que abriram um cenário de disputa político-partidário em que os problemas urbanos e sociais ganharam as pautas políticas, e os espaços periféricos das cidades passaram a ser ainda mais politicamente disputados. Isso fazia com que as descrições jornalísticas das invasões de terras urbanas ganhassem destaque e que, obsessivamente, buscassem sublinhar utilizando depoimentos dos atores sociais e políticos envolvidos, os interesses sociais e políticos que as atravessavam.

Assim, os jornais, diante das ações de repressão às invasões das terras urbanas, operando a representação do invasor necessitado, apontava aos leitores a truculência das forças policiais, as discordâncias entre autoridades públicas e as críticas políticas contra a ação da Igreja Católica pelas Comissão de Direito à Moradia/Comissão Justiça e Paz que se solidarizavam com os despejados e os

– Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 225

³³⁶REZENDE, op. cit., 2014.

invasores dando-lhe assistência religiosa, social e jurídica.

Dessa forma, os setores progressistas da Igreja Católica, com a autoridade social de Dom João Batista Albuquerque, por se colocarem frente aos interesses imobiliários, do Poder Judiciário e de políticos, transformavam-se em grandes inimigos públicos da ordem urbana, já que ameaçavam o monopólio político daqueles em relação às populações mais pobres e questionavam sua autoridade pública. Essa situação foi intensamente usada pela imprensa, personalizando, ou melhor, individualizando o problema, e constituindo-se em uma das principais polêmicas que figuravam no noticiário sobre as invasões.

Essas contendas políticas contribuía, também, para a personalização de notícias sobre invasões de terras urbanas. Tal estratégia de personalização foi recorrentemente utilizada pelos jornalistas para “dar rosto humano” aos eventos relatados, aproximando os leitores do inusitado, dando-lhes uma perspectiva impressionista, estimulando-os a se identificarem e projetarem-se nos acontecimentos relatados, fosse transformando-os em pendenga ou “queda-de-braço” entre pessoas, fosse na materialização de dramas individuais.³³⁷

Nesse processo de personalização, assumiam a condição de personagens políticos instituições, o próprio acontecimento e atores sociais que tinham os *leads* como lugar privilegiado de existência jornalística. Assim, podemos citar: *PREFEITURA de Vitória inicia processo de regularização dos terrenos de porto de Santana; INVASÃO atinge agora aquaviário de Santana; NO MANGUE, a esperança de uma vida melhor, CAMPAGNOLI: "Invasão é problema da justiça"; VEREADOR nega grilagem de terras em São Pedro. RIO Marinho: um foco de pobreza e de esperança; GOVERNO não tem planos para ajudar Rio Marinho; INVASÕES. Banco tenta reintegração de posse em Rio Marinho; INVASÃO em Cariacica já tem 4 mil barracos; JUSTIÇA revoga ação de despejo no Rio Marinho, INVASORES aguardam solução; INVASORES solicitam garantias contra despejo; JUSTIÇA Federal poderá decidir sobre invasões; e SECRETÁRIO procura solução para invasores de área em Cariacica*³³⁸.

³³⁷Conforme Traquina “quanto mais personalizado é o acontecimento mais possibilidades tem a notícia de ser notada”, ao facilitar a identificação do acontecimento em termos “negativo ou positivo”. NELSON, Traquina. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005. p. 92.

³³⁸O pesquisador Teun A. Van Dijk aponta a importância do título e *lead* na análise cognitiva da notícia como estruturadores da significação da leitura, que seria estrutura e relevância no fato noticioso. Ele chama a atenção na medida em que o jornal se configura como mosaico jornalístico dentro de um

Ilustrando essas contendas política e alimentando o clima de impasse e personalização como estratégia noticiosa, tivemos, por exemplo, os relatos sobre o posicionamento político do deputado Lúcio Merçon (Arena/PSD), que se pronunciava, abertamente, contra o apoio político da Igreja Católica aos invasores nos jornais e no púlpito da Assembleia Legislativa: “Membros da Igreja e da Comissão Justiça e Paz estão apoiando invasões ilegais e não sei se tudo isso é objetivo social”. Ele acusava sutilmente os membros da Igreja Católica de subversivos ao argumentar que: “a democracia se baseia no respeito à lei e não podemos incentivar invasões ilegais, desrespeitando essa lei”.³³⁹

Do mesmo modo, o juiz José Carlos Cola, da comarca de Cariacica, defendendo-se das críticas da Comissão de Justiça, comentou com o repórter do jornal *A Tribuna* que iria emitir “quantas ações de reintegração sejam necessárias”.³⁴⁰ Em defesa da Igreja Católica comentou um membro da Comissão de Moradia, órgão da Comissão Justiça e Paz: “Quem manda invadir terras não é a Igreja, é a miséria”.³⁴¹

O governador Eurico Rezende diversas vezes figurava nos textos jornalísticos na condição de personagem central das invasões de terras urbanas. Uma notícia destacava-o diante dos manifestantes que o pressionavam, o que reforçava o clima de desavença política, afirmando que ele não se curvaria às exigências insolentes e sentenciando: “No princípio da autoridade, não existe relógio ou folhinha”.³⁴²

Tal posicionamento, de certa forma, fortalecia a imagem popular do seu rival político, Elcio Alvares, como o governador mais preocupado com a política habitacional. Este exonerou no seu governo o prefeito de Vitória por ter se colocado abertamente contra as invasões de terras urbanas na região de São Pedro, atrapalhando seus interesses eleitorais.

esquema mental, luta pela conquista do leitor e aciona o primeiro parágrafo e título (sumário da notícia) como estratégia para pescá-lo, para atraí-lo aos textos. Desse modo, *lead* e título fazem parte estratégia do processo cognitivo da notícia (dimensão superestrutural) e orienta compreensão global do texto e produção de sentidos, considerando o contexto e o conhecimento do mundo de leitores e jornalistas dentro da perspectiva de análise crítica do discurso multidisciplinar. Ver: Van Dijk, T. Estruturas da Notícia na Imprensa. In: KOCH, I. V. **Cognição, discurso e interação**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 122 -157 e COMASSETTO, L. R. **As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Concórdia: UnC, 2003.

³³⁹Policiais armados prendem posseiros - Rosa da Penha. *A Tribuna*, Vitória - ES, 07/05/1980, snt., s/p.

³⁴⁰POSSEIROS se defendem da violência policial. *A Tribuna*, Vitória - ES, 08/05/1980, snt.

³⁴¹IGREJA diz que miséria é responsável. *A Tribuna*, Vitória - ES, 15/05/1980, snt.

³⁴²EXIGÊNCIAS de posseiros atrasam as negociações. *A Gazeta*, Vitória - ES, 05/02/1982, p. 6, c. 3/4.

De qualquer maneira, a imprensa capixaba sublinhava que havia uma configuração política em torno das invasões de terras urbanas na região da Grande de Vitória, despertando a atenção do leitor, naquele momento, para a tensão político-partidária que dilacerava o processo redemocratização. Por exemplo, sugeria que o governo local em 1982, buscando fazer o sucessor, construía uma política social de contenção das invasões de terras urbanas no intuito de angariar votos ao candidato escolhido, desmobilizando as ações políticas de os setores oposicionistas ligados à Igreja Católica e ao PMDB. Em entrevista ao jornal *A Tribuna*, Nelson Aguiar, *deputado estadual do PMDB*, justificava-se declarando: “não instigo as ocupações, mas desde o momento em que elas existem tenho uma posição de apoio”.³⁴³

Reforçando essas sugestões jornalísticas de uso eleitoral dos problemas sociais, venceram as eleições de 1982 para os diversos cargos públicos, Rose Freitas (deputado estadual) e Paulo Hartung (deputado estadual), Vasco Alves (prefeito de Vila Velha), todos reconhecidos socialmente como participantes dos movimentos sociais da Grande Vitória e apoiadores das invasões de terras urbanas. Enquanto isso, Nelson Aguiar, o grande tribuno daquelas, perdeu a eleição para deputado federal, mas consagrou-se no governo de Gerson Camata como secretário da Ação Social no lugar do grande contendedor dele, Clovis de Barros.

Diante disso, os jornais, ao insinuarem, em tom depreciativo e trágico, o uso político ou econômico das invasões de terras urbanas não estavam incorretos, mas acabavam homogeneizando-as e estigmatizando-as, fazendo de seus apoiadores e contendores um todo monolítico sobre a categoria de aproveitadores e especuladores. Tal perspectiva exigia sutilmente, do poder público, medidas especiais para manter a ordem urbana, sem, muitas vezes, problematizar as lógicas políticas e econômicas que promoviam as invasões urbanas de terras ou apenas as personalizavam politicamente.

De um lado os ocupantes de áreas desocupadas, recebendo apoio e estímulo da Igreja e de pessoas envolvidas em partidos políticos de Oposição, de outro os juízes, o Código Civil e a Polícia. Os advogados da Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, até então, venceram algumas liminares de despejo, mas a grande Vitória ainda não tinha vencedor.³⁴⁴

³⁴³ PAIVA, Cida e LIEVORI, Suely. NO ES há mais de 40 mil invasores de terra. *A Tribuna*, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

³⁴⁴Idem

Por outro lado, nas visões do uso utilitário-pragmático das invasões de terras urbanas repousavam a percepção do povo como vítima, despossuído de qualquer interesse e desprovido de capacidade de ação. Ou seja, vigorava a representação do invasor necessitado. Além disso, a partir dessas percepções jornalísticas alimentou-se, durante os anos 80, a ideia de convivência do Poder Público com o processo de invasões de terras urbanas, em especial os governos locais e o estadual, os quais passaram a adotar a ideia de participação popular.

De fato, a imprensa começava a orientar-se pela pauta de desenvolvimento ambiental e já denunciava a degradação local como resultado do processo de invasões das terras urbanas que devorava morros, encostas, fundos de vale e beiras de rios. Por fim, essa ação política de antigos apoiadores sociais de invasões de terras urbanas, cargos públicos e mandatos eleitorais impulsionava o clima de desconfiança sociopolítica das reais intenções de solidariedade para com as vítimas do “milagre econômico” capixaba, assim como das necessidades sociais delas.

As querelas políticas que se transformavam em novidade de pauta muitas vezes seguiam a lógica dos interesses político-partidários em jogo, vendia mais notícias, mas transformavam-se na condenação social das invasões de terras urbanas, visto que a sua existência estava para além do invasor necessitado e isso lhe encrustava de um pecado, o pecado político do clientelismo e do assistencialismo, que vivia a conjuração pública no contexto da redemocratização, pois acreditava-se que aquele bloqueava a participação popular e a efetivação da cidadania.

Outra dimensão conflituosa atribuída às invasões urbanas que rendiam notícias e reportagens alimentando também a avaliação moral e social pelos leitores dos jornais, já que evidenciava o seu afastamento do ideal de invasor necessitado, eram as denúncias de ações de larápios e aproveitadores.

De fato, para conseguir abrirem negociações com o governo e ter acesso à terra, os invasores precisavam conseguir erguer barracos e em seguida manter-se no terreno, o que produzia medo, pois teriam que enfrentar as forças políticas e os jagunços contratados pelos proprietários. A permanência no terreno em longevidade, sem reivindicação do proprietário, poderia lhes dar o direito de *usucapião*,³⁴⁵ estatuto

³⁴⁵ Estatuto jurídico que garante a posse de um bem (terra, imóvel, dentre outros) pelo tempo de uso contínuo definido por lei, sem nenhuma contestação judicial. No caso de imóvel, se for público não se aplicará os termos estabelecidos pelo Código Civil e Constituição Brasileira. Esse estatuto jurídico,

jurídico bem conhecido (e usado pelas) entre as camadas populares no tempo em que a demanda por terras urbanas era relativamente baixa.

Todavia, a permanência do barraco em pé era a possibilidade de reivindicação de desapropriação e, também, transformava-se em negócio, dentro de um contexto econômico de recessão no qual a condição de invasor abria possibilidade da obtenção de renda, pois poder-se-ia vender os barracos ou alugá-los:

Eles chegaram e disseram que a gente tinha que sair em cinco minutos, porque senão iam acabar com a gente. E eles não só pegam a gente porque todo mundo sai correndo. Mas, o papel mostrado era muito novinho, acho que não prova nada.³⁴⁶

Eles acabaram com o barraquinho que construí. Eu estou querendo uma casa para morar, porque o aluguel que pago é muito pesado.³⁴⁷

Desse modo, podiam as invasões de terras urbanas se constituírem em oportunidade de ganho político e econômico, apesar das precárias condições de habitabilidade e pobreza. Assim, podia-se ter dinheiro disponível para buscar outro lugar ou ter a chance de alguns dias sem agruras e possibilidades de novas rendas. Essa situação chocava os jornalistas, pois negava e abalava a representação do invasor necessitado destituído de rendas, meios de sobrevivência e, até mesmo, cálculo econômico.³⁴⁸

Era justamente contra esse fenômeno social e histórico que lutavam as assistentes sociais, ligadas aos valores anunciados pelo Movimento de Reconceituação e Renovação da Profissão,³⁴⁹ que se dispunham, muitas vezes voluntariamente, a cadastrar cada indivíduo que estavam nas invasões de terras urbanas para saber quem já tinha residência ou contribuir para sua organização social e política, a partir da ideologia do desenvolvimento comunitário.

tem por retaguarda, a valorização do trabalho e do uso produtivo das terras e imóveis, que se tornam elementos principais para reivindicação do “título de propriedade” ou de indenização em caso de contestação jurídica, pelo proprietário.

³⁴⁶Idem

³⁴⁷POSSEIROS garantem permanência em Rio Marinho. A TRIBUNA, Vitória, ES, 07/01/1982.

³⁴⁸FELIZ, Cláudia. Favelados querem maior atenção das autoridades. A Gazeta, Vitória - ES, 31/07/1983, p. 6, c. 1-5.

³⁴⁹O Movimento de Reconceituação era processo de crítica política e ético ao papel social tradicional profissional de assistência social no contexto da sociedade capitalista, em que defendia engajamento desses profissionais no processo de transformação social e promoção dos direitos sociais e da organização das camadas populares. De fato, era processo de estruturação do campo da ação social e profissionalização, diante das antigas formas de ação social organizadas a partir da ética religiosa, e filantrópica. O III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, marcou o fortalecimento desse movimento.

Não eram poucas as denúncias de comerciantes que aproveitavam para adquirir terrenos privilegiados para empreendimentos na futura localidade. Vender ou especular, a maximização das vantagens do *homos economicus*, penetrava os homens e mulheres que lutavam por moradia, também. Assim aqueles que viviam dos lucros da especulação imobiliária os atores urbanos agiam também sob o mesmo espectro: “isso vai valorizar[o terreno]...”.

Assevera o sociólogo Dilvo Peruzzo que “casa própria não só desempenha um forte atrativo diante das dificuldades financeiras e das incertezas do emprego urbano, como demonstra ascensão social”.³⁵⁰ Nesse sentido, observamos os depoimentos de moradores ao jornal *A Tribuna*:

A maioria reside em moradias alugadas, nas proximidades do terreno invadido, mas, há também alguns que, segundo Maria Pereira de Jesus, são proprietários de terrenos e residências no Município.
 “Eu fiz uma casinha para minha mãe, que está engessada, e para o meu pai, que já sofreu dois derrames. Ela foi destruída por um homem que tem carro e muitas casas. Ele simplesmente pegou o terreno que eu tinha invadido, disse ela.”³⁵¹

Estes casos eram, cotidianamente, noticiados nos jornais como forma de denúncia que invasões de terras urbanas faziam parte de uma “indústria” controlada por interesses econômicos e políticos, fato que, de certa maneira, colocava em segundo plano a situação socioeconômica que levava homens e mulheres a acordarem à boca da madrugada para levantarem as futuras casas. O jornal *A Tribuna* registra: “Os invasores afirmaram que não têm condições sequer de comprar alimentos com salário mínimo. Assim, só resta a opção de ocupar terrenos vagos nas proximidades dos bairros populares”.³⁵²

Assim, funcionários públicos e imprensa uniam-se na crítica à ausência de planejamento e de uma ação racional no atendimento aos despejados de invasões de terras urbanas, que passavam, com o avanço do processo de redemocratização, a ser orientados pelas ações eleitorais.

A tensão política entre ação planejada e dinâmica política-eleitoral teve seu

³⁵⁰PERUZZO, Dilvo. **Habitação e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984, p. 41. Igualmente, Maurizete Pimentel Loureiro Duarte apontou a importância simbólica e subjetiva da casa própria entre os trabalhadores urbanos, o que os fazia, diante da possibilidade do acesso a um teto, a suportarem inúmeras adversidades, como precariedade de infraestrutura, qualidade construtiva e acessibilidade a serviços públicos. Duarte, Maurizete P. Loureiro. Op. cit., p. 166-174.

³⁵¹INVASORES de terra em Campo Grande perdem os barracos. *A TRIBUNA*, Vitória, ES, 07/01/1982.

³⁵²POSSEIROS se defendem da violência policial. *A Tribuna*, Vitória - ES, 08/05/1980, snt.

ápice na construção do projeto Itanhenga,³⁵³ dirigido aos invasores e despejados da região de Rosa da Penha-Cariacica, em que o governador Eurico Rezende, por intermédio de negociações políticas, deixou sob o controle da associação de posseiros³⁵⁴ o cadastramento e distribuição de terrenos. Tal decisão resultou em acusações de venda de terrenos e estímulo ao processo de ocupação desordenada da localidade fora das projeções técnicas estabelecidas, fazendo com que a imprensa local apelidasse a localidade de “favela oficial”.³⁵⁵

Essas acusações políticas se fortaleceram quando uma chapa de oposição ao centro comunitário denunciou aos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* lideranças comunitárias, inicialmente a comissão de posseiros, de estarem vendendo lotes na área em parceria com políticos do PSD, o que reforçou a imagem da organização popular como charlatã e o pobre como trapaceiro.

Essa querela política chegou ao gabinete da deputada estadual do PMDB, Rose Freitas, o que alimentou, mais ainda, a publicização das acusações que membros da associação comunitária, em especial o presidente, que tinham vínculos políticos partidários com o governo derrotado do PDS, em 1982, estavam vendendo senhas para a aquisição de lotes e terrenos. Essa disputa comunitária registrada na narrativa de Tião Barbosa acabava sugerindo aos leitores uma dimensão anômica, promíscua, desordeira do loteamento de Itanhenga, que já era visto como “invasão patrocinada pelo governo”:

Jóilson foi acusado de ter dois lotes. Negou afirmando que o segundo terreno que ainda possuía seria transferido para o nome de um irmão, conforme determinação do secretário Clovis de Barros, ao qual não teve acesso: “Fui impedido de conversar com ele pelos membros da Chapa 1”. Juarez Silva, além de suborno, foi acusado de fazer “propostas indecorosas” usando a condição de colaborador com a Sebes na distribuição de lotes. “Então ele me disse:
- ‘Se você fosse mais bonita, a gente dava um jeito, mas como você não é, fica difícil’. Denunciou Tereza de Lourdes Vargas, da quadra 15, lote 9, rua 8. “Isto não é verdade. A única Tereza que conheço é uma meia doida, que

³⁵³“Esse projeto foi formado por duas etapas, sendo utilizado para a primeira uma área de terra de 180 (cento e oitenta) hectares, parte da antiga Fazenda Itanhenga no município de Cariacica, com projeto de 5000 lotes e áreas para equipamentos comunitários e comerciais” - SECRETARIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL-SEAC. **Diagnóstico Social – Itanhenga Social**. SEAC: Vitória, 1987, p. 7.

³⁵⁴A comissão de posseiros era formada durante ano de 1982 pelos despejados Manoel Militão Miranda, Juarez Luiz da Silva, Dona Maria da Comissão e Dona Elza.

³⁵⁵Observe a manchete da revista capixaba: SUPER-FAVELA do Governo: antes, os barracos eram Rosa da Penha, Taquara..., etc. Agora 'Projeto Itanhenga'. Revista **Espírito Santo Agora**. Vitória, v. 12, n. 76, Fev. 1983, p. 19.

tentou até agredir o Militão. Um companheiro que estava com ela, um dia à noite, chegou a dar uma facada nele, que se defendeu com uma bolsa”, rebateu Juarez. Ao secretário Clóvis de Barros essa denúncia – assim como outra – relativa à Militão (facilitação de doação de lotes mediante o recebimento de Cr\$ 50 mil) – não interessava.³⁵⁶

Tal situação foi compreendida pela imprensa e por setores de oposição política como uso eleitoral da miséria alheia e como uma tragédia social mediante a qual o próprio governo, desvirtuando os órgãos de planejamento, estava produzindo uma “favela oficial” para abrigar os pobres da Grande Vitória, conforme percebemos no relatório socioeconômico produzido algum tempo depois:

[...] em 1983, a população do bairro era formada por aproximadamente 30 mil pessoas. Dados confirmam que 3,75 % das famílias eram oriundas de outros estados; 6,14 % do interior do Estado e 90,11 % de outros bairros da Grande Vitória. Esse último dado revelava que o processo migratório para a Grande Vitória ocorreu maciçamente na década 70 e que a grande maioria das famílias estavam assentadas em áreas periféricas de invasão. Com a distribuição de lotes e ajuda em madeira para construção. Vieram incorporar-se às demais famílias, ou seja, 95,5 % viviam em barracos alugados, invadidos ou cedidos. Desse percentual, significativa parcela – 61,40 % - morava de aluguel.³⁵⁷

Comentou Francisco Ramades, administrador do projeto Itanhenga – ES, membro do PC do B, ao jornal *A Gazeta*, reforçando discurso técnico e jornalístico sobre o uso político da ocupação de Itanhenga:

- (...) foi uma ocupação totalmente desordenada, sem obedecer a qualquer critério. Para ter uma ideia, entre março e dezembro de 1982, o bairro recebeu ordenadamente três mil pessoas, mas no período que vai de 22 de dezembro até 14 de março de 1983, mais de 20 mil pessoas vieram a se instalar em Itanhenga. Quando assumimos, fizemos um levantamento e encontramos pessoas com até uma quadra. Outras, com vários lotes. Jamais deviam estar sendo beneficiadas pelo programa.³⁵⁸

Do mesmo modo, a líder comunitária Graça Andreatta, quando valorizava em discurso político ter conseguido no processo de invasão o bairro São Pedro I, com ordenamento urbanístico, projetando-se a conquista de melhorias urbanas, alimentava o imaginário social de que as outras invasões de terras urbanas seriam desordenadas, ou seja, seriam máquinas do processo de favelização, como acusava a imprensa capixaba. Ela, em livro de memórias sobre o PT - ES, lamentava,

³⁵⁶BARBOSA, Tião. Projeto Itanhenga será inaugurado com promessas. *A Tribuna*, Vitória, ES, 20/02/1983, p. 5, c. 1 e 2.

³⁵⁷Idem, SEAC, 1987:15.

³⁵⁸ITANHENGÁ. Só existe uma rua com calçamento. *A Gazeta*, Vitória, ES, 24/06/1984, p. 13, c. 1-6,

realçando a distinção entre “bairro” e “favela”, que as ações clientelistas impulsionadas nas eleições de 1985 haviam transformado as invasões da região de São Pedro em favela.

Não levamos, mas chegamos perto e competindo com grandes raposas (sobre derrota do PT em 1982). Infelizmente para São Pedro foi pior que o normal: o prefeito eleito iria favelizar nossa quase favela.

[...] Hermes Laranja venceu e Vitória começou um novo tempo. O “tempo do ‘Deus nos acuda’”: embora não concorde em nada politicamente com o prefeito, tem-se que convir que tem coragem e provou ao transformar em favela o que tínhamos gasto parte de nossas vidas impedindo: o estreitamento de ruas, o asfaltamento sem esgoto, casas soterradas e ainda fazer crer ao povo que chegou o redentor... sim, o homem tem tutano, mesmo que... xá pra lá.³⁵⁹(SIC)

Por certo, vários processos de invasão coletiva no país tinham o discurso do planejamento e da possibilidade de urbanização, de futura organização das ocupações com modelo de bairro, definindo tamanho mínimo de ruas, lotes e localidade para equipamentos coletivos³⁶⁰. Tal prevenção urbanística compartilhada também pela imprensa, revelava a busca de distinção do que seria favela e bairro, entre as camadas populares, assim como a força do estigma social e político sobre aquela localidade.

Ou seja, havia um receio com o processo de favelização da Grande Vitória, compartilhado por determinados movimentos sociais, imprensa e técnicos, entretanto tal apreensão social não conseguia conter a necessidade urgente de moradia que se expandia com o contexto de crise econômica, com as dificuldades financeiras dos governos. Isso fazia com que os indivíduos encontrassem diferentes maneiras, para além da representação do invasor necessitado e do cumprimento dos princípios de planejamento, para conquistarem um pedaço de chão na cidade, ampliando, mais ainda, o conflito urbano registrado pela imprensa local.

Parece claro que essas formas de ações, conduzidas por alguns indivíduos, os afastavam da idealização do invasor necessitado e as políticas de planejamento que acabavam ganhando as páginas da imprensa alimentavam um cenário de receio sociopolítico com relação às invasões de terras urbanas e de indignação política com os governos, que se tornavam coniventes com tais práticas que degradavam

³⁵⁹ANDREATA, Graça. PT: um inferno cheio de boas intenções. Vitória: Edição: Autora, 1998, p. 16-17.

estética e ambientalmente a Grande Vitória.

Por consequência, pressionado pela imprensa local, o ex-apoiador de invasões de terras urbanas, naquele momento Secretário de Assistência Social, Nelson Aguiar, defendia-se oficialmente, assinalando as considerações sobre o que havia desenvolvido até o momento: “Eu dei meu apoio em várias ocupações de áreas porque não havia qualquer alternativa para aquele povo. Nunca houve uma proposta racional dos governos anteriores para esse grave problema”.³⁶¹

Nessas circunstâncias, a defesa do invasor necessitado ia sendo substituída pela promoção da *governamentabilidade*³⁶² em nome da segurança social e da defesa da efetivação dos direitos sociais. Assim, a defesa pela imprensa do uso do cadastramento e da urgente criação de políticas públicas contra as invasões de terras urbanas, já naquela época, em áreas de riscos, tornava-se rotineira.

Essa perspectiva jornalística também seria adotada pelos movimentos sociais de luta da moradia que surgiam em torno da demanda pela moradia, da gestão dos cadastrados e da coordenação de fundos para a execução de projetos de autoconstrução e urbanização das localidades conquistadas ou/e negociadas.

Com isso, o vacilo moral e a esperteza político-econômica, que se transmutava em pauta jornalística explosiva, vendia mais notícias, entretanto novamente condenando social e moralmente as invasões de terras urbanas que, nessa angulação, seriam vetores de profanação dos valores do interesse público e da “harmonia em comunidade” tão em voga no período.

Como argumentou a antropóloga Eunice Durham:³⁶³ “A solidariedade e a luta naquele período nasciam mais das condições impostas pelo local de moradia do que pela ‘presença do espírito de comunidade’ ou ‘unidade do grupo’. A experiência da carência fazia da solidariedade e ajuda mútua na articulação e formulação da carência coletiva um ganho pragmático e garantia de um benefício: a melhoria do

³⁶¹BARBOSA, Tião. Op. cit., 1983:5.

³⁶²Entende-se governamentabilidade a partir do pensamento foucaultiano como um conjunto de técnicas de governo que se desenvolvem para fins de controle e manipulação da população, em favor dos interesses do governo, para promover uma determinada forma de vida e se organizar, que tem incidência na população com intuito de salvaguardar a sociedade, interesses ditos públicos. O sociólogo Aloísio Ruscheinsky mostra como os movimentos sociais, em especial os ligados ao movimento de moradia, transformaram-se ao longo dos anos 80, a partir das relações com a política institucional. Ruscheinsky, Aloísio. **Demanda habitacional e publicização**. In: **Metamorfoses da cidadania**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000, p.163-208. FOUCAULT, Michel.

³⁶³DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais, a Construção da Cidadania. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: n.º 10, p. 4-30, 1984, p. 25.

bairro ou conquista do barraco”³⁶⁴.

Em depoimento, o invasor Aiges de Souza, 29 anos, casado, pai de dois filhos, que se apropriou de um lote de 12x30 m², indicou ao jornal *A Gazeta*, demonstrando que a complexidade social e política das invasões de terras urbanas passava pelo processo de ocupação imediata do terreno, sendo que, dessa forma, a ação especulativa exigia investimento econômico e, muitas vezes, garantia o êxito do empreendimento: “não deu para apanhar mais um lote porque a pessoa é pobre e para garantir a posse do terreno é necessário que se construa um barraco”.³⁶⁵

Além do realce na ideia de promiscuidade e no exercício da “trapaça” dos invasores de terras urbanas,³⁶⁶ ganhava as páginas dos jornais a dimensão de periculosidade como “face problemática” daquelas. É na dimensão policial, especialmente nos processos de despejos e de impedimento de permanência de invasões das terras urbanas e esconderijo de malfeitores, que a imprensa se dedicava a mostrar a dimensão tumultuosa e de caos. Para isso, abusava de cenas do desespero e de imagens de confronto entre apoiadores e forças policiais, respondendo ao gosto por agonia e contenda dos leitores.

Nessa linha, descreve-se no jornal *A Tribuna* a ação truculenta da polícia, antes mesmo da expedição de mandado de despejo pela Justiça: “Antes que pudessem ser construídos os barracos, que dão garantia da terra ao invasor, várias viaturas da polícia estacionaram nas proximidades obrigando homens, mulheres a saírem o mais rápido possível da área invadida”

Tais estratégias jornalísticas tinham forte repercussão negativa sobre as forças policiais e o governo estadual, principalmente quando, a partir da imagem fotográfica, expunha-se o desespero dos invasores e o resultado das derrubadas dos barracos, comovendo os leitores com a situação dos invasores necessitados.

A espetacularização, muitas vezes sutil, de cenas de espancamentos, tiroteios, assim como de homens com facões, foices e policiais com armas,

³⁶⁴Deve lembrar o fenômeno do familismo amoral que impõe dificuldades à formação do espírito cívico, associação voluntária e desinteressada, entre brasileiros, na medida em que os cálculos de interesses se instituem numa ambiguidade entre espaço público e espaço privado, quando relações de compadrio e familiares constituem-se no centro da interação social e na formação das ações de solidariedade, o agir se institui em ganho que deseja maximizar ao extremo ganhos individuais e pessoais em detrimento da coletividade. REIS, Elisa P. (1995), Desigualdade e solidariedade - uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29, ano X, outubro: 35-48.

³⁶⁵NOVA invasão de terra gera mais prisões em Cariacica. *A Gazeta*, Vitória - ES, 04/05/1980, snt.

³⁶⁶Idem

(cassetetes e metralhadoras) povoam o texto jornalístico. Possivelmente, tais cenas sensibilizavam os leitores e constrangiam o Poder Público.

Dessa maneira, a associação entre distúrbio social e violência, em torno das invasões de terras urbanas, povoava o imaginário da imprensa e da vida social local. As ações policiais ganhavam, nessa perspectiva, dimensão positiva quando evidenciava esquema de venda de lotes e ações de estelionatos de indivíduos e imobiliárias, bem como as investigações de assassinatos que envolviam disputas pelas terras, como aconteceu na região de São Pedro.

Muitas vezes, a partir da voz de apoiadores dos invasores os periódicos denunciavam a ação truculenta da polícia, da mesma forma como o uso da força policial por proprietários para evitar a invasão de suas propriedades, antecipando-se às medidas judiciais.

Um funcionário da Polícia Federal entrevistado, sem identificação, pelo jornal *A Gazeta*, irritado, questionava o repórter, revelando esse clima policial de desconfiança em relação às invasões terras urbanas: "Alguém tem dúvida de que eles estão querendo desestabilizar o sistema"? Em seguida acentuou a dimensão, o problema policial. Sobre invasões afirmou: "Acho que se continuarmos dando corda, chegaremos a um ponto de saturação e aí vai ser mais difícil e muito mais violento controlar tudo isso".³⁶⁷

Nas narrativas policiais, as invasões de terras urbanas, então, ganhavam a dimensão de problema social que o Poder Público precisava com urgência resolver, cuja persistência teria impacto sobre a configuração urbana da cidade e avaliação política dos governos. De fato, os confrontos entre polícia, invasores e apoiadores transformavam-se em imagens de estado de guerra, o que se expandia pela região da Grande Vitória.³⁶⁸

Tratava-se de uma guerra subterrânea, guerra contra um "câncer da desordem urbana e política", que deveria ser tratado radicalmente, como defendiam autoridades policiais, antes que ele se alastrasse pela cidade. Alguns textos jornalísticos materializavam essas representações naquele período:

Invasão em Cariacica já tem mais de 4 mil barracos. No dia 6 de março começou a invasão em Rio Marinho e depois de um

³⁶⁷INVASÕES. Existe alguém por trás. *A Gazeta*. Vitória - ES, 18/11/1981, cad. 2, snt.

³⁶⁸POSSEIROS se defendem da violência policial. *A Tribuna*, Vitória - ES, 08/05/1980, snt.; POLICIAIS armados prendem posseiros de Rosa da Penha. *A Tribuna*. Vitória - ES, 07/05/1980, snt.

mês já é considerada a maior invasão em menor período da história do Estado do Espírito Santo.³⁶⁹

Recorrentemente, as autoridades policiais pronunciavam-se defendendo a legalidade e dificuldade de conter ações criminais de especuladores, grileiros e aproveitadores, que agiam sobre o escudo da miséria. Numa entrevista ao jornal *A Gazeta*, o coronel Décio Nascimento argumentava que não havia razão para as invasões de terras urbanas no estado, porque, disse ele: “Há trabalho! Não existia no ES a pretensa situação de miséria que se tenta apregoar por aí. O Estado pode se considerar à margem de problemas existentes em São Paulo e no Rio”.³⁷⁰

Em 1983, foi assassinado o líder comunitário Ronaldo Soares Rosário e a namorada, Eunice Alves de Oliveira, novamente envolvendo a situação das invasões de terras urbanas nos debates políticos e revelou-se o envolvimento de agentes públicos na execução das mortes. Os corpos foram deixados no bairro Itanhenga. Esse ato espalhou medo pela região de São Pedro, porque se acusava o senhor Giorgio Venturini (Cachimbão), o italiano, de ser o mandante do crime, em retaliação aos processos de invasão em uma suposta propriedade dele na região de São Pedro.

O processo de intimidação era tão severo que o irmão da vítima, Reginaldo Soares do Rosário, ex-detetive da Polícia Civil aposentado, pediu proteção ao Superintendente da Polícia da época, Elias Faissal. Líderes como Clovis Rui Coelho e Maria Leda dos Santos (D. Leda) temiam a ação dos pistoleiros e acusavam o comissário de polícia, Josino Bragança, que estaria em conluio com o senhor Giorgio Venturini³⁷¹.

As entrelinhas dos textos jornalísticos sugeriam ainda que havia um acordo tático entre políticos, grileiros, apoiadores e invasores no processo de invasão, principalmente, nas áreas com possibilidade de desapropriação, tais como o terreno de marinha (mangue). Os políticos estimulavam as invasões e, em seguida, lamentavam o acontecimento em discurso público, mas, logo, iniciavam administrativamente a busca por recursos para o processo de regularização

³⁶⁹A Gazeta. Vitória, 06 de maio de 1980. p. 06.

³⁷⁰GOVERNO não tem planos para ajudar Rio Marinho. A Gazeta, Vitória - ES, 18/11/1981, cad. 2, snt.

³⁷¹Registra-se em diversos textos jornalístico ação de agentes policiais, também, na garantia de proteção de invasões de terras urbanas, assim como na comercialização de lotes, que se utilizavam. Nesse caso, ganhou fama Sargento Carioca no processo de ocupação do morro de São Benedito.

fundiária e urbanização, que poderia durar longos anos. Com essas estratégias políticas eles buscavam não perder apoio eleitoral das classes médias e e das camadas populares. Nesse sentido, o depoimento da Sra. Maria Nicolau ao jornal *A Tribuna*, chama a atenção: “Em Vila Velha, nós temos o Movimento da Moradia, que começou a surgir porque o povo sentiu que estava apanhando demais. Estava levando muita chicotada, em lugar de receber o direito que tem”.³⁷²

Apesar dos discursos criminalizantes dos proprietários que atravessavam pelas matérias e do discurso legal das autoridades públicas, a representação do invasor necessitado que emergia nas falas dos indivíduos e nas fotografias, sugeria aos leitores que alguma medida governamental precisava ser tomada por alguém para que não acontecessem mais as desastrosas, impiedosas e insensíveis ordens de despejo ou os confrontos abertos entre populares e policiais.³⁷³

Tal perspectiva jornalística consolidava-se com a da expansão do desemprego e o fim das obras na região da Grande Vitória. Elas, as obras, empregaram boa parte da população que reivindicava um lugar para morar. Não foi à toa que o serviço social da Companhia Siderúrgica do Tubarão doou, em 1982, madeira para que os despejados de Rosa da Penha pudessem construir barracos nas terras negociadas no projeto Itanhenga.

O governador Eurico Rezende, em pronunciamento à imprensa capixaba, continuamente realçava projetos e recursos para solucionar o problema das invasões de terras urbanas, aproveitando-se das várias visitas do ministro Mário Andreazza para sedimentar essa imagem política.³⁷⁴

Nesse sentido, criou por intermédio dos técnicos da Companhia Habitacional do Espírito Santo – Cohab - ES, o Programa Emergencial para Famílias Desabrigadas – PROFADES.³⁷⁵ Com esse programa o então governador conseguiu captar recursos financeiros do Ministério do Interior - Governo Federal, para um projeto de urbanização da fazenda Itanhenga, já comentado, com objetivo de resolver o problema das invasões urbanas que cresciam na Grande Vitória. No texto

³⁷²NO ES há mais de 40 mil invasores de terra. *A Tribuna*, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

³⁷³POLÍCIA expulsa os invasores de Santa Rita. No clima de pânico que se instalou no local, muitos não resistiram à emoção e desmaiaram. *A Tribuna*, Vitória, ES, 18/01/1983, p. 5, 1 cad, c. 2-4; POLÍCIA espanca e prende invasores de Santa Rita. *A tribuna*, Vitória - ES, 13/01/1983, p. 5, c. 4-5; INVASORES do São Pedro movem ação contra a Polícia. *A Tribuna*, Vitória - ES, 07/01/1981, snt; O RDEM ilegal de juiz gera despejo de 300 posseiros. *A Gazeta*, Vitória - ES, 24/05/1983, p. 6, c. 1-3.

³⁷⁴ANDREAZZA inaugura 13 conjuntos residenciais. *A GAZETA*. Vitória - ES, 05/11/1981, p. 14

³⁷⁵SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

da Lei Estadual nº 3.493, 15 de outubro de 1982, que regulamentava o PROFADES, afirmava-se:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a outorgar escritura de doação de lotes às famílias carentes assentadas em área da antiga Fazenda Itanhenga, Município de Cariacica, de propriedade do Estado, dentro do Programa Emergencial para Famílias Desabrigadas – PROFADES³⁷⁶.

Nessa direção, destacando a proatividade governamental o jornal *A Tribuna* noticiava, quase em tom de nota oficial, ao revelar ações públicas que buscaram incluir a invasão de Flexal, em Cariacica, no PROMORAR:

De acordo com o secretário da Cultura e Bem- Estar Social “o negócio pode ser fechado até amanhã, (hoje)”. Mas para isto o processo teria que envolver, além da elaboração oficial da contra-proposta, análise tanto da parte do BNH, como da Cohab. A área ocupada por milhares de pessoas em Flexal, tem 18 alqueires e **para sua compra já estão garantidos os recursos, tanto para compra como para urbanização.** (grifo nosso)³⁷⁷

Com isso, na visibilidade policial, quanto às invasões de terras urbanas, mesmo diante do maior pecado social brasileiro, o “esbulho da propriedade privada”, emergia um compadecimento social em que retirados os agentes da desordem social e política, visto a crença política naturalizada no comportamento ordeiro do “povo brasileiro”, conclamava aos políticos e à sociedade para darem fim à “barbaridade social” que rodeava a Grande Vitória, o que, justamente, significava restaurar a ordem pública que, no caso, estava sendo ameaçada pela continuidade daquele problema social e político.

Em ofício à Secretaria da Cultura e Bem-Estar Social, o deputado estadual Nelson Aguiar, sintetizando esse sentimento social, apelava:

Volto à presença de V.Ex.^a para solicitar sua imediata interferência no problema referente a “invasão de Flexal”. A audiência de julgamento da ação ajuizada pelos herdeiros do espólio referente à área objeto da ocupação, está prevista para o próximo dia 17 (agosto) e outra não será a decisão do juiz do feito senão decretar o despejo.³⁷⁸

Com efeito, foi no interior desses confrontos jurídicos e policiais a partir de ações de Comissão de Moradia/Comissão Justiça e Paz, que inúmeras

³⁷⁶LEI Nº 3.493, 15 de outubro de 1982.

³⁷⁷ Apud DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. Op.cit., p. 109.

³⁷⁸AGUIAR, Nelson. Op. cit., p. 1. Apud DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. Op. cit., p. 110.

personalidades políticas e sociais locais tomavam consciência do problema das invasões de terras públicas e começavam as ações para ampará-las politicamente. No caso particular da região de São Pedro,³⁷⁹ as sucessivas invasões e os conflitos sobre a apropriação do lixão, levaram à interferência do desembargador Homero Mafra³⁸⁰ e à produção do documentário de Amylton de Almeida.³⁸¹

Tais mediação jurídica e apropriação artístico-jornalística consolidariam as invasões de terras urbanas como metáforas da pobreza urbana capixaba e dispararia imenso movimento de solidariedade social como estratégia de reparação política e social aos desmandos socioeconômicos, impostos pelo “milagre econômico” capixaba.³⁸²

No de ano de 1983, a obra cinematográfica *Lugar de toda pobreza*,³⁸³ teve a primeira sessão no cineclube Metrôpolis, na Universidade Federal do Espírito Santo, e depois foi exibida na Rede Gazeta, filiada à Rede Globo, em rede estadual apresentava, em uma perspectiva do realismo cinematográfico da época, a condição de miséria em que viviam os migrantes na capital de Vitória, o que provocou alarmismo e comoção social,³⁸⁴ segundo Ferreira Neto & Nunes

Lugar de toda pobreza representou importante denúncia de condições desumanas de vida, sem qualquer apoio do governo no período da Ditadura. Com a repercussão das imagens da região, muitas iniciativas mobilizaram doações em dinheiro, cestas básicas e roupas, pela Cruz Vermelha, todas intermediadas pela Prefeitura. Os moradores puderam contar com o apoio financeiro do Papa em visita à região (1991) além da movimentação de outras iniciativas.³⁸⁵

³⁷⁹Em Vila Velha, a tradicional família Vereza, negociou com invasores de terras urbanas, por mediação política de Dom João Batista, a doação das terras aos moradores na localidade Aribiri, em 1983.

³⁸⁰MAFRA, Homero. **A posse - teoria e prática: uma visão moderna:** In: **Revista UFES. Revista Cultura**, Volume II, número 1 e 2, 7 setembro de 1972.

³⁸¹FELIZ, Betty. Miséria e denúncia num documentário emocionante. A Gazeta, Vitória - ES 17/06/1983, p. 3, cad. 2, c. 3-6.

³⁸²ANJOS, Eryl Euzebio dos, et al (1987). Indicadores indiretos de negatividades sociais, produção e reprodução da miséria no Espírito Santo. Vitória, UFES/Rede Gazeta de comunicação. Mineu. (nº 3, ES - Século XXI).

³⁸³“Lugar de toda Pobreza” (1983), com duração de 57’19”, documentário de maior repercussão, que retrata a vida dos catadores de lixo, do bairro de São Pedro, que viviam à mercê da sorte, e comiam o que catavam do lixo. Possui imagens de grande impacto midiático. Gomes, Rose Mary Louzada (2016) “Amylton de Almeida singular e plural: luz, câmera, ação...” In: Revista Gama, Estudos Artísticos. ISSN 2182-8539/ISSN 2182-8725, 4/(8)/122-129. Disponível em http://gama.fba.ul.pt/G_v4_iss8.p df>. Acesso em:10 fev.2017,p. 125.

³⁸⁴Também, foi produzido o documentário “Nasce uma cidade (1989), com duração de 57’49”, que retratou a reconstrução e urbanização de um bairro Itanhenga. Gomes, Rose Mary Lousada, op.cit.,p. 126.

³⁸⁵FERREIRA NETO, Amarílio e NUNES, Kátia. Além da lama e do lixo: movimentos de escolarização em São Pedro, Vitória/ES (1977-2007). Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a06v28n1.pdf>>. Acesso em:10 fev.2017, p.

Novamente, uma dimensão polêmica e de enfrentamento alimentava a presença das invasões de terras urbanas no espaço jornalístico e seria pivô da estigmatização social como agente da desordem urbana, social e moral da metrópole emergente. Entretanto, também tornava-se a materialização do pecado social daqueles que viviam sob os imperativos da dita qualidade de vida e tinham acesso ao progresso local, justificando, dessa maneira, mais ainda a vigilância moral, política e policial para que tal realidade deixasse de existir.³⁸⁶

Em diversas entrevistas, o governador Eurico Rezende sinalizava, bem como na propaganda governamental,³⁸⁷ que favelas e invasões de terras urbanas seriam extintas na região da Grande Vitória com os recursos que ele estava alocando junto ao Governo Federal. No jornal *O Globo*, em 1981, a invasão de Flexal figurava dentre uma das favelas do país que seriam beneficiadas pelo PROMORAR, no Espírito Santo.³⁸⁸

Entretanto, nas notícias e reportagens operava-se a categoria jornalística do invasor necessitado buscando dar visibilidade àquele que realmente merecia ser atendido devido à sua necessidade social. Isso fazia com que, no plano da esfera pública, os processos de avaliação política e moral dos acontecimentos tendessem apenas a legitimar principalmente ações sociopolíticas que atendessem o invasor necessitado.

Ou seja, aquele que estivesse na condição de vítima daquilo que os jornalistas e outros grupos sociais acreditavam, principalmente numa leitura de esquerda e direita liberal vigente no período, ser o grande algoz das camadas populares, que eram merecedoras da ajuda social e das políticas governamentais: o capitalismo selvagem brasileiro, o subdesenvolvimento ou a tradição política brasileira (corrupção, patrimonialismo, paternalismo, autoritarismo).

Nessa direção teriam, então, como grande redentora a conquista da cidadania, que nesses termos não poderia ser usada como moeda política para a obtenção de vantagens políticas e econômicas, como vinha acontecendo em alguns

117.

³⁸⁶LIEVORI, Sueli. Sexo e sonhos no Lixão. in: Revista Espírito Santo, nº 5, 28/09/1984, p. 22-25

³⁸⁷EURICO Rezende: o maior realizador de obras de toda a história do Espírito Santo". In: Revista Manchete, N. 1609, Rio de Janeiro, p. 108-109, jan. 1983.

³⁸⁸S/T.Jornal O Globo, 24/03/1981; EURICO e Carlito lançam PROMORAR em São Pedro. A Tribuna, Vitória, ES, 30/06/1980, sp. c. 1-2; BNH aprova a inclusão de Flexal no PROMORAR. A Tribuna, Vitória, ES, 08/03/1980, p. 06, c. 1-2.

processos de solução das invasões de terras urbanas.³⁸⁹

De fato, o olhar da imprensa se mantinha atento aos desvios políticos e sociais e estes sustentavam a leitura das matérias, em especial nas suas dimensões dramáticas, agonísticas e anedóticas, mas também reiteravam o seu papel de guardião e porta-voz das demandas populares que surgiam na esfera pública plebeia, em emergência no período. No cenário da redemocratização brasileira, a imprensa fazia-se polo da reforma política e social, constituindo-se em centro de denúncia da permanência do autoritarismo político e da ineficiência do Estado.

Igualmente, as representações acionadas pelo editorial do jornal *O Grito do Povo*³⁹⁰, da região de São Pedro, formada por processos de invasões de terras urbanas, as representações convergiam, mesmo com a linguagem política de defesa da luta, para essa imagem, discutida acima, compartilhada pela imprensa capixaba sobre àquelas localidades em que deveriam figurar o invasor necessitado ou ocupante necessitado:

Depois, muita doença pelo bairro, muitas ruas para abrir, festas de Natal e Ano Novo e novamente o PROMORAR para ficar atrás porque a coisa **não anda mole, com tanta casa alagando, tanto verme, tanta gente com febre, tanta criança com desidratação que o Jornalzinho foi ficando para trás, sempre à espera de poder dar notícia boa.** (grifo nosso)³⁹¹

Com isso, as invasões de terras urbanas, ou melhor, os invasores, viravam notícia quando agrediam ou se afastavam do ideal do invasor necessitado, impedindo a “política de caridade” que estimulava compaixão por sua luta pela sobrevivência. Todavia, quando passavam a agir distanciando-se dessas projeções valorativas tornavam-se, ao mesmo tempo, objeto da reprovação jornalística tomada

³⁸⁹O historiador Carlos Fico mostra a sutileza política e social das estratégias de propaganda do Regime Militar com o intuito de construir clima de otimismo em imagens e ideias que entravam em sintonia com o imaginário social brasileiro (exuberância natural, democracia racial, consagração social, harmônica integração nacional, alegria cordialidade, felicidade, dentre outros). Tal constelação moral e política, materializava-se nas grandes obras, celebrações em honra à pátria, valores da família, comportamentos, ideologia política, heróis – mártires, juventude. Entretanto, com a crise econômica e política que atingiu à Ditadura Militar do Milagre, certa maneira, tais valores foram base para crítica social e articulação política contra o regime militar. Da mesma forma, a pesquisadora Raquel Elisa Cartoche ao analisar as campanhas de publicidade, chama a atenção para a busca de legitimidade do regime militar via cultura de consumo. Na dissertação, ela analisa a propaganda em relação à política habitacional. FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 104, p. 147; CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira** (1968-1973). 250 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, 2017.

³⁹⁰Para uma breve distinção entre as categorias Grande Imprensa e imprensa independente e alternativo ver a nota 17.

³⁹¹GRITO DO POVO, N°7, FEVEREIRO, 1982, p.1

como condenação social e transformando-se em produto jornalístico de intensa repercussão ao materializarem denúncias e conflitos tão demandados pelos leitores.³⁹²

A representação dos necessitados transformava os invasores em sujeitos jornalísticos, fosse na inação ou como objeto das intempéries econômicas e sociais, quando se aproximavam dela, fosse na ação, quando se distanciavam dela. Essa operação narrativa resultou, assim, no registro das diferentes formas com que as camadas populares solucionavam seus problemas e agiam naquele contexto sociocultural.

Mais ainda, indicava com quais valores percebiam a cidadania àquelas, frente aos movimentos sociais emergentes e a imprensa governada pela retórica liberal no contexto da Nova República, reconhecendo como obrigação da autoridade pública, mesmo diante possibilidade da reprodução de hierarquias sociais e da lógica da gratidão, a promoção de melhores condições de vida do povo. De fato, as ambiguidades e contradições das invasões de terras urbanas tornaram-se pautas da imprensa capixaba que eram, por vezes, usadas para descredibilizá-las política e moralmente, assim como para fortalecer o poder da ação de especialistas (assistentes sociais, médicos, arquitetos, etc.), reforçando o estigma de inaptidão e desonestidade das camadas populares, distanciando-os da ideia de indivíduos racionais e livres, motivados pelo autointeresse:

Quando começou a invasão primeiro a gente achou que era bom ter mais terreno lá pros lados da estrada. Então, meus meninos que já eram grandes prepararam uns paus de mangue e eu fui com eles. Daí cercamos um pedaço assim de terra, passamos um arame nosso em volta e viemos pra casa. No outro dia o terreno já tinha outro dono! (Risos). A gente não sabia lidar com essas coisas, né? A gente pensava assim: 'agora é nosso', porque aqui na Ilha era assim, quando o terreno é de um o outro não mexe, então... A gente era meio bobo, eu acho. Eles eram muito espertos, esse pessoal da invasão. E a gente nem fazia questão, porque a gente já tinha a nossa terra, né?³⁹³

³⁹²Nesse contexto investigado, emergia uma política da caridade em que os indivíduos e grupos objeto da ação benevolente ou solidária não poderiam ser agentes e nem al vo de interesses políticos, econômicos e sociais, apenas guiarem-se pela ação altruístas e desinteressada e impulsionado pelo campo da necessidade. O que de certa maneira retirava a existência do campo da política, lugar da divergência e disputas de interesses. Para compreensão mais profunda sobre política da caridade como política de controle (polícia social) das massas urbanas, sugere-se ler textos de: Hannah Arendt e Jacques Donzelot.

³⁹³COSTA, Samira Lima da Costa. Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES. 337f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2008, p.208.

Aí teve uma época que deu invasão. Vocês sabem, né? Então. Naquela época todo mundo da Ilha tentou pegar um lotezinho lá também. Mas aqui era todo mundo bobo, 'eles' eram muito espertos. A gente marcava o lote hoje, amanhã já tinha outro dono. Eles não: eles dormiam lá, embaixo da lona, até a casinha ficar pronta, pra ninguém pegar. Meus filhos mesmo que eram já grandinhos foram lá, marcaram uns lotes lá, mas depois teve que vir todo mundo pra cá. Estão tudo aqui na Ilha mesmo. Aqui no meu terreno, ali atrás onde era a casa de meu pai... Eles tão por aqui mesmo, quase todos³⁹⁴

Da mesma forma, os textos jornalísticos sobre as invasões de terras urbanas deixavam entrever como as camadas populares conviviam com políticas impostas pelos poderes constituídos, em especial a política habitacional que estabelecia lugar de poder/querer fazendo com que no cotidiano da cidade buscassem táticas para resolver ou burlar o problema da moradia, para terem acesso à terra e à moradia. Isso envolvia desde a reinterpretação das leis, a luta coletiva e a negociação “escusa” com políticos e agentes do Estado.

Um dos inúmeros casos que aqui apresentamos, foi o de uma passeata em julho de 1980 que tomou as ruas do centro de Vila Velha. Invasores dos bairros Soteco e Ilha dos Aires exigiam falar com o prefeito Américo Bernardes da Silveira que, intransigente, mandou chamar a polícia. Esses bairros localizavam-se nas imediações do centro de Vila Velha, nos fundos do Santuário do Divino Espírito Santo. Uma vaia ecoou, dirigida à primeira dama, Maria Marcelo Silveira, que humilhava a multidão dizendo: “Vão pedir lote ao padre Lency e à irmã Quiesa”. Acalmados os ânimos, o prefeito revelou a lógica do despejo, como aconteceu à favela Salamim, dizendo que tinha oferecido os Alagados de Santa Rita, mas o povo insistia em ocupar “área nobre”. Ou seja, era-lhes proibido invadir áreas próximas ao trabalho, lazer e infraestrutura urbana.³⁹⁵

As tentativas de invasão de áreas ao redor do centro de Vila Velha e do bairro da Glória, fora dos morros da região e mangues, reforçava que não houve “transferência” pacífica e consentida da favela Salamim, no bairro da Glória (1976) como defendia a propaganda do governo estadual de Élcio Álvares. De fato, constituíra-se em remoção de favela orquestrada como ação preventiva para garantia da valorização imobiliária da região que vivia a expectativa da construção

³⁹⁴Idem

³⁹⁵BERNARDES diz que vai despejar invasores. A Gazeta, Vitória - ES, 0/06/1980, p. 6, c. 1-2.; FISCAIS com ajuda da polícia impedem invasão em V. Velha. A Tribuna, Vitória - ES, 04/06/1980, snt.; COMISSÃO de Moradia, faz protesto contra despejo. A Tribuna, Vitória - ES, 18/07/1980, snt.; POSSEIROS em passeata não têm audiência. A Tribuna, Vitória - ES, 01/06/1980, snt.; FISCAIS com ajuda da polícia impedem invasão em V. Velha. A Tribuna, Vitória - ES, 04/06/1980, snt.

da Terceira Ponte, que terminou em 1989, e a rodovia do Sol, ligando Vila Velha ao Sul do estado pelo litoral e dando acesso às porções das orlas deixadas às camadas sociais de média e alta rendas.

O prefeito Américo Bernardes³⁹⁶ quando indicava a invasores para se dirigirem à região de Santa Rita, também tinha expectativa da chegada de recursos via Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) e conquista do aforamento pelo Governo Federal das áreas invadidas, especialmente terrenos de marinha sobre o controle da Secretaria de Patrimônio da União - SPU,³⁹⁷ para que pudesse substituir as palafitas e os barracos por casas de alvenarias e obras de urbanização (aterro), inclusive acreditava na possibilidade de alocar recursos do PROMORAR para regiões de invasão de Toca, Soteco e Jardim Marilândia.³⁹⁸

Outros dois casos de burlas e contragolpes acionados pelos grupos e indivíduos que buscavam um lugar para morar, indicando seus cálculos táticos, era alegar aos fiscais das prefeituras que estavam em terreno público ou privado autorizado pelos prefeitos. O prefeito Solon Borges, do município de Vila Velha, denunciou ao jornal *A Gazeta*, em 1975, esse tipo de tática popular ao relatar que discutia com os posseiros revelando que ele era o prefeito, já que inicialmente ignoravam quem ele era.

Em outra situação, os invasores foram desafiados pelo dono de um mangue, o juiz Nilton Coponilo, após confrontos com a polícia, que se conseguissem levantar em 48 horas 400 barracos, eles poderiam ficar. Não demorou um dia e já havia mais de 500 barracos, segundo afirmam os antigos moradores da localidade, que hoje é o bairro Estrelinha, em Vitória.³⁹⁹

Em 1981 houve a invasão do Aquaviário de Porto de Santana. Tal ação buscava aproveitar as oportunidades das negociações entre o prefeito de Vitória e moradores da localidade diante do anúncio do processo de regularização fundiária, área que mais tarde seria transferida para o município de Cariacica.⁴⁰⁰ Essa tática era recorrentemente usada quando se abria a possibilidade de distribuição de terras, o que fazia com que governo e movimentos sociais passassem a acionar a prática do cadastramento para evitar inflacionamento da demanda e a comercialização dos

³⁹⁶PLANO de moradia pretende beneficiar 10 mil em VV. Prosind tem mais de 4 mil inscrições. A Tribuna, Vitória, ES, 02/08/1980, p. 41, c. 1-3.

³⁹⁷GOVERNO Federal erradicará favelas em Vila Velha. A Tribuna, Vitória, ES, 30/06/1979, sp., c. 1.

³⁹⁸LEI do Solo beneficia 53 bairros. Vila Velha. Beneficiados. A Tribuna, Vitória, ES 11/12/1981 spc.1-3.

³⁹⁹ESTRELINHA surge de invasão. A Tribuna, Vitória, ES, 27/08/2004, p. 8, c. 1-4.

⁴⁰⁰INVASÃO atinge agora aquaviário de Santana. A Tribuna, Vitória - ES, 03/02/1981, snt.

terrenos, freneticamente denunciado pelos periódicos.

Além dessa astúcia era corriqueiro, cabe lembrar, a procura da imprensa e do apoio político da Comissão Paz e Justiça, quando negociações político-sociais se esgotavam o que resultava na possibilidade iminente de ordem de despejo, como já indicamos ao longo deste capítulo.

Nesse contexto, argumentava Dona Maria Clara - fundadora do movimento Moradia pela Moradia, de Vila Velha, quase miticamente, que começou a pensar em organizar-se quando levou algumas cacetadas na cabeça, por causa da ordem de desapropriação do Sítio Batalha, da Congregação Marista (1980): “Eles só falavam para gente ocupar, falavam que iam dar assessoria, na hora da apanhar, o povo leva a pior. Tínhamos que aprender a bater”⁴⁰¹ – (SIC).

A partir desses casos evidenciados, os jornalistas à procura de notícia revelavam, através de suas perspectivas, como as camadas populares produziam um conjunto de resoluções práticas em que a astúcia política vigorava, fosse ela pela passividade, negociação ou combatividade. Isso implica reconhecer, mesmo diante de relações desiguais e ambíguas, a inteligência e a inventividade do mais fraco que se transformava em pauta da imprensa capixaba, como lembra Michel de Certeau:

Uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde a outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas na maneira de empregar impostos por uma ordem econômica dominante.⁴⁰²

Ao invés de enxergarmos as vítimas do clientelismo da miséria, do populismo, encontramos nos fragmentos da escrita jornalística, sujeitos políticos que, reconhecendo as relações desiguais às quais estavam submetidos, buscavam brechas para a realização de projetos e sonhos de ter uma casa, o que significava ter discurso combativo, apresentar-se como vítima ou buscar negociação, conforme o sujeito e o interesse que lhe interpelavam às táticas de ir “fazendo a cidade”,⁴⁰³

⁴⁰¹Ver história da ocupação do Bairro Dom João Batista e as lideranças: FREIRE, Mally Teixeira. **“Ocupar, resistir, construir e morar”**: manguezal berçário de memórias.167f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2010.

⁴⁰²CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.39

⁴⁰³O arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos, nos anos 80, era voz dissonante no campo

imperando assim a prática popular de “diminuição de risco”, a qual se parecia, no texto jornalístico, com um desvio político e moral.

O historiador Francisco Pereira de Farias critica teorias políticas que atribuíam persistência de práticas capitalistas à sociedade brasileira devidas à tradição política, pobreza, falta de consciência e à inabilidade política das classes populares que também se tornaram senso comum jornalístico. Seria justamente o contrário: elas teriam consciência do jogo desigual no qual estavam envolvidas, ou seja, a reivindicação de amparo estatal e interesses políticos eleitorais por parte daquele que desejava os votos.

Nesse contexto, sabendo do poder de barganha e buscando diminuir riscos, negociava-se para ter acesso a benefícios e serviços públicos, enquanto os políticos desejavam manter o controle sobre o fundo e as políticas públicas. É claro que essas práticas, à medida que avançava a institucionalização democrática, e a ideia de participação iam sendo reconhecidas como crime eleitoral, portanto acabavam sendo estigmatizadas politicamente, de maneira que parte da população já não as via com certa naturalidade, em especial entre as classes médias assalariadas e intelectualizadas.

O antropólogo argentino Javier Auyero chama a atenção dos pesquisadores para pensarem as relações clientelistas em um cenário de resolução prática, acionadas pelos grupos e indivíduos no cotidiano. Isso não significa, de jeito algum, anuir com as práticas desiguais que envolvem o clientelismo e desigualdades políticas que elas reproduzem, mas perceber como essas redes de obrigações mútuas e compromissos organizam a vida comunitária e podem, então, servirem de estopim para movimentos sociais, ondas de violência e outros eventos políticos.

Nessa direção, coaduna o relato do jornalista, assustado e atônito, diante da multidão que continuava a construção dos barracos nas invasões das Obras Pavonianas, em 1981, enquanto contestava o padre e não chegava a polícia:

do urbanismo e da sociologia quando, assim como Michel de Certeau, criticava a cidade planejada e imaginada sem apropriação humana. As abordagens apontavam, em especial as favelas, mais do que pensá-las em termos de abordagem da pobreza urbana e estética arquitetônica, deveriam ser reconhecidas com obras de engenharia urbana. Ensinava a arquitetos e engenheiros, novas formas de construir, ainda não imaginadas por eles. Na realidade, ele apontava que a cidade deveria ser pensada nas diferentes formas de usos e apropriações e das imposições estabelecidas pelo paradigma modernista funcional e monumentalista, que teve a cidade de Brasília como projeção. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O Desafio da Cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1980 SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, EDUFF; São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988.

Para demarcar lotes os posseiros usaram cordas de nylon e barbantes, além de estacas. Mulheres, homens e até crianças participaram da invasão e, segundo disseram, iriam pernoitar no que consideram lotes próprios, visando a garantir a posse. Para isso, todos eles estavam construindo barracos para se acomodarem. A área invadida conta com densa vegetação.⁴⁰⁴

O trabalhador Evaldo de Jesus Santos, em entrevista ao *A Tribuna* comentava, sugerindo a argumentação de Javier Auyero: “comigo nunca mexeram, a Polícia vinha aí, dava pontapé nos negos, derrubava barracos. Agora, faz uns cinco meses que ninguém aparece, mas acho que depois das eleições, o pau vai quebrar de novo.”⁴⁰⁵

Diante disso, podemos analisar a expansão de invasões de terras urbanas nos governos do PMDB, nos anos 1980, como uma projeção de expectativa de quebra de confiança nas promessas de campanha eleitoral. Nesse contexto, Leonel Brizola (governador do estado Rio de Janeiro) e Vasco Alves (prefeito de Vila Velha - ES) ganharam o título de incentivadores de invasões e favelas, em especial pela imprensa capixaba e carioca, por ações de diálogo e mediação com os movimentos de moradia e luta pela terra urbana⁴⁰⁶.

O prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa, enquadrava-se nessa classificação jornalística quando argumentava ao jornal *A Gazeta*: “Não adianta reprimir o povo que necessita de um lugar para morar. Temos que olhar para o problema social e encontrar uma forma de solucionar, sem que isso represente prejuízo para A, B ou C. E é isso que estamos procurando fazer na Serra: viver em paz e deixar viver.”⁴⁰⁷

Consequentemente, os fragmentos de jornais superpostos aos discursos de outras fontes aqui acionadas, tais como diários, relatos biográficos e dados estatísticos, apontam para uma Grande Vitória em que atores, instituições e movimentos populares buscavam, incessantemente, imprimir, marcar e conduzir a direção no ritmo histórico.

Desse modo, reconhecemos a partir da análise histórica, orientados pelas perspectivas político-cultural e econômica, uma cidade em ebulição que se construía aceleradamente onde, apesar da dura pobreza e das dificuldades dos baixos

⁴⁰⁴Idem

⁴⁰⁵LIEVORI, Suely & PAIVA, Cida. No ES há mais de 40 mil invasores de terra. *A Tribuna*, Vitória - ES, 27/09/1981, p. 15, c. 1-5.

⁴⁰⁶ LEITÃO, Gerônimo. Op.cit., 2015.

⁴⁰⁷S/T.A Gazeta, Vitória - ES, 18/11/1981, cad. 2, snt.

salários, as camadas populares faziam política com astúcia, com os dados rolados e apostas, por vezes muito altas, mas longe de qualquer ingenuidade ou ignorância, como denunciavam os grupos políticos de esquerda e a imprensa capixaba,⁴⁰⁸ que não compreendiam política como:

(...) qualquer ação, articulação de interesses ou tentativa feita por um ator para manobrar com órgãos públicos e privados que tem como objetivo a extração de bens e serviços de um dado sistema por outros meios que não as trocas padronizadas de valor, em geral de dinheiro.⁴⁰⁹

De certo, lembramos que a chave analítica das noções de estratégia e tática empreendida por Michel de Certeau para pensar as relações de força entre indivíduos e grupos, nos ajudou a compreender o processo de invasões de terras urbanas, figurado nas narrativas jornalísticas, como tática dos mais fracos, a partir de golpes e contragolpes, para estabelecerem-se frente às estratégias dos donos da cidade e da ineficiência das políticas de habitação, cujo cálculo de relação de força estabelecia lugar próprio na cidade, distinto e destacável (propriedade privada, capital social e político).

O relato da prisão de José Monteiro Filho, acusado de ajudar na invasão da propriedade onde trabalhava William Farnum de Oliveira, seria uma expressão do jogo de golpes e contragolpes das camadas populares:

Depois de dois anos que utilizava para plantar milho, quiabo e feijão o servente José Monteiro Filho, 36 anos, casado, pai de cinco filhos, residente no bairro São Benedito, foi preso ontem acusado por William Farnum de Oliveira de ter sido o principal responsável pela invasão. Mesmo sob protesto de várias pessoas, José foi preso e conduzido à subdelegacia de Rosa da Penha.⁴¹⁰

Nesse jogo de força, fluido, complexo e ambíguo, a cidade foi sendo (re)produzida num jogo também discursivo, em que operava a apropriação e reapropriação à afirmação da vida, onde espaço urbano era desenhado para além do desejo anunciado e das simplificações generalizantes, demarcando heterogeneidades e singularidades, constituindo cenários sociais distintos no

⁴⁰⁸CERTEAU, op. cit., 1994, p. 39.

⁴⁰⁹LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. Considerações sobre diferenças comportamentais: Três sistemas políticos e as respostas das áreas invadidas por posseiros no Brasil, Peru, Chile: In: LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 264-320.

⁴¹⁰NOVA invasão de terra gera mais prisões em Cariacica. A Gazeta, Vitória - ES, 04/05/1980, snt.

contexto da ordem urbana, como afirmava Sidney Chalhoub em relação aos cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX.⁴¹¹

Aproxima-se dessa perspectiva teórica o discurso o Sr. José Andrade e Souza ao jornal *A Tribuna* afirmando que “a única solução que temos mesmo é fazer de novo nossas casas, até que alguém decida o que vamos fazer. Todo mundo diz que estamos errados em ficar aqui, outros dizem que temos o direito, então é esperar dentro de casa.”⁴¹²

Com efeito, o processo de invasão de terras urbanas, espontâneo e coletivo, indicava que os moradores da cidade estavam para além da passividade e da disciplina, do pagamento do aluguel e do sonho da casa própria, “alienados”, como anunciado por militantes políticos e imprensa conservadora.

Assim, as táticas não eram disciplinadas, mas vibravam pelo cotidiano como operações multiformes e fragmentadas, politizando-o. Essas táticas friccionam com estratégia (lugar de dominação) dos poderes hegemônicos que tinham lugar próprio e visibilidade, assim como instituíam, a partir de racionalidade governada, objetiva e de metas abstratas pelo legitimado e instituído, estratégias de sobrevivência inesperadas no espaço urbano, as quais chocavam imprensa e leitores.

Nesse trecho do jornal *A Tribuna*, pertencente ao campo da estratégia, percebemos a surpresa indisciplinada da tática das invasões de terras urbanas:

De quarta para quinta-feira foram construídos cerca de 100 barracos, totalizando agora cerca de mil barracos em toda a região. Muitos invasores estão dormindo na região para não correrem o risco de terem os barracos invadidos por vizinhos ou por oportunistas. Em duas horas, ontem à tarde pôde ser observada a chegada de cerca de 30 caminhões e caminhonetes de frete com material de construção de novos barracos. Além de barracos de madeira, começam a ser construídas casas de tijolos⁴¹³

Nesse contexto, os fracos jogavam o jogo do outro e nele faziam piruetas, trapanças e apropriações, em um jogo em que o passado não condenava atores a se repetirem, a tática se instaurava na imposição (estratégia) da cidade governada pelos interesses políticos, econômicos e imobiliários, assim como pelos saberes

⁴¹¹CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996; CHALHOUB, Sidney e SILVA. Sujeitos o imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. **Cad. AEL**, v.14 n. 26 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2558/1968> . Acesso em: 10 mai.2017.

⁴¹²POLÍCIA derruba barracos no bairro Rosa da Penha. *A Tribuna*, Vitória, ES, 19/01/1982, p. 9, 3-5.

⁴¹³*A Tribuna*, Vitória, ES, 29/01/1982.

técnicos. Na sua aparição(especialmente, nos noticiários) enquanto “força estranha na qual se desembola jogo silencioso, invisível, tácito que quando vemos é mais uma invasão, favela, pardieiro pela cidade; fracos têm trapaçaria, astúcia e esperteza. A cidade feita e refeita por aqueles que dominam a ‘arte de utilizar aqueles que lhe são impostos’”⁴¹⁴.

Esse jogo silencioso e ardiloso aparece no desabafo de um representante do município de Cariacica, respondendo a uma indagação, no jornal *A Gazeta*:

Se nota de alguns meses para cá existência de uma visível tolerância em relação ao problema; Vamos fazer o quê? Expulsar o pessoal, jogar a polícia em cima? Não é essa a solução – comenta um político ligado ao município e a área do Governo – porque estamos numa época de dificuldades para todos e não podemos agir impulsivamente esquecendo o lado social da coisa.⁴¹⁵

Partindo desses argumentos compreendemos que as angulações jornalísticas investigadas transformavam as invasões de terras urbanas em acontecimento midiático, não apenas apresentava a possibilidade de despertar solidariedade altruísta do leitor, mas também de incitar a desconfiança social, precaução política diante dos distanciamentos dos invasores e da imperativa representação do invasor necessitado, vítima imóvel das mazelas sociais, despossuído de capacidade de agir (agência, *agency*).⁴¹⁶

Acreditava-se que aqueles deveriam apenas estar presos à reivindicação do lugar ou do habitar por necessidade social, mantendo-se bem distante de perversões econômicas e políticas que faziam da miséria social uma estratégia de manutenção do poder político e da desordem urbana. Nesse sentido, isso impulsionava muitos jornalistas a irem para além do mero trabalho, a se compadecerem politicamente e agirem na esfera pública em busca de sua solução

⁴¹⁴CERTEAU, M., op. cit., 1994, p. 94.

⁴¹⁵A Gazeta, Vitória - ES, 18/11/1981, cad. 2, snt.

⁴¹⁶Segundo o sociólogo Antony Giddens, podemos pensar o conceito de agência como “eventos em que um indivíduo é perpetuador, no sentido que ele poderia em qualquer fase de sequência e conduta, ter atuado de modo diferente. O que tivesse acontecido, não teria se esse indivíduo não tivesse interferido”. Comentando sobre dificuldade da tradução da categoria *agency* da língua inglesa a antropóloga Mariana Calvancati relata: “A insistência na palavra *agency* e não tradução ao longo deste texto devem-se à minha hesitação em fechar o sentido dessa capacidade de agir, de crer-se agente do processo social ou de operar em um registro político, ainda que tais formulações não se enderecem à política institucional ou institucionalizada. Pelo contrário, a ênfase no fazer diário, requer que o sentido se mantenha aberto”. O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. In: **Cadernos Metrópole**, N. 12, pp. 65-93, 2º sem. 2004, p. 76; GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 11.

para aquele problema social.

Dito isso, podemos supor que as invasões de terras se constituíam em levantes urbanos⁴¹⁷, entre 1970 e 1980, que arregimentavam imensos contingentes de pessoas, invasores necessitados, para tentarem a sorte, caso o proprietário ou a polícia não impedissem de conquistar um pedaço de chão para morar, o que para a retórica político-religiosa constitui-se na efetivação um direito natural e para o povo a “possibilidade de se fixar na cidade” ou a restituição da obrigação moral dos poderes públicos lhes seria negada.

Levantes urbanos melodramaticamente apropriados pela imprensa capixaba aguardam, ainda, a “fome” de historiadores do campo da história sociopolítica para lhes darem mais significação, ambiguidades e contradições. Levantes urbanos que por exemplo,

Tomaram de assalto a catedral e ali se instalaram com tralhas, espalhando-se pela nave central da igreja sob organização da Arquidiocese. [...] Começaram então pressões para que o governo tentasse resolver o problema. Afinal os católicos tradicionais relutaram em assistir à missa dividindo fraternalmente com invasores o espaço normal ocupado aos domingos pelos moradores do centro da Cidade⁴¹⁸

Nesse caso, a partir dessas pressões sociais e políticas os invasores conquistaram um pedaço de chão que ficou conhecido como bairro Itanhenga, inicialmente, e em seguida Nova Rosa da Penha - Cariacica, como já comentamos, em homenagem à localidade onde houve a primeira tentativa de invasão no bairro Rosa da Penha. A partir do diagnóstico social do governo do estado, em 1987, observamos que tal localidade se aproximava da representação da pobreza urbana e do invasor necessitado, incessantemente denunciada pela imprensa, investigada por cientistas sociais, planejadores, e lamentada pelas autoridades públicas, como foi discutido ao longo deste capítulo.

Conforme levantamento efetuado em 1983, a população do bairro era formada por aproximadamente 30 mil pessoas. Dados confirmam que

⁴¹⁷Não se trata de ações proto-políticas, como evidenciava Eric Hobsbawm, que apontariam a ausência ou a erosão do campo político institucional, mas ações coletivas e individuais que expressam emergência de sujeitos sociais em dada conjuntura e território enunciando lutas, reivindicações e protestos(enfim, reivindicações por melhores condições urbanas de vida) que não precisam necessariamente estarem constituídas de clara orientação política e projeto social prévia ou elementos puramente irracionais ou emocionais, mas que estão inscrustadas nas táticas(marcadas, também, pelas espontaneidade e criatividade, aprendizagens e invenções) da vida cotidiana apontadas por Michel de Certeau(1994).

⁴¹⁸INVASORES CADASTRADOS. Revista Conceito, n°03, p. 33, Vitória - ES, Mar/1982.

3,75% das famílias são oriundas de outros estados; 6,14% do interior do Estado e 90,11% de outros bairros da Grande Vitória.

Esse último dado revela que o processo migratório para a Grande Vitória ocorreu maciçamente na década 70 e que a grande maioria das famílias estavam assentadas em áreas periféricas de invasão. Com a distribuição de lotes e ajuda em madeira para a construção, vieram incorporar-se às demais famílias, ou seja, 95,5% viviam em barracos alugados, invadidos ou cedidos. Desse percentual, significativa parcela – 61,40 % - morava de aluguel.⁴¹⁹

Concluimos que as representações jornalísticas constituíram, dessa maneira, um espaço de reflexão sobre a vida urbana, em especial sobre os diferentes usos e formas de apropriação material e simbólica acionadas pelas diversas constelações de sujeitos sociais e políticos que a configuravam e da qual fazia parte ativa a imprensa, não só pela produção da compreensão social dos fenômenos urbanos, mas também pela sua própria constituição social e política.

Apesar das assimetrias de poder e clivagens culturais, jornais e jornalistas ao produzirem notícias, mesmo observando todos os imperativos deontológicos da profissão e as disputas políticas dos campos jornalísticos, estavam mergulhados nas ambiguidades e contradições do tempo em que viviam.

Tal condição histórica movediça, quase incontrolável, permitiu que as camadas populares abrissem brechas e interstícios, por intermédio da imprensa no jogo político e social local, para as suas demandas e interesses, ganhando visibilidade pública e, muitas vezes, alcançando êxito, apesar das imagens estigmatizadas, distorcidas, simplificadas e estereotipadas produzidas sobre elas. Por fim, percebemos que, de algum modo, a imprensa também registrou, voluntária ou involuntariamente, a presença política e social das camadas populares no espaço urbano, marcado por tensão, conflito e negociação.

⁴¹⁹SEAC, op.cit.,1987:15.

3.2 A REPRESENTAÇÃO DO INVASOR NECESSITADO OU DO OCUPANTE NECESSITADO PELA ESFERA PÚBLICA CAPIXABA

“Nós crianças pedimos clemência ao governo”./ “Antes expulsão da roça, agora da cidade”. /“Com baixo salário não podemos pagar aluguel”. /“Para onde vamos, se não temos onde morar?”./ “Onde está o dinheiro que o Sr. José Trindade recebeu dos posseiros de Rio Marinho?”⁴²⁰

Nesta dissertação, utilizamos recorrentemente o termo invasão tendo referência no uso nativo acionado pela imprensa e, por vezes, também pelos outros atores sociais envolvidos naquela ação. Essa apropriação considerou as fontes arroladas e as dimensões políticas e sociais do uso da categoria e como ela envolvia um profundo processo de mutação da linguagem política e dos direitos que marcaram a esfera pública nacional e local nos anos 80.

A partir disso, consideramos o contexto social e político da redemocratização do país e como ele interferiu no uso corriqueiro daquele termo, o que evidenciava, ao mesmo tempo, as mazelas sociais que marcavam a localidade e realçavam a importância do planejamento urbano e da promoção da cidadania.

À medida que outros sujeitos sociais fora de instâncias tradicionais, de representação do poder (sindicato, partido, associações de classe), começaram a se organizar e produzir uma nova linguagem política no interior da esfera pública, acionando, inicialmente de modo disperso e denunciativo, o uso da categoria “ocupação” para definir(reconhecimento) as pautas de acesso a terra e moradia passou a ganhar espaço na esfera pública. Tal processo político teve como centro de irradiação as ações pastorais dos setores progressistas da Igreja Católica, de advogados militantes e alguns membros do Poder Judiciário brasileiro.

De fato, a representação do invasor necessitado⁴²¹ alimentava a ação de

⁴²⁰Faixas e cartazes, transcritos pela imprensa, dos ameaçados de despejos de Rio Marinho-Cariacica-ES, e empunhados diante do Palácio Anchieta, sede governo do Estado Espírito Santo. POSSEIROS garantem permanência em Rio Marinho. A Tribuna, Vitória - ES, 01/07/1980, snt.

⁴²¹O invasor necessitado ou ocupante necessitado era reconhecido com parte da “população carente”. Esta poderia ser compreendida como uma categoria social e analítica que homogeneiza uma diversidade cultural, social e política de grupos e indivíduos a partir da renda e das condições de vida, em especial do acesso precário ao mercado trabalho, infraestrutura urbana, serviços equipamentos coletivos públicos. Em linguagem técnica ou política dos anos 80, a população carente ou famílias carentes constituíam nos grupos sociais ou indivíduos que necessitavam assistência social do Estado e que se encontravam na faixa salarial de zero à três salários-mínimos, como apontavam o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE e os documentos oficiais do Banco Nacional Habitação - BNH que orientavam a política nacional de habitação. Definindo os objetivos do PROFILURB (Programa de Financiamento do Lote Urbanizado) os técnicos do BNH assinalam a perspectiva apontada: “Com objetivo de atender às populações migrantes e de baixa renda – de zero a cinco salários mínimos”.BNH (BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO). BNH em resumo. Rio de

apoio social da Igreja Católica e essas inúmeras decisões judiciais em favor dos desalojados e despejados na região da Grande Vitória, que buscavam apontar que necessidade social deve preceder a primazia do direito à propriedade.

Todavia, identificamos que havia uma percepção comum compartilhada pelos invasores, autoridades públicas, imprensa, em relação à prática da invasão como recurso estratégico limite, cujo uso não seria condenável social e moralmente, principalmente quando ela estivesse orientada pelo trabalho e benefício coletivo.

Tal situação apresentava-se com mais força quando contrastamos com a crítica social e política contra aproveitadores e especuladores que se apropriam dos lotes e moradias sem necessidade social, apenas por especulação e negócios imobiliários.⁴²²

De qualquer maneira, a representação do invasor necessitado que navegava os textos jornalísticos, incomodava política e socialmente, em especial o contexto da redemocratização e as primeiras eleições diretas para governador. Tal problemática exigia ações públicas para uma questão que atingia não só a população pobre,⁴²³ mas que ameaçava o empreendimento imobiliário e a paisagem urbana capixaba.⁴²⁴

Essa ambiguidade social da categorização do período e o uso dela no momento significava um desafio à ordem moral e à exigência de regularidade jurídica, visto que os invasores, ademais, condenavam o ato de invasão, a apropriação da terra sem “trabalho ou compra”, justificando que apenas se submetiam a tal risco policial e moral “por necessidades econômicas e sociais”. Isto é, por razões de sobrevivência e incapacidade do poder público de garantir-lhes condições de vida dignas.

Conforme Alexandrina Moura aponta os argumentos morais do processo de

Janeiro: CAPEL. Ano 1, n. 5, jan/fev. 1977.

⁴²²DENUNCIADA venda de lotes que a SEBS está doando em Itanhenga. A Gazeta, Vitória, ES, 06/02/ 1983, p. 10, c. 1-4.

⁴²³Não há definição neutra e universal de pobreza e pobre, ela está sempre envolvida em projetos político-ideológicos e relações de poder, que permeiam os campos científicos, as configurações sociais e discursos sociais. Nos anos 80, a definição envolvia construção de políticas públicas e produção da imagem do país na comunidade internacional, assim como a formulação de narrativas de mobilização política, como realça Siqueira et al (2001:279): “A questão da pobreza urbana está incluída num amplo quadro de referências teóricas e conceptuais, em que as complexidades das realidades sociais mudam o perfil dos discursos ideológicos e novas interpretações passam a refletir a percepção social da pobreza e da ação da cidade face a esse fenômeno”. Michel Mollat (1989:5) aponta uma representação sobre o pobre, apropriada a nossa proposta de pesquisa: “Pobre é aquele que de modo permanente encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social” (apud SIQUEIRA et al, 2001: 282)

⁴²⁴VITÓRIA enfrenta os mesmos problemas das metrópoles. A Tribuna, Vitória - ES, 30/08/198, p.12.

invasão: “[...] alegam os invasores que é preciso ir além da lei e considerar o valor social da moradia”, para eles “[...] o princípio justificativo é o da necessidade; nos demais casos prevaleceria o princípio da acumulação”.⁴²⁵

Nesse sentido, a ideia de inutilidade da propriedade perpassava o ato de invasão. Era por ela que se começava a colonização de uma localidade ou um pedaço de terra. Essa inutilidade que reduzia o preço da terra, diminuía as expectativas de investimento, fazia com que proprietários, muitas vezes, alugassem o “chão”, estimulando a ocupação.⁴²⁶

Essa astúcia em perceber as fragilidades jurídicas e potencialidades do terreno a ser ocupado não pode ser negada aos pobres urbanos e nem pode ser retirada das redes sociais que os envolviam, que fora constantemente denunciada pelos jornais evidenciavam como desvio moral.

Com efeito, os invasores, provavelmente, não eram desconhecidos. Havia uma relação de vizinhança e amizade, um conhecimento prévio sobre a localidade. Talvez os desconhecidos fossem aqueles que passaram a alugar barracos tomando conhecimento daquela possibilidade de conquista da terra a partir das redes de boatos e informações, alimentadas pelos periódicos, rádios e televisão. Não era à toa que o chefe da Polícia Civil capixaba dizia, intransigente, que o governo não negociaria com invasores, justamente pela possibilidade de aparecerem mais e mais invasores e invasões.⁴²⁷

Em vista disso, no campo dos saberes populares⁴²⁸ o proprietário perderia direito por abandono, negligência ou avareza. Nesse sentido não se construía discurso contra a propriedade privada, nem mesmo colocava-se contra a especulação imobiliária; apelava-se, primordialmente, para o direito de permanecer em qualquer condição socioeconômica, direito de ter um lar, um cantinho para abrigar a família⁴²⁹.

Há trechos nos jornais consultados em que diversos invasores se

⁴²⁵MOURA, Alexandrina S. de. Espaço urbano, direito e conflitos coletivos no Brasil: do argumento jurídico ao argumento social. **XVII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu - MG, 1994. (mimeo), p.16, p.24; MOURA, Milton. Notas Sobre o Verbo Invadir no Contexto Social de Salvador. **Cadernos do CEAS**, nº 125, Salvador, ano 1984.

⁴²⁶SILVA, Maria Lais Pereira. **Favelas Cariocas** (1930-1964). Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005

⁴²⁷JUIZ confirma decisão e despeja invasores. A Gazeta, Vitória - ES, 28/05/1983, p. 12, c. 1-2.

⁴²⁸THOMPSON, E.P. Economia Moral revisitada. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (b). p.203-266.

⁴²⁹Ver sobre ideia de direito de permanecer em: GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

apresentavam envergonhados, pelo ato de invadir, justificando-se a partir da necessidade social, por um lado, e pelo abandono e negligência do proprietário, por outro lado. Tal discurso poderia ser, possivelmente, uma estratégia diante da presença da imprensa para intensificar a dramaticidade da situação vivida por aqueles.

Entretanto, a partir disso, sugerimos que havia uma noção de justiça popular que envolvia as ações de posse embasadas no uso efetivo relacionado ao direito à terra urbana. Relembrando o antigo regime de aforamento (ou enfiteuse) no espaço urbano ou nas práticas tradicionais e rurais de parceria, arrendamento, colonato. Não era cultivo efetivo, a produção, como acontecia no campo, mas com o uso efetivo através do morar e das benfeitorias⁴³⁰.

Assim, percebemos como posseiros investigados por Carlos Esteves, que os invasores/despejados que aparecem nos textos jornalísticos acionavam como defesa de seus atos a necessidade da moradia e o cuidado empreendido através do trabalho. Isso revelava-se no choro diante dos barracos postos ao chão e incendiados. Ou seja, “a materialização de noções de justiça estreitamente relacionadas a modos de vida e trabalho vinculam cultivo e morada a modelo garantidor de direito à terra”.⁴³¹

No caso das invasões de terras urbanas, seria a noção de trabalho materializada na construção do barraco e em todo o drama de como sobreviver diante das adversidades urbanas e econômicas, o que remetia, também, à vivência e ao cultivo da terra nas lutas sociais do campo no Brasil.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Maria Helena Versiani, em *Correio Político: os brasileiros escrevem a democracia 1985-1988*, ao analisar as cartas enviadas à Constituição 1988 aponta que a “população comum”, também, politizava o cotidiano e compreendia, como já comentamos, o que deveria ser amparo político e social promovido pelas autoridades públicas em relação àqueles que mesmo com grande esforço de trabalho continuavam a viver sob penúrias da crise econômica e política, dentre as quais se destacava a ausência de política habitacional e como consequência muitos ainda viviam pagando pesados aluguéis.

⁴³⁰MEMBRO da comunidade de base aponta grilagem em São Pedro. A Gazeta, Vitória-ES, 09/01/1981, p.6, c.1-3.

⁴³¹ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 107-130, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev.2017, p.111.

As sugestões dessa pesquisadora nos ajudam a entender as tentativas populares de solucionar os problemas habitacionais via sorteio, pois invasões de terras urbanas ou políticas assistencialistas não eram meras manipulações ou políticas assistencialistas, mas resultados de valores sociais e políticos mais profundos na cidadania brasileira, que compreendiam a casa própria como o direito de viver bem daquele que labutava diariamente.

Além disso, caracterizava-se como uma obrigação social e política das autoridades públicas que deveriam garanti-la, como parte das reciprocidades dos laços hierárquicos ainda vigentes,⁴³² o que entrava em diálogo com as novas formas de perceber os direitos sociais em emergência no país.

Na percepção de Ermínia Maricato, o Brasil permitiu o “direito à invasão, mas não o direito à cidade”.⁴³³ Assim, a partir da convivência do poder público e ação dos trabalhadores (autoconstrução), possibilitou a constituição do que ela chama de “não cidade”, ou seja:

[...] parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano).⁴³⁴

Seguindo o argumento, essa autora reforça que a lógica de urbanização brasileira tolerava a invasão, constituindo-a como parte do pacto político urbano, tomado como o grande pecado urbano brasileiro e, de certo modo, a autora parece minimizar o jogo político e a tensão social que atravessavam tal negociação ou tolerância,

[...] como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido tolerada. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. [...] Não é em qualquer localização, entretanto, que a invasão de terras

⁴³²VERSIANI, Maria Helena. Participação Política Em Cartas: Escrevendo a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265547_ARQUIVO_2013AnpuhNacionaltextoCompletoMariaHelenaVersiani.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2017, p. 9-10; VERSIANI, Maria Helena. Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014.

⁴³³MARICATO, Ermínia. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Editora Vozes, Petrópolis. p. 161 – (SIC).

⁴³⁴Idem, 140

urbanas é tolerada. Nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica.⁴³⁵

O arquiteto e político Nabil Bonduki, ao tentar revelar o quadro de desigualdade das cidades brasileiras, em 1988, acabou por reforçar negativamente as soluções encontradas pelas populações de baixa renda para proverem a necessidade por habitação e até mesmo as estratégias de sobrevivência daqueles:

Hoje um terreninho nu e cru é a aspiração consagrada da grande maioria da população de baixa renda. O rebaixamento das condições de habitação atingiu tal profundidade que boa parte dos trabalhadores de pequena renda perdeu a referência do que significa morar na cidade.⁴³⁶

A assistente social Helena Iracy Junqueira, em artigo na *Revista Serviço Social & Sociedade*, em tom crítico, denunciativo, característico do período investigado, reforçava o olhar de estigma homogeneizado nos espaços pobres das cidades. Ela desenhou o quadro social e econômico do espaço urbano marcado pela autoconstrução:

No Brasil, há 5 milhões de famílias residentes em moradias consideradas subnormais, 7 milhões de habitações de um só dormitório (ocupados, muitos deles, por famílias de 3, 4, 5, 6 e mais membros), que indica elevado grau de promiscuidade. Em relação à infraestrutura, 5 milhões e meio de brasileiros não desfrutam de água encanada, 6 milhões de domicílios não possuem instalações sanitárias de qualquer tipo e 40 milhões de pessoas não têm luz elétrica domiciliar.⁴³⁷

O sociólogo Francisco Oliveira, em tom pessimista, retroalimentava esse espectro de estigmatização de espaços pobres da cidade apontando a autoconstrução como estratégia da lógica de acumulação capitalista brasileira e descrevia, como se assinalasse a luta em vão dos “invasores de terras de urbanas”:⁴³⁸

[...] casas autoconstruídas, essas aglomerações infernais, onde a promiscuidade e a vida privada não têm fronteiras (há quem goste disso, há certa antropologia que faz elogio disso, mas a mim horroriza e creio que deve horrorizar a quem mora lá também) - são habitações precárias, é a “viração”

⁴³⁵MARICATO, Ermínia, op. cit., p.5

⁴³⁶BONDUKI, Nabil. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 129

⁴³⁷JUNQUEIRA, Helena Iracy et al. A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 70. In: **Serviço Social & Sociedade**, Ano III – nº 7- dezembro de 1981(2ª reimpressão), p.14

⁴³⁸OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006,p.70.

como norma.

Os gastos com moradia não eram computados nos custos do salário do trabalho, visto que autoconstrução e processos de invasão (coletiva ou individual) de terras negligenciadas pelo mercado imobiliário, muitas vezes, com o incentivo e tolerância do Poder Público, foi maneira popular de ter a sonhada casa própria, rompendo com as idealizações de como deveria ser “boa ou justa ordem urbana”, e sobreviver na grande cidade, comenta o sociólogo Lúcio Kvarick. (Mantivemos a citação mais longa pela descrição, que ganha tom crítico-denunciativo, para caracterizar o processo de urbanização via autoconstrução):⁴³⁹

Realizada através do trabalho adicional e gratuito, que frequentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que para muitas famílias passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência. Assim, a autoconstrução, enquanto alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que per si já apresenta características marcadamente selvagens. Por outro lado, esse longo processo redundava, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas bastante distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade. Além disso, a casa se deteriora rapidamente, pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão do trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem sequência programada. A casa por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias, em esforço de restauração praticamente permanente

Diante do pessimismo teórico frente à questão da autoconstrução, considerando-se a expansão dos loteamentos privados pelas periferias⁴⁴⁰ como origem de diversas localidades, tais como Baixada Fluminense, o historiador Linderval Monteiro⁴⁴¹ chama atenção para o fenômeno da colonização proletária em que trabalhadores, pagando prestações às imobiliárias em loteamentos precários, irregulares e ilegais, buscavam soluções práticas comunitárias institucionais para problemas comuns, constituindo-se em pioneiros dessas localidades em que a

⁴³⁹KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 64-65.

⁴⁴⁰Conforme a geógrafa Arlete M. Rodrigues existiam algumas formas de especulação imobiliária: “... a mais comum... refere-se ao interior da área loteada e diz respeito à retenção deliberada de lotes. Em geral, vende-se inicialmente os lotes pior localizados para em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar-se os demais a venda”. RODRIGUES, op. cit, p.21.

⁴⁴¹MONTEIRO, Linderval, op. cit, 2016.

autoconstrução e mutirões se destacavam.⁴⁴²

Diante do destino incerto, abandono institucional, penúria vivida por esses moradores de periferias como a Baixada Fluminense, surgiram soluções práticas para os problemas cotidianos que aos olhos do cidadão comum, distante daqueles lugares, beira à barbárie, tais como o uso ilegal da força por lideranças comunitárias, prestações de serviço (clientelismo privado e estatal), o uso constante da prática do linchamento e da invasão de terras urbanas.⁴⁴³

Observamos essas considerações em diversos trechos de notícias e depoimentos aos jornalistas por parte de invasores que justificavam politicamente suas ações. Nessa dimensão, eles compartilhavam da mesma percepção social dominante: a invasão, o ato ilegal, abominável e desesperado que se justificaria frente ao abandono social do Estado, o uso produtivo da terra/casa.⁴⁴⁴ Nessa direção, temos o relato coletado pelo jornal *A Tribuna*, de Izaías Luiz da Silva, morador de uma das invasões na Grande Vitória: “Eles acabaram com o barraquinho que construí. Eu estou querendo uma casa para morar, porque o aluguel que pago é muito pesado, justificou-se”.⁴⁴⁵

Por outro lado, os acontecimentos ganhavam existência jornalística enquanto invasões e não como ocupações. Nessa categorização havia a mobilização do imaginário conflituoso que os transformava em acontecimentos inusitados, em polêmica social, despertando a atenção do leitor. O seu uso ganhava sentido na imprensa enquanto transgressão social e política, tendo como referência a moral e o direito hegemônico, potencializando a repercussão jornalística.

O uso da categoria invasão, nesta dissertação, dá-se pelo reconhecimento de que a imprensa e os invasores, frente ao conflito urbano, reconheciam a ordem legal e moral hegemônica. Mas isso não significava que não se arriscassem à conquista de um teto ou chão, assim, o uso dessas categorias permitiria a compreensão da

⁴⁴²FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945/1966. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

⁴⁴³SPU decide amanhã destino de invasores. *A Tribuna*, Vitória - ES, 18/12/1977, p. 6, c. 1-5. POSSEIROS do Rio Marinho têm 30 dias para desocupar terra. *A Tribuna*, Vitória - ES, 18/06/1980, snt. POSSEIROS atacam agora terrenos particulares. *A Tribuna*, Vitória - ES, 28/01/1981, snt.

⁴⁴⁴Comentando sobre os movimentos sociais no Brasil, Ana Maria Doimo mostra um dos traços, ambiguidade política: “Enquanto seu alto poder expressivo-mobilizador instaura um ethos de negatividade indiscriminada à esfera institucional, seu perfil reivindicativo-integrativo, traduzido pela linguagem dos direitos, requer o lado provedor do Estado”. DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p.128

⁴⁴⁵INVASORES de terra em Campo Grande perdem barracos. *A Tribuna*, Vitória, ES, 07/01/1982. p/s.

conflitualidade social que marcava a época investigada.

Entretanto, a apropriação da categoria ocupante evidenciava o compartilhamento de uma organização política e o reconhecimento de que a solução para invasões de terras urbanas fazia parte da promoção da cidadania, da efetivação de direitos e não se tratava de uma obrigação moral do Estado ou dívida dos políticos.

Na cartilha da Comissão de Moradia, acionava-se a voz da ocupante Dona Chiquita (Francisca Sobrinho Rosa), doméstica, uma das muitas mulheres que lutavam por um pedaço de chão na cidade, para afirmar no contexto das lutas que: “O verdadeiro invasor é a pessoa que já tem prédios, casa e ainda ocupa a área e vai explorar os pobres”⁴⁴⁶.

Nessa linha, o jornalista Antônio de Padua Gurgel relatou a posição da Comissão Justiça e Paz no Espírito Santo, no discurso do juiz de direito João Baptista Herkenhoff (1977-1979):

Nos documentos e notas da CPJ nunca se admitiu a palavra “invasão” para definir as ocupações urbanas. Afinal, quem não tem casa e ocupa uma terra para instalar barraco não é invasor. Nas palavras de João Baptista Herkenhoff, quem invade é o latifundiário rural e urbano, aquele que possui metade do município para fazer especulação imobiliária ou para obter aumento do preço daquelas terras. Na reflexão que fazia, relata Herkenhoff, a palavra “invasão” era muito agressiva, “como se o povo não tivesse direito à terra”.⁴⁴⁷

No período investigado, ainda, estavam constituindo-se sujeitos coletivos, organizados institucionalmente ou não, que reivindicavam na esfera pública a transformação semântica dos termos sociais e políticos, exigindo sua demarcação sem ambiguidade para a produção da legitimidade da luta e da conquista do que chamarão de “direito à cidade” no final da década de 80, apoiando-se na extensa obra do filósofo e geógrafo Henri Lefebvre.⁴⁴⁸

Entretanto, nesse quadro social e político, por meio da ação coletiva (relações sociais), tais como as invasões de terras urbanas, começava-se um movimento político que apelava à Justiça a efetivação dos direitos coletivos, descolando-a de uma dimensão de mera operadora do direito para a de criação e interpretação

⁴⁴⁶COMISSÃO DE DIREITO À MORADIA. **Solo Urbano:** a terra na cidade(cartilha).Vitória:CDM/CJP/AVES,198?, p.6

⁴⁴⁷ Gurgel, Antônio de Padua. **Op.Cit.**, 2007, p.35

⁴⁴⁸LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

daquele, o que fora reconhecido pela literatura jurídica e de ciências sociais como direito das ruas, ancorado da nova conflitualidade social que pulsava nos anos 80.

Esse debate político e jurídico impostava a reconsideração política do sujeito de direito, individualizado, isolado, singular e destituído de historicidade social (coletiva ou de classe) que governava as representações jurídicas da época.

Isso reposicionou, de certa maneira, as relações entre o Judiciário e o conflito social, como bem argumentou teoricamente João Batista Herkenhof ou como apontou Boaventura Sousa Santos ao criar o conceito do “direito das ruas”,⁴⁴⁹ na medida em que indivíduos, grupos sociais e movimentos impunham a ação e produção de legalidade e legitimidade a partir da compreensão do direito como “fenômeno histórico e social”, questionando a tradição positivista brasileira, o que era a emergência do debate em torno do pluralismo jurídico no Brasil.

Assim, quando se usava a categoria “ocupação”, de fato não se estava apenas reconhecendo a luta pela terra e pela moradia, que significava anuir com o processo de participação e mobilização das camadas populares e dos trabalhadores urbanos e rurais sem terra, mas também de todo um trabalho de conscientização social e política liderado por leigos e religiosos progressistas envolvidos com movimentos sociais.

Esses grupos buscavam consolidar a percepção social da luta pela terra e pela moradia, como ação de defesa da dignidade humana e efetivação da cidadania, instaurando novas linguagens políticas e sociais, que foram assumidas por organizações e movimentos sociais nos anos 80 e incorporadas no texto constitucional em 1988, em crítica à cultura autoritária e ao ideário espírito assistencial-filantrópico brasileiro.

Além disso, podemos observar a dimensão evangélica da nova linguagem política no discurso do arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque (1957-1984), em resposta aos que o acusavam de ser comunista: “Emito as palavras do Evangelho. Se essas palavras provocam tumultos, eu não

⁴⁴⁹SOUZA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito achado na rua**. Aula Magna. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fw2elsZJXZ8>>. Acesso em: 18 fev.2017; DUTRA, Carlito. O Direito achado nas ruas e nos campos: uma experiência vivida. Disponível em <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14013/artigo_sobre_o_direito_achado_nas_ruas_e_no_s_campos:_uma_experiencia_vivida>. Acesso em: 18 fev.2017. SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org). O direito achado na rua. (Colaboradores) Alayde Sant’anta et al 3.ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1990.

posso fazer nada, a não ser esperar que reflitam”.⁴⁵⁰ Outro bispo, na condição coadjutor, Dom Silvestre (1981-1984), anunciava aos críticos do discurso social e político da arquidiocese de Vitória, sob pastoreio de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que: “[...] a Igreja não tem soluções técnicas para resolver o grande problema das invasões de terras urbanas, mas temos uma filosofia social que ajuda muito”.⁴⁵¹

Numa carta em defesa das eleições diretas escrita por Dom João Batista da Mota e Albuquerque, ele manifestava os princípios morais e políticos da ação pastoral:

Nós, Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Silvestre Luiz Scandian, Bispos da Arquidiocese de Vitória, julgamos legítimo o esforço do povo em busca de maior participação nas decisões do seu destino através de autênticas organizações e de mobilização popular não-violenta. Portanto, apoiamos as manifestações da população em prol das eleições diretas⁴⁵²

Essas eram novas linguagens políticas e sociais de mobilização⁴⁵³ que tomavam a ideia de povo e de transformação como obra da conscientização e organização.⁴⁵⁴ Ao questionarem o ideário estigmatizante da categoria social “invasão” constituíam-se em conjuntos de valores morais e políticos com que as camadas populares, organizadas ou espontâneas, poderiam, também, acionar na

⁴⁵⁰DANIEL, Sandra. **Op.Cit.**, 2005. p. 12.

⁴⁵¹INVASÕES. Espírito Santo Agora, nº66, março/1982, s/p.

⁴⁵²Carta escrita por Dom João, em 13 de março de 1984 e assinada pelo Arcebispo e pelo então Arcebispo Coadjutor Dom Silvestre Scadian. In: GURGEL, Antonio de Pádua (coord.). Dom João Batista da Mota e Albuquerque. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Contexto, 2005. p. 50; GURGEL, Antônio de Pádua (coord.). **Dom Luiz Gonzaga Fernandes**. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2006. (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo). GURGEL, Antônio de Pádua (coord.). **Op.Cit.**, 2007.

⁴⁵³Assim aparece em cartilha sobre Direito à Moradia, produzida pela Comissão de Justiça e Paz: “Invasor é quem tem muita terra à toa, esperando que ela valorize para explorar mais os outros. Ou então, todo brasileiro é invasor, porque esta terra é dos índios”. (COMISSÃO DE DIREITO À MORADIA. **Op.cit.**, p. 6) “Durante as ocupações de terra e nos despejos, Dom João ia para a rádio e falava com clareza sobre a situação, enquanto Dom Luiz convocava as pessoas para assumirem mais diretamente e concretamente as próprias causas”. BARBOSA, Fabiane Machado. **Op. cit.**, 2007, p. 89.

⁴⁵⁴Criação de pequenos organismos, originários de certa concepção de “educação popular” vigente entre meados das décadas de 70 e 80, na conduta de uma nova cultura democrática e participacionista em que autoritarismo, elitismo, paternalismo, clientelismo, patrimonialismo e dirigismo são desvalorizados. As novas práticas educativas foram altamente potencializadas pela criação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação que, além de exercer ascendência sobre toda a esquerda cristã e conquistar posições estratégicas dentro da institucionalidade da Igreja, exerceram forte poder persuasivo-catalizador sobre diversos grupos de leigos, agnósticos e, inclusive, segmentos da intelectualidade acadêmica. Sader, Eder, *op. cit.*, 1988; DURHAM, E. R. Movimentos sociais – A construção da cidadania. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº. 10, p. 24-30, out. 1984.

justificação (transformando carência em reivindicação de direitos) das ações sociais em busca de resolução da questão da moradia e do solo urbano. Como ocupantes ou invasores os indivíduos ou grupos ao fim luta teriam o direito de permanecer nas moradias ou no chão invadido.⁴⁵⁵

Os ocupantes necessitados como integrantes à comunidade nacional, enganados pelo progresso, tinham um direito, o direito à moradia. Estes eram detentores de um direito que lhes havia sido negado ou negligenciado pelo direito dogmático-técnico-formal que imperava nos tribunais brasileiros, que simplesmente agia expedindo ordens de despejo. Era “esta conscientização que é sujeito de direitos supraestatais, legítima a reivindicação e luta pelo direito à moradia, digna por outras esferas jurídicas” que fazia inúmeros advogados militantes e movimentos sociais acorrerem às barras dos tribunais em defesa de despejados e invasores.⁴⁵⁶ É essa compreensão jurídica que orientará a ação de outros muitos apoiadores às invasões de terras urbanas.

De fato, o campo jurídico brasileiro viveu um intenso debate político à medida que invasões coletivas, que avançavam pelo país, instituíam, especialmente para advogados e magistrados progressistas, a possibilidade de um direito nascido a partir da “demanda coletiva”. Questionava-se, nessa perspectiva, a ideia do direito à propriedade individual absoluto, reconhecido, mais tarde, na constituição de 1988, através da ideia de função social da propriedade. Essa utilidade social, que envolvia valores tradicionais, reportava, também, as antigas formas de posse agrária (arrendamento, parceria, posse), clamando o direito ao uso efetivo da terra, ou seja, a utilidade do terreno.

Nesse sentido, tornou-se “ocupação de terra”,⁴⁵⁷ em vez de “invasão de

⁴⁵⁵Como afirmava Eder Sader, considerando o debate sobre a categoria política ocupação, “O discurso que revela a ação revela também o sujeito dela. Assim, do discurso, dependeria a atribuição de sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o de estabelecimento das identidades. A identidade se revela no discurso. Mais do que isso, se nos voltarmos para a psicanálise, ela se constitui nessa operação. Dela aprendemos que pulsões do inconsciente só podem ser reconhecidos ao serem nomeados e, portanto, inscritos na linguagem”. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 57.

⁴⁵⁶SOUZA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito achado na rua**. Aula Magna. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fw2elsZJXZ8>>. Acesso em: 10 out.2017.; DUTRA, Carlito. **O Direito achado nas ruas e nos campos: uma experiência vivida**. Disponível em <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14013/artigo_sobre_o_direito_achado_nas_ruas_e_nos_campos:_uma_experiencia_vivida>. Acesso em: 10 out.2017.

⁴⁵⁷THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. ESTEVE, Carlos L. S. **Nas trincheiras: luta pela terra dos**

terra”, o principal instrumento de “pressão” de movimentos sociais urbanos e rurais, que acusava parte da mídia e proprietários urbanos de chantagem com o poder público e ato ilegal,⁴⁵⁸ já que buscava, quase sempre, evidenciar que tais movimentos possuíam entre seus integrantes pessoas que precisavam da terra ou da moradia.

A ideia de que o direito natural-histórico-social ganhava efetividade nas invasões de terras urbanas fazia parte, então, das ações mais organizadas de reivindicação de terra, regularização fundiária, e melhorias.⁴⁵⁹ Ou seja, era parte de uma “nova” contratualidade social, como argumentavam intelectuais e militantes do movimento que emergia subvertendo concepções individualistas, mas a partir da dinâmica das relações sociais, direitos sociais e justiça social, que deveriam ser a referência de um projeto de “existência coletiva democrática”.⁴⁶⁰ A criação dessa “nova contratualidade” social deve destituir a supremacia da perspectiva individualista para fundar as relações sociais a partir da garantia dos direitos sociais e da justiça social, enquanto premissas básicas da existência coletiva democrática.

Esse tempo de embates políticos e semânticos acompanhou, como já apontamos, o cenário de mobilizações sociais e políticas no qual se desenvolveu, também, a modernização da máquina pública e o estabelecimento da política social do Regime Militar. Isso significou a expansão de categorias profissionais e saberes especializados que se transformaram em operadores das políticas públicas de saúde, habitação, educação e a previdenciária. Dentre muitos desses profissionais destacaram-se intelectuais, jornalistas, professores, assistentes sociais, advogados, médicos, sociólogos, todos que atuavam de acordo com as matrizes ideológico-políticas.⁴⁶¹

Nesse quadro sociopolítico, em 1983, o município de Vila Velha em assembleia, diversas autoridades das quais se destacavam o governador do estado, Gerson Camata, o deputado federal, Max Mauro, e o prefeito de Vila Velha, Vasco

posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2007.

⁴⁵⁸Ver: Código Penal, Art.161, II, Lei n. 4.947/66 - O esbulho possessório, ilicitude jurídica.

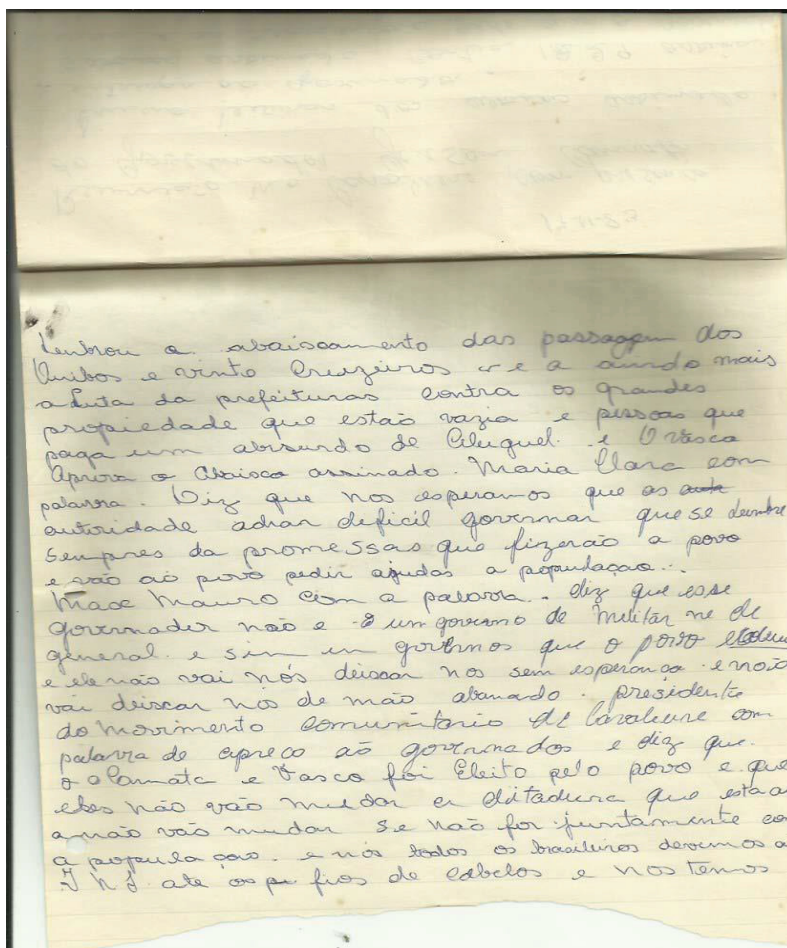
⁴⁵⁹SOUSA JUNIOR.Op.cit.,1990.

⁴⁶⁰TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. Em: DAGNINO, Evelina (org). **Os anos 1990: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

⁴⁶¹Um agente político importante de reorganização da vida política estudantil foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o partidão, à época muito ativo no processo de reorganização do movimento estudantil secundarista e universitário, uma das táticas na luta para a derrubada do regime militar e para a reorganização do movimento social brasileiro no estado do Espírito Santo.

Alves, a líder da invasão de Iribiri, Maria Clara, usava-se argumentos discutidos pela autora Maria Helena Versiani para cobrar daquelas personalidades públicas soluções para dramas sociais do “povo”, que não podia esperar. Para isso, realçando a força da demanda na ocasião, foram entregues mais de 1.229 assinaturas ao governador, além da lista de cadastros dos demandantes, como podemos observar no trecho da ata (figura 5):

FIGURA 7 – ATA DO MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DO ARIBIRI - VILA VELHA



Fonte: Arquivo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia

“Invasor necessitado” ou “ocupante necessitado” eram, desse modo, representações políticas que se inscreviam em compreensões distintas do “ato de invadir”. Enquanto, a primeira é acionada para justificar ação ilegal, porém legítima, diante do caos social e econômico que vivíamos; a segunda, sustentava a legalidade do ato a partir das necessidades coletivas e afirmação da dignidade humana como

princípio jurídico diante da primazia do direito à propriedade.

Em torno das representações de invasor necessitado, enfrentava-se distintas maneiras de compreender a realidade socioeconômica da época, mas evocava-se em comum, de qualquer modo, a resolução da questão social herdada do crescimento econômico da Ditadura Militar e reafirmavam-se determinados atores sociais como intermediários, tais como movimentos sociais, Igreja Católica, imprensa, partidos, sindicatos, tribunais, das demandas sociais e políticas que emergiam da esfera pública plebeia.

Nesse sentido, a esfera pública plebeia brasileira nos anos 70 e 80 estaria ligada à emergência das camadas populares no espaço público, constituindo um local de diálogo e interação política, de exteriorização de conflitos, das discordâncias, independentemente das condições socioeconômicas, políticas, culturais, como demonstra a sociologia urbana⁴⁶² e ciência política, emergente nos anos 80, em que se destacaram as obras de Vera Teles e Maria Célia Paoli.⁴⁶³

A esfera pública “plebeia”⁴⁶⁴ seria essa constituição da arena de interesse concorrente, em que camadas populares apareceriam como sujeitos políticos demandantes de direitos, politizando as carências a partir da perspectiva da hierarquia ou da igualdade, que apareciam pulsando nos textos jornalísticos investigados.⁴⁶⁵

Essa ideia é retirada, grosso modo, das interpretações de Jürgen Habermas sobre as quais apontava a emergência de uma esfera pública plebeia no período jacobino, da Revolução Francesa, no Cartismo e nas forças anarquistas do

⁴⁶²FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

⁴⁶³TELLES, Vera da Silva. Anos 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org). **As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Passado e Presente**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra/CEDEC/UNRISD, 1988, p. 247-86, p. 256-7; SADER, Eder. & Paoli, M.C. & Telles, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 1984. SADER, Eder. & Paoli, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; PAOLI, M. C.; TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 103-148. PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: PAOLI, M. C. et al. **Movimentos sociais e democracia no Brasil: “sem a gente não tem jeito”**. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 24-55.

⁴⁶⁴Habermas, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (1962), 1984, p. 9 e p. 14

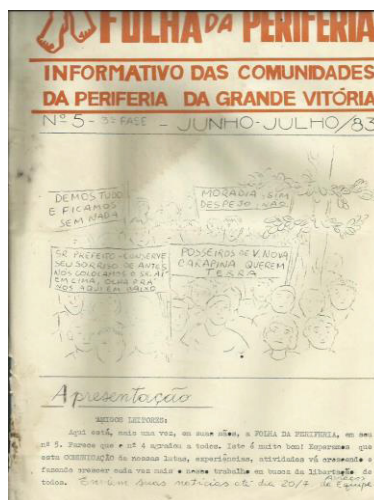
⁴⁶⁵LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan.2018.

movimento trabalhista continental europeu. Contrastando com a esfera pública “burguesa”⁴⁶⁶, Habermas⁴⁶⁷ explica conceitualmente a própria esfera pública:

[...] o âmbito do que é setor público, contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como esfera da opinião pública e se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso inclui entre os “órgãos da esfera pública”, os órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique.

Esses dizeres populares, ocupantes ou invasores necessitados, que reivindicavam lugar no espaço político e alargavam a esfera pública assim como no século XVIII e XIX, interessavam em grande medida à política e aos jornalistas para preencherem páginas de novidades (reclamações do povo), relatórios policiais e as colunas de queixas populares, como aparecem na foto 6, abaixo.⁴⁶⁸

FIGURA 8 – FOLHA DA PERIFERIA



Fonte: Arquivo do Movimento Nacional pela Luta pela Moradia do Espírito Santo

Desta forma, a emergência da categoria ocupante significava a afirmação de uma nova visibilidade pública e a tentativa de produção de uma nova forma de

⁴⁶⁶HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (1962), 1984, p. 9.

⁴⁶⁷Idem, p. 14

⁴⁶⁸Essa esfera pública plebeia escaparia o ideal de racionalidade moderna e elitista a qual se ancorou Jürgen Habermas, envolvendo outras dimensões e espaços de formação opinião pública (boatos, jornais comunitários, libelos, bares, cabarés, praças, ruas) que atravessavam a vida social e foram negligenciados pela análise habermasiana, como apontaram Arlette Farge e Robert Darton, indicando que as camadas populares, apesar de não usarem a cultura escrita, opinavam sobre ou discutiam pelos problemas e acontecimentos políticos que perpassavam a vida social, mas que envolviam racionalidade e paixões políticas e sociais.

abordagem jurídica em que as notícias ganhariam relevância não pelo interesse público, mas pelo interesse do público que a constitui (ou dos anunciantes).

Assim, os eventos se transformam em notícias a partir da perspectiva daqueles que desencadeiam a ação política. Isso é, o uso significaria novas formas de produzir (prática e representações) a notícia que no período fazia parte de debate no processo de democratização da imprensa (defesa da informação como um bem público e direito social), tais como jornalismo comunitário e jornalismo cívico.

Entretanto, mesmo com a defesa da categoria “ocupação”, os movimentos sociais submetiam aquele “modo de visibilidade ou fazer falar” hegemônico da imprensa, que os compreendia como invasão, tendo em vista que, na época a imprensa era reconhecida pelos atores sociais envolvidos nos conflitos fundiários urbanos como recurso estratégico de fundamento, pois cedia espaço de visibilidade pública à repercussão sobre as demandas sociais na esfera pública.

Enfrentavam essa ambiguidade entre visibilidade pública e submissão às representações da imprensa⁴⁶⁹, envolvidas com interesses político-econômicos, mas que poderiam desequilibrar disputas por terras urbanas em favor dos invasores e conter a ação truculenta das forças policiais.⁴⁷⁰

De fato, a imprensa hegemônica, se assumisse a retórica política da ocupação ou defendesse a ideia de ocupante necessitado, destituiria as invasões de terras urbanas do caráter de notícia, já que ela perderia o caráter polêmico e conflituoso que envolvia passionadamente os leitores dos jornais, como lembra Nelson Traquina que:

A relevância é outro valor - notícia da comunidade jornalística. Este valor - notícia - responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas. Determina que a noticiabilidade tem a ver com capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação.⁴⁷¹

Com isso, considerando-se as notícias como representações e reconhecendo as proposições analíticas no percurso desta dissertação, nos resta finalizar

⁴⁶⁹Ver: CASTRO, Maria Pimenta Spínola. **Na tessitura da cena, a vida:** Comunicação, sociabilidade e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997., p.126-159 e p.260-277

⁴⁷⁰POLÍCIA derruba barracos no bairro Rosa da Penha. A Tribuna, Vitória, ES, 19/01/1982, p. 9, 3-5; INVASÃO continua em Barbados [Campo Grande] e juiz determina novo despejo hoje. A Tribuna, Vitória, ES, 29/01/1982. NOVA invasão de terra gera mais prisões em Cariacica. A Gazeta, Vitória - ES, 04/05/1980, snt. JUSTIÇA decide desalojar os invasores de Itacibá. A Tribuna, Vitória, ES, 10/02/1983, p. 6, c. 1 e 2.

⁴⁷¹TRAQUINA, op.cit. 2005, p.80.

meditando com as palavras de Pesavento que:

[...] as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. [...] Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.⁴⁷²

E assim, por fim, retomar, como sugere Peter Hall, que essas representações sobre as invasões de terras urbanas,

(...) não atuam sobre nós como se fôssemos uma tela em branco. Contudo, elas invadem e retrabalham as contradições. (...) Afirmar que essas formas impostas não nos influenciam equivale a dizer que a cultura do povo pode existir como um enclave isolado, fora do circuito de distribuição do poder cultural e das relações de força cultural⁴⁷³

Como bem resumiu Ulpiano T. Bezerra de Meneses, a partir do urbanista Kevin Lynch, precisamos compreender as representações urbanas para além de expressões psicológicas e de ato cognitivo simplesmente, mas, como evidenciamos ao longo desta dissertação, como parte "dos componentes da prática social global, que inclui o universo de valores, aspirações, legitimações, critérios de inteligibilidade".⁴⁷⁴

Um pequeno bilhete deixado para João Gualberto Vasconcellos, publicado no livro *Vitória: trajetórias de uma cidade*, de Marta Zorzal,⁴⁷⁵ no qual ela revela a própria percepção sobre as transformações sociais e econômicas impostas pelo processo de modernização da região da cidade de Vitória, aproxima-se das representações compartilhadas pelos jornalistas e periódicos:

A qualidade de vida em Vitória deteriorou-se consideravelmente. De burgo bucólico e romântico de Elmo Elton à Vitória da era "modernidade colorida" pouca coisa, ou quase nada restou, a não ser alguns elementos do patrimônio histórico que, apesar do descaso da maioria dos Prefeitos e governantes – com exceção para a gestão Vitor Buaiz- insiste em denunciar a presença de um tempo vivido que não tem mais espaço no presente. A

⁴⁷²PESAVENTO Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39.

⁴⁷³HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 254-255.

⁴⁷⁴MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade, a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8-9, p. 197-205, 1984. p. 199.

⁴⁷⁵Ela é autora dos primeiros estudos acadêmicos sobre estrutura política capixaba, foi técnica do instituto Jones dos Santos Neves nos anos 80 e atualmente é professora da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo recorrentemente acionada para se posicionar à esfera pública capixaba sobre questões de desenvolvimento local.

lógica que rege o presente é outra. A política do fazer “**o bolo crescer para depois repartir**” da era militar concentrou a riqueza e ampliou a massa de miseráveis que constituiu o cenário da cidade Terror que vivenciamos. Da cidade amiga e hospitaleira de Elmo Elton ganhamos a cidade enclausurada, onde o medo do outro é a tônica que rege a maioria das relações sociais. Entre os miseráveis e a reduzida elite resultante, a classe média que se formou no período também surge como ator relevante. Nesta cidade do terror as pessoas se armam até os dentes de dispositivos de segurança para conviver com a contradição, ampliada ao extremo por este processo. Cidade onde os assaltos, sequestros e roubos passam a fazer parte do cotidiano da **ex-cidade presépio**. (grifo nosso)⁴⁷⁶

De fato, essas linhas lamuriosas e quase céticas, perpassavam os sujeitos investigados por esta dissertação de mestrado: Jornalistas; políticos; jornais, instituições públicas, invasores de terras urbanas. Entretanto, também revelavam as circularidades de representações produzidas por instituições, indivíduos e grupos sociais que constituíam a vida urbana capixaba, da qual a imprensa destacava-se como uma das máquinas representacionais⁴⁷⁷, em contraposição à emergência da categoria de ocupação e ocupante necessitado nos anos 80.

⁴⁷⁶ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org). **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, p. 137.

⁴⁷⁷Ver: SALVATORE, Ricardo D. **Imágenes de un império**: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a história da imprensa capixaba partindo da constituição do seu campo jornalístico, do processo de organização dos jornalistas, das empresas de comunicação e das estratégias de representação das invasões de terras urbanas, constatamos que os periódicos *A Tribuna* e *A Gazeta* constituíam-se como dois dos principais espaços de articulação política e da vida social local, onde o jogo social e a política se emaranhavam, assim como projetavam e elaboravam as representações.

Com isso, reconhecemos que a imprensa capixaba participava ativamente da dinâmica social e política local, na medida em que se preocupava com uma cobertura jornalística de alguma temática que afetasse determinado interesse social, econômico e político, ou buscava a realização dos interesses e projetos próprios, transformando-se dessa maneira em recurso tático e estratégico dos atores sociais e políticos locais.

No caso particular, direcionado aos jornalistas, coletiva ou individualmente, ao assumirem por moral das ações, valores e códigos éticos profissionais, estabelecerem políticas de organização e valorização do ofício (formação de entidades, de classes e associativas, instituições de formação), também apresentavam-se como atores políticos e sociais destacados da vida local e que, muitas vezes, assumiam o papel de consciência crítica, problematizando especialmente o provincianismo que caracterizaria – o suposto marasmo e os costumes capixabas em relação aos grandes centros urbanos do país e do mundo – ou engajando-se nos interesses sociais e carreiras políticas locais.

Tal postura profissional ou engajamento político-cultural se projetava nas diferentes reportagens e notícias que se apresentavam ao público, não como uma ação política, mas simplesmente como realização da função social ou técnica da imprensa local (papel de informante). Entretanto, o contexto de crise moral e política do Regime Militar e da redemocratização brasileira, reforçava e transformava a imprensa de Vitória, assim como o profissional jornalista, nos grandes mediadores políticos e guardiães do debate público da Nova República em emergência.

Assim, fosse por opção política ou missão de ofício, os jornalistas e as empresas de comunicação, inscreviam-se em um território de intensa negociação política, apostas pessoais e profissionais, que envolviam projetos de carreiras,

ideologias e estratégias de sobrevivência (política, econômica, profissional) num contexto de transformações socioeconômicas, modernizações tecnológicas e políticas do campo jornalístico, além da concentração dos meios de comunicação, estimulada pelos governos militares.

Esse quadro de mudanças fazia com que - além da competência jornalística - diferentes redes sociais e políticas interferissem no êxito profissional e grau de liberdade de ação dos jornalistas e das empresas de comunicação.

Com isso, percebemos que o reconhecimento social da imprensa e importância da visibilidade midiática, muitas vezes assumida como visibilidade pública, fazia com que indivíduos e grupos sociais disputassem, negociassem a palavra impressa.

Dessa maneira, a partir da política da valorização da retórica da neutralidade e da celebração dos procedimentos técnico-profissionais - produzindo a informação supostamente assertiva, isenta, exata, sincera, imparcial, desprovida de sujeito e perspectiva ideológica - como a estratégia de profissionalização e diferenciação do campo jornalístico da política, literatura (militância política, diletantismo literário) reiterava-se, sedimentava-se, ainda mais, o prestígio social e político dos periódicos e dos trabalhadores investigados entre instituições, grupos sociais e indivíduos locais.

Entretanto, os efeitos políticos e sociais do produto do trabalho jornalístico (notícias, reportagens, anúncios, serviços de utilidade pública, etc.) eram incontroláveis e imprevisíveis. Essa incerteza impulsionava, mais ainda, mesmo sobre a expansão do jornalismo objetivo no período investigado, a preocupação dos grupos políticos e econômicos com a monopolização sobre o processo de produção de notícias, apesar da retórica da liberdade de imprensa, o que resultava, por vezes, em políticas de censura, autocensura e repressão.

Tais receios políticos e sociais consolidavam a imprensa local como atores importantes frente às muitas disputas jornalísticas na Grande Vitória (pressões governamentais, censura empresarial e social), dado o impacto sobre a imagem pública dos atores e mobilização da opinião pública, assim como a dimensão de *gatekeeper*,⁴⁷⁸ - reunir, escolher, hierarquizar, organizar, circular, editar informação e

⁴⁷⁸Teoria do campo jornalístico (teoria *newsmaking*), desenvolvida por David White, inspirada nas investigações do psicólogo social Kurt Lewin, que se transbordou para o senso comum em torno da mídia e do trabalho do jornalista (experiência, atitudes e expectativas) que os percebe como porteiros

notícias - no contexto da vida social local.

Dessa maneira, a imprensa local ao atribuir dimensão universal e neutra a sua atividade pública de defesa do direito à informação, inscrita nas bandeiras políticas da independência, autonomia e liberdade, assim como de produção da boa informação para os leitores, tecia o quadro valorativo político e moral de avaliação e parâmetro das próprias ações.

Era justamente a dimensão ideológica que transformava aqueles periódicos em campo intensamente disputado, porque os atores reconheciam e valorizavam a importância do saber da informação em decisões políticas, formação da opinião pública e no conhecimento do real. Isto é, a reconhecida dimensão testemunhal do texto jornalístico e dos efeitos produzidos sobre a vida social (imagem, reputação e legitimação social) fazia com que os atores em embates sociais e políticos os incorporassem como parte do cálculo político de ações e discursos.

Os jornais aqui investigados, desse modo, eram compreendidos como espaço de produção da verdade com forte legitimidade e autoridade moral na vida social local. Essa compreensão social fazia com que os sujeitos políticos deles quisessem fazer parte, interferir ou emergir como notícia, assim compartilhando as sombras da verdade reconhecida social e politicamente.

Tal situação ampliava o poder negociador social e político de jornalistas e empresas de comunicação, tendo em vista que a crença social, nos efeitos jornalísticos, expandia-se sobre a dinâmica política e social da localidade, alimentando a percepção que tal visibilidade e enunciação jornalística, eram distantes e imunes dos discursos partidários (verdade de fatos), que se constituíam simplesmente na transcrição dos acontecimentos e não de um ponto de vista daqueles (juízo de valor).

Nesse contexto, inscreviam-se as representações jornalísticas tomadas como realidade, produzida em torno das invasões de terras urbanas que assolavam a região da Grande Vitória, que jornalistas e jornal consolidavam posição social e lugar na hierarquia local, não só como mediadores, mas como atores políticos e sociais.

Ao narrarem as condições de vida de milhares de migrantes que acionavam tal prática social polêmica, como estratégia de sobrevivência, frente aos elevados custos da moradia (preços do aluguel e das prestações da casa própria), e à

ou vigias das notícias, encarregados por selecionar na avalanche de acontecimentos diários aqueles que se tornaram notícias.

ineficiência das políticas habitacionais, davam visibilidade pública aos problemas sociopolíticos e econômicos do processo de modernização capixaba.

Tal realidade anunciada nas páginas dos periódicos transformava-se em escândalo moral, social e político, justamente porque contrastava com as promessas de que o desenvolvimento vigente promoveria a valorização da família, do trabalho, poupança, da participação e prosperidade. Tais valores sociais, assumidos como bandeira política pelos governos militares, pareciam se esfacelar frente às mazelas sociais e econômicas, entre as quais as invasões de terras urbanas apresentavam-se como um dos exemplos.

A partir da representação do invasor necessitado, eloquência da missão jornalística (jornalismo cívico, de serviço) ou jornalismo investigativo, eram revelados diferentes interesses e atores, os quais se envolviam nesse conflito social, assim como apontavam a imprensa capixaba não como uma simples produtora de informações, mas como ator político constitutivo dos conflitos sociais, apesar das assimetrias políticas, culturais e socioeconômicas, entre as partes.

Assim, a exposição midiática dava força política aos jornalistas e jornais, que faziam do texto jornalístico um campo de negociação social e político, em que a presentificação no texto, conforme a conjuntura política e os interesses em jogo, faziam-se tática e estrategicamente importantes, porque poderiam resultar, por vezes desejava-se que sim e tinha-se a expectativa de que ocorresse, uma constelação de ações e sentimentos, como compaixão, comoção, solidariedade, desconfiança, suspeita, indignação, ceticismo.

No caso dos sentimentos desconfiança, indignação e ceticismo evocados, observamos que se dirigiam, especialmente, em relação aos políticos e à administração pública, tomados como responsáveis diretos pelos problemas sociais noticiados. Tal estratégia jornalística reiterava o lugar da imprensa como interlocutora das demandas sociais, defensora da moralidade e decência pública.

Com isso, a busca pelo invasor necessitado e preocupação com a proliferação dos processos de invasões de terras urbanas, indicavam uma cidade eivada por tensões sociais e políticas, que colocava em agonia representações hegemônicas, compartilhadas pelos jornalistas, de uma vida urbana moderna em que pobreza e desordem na cidade não existiriam ou estariam disciplinadas.

Nessas representações jornalísticas, dramatiza-se a partir de um leitor idealizado, supostamente de classe média urbana em ascensão social e profissional,

reconhecido como formador de opinião.

Seria essa a utopia de uma sociedade harmoniosa, em equilíbrio, cuja efetivação mantinha-se cada vez mais distante, fosse devido à inaptidão moral e política das camadas populares, à ineficiência do estado ou às desigualdades socioeconômicas, como reveladas nas inúmeras narrativas jornalísticas investigadas nesta dissertação.

Como apresentamos no primeiro capítulo, as invasões de terras urbanas ganhavam existência no texto jornalístico quando entravam em choque com valores sociais defendidos pelos jornais ou jornalistas e, assim, tornavam-se expressão de novidade e atualidade, produzindo um tom conflituoso, polêmico e de impasse ao acontecimento jornalístico, chamando a atenção do leitor. No entanto, tal estratégia discursiva intensamente dialogava com a busca em responder ao desejo de informação e de contexto dos leitores, diante de uma cidade que se transformava aceleradamente ou de contexto político-social, em que as ideias de cidadania, participação política e solidariedade social eram assumidas em valores sociais valorizados.

Entretanto, nesse jogo de busca do exótico, de algo que entrasse em choque com valores hegemônicos ou que chamasse a atenção do leitor - a partir das diferentes estratégias discursivas de despolemização; da voz dos especialistas; da polarização ou diferenciação e segmentação dos eventos, personalização e dramatização - mobilizava-se, também, a possibilidade da consagração profissional e política dos jornalistas e da empresa de comunicação.

Nessa dinâmica, ademais, registrava-se, muitas vezes involuntariamente, a capacidade de agir das camadas populares, assim como diferentes táticas dos grupos sociais e indivíduos para apropriarem-se socioespacialmente da cidade.

Nesta dissertação, então, concluímos que a imprensa era lugar de interdependência social, econômica, cultural e política, no qual os atores sociais e políticos movimentavam-se em busca da realização dos distintos interesses e projetos, tendo em vista que compartilhavam a mesma crença social, capacidade daquela, de agir sobre a opinião pública ou da missão profissional de difusão da informação e promoção da cidadania, dimensão reforçada pelo processo de afirmação da redemocratização, partindo da hegemonia liberal-conservadora.

Essa constatação não significava que os atores sociais e políticos não reconhecessem as articulações políticas e econômicas que envolviam a atuação da

imprensa, apesar da retórica e da política de profissionalização, mas a percepção social e política, em especial, das populações menos desfavorecidas e dos profissionais de comunicação, porque autoridades e grupos hegemônicos tinham preocupação esmerada com a maneira como seriam representados ou vistos nas páginas dos jornais.

Constatamos, ao longo desta dissertação, que a imprensa capixaba, fosse no campo da organização empresarial ou do campo jornalístico ou texto jornalístico, era um ator político ativo no processo de tomada de decisões políticas e na constituição e articulação dos sujeitos políticos. Isso fazia com que o controle da visibilidade midiática ou da participação da verdade jornalística estivesse em contínua disputa e negociação, o que revelava a força material e simbólica das representações jornalísticas, no contexto das lutas sociais no período investigado.

Dessa maneira, a notícia, mais do que informar, constituía-se num recurso político, já que ao compartilhar saberes sobre o que está acontecendo ou dar consciência aos leitores dos fatos acontecidos sob as supostas sombras dos desígnios da verdade, poderia impactar sobre as imagens dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos relatados, assim como estimular a mobilização social e política interferindo nos desfechos dos casos aqui investigados, das lutas sociais, mesmo subordinando os acontecimentos aos procedimentos e regras, ou seja, às estratégias profissionais e políticas de representação do campo jornalístico.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A HORA da verdade. Posição Vitória, n.16, p.3 15, jul, 1977.

A UNANIMIDADE POPULAR no Bairro de Boa Vista. A Tribuna, Vitória, ES, 18/07/1976, p.6, c.1.

AGUIAR, Nelson. Gabinete/Assembleias. Ofício à Secretaria da Cultura e do Bem-Estar Social, Vitória, 15 de Agosto de 1979, p.3. Apud DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. Op.cit.,p.109.

AJUDA do Governo pode resolver questão das invasões. A Gazeta, Vitória-ES, 03/06/1979, p.6, c.1-5.

ALMEIDA, Amylton de. RELATOS do Despejo. A Gazeta, Vitória - ES, 26/05/1983, p.1-2, c.1-6. p.1.

ALMEIDA, Amylton de. ESTE MENINO está morrendo (de fome).A Gazeta, Vitória-ES, 22/06/1983, cad.2, p.1, c.1-6.

ALMEIDA, Ildeberto Muniz de (Paraíba).Entrevista a Renato Heitor Santoro Moreira.In: MOREIRA, Renato Heitor Santoro. **O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981)**. 231f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p.225.

AMARAL, Rossini & CORRÊA, Marcelo. Urbanismo. A Gazeta, Vitória, ES, 03/07/1977, p.08-09, c.1-6.

ANDREAZZA inaugura 13 conjuntos residenciais. A GAZETA. Vitória-ES, 05/11/1981, p.14.

AS INVASÕES.POSIÇÃO, nº1, 29 de outubro de 1976, p.4.

BAIRRO Monte Belo: uma comunidade vive na lama. A GAZETA, Vitória-ES 12/07/1980:p.5.

BARBOSA, Tião. NO MANGUE, a esperança de uma vida melhor. A Tribuna, Vitória, ES, 15/12/1982, p.13, c.1-6.

BARBOSA, Tião.Projeto Itanhenga será inaugurado com promessas. A Tribuna, Vitória, ES, 20/02/1983, p. 5, c.1 e 2.

BELMIRO aponta falhas no processo de desenvolvimento urbano. A Gazeta, Vitória, ES, 23/06/1977, p.6 , c.1-4.

BERNARDES diz que vai despejar invasores.A Gazeta, Vitória-ES, 0/06/1980, p.6,

c.1-2.

BNH aprova a inclusão de Flexal no PROMORAR. A Tribuna, Vitória, ES, 08/03/1980, p.06, c.1-2.

BNH em resumo. Rio de Janeiro: CAPEL. Ano 1, n. 5, jan/fev 1977.

CADASTRAMENTO dos posseiros de Aribiri termina segunda. A Gazeta, Vitória, ES, 15/01/1983, p.5, 1 cad, c.4-6.

CAMPOS, ANTÔNIO CARLOS. Doces ilusões. Posição Vitória, nº.9, p.13 mar, 1977.

CAMPOS, Suely. A vida sem teto e sem chão... **Revista Instituto Jones do Santos Neves**, Vitória: V.5., nº3, p. 52-54, jul./set. 1986.

COHAB espera proposta de herdeiros para urbanização de Flexal. A Tribuna, Vitória, ES, 02/07/1980. Apud BARBOSA, Fabiane Machado Barbosa. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacica (1973-1989)**. 2007. 202f. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS/UFES, 2007. p.105.

COIMBRA, Ubervalter. Veja como é a vida no Morro de São Benedito. A Tribuna, Vitória, ES, 08/02/1981, sp., c.1-3.

COMISSÃO de Moradia faz protesto contra despejo. A Tribuna, Vitória-ES, 18/07/1980, snt.

COMISSÃO DE DIREITO À MORADIA (cartilha). Solo Urbano: a terra na cidade. Vitória: CDM, 198-

CONSTRUÍDOS mais 300 barracos no bairro São Pedro. A Tribuna, Vitória ES, 27/12/1980, p.34, c.1-2.

COUTINHO, Glecy. Angústias da periferia em tempos de crise. A Gazeta, Vitória, ES, 09/03/1983, p.1, c.1-5.; LIEVORI, Suely. Sonho de casa própria está se transformando num pesadelo. A Tribuna, Vitória, ES, 28/07/1981, p.12, c.1-4.

COUTINHO, Glecy. Berredo de Menezes. O PDU é uma herança vergonhosa que o PDS nos legou, A Gazeta, Vitória, ES, 07/03/1983, p.1, 2 cad, c.1-6.

DELEGADO acusa advogado por invasão em Cariacica. A Tribuna, Vitória-ES, 16/04/1980, snt.

DENUNCIADA venda de lotes que Sebs está doando em Itanhenga. A Gazeta, Vitória, ES, 06/02/1983, p.10, c.1-4.

DIAS, Tavares. **São Pedro**. Vitória: PMV/SMC, 2001, p.16.

Dona Márcia, MIC (depoimento) In: COSTA, Samira Lima da Costa. Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES. 337f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e

Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2008.

Editorial.GRITO DO POVO, nº7, FEVEREIRO, 1982, p.1.

Espírito Santo. 290f.Tese(Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p.75.

Espírito Santo-Brasil.Lei nº 3.493, de 15 de outubro de 1982.

ESTRELINHA surge de invasão. A Tribuna, Vitória, ES, 27/08/2004, p.8, c.1-4.

EURICO e Carlito lançam PROMORAR em São Pedro. A Tribuna, Vitória, ES, 30/06/1980, sp. c.1-2.

EURICO Rezende: o maior realizador de obras de toda a história do Espírito Santo. In:Revista Manchete, nº.1609, Rio de Janeiro, p.108-109, jan. 1983.

EXIGÊNCIAS de posseiros atrasam as negociações. A Gazeta, Vitória-ES, 05/02/1982, p.6, c.3-4.

FABRIS, Júlio.O RETRATO DO ABANDONO [...].A Gazeta, Vitória, ES, 24/01/1980, s.p., c.1-6.

FAMÍLIAS invadem mais uma vez área de Itacibá. A Tribuna, Vitória, ES, 20/01/1983, p.6, c.4 e 5.

FAVELADOS do "Sossego" serão transferidos. Moradores da favela vão pedir[...]. A Tribuna, Vitória, ES, 31/01/1978, p.06, c.1-3.

FELIZ, Betty.Miséria e denúncia num documentário emocionante.A Gazeta, Vitória-ES, 17/06/1983, p.3, cad.2, c.3-6.

FELIZ, Cláudia.Favelados querem maior atenção das autoridades. A Gazeta, Vitória, ES, 31/07/1983, p.6, c.1-5.

FISCAIS com ajuda da polícia impedem invasão em V. Velha. A Tribuna, Vitória-ES, 04/06/1980, snt.

FJSN mostra valor do seminário sobre urbanismo. A Tribuna, Vitória, ES, 05/07/1977, p.29, c.1-2.

FORMATO DE JORNAIS.Disponível em:<
<http://www.tecnologiadodia.com.br/comunicacao/formato-de-jornais,824.jhtml>>.
 Acesso em: 10 fev. 2017.

GOVERNO diz ter áreas para dar a invasores. A GAZETA, Vitória-ES, 02/02/1982.

GOVERNO em julgamento. Revista Espírito Santo Agora , Vitória, nº54, p. 27-29, mar. 1981, p.27.

GOVERNO Federal erradicará favelas em Vila Velha. A Tribuna, Vitória, ES, 30/06/1979, sp., c.1.

GOVERNO não tem planos para ajudar Rio Marinho. A Gazeta, Vitória-ES, 18/11/1981, cad.2, snt.

GOVERNO vai lançar programa de migrantes. A Tribuna, Vitória ES, 02/03/1978, p.6, c.1-2. ESTADO não tem recursos para atender migrantes.

GRANDE Vitória recebe 300 migrantes por mês. A Gazeta, Vitória ES, 22/03/1980, p.19, c.1-2.

IGREJA diz que miséria é responsável. A Tribuna, Vitória-ES, 15/05/1980, snt.

IJSN admite estar elaborando projetos pouco aproveitados. A Gazeta, Vitória, ES, 12/05/1981, c.1-3.

IJSN, **Programa PROMORAR-BNH: diagnóstico socioeconômico do Bairro Vila Nova - São Mateus/ES**. 1980, p.10.

INOCOOP-ES: 15 mil habitações em 10 anos. A Gazeta, Vitória, ES, 30/09/1978, p.06, c.1-7., p.1.

INVASÃO atinge agora aquaviário de Santana. A Tribuna, Vitória-ES, 03/02/1981, snt.

INVASÃO continua em Barbados e juiz determina novo despejo hoje. A TRIBUNA, Vitória, ES, 29/01/1982.

NOVA invasão de terra gera mais prisões em Cariacica. A Gazeta, Vitória-ES, 04/05/1980, snt.

JUSTIÇA decide desalojar os invasores de Itacibá. A Tribuna, Vitória-ES, 10/02/1983, p.6, c.1 e 2.

INVASÃO em Cariacica já tem 4 mil barracos. A Gazeta, Vitória-ES, 06/05/1980, snt, p.6.

INVASÕES. Existe alguém por trás. A GAZETA, Vitória-ES, 18/11/1981, cad.2, snt.

INVASÕES. Revista Espírito Santo Agora, nº66, março/1982, s/p.

INVASORES CADASTRADOS. Revista Conceito, nº03, p.33, Vitória-ES, Mar./1982.

INVASORES de terra em Campo Grande perdem seus barracos. A Tribuna, Vitória, ES, 07/01/1982., p/s.

INVASORES denunciam a ação de comerciantes. A Tribuna, Vitória-ES, 17/04/1980, snt.

INVASORES do São Pedro movem ação contra a Polícia. A Tribuna, Vitória-ES, 07/01/1981, snt.

ORDEM ilegal de juiz gera despejo de 300 posseiros. A Gazeta, Vitória-ES, 24/05/1983, p.6, c.1-3.

INVASORES instalam 200 barracos em São Pedro. A Gazeta, Vitória-ES, 24/12/1980, p.5, c.1-2.

ITANHENGÁ. Só existe uma rua com calçamento. A Gazeta, Vitória-ES, 24/06/1984, p.13, c.1-6.

JORNAL DA SERRA, 1979. Apud: PAULINO, Vânia Seidler. **Articulação entre os atores sociais na década de 1980**: a constituição do projeto democrático participativo no município da Serra, ES. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2008, p.73.

JUIZ confirma decisão e despeja invasores. A Gazeta, Vitória-ES, 28/05/1983, p.12, c.1-2.

LEI do Solo beneficia 53 bairros de Vila Velha. Beneficiados. A Tribuna, Vitória-ES, 11/12/1981, s.p., c.1-3.

LIEVORI, Sueli. Sexo e sonhos no Lixão. In: Revista Espírito Santo, nº 5, 28/09/1984, p.22-25.

LIEVORI, Sueli e CHIABAI, Silvia Raquel. Comunidades da Serra lutam para escapar à desagregação urbana.

LIEVORI, Sueli & PAIVA, Cida. No ES há mais de 40 mil invasores de terra. A Tribuna, Vitória-ES, 27/09/1981, p.15, c.1-5.

LIEVORI, Sueli. NO ESPÍRITO SANTO há mais de 40 mil invasores de terra. **A Tribuna**, Vitória, ES, 27/09/1981, snt. (Falta a página 15 - Continuação).

VILA VELHA tem maior índice de barracos do Espírito Santo. Distorções. **A Gazeta**, Vitória- ES, 22/04/1981, p.05, c.1-3.

MARTINS, Edilson e MEDEIROS, Rogério. O terror das florestas. In: **Revista do Espírito Santo**- Vitória, v.1, n.4, p.12-17, abr.1984.

MAURO, Max (DEPUTADO FEDERAL). **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL** (Seção I), 31 de Março de 1979, p.1496.

MEMBRO da comunidade de base aponta grilagem em São Pedro. **A Gazeta**, Vitória-ES, 09/01/1981, p.6, c.1-3.

MENDIGOS, de repente a cidade é invadida por mendigos. **A Gazeta**. Vitória, 29 de

julho de 1980.

NO ES HÁ MAIS DE 40 MIL invasores de terra. **A Tribuna**, Vitória-ES, 27/09/1981, p.15, c.1-5.

NOVA invasão de terra gera mais prisões em Cariacica. **A Gazeta**, Vitória-ES, 04/05/1980, snt.

PAIVA, Cida. A miséria sob ameaça de despejo: Itacibá. **A Tribuna**, Vitória, ES, 12/02/1983, p.5, c.3-5.

PLANO de moradia pretende beneficiar 10 mil em VV. Prosind tem mais de 4 mil inscrições. **A Tribuna**, Vitória-ES, 02/08/1980, p.41, c.1-3.

POLÍCIA derruba barracos no bairro Rosa da Penha. **A Tribuna**, Vitória-ES, 19/01/1982, p. 9, 3-5.

POLÍCIA espanca e prende invasores de Santa Rita. **A Tribuna**, Vitória-ES, 13/01/1983, p.5, c.4-5.

POLÍCIA expulsa os invasores de Santa Rita. No clima de pânico que se instalou no local, muitos não resistiram à emoção e desmaiaram. **A Tribuna**, Vitória-ES, 18/01/1983, p.5, 1 cad, c.2-4.

POLICIAIS armados prendem posseiros de Rosa da Penha. **A Tribuna**, Vitória-ES, 07/05/1980, snt., s/p.

POSSEIROS atacam agora terrenos particulares. **A Tribuna**, Vitória-ES, 28/01/1981, snt.

POSSEIROS do Rio Marinho têm 30 dias para desocupar a terra. **A Tribuna**, Vitória-ES, 18/06/1980, snt.

POSSEIROS em passeata não têm audiência. **A Tribuna**, Vitória-ES, 01/06/1980, snt.

POSSEIROS esperam solução para ocupação de Aribiri. A autorização para invadir o terreno já virou jogo de interesses de políticos. **A Tribuna**, Vitória, ES, 12/01/1983, p.5, c.4-6, 1 cad.

POSSEIROS garantem permanência em Rio Marinho. **A Tribuna**, Vitória-ES, 01/07/1980, snt.

POSSEIROS se defendem da violência policial. **A Tribuna**, Vitória-ES, 08/05/1980, snt.

POLICIAIS armados prendem posseiros de Rosa da Penha. **A Tribuna**, Vitória-ES, 07/05/1980, snt.

POVO sem casa invade terrenos em Cariacica. **A Tribuna**, Vitória-ES, 04/05/1980,

snt.

PREFEITO denuncia invasões de terras. **A Tribuna**, Vitória-ES, 25/07/1975, p.3.

INVASÃO de terreno termina em tiroteio. **A Gazeta**, Vitória-ES, 09/03/1981, s/p.

PREFEITOS prosseguem seminário. **O Diário**. Vitória-ES, 21/06/1977.

Revista **Agora Espírito Santo**, nº56, 05/1981, p.16.

Revista **Agora Espírito Santo**, 1982, p.18.

Revista **Agora Espírito Santo**, nº66, 03/1982, p.10.

REVISTA CAPIXABA, 4 v. nº.35, 1970, apud NASCIMENTO, Weydson Ferreira do. Cariacica no Contexto da Grande Vitória. Décadas de 1960 a 1990. **Revista História Hoje**. Disponível em: <<http://br.geocities.com/historiahoje/revista3/artigo3.htm>> Acesso em: 05 mai. 2007.

Revista **Espírito Santo Agora**, 1973, p.8.

REZENDE, Lino. La vem Conheiras. Revista **Espírito Santo Agora**, Vitória, p.35, mai.1979.

REZENDE, Lino. Vivendo de esperança. Revista **Agora**, Vitória, p.34, out.1978; ITANGUÁ: o milagre da sobrevivência. **Posição**, Vitória, nº28, 17/01/1978, p.2.

RUSCHI diz que se sente melhor com tratamento indígena. **Folha de São Paulo**, 24 de janeiro de 1986.

S/T.**A Gazeta**, Vitória-ES, 10/06/1974, apud MARTINUZZO, José Antônio.**Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008, p.162.

S/T.**A Tribuna**, Vitória-ES, 08/11/78, apud BARBOSA, Fabiane Machado Barbosa. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacica (1973-1989)**. 2007. 202f. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS/UFES, 2007. p.105.

S/T.**Jornal do Brasil**, 22/03/77, p.6.

S/T.**Jornal O Globo**, 24/03/1981.

SPU decide amanhã destino de invasores. **A Tribuna**, Vitória-ES, 18/12/1977, p.6, c.1-5.

SUPER-FAVELA do Governo: antes, os barracos eram Rosa da Penha, Taquara, ...etc. Agora "Projeto Itanhenga". Revista **Espírito Santo Agora**. Vitória-ES, v.12, n.76, fev. 1983, p.197.

VILA VELHA[...], **A Gazeta**, Vitória- ES, 29/10/1980, p.05, c.1-6.

VILLASCHI alerta a prefeitos e pede planos realistas. **A Gazeta**, Vitória-ES, 11/12/1976, p. 3, c. 1 e 2.

VITÓRIA enfrenta os mesmos problemas das metrópoles. **A Tribuna**, Vitória-ES, 30/08/198, p.12.

VITÓRIA: uma cidade ocupada. Revista **Espírito Santo Agora**, p.38-31, set.1981.

FONTE SECUNDÁRIA

A HORA DA VERDADE.Disponível em:< Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-04/ex-deputado-capixaba-e-mandante-de-assassinato-de-jornalista.html>>. Acesso em: 10 mai.2018, s/p.

ACHIAMÉ, FERNANDO.As entranhas dos sacrificados ou *clavis propheturum*. In:PMV. Escritos de Vitória – Movimentos Sociais, 16. Vitória:PMV/SMCT, 1996,p.88.

ÁLVARES, Elcio. **Discurso de posse** (15/03/1975). Vitória: IO, 1986, p.4-5.

ANDREATA, GRAÇA. Desculpe a demora. Disponível em< <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#search/mglandreata%40gmail.com/1645d82c7bb88513>>. Acesso em: 02 jun.2018.

_____. **PT**: um inferno cheio de boas intenções. Vitória: Edição da Autora, 1998, p.16-17.

_____. Na Lama Prometida, a Redenção. São Paulo: O Recado,1987.

BARBIERI, Antônio Carlos. Amauri.Amauri e Cacau Monjardim com Boni.Disponível em:<<http://barbieri-historiapublicidadecapixaba.blogspot.com.br/2010/05/amauri-e-cacau-monjardim-com-boni.html>>. Acesso em: 12 abr.2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União.

BRASIL.Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966 – Normas do Direito Agrário.

CAIXA 25:BR ESAPEES, DES.0.EEC.3 3 Congresso Nacional de Jornalistas 11/09/1982 ,15/09/1982 ,14 p.

CAIXA 27:BR ESAPEES, DES.0.IRA.3 3 Investigações sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão. 10/04/1973 ,03/10/1984, 129 p.

CAIXA 5:BR ESAPEES, DES.0.MSAP.30 30 Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo 23/08/1979, 09/07/1982, 84p.

CARDOSO, Miriam.Entrevista via facebook concedida a Igor Vitorino da Silva, dia 30/08/2017(não revisada).

CEASA/CEPA/FJSN.**Anteprojeto da Cadeia Voluntária da Grande Vitória**,

Vitória:Cobal, 1978.

CÔGO, Maria de Fátima(memorial). **O telejornalismo local e seus modos de produzir sentidos em educação ambiental**, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2015, p. 31-32.

COMISSÃO DE DIREITO À MORADIA. **Solo Urbano: a terra na cidade(cartilha)**.Vitória:CDM/CJP/AVES,198?.

COUTINHO, Gleyce(DEPOIMENTOS).In:FERNANDES, Roberta & CERQUEIRA, Rodrigo.De Maridos, Editores e Censores: a Repressão Social e Política na Formação da Jornalista Gleyce Coutinho. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015 Disponível em:<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0663-1.pdf>>: Acesso em:10 set. 2017, p. 9.

DA REDAÇÃO.**Obituário Marien Calixte (1935 - 2013)**.Disponível em:<<http://seculodiario.com.br/14656/24/obituariobr-marien-calixte-1935-2013-1>>. Acesso em: 10 fev.2016.

DUARTE, Rose. TV GAZETA – 20 ANOS. In: PMV.Op.cit., 1996, p.157-160.

EGITO, Sérgio Ricardo. Os anos de Chumbo. In: PMV.Op.cit., 1996, p.183.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo. Vitória,1966, p. 96. In:NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. A Narrativa Histórica da Superação do Atraso: Um Desafio Historiográfico do Espírito Santo.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo. Vitória, 1975. p. 58.

FILHO, Carlos LINDEMBERG. De volta para o futuro. In:PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996, p.25-36.

GOMES, Rubinho.In:**JORNALISTA** diz que Elcio Alvares mentiu ao afirmar que não perseguiu Miriam Leitão.Disponível em:<<http://seculodiario.com.br/18499/12/jornalista-diz-que-elcio-alvares-mentiu-ao-afirmar-que-nao-perseguiu-miriam-leitao-1>>. Acesso em: 01 jun.2017, s/p.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p.145-146.

HENRIQUES, HENRIQUES. Os censores- estes grandes humoristas esquecidos.In:**Entregando os veados de Vitória**:25 anos de graça que custaram caro...Vitória: Ed. do Autor, 199?, p.113-126.

HENRIQUES, Milson(depoimento). Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antonio

(Org.).Op.cit., 2005, p.336.

HENRIQUES, Milson. In:PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996, p.115-116.

IPES- Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves- Região Metropolitana da Grande Vitória: sistema gestor e informações básicas. Vitória, 2005.

_____. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - DINÂMICA URBANA NA DÉCADA DE 90, Vitória. 2001.

_____. Verticalização e reestruturação urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória: 1990-2002. Vitória. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- **Censo Demográfico de 2010**.Disponível em:<
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>>. Acesso em: 09 mai.2016.

Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB. Enfitese – Aforamento ou Emprazamento. São Paulo: IRIB, 2012.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Filosofia, política e programação habitacional no Espírito Santo**. Vitória, 1979.

_____. **ES. Filosofia, política e programação habitacional no Espírito Santo**. Vitória, 1979.

_____.Estudos para definição da política habitacional para o estado do Espírito Santo. Estudos Básicos referentes à questão habitacional. Intervenção estatal no processo de habitação. Versão final. Vitória, 1987.

_____.Estudo sobre ocupação irregular de terra na Grande Vitória - município de Vila Velha - resultado e análise. Vitória, 1994.

MAIA, Pedro. Tempos Brabos. In:PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996,p.145-150.

MANSUR, Ronald. Luzimar Nogueira Dias, um lutador. Disponível em: <<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2012/04/luzimar-nogueira-dias-um-lutador.html>>. Acesso em : 10 abr.2017

NILCE, Maria. Postais de minha vida. Vitória: Artgraf.,1986, p.11-16.

PERIM, Carlos Alberto Feitosa. Entrevista via facebook concedida a Igor Vitorino da Silva, no dia 30/08/2017(não revisada)

OLEARI, Oswaldo. CAPITÃO ROMÃO X CAPITÃO MAZEIRO.In: In:PMV. **Escritos**

de Vitória – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996, p.129-136.

REBONATO, Andressa(depoimento). Apud BOURGUIGNON, Vitor et al. Jornalismo Alternativo: da década de 40 anos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.).Op.cit., 2005, p.335-336.

REIS, Ruth. A Construção do relato jornalístico na imprensa capixaba.In:PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996, p.157-160, p.163-178.

REZENDE, Eurico. **Élcio Álvares**: oito meses de governo (otimismo multiplicador). Senado Federal, Brasília: 1975.

SECRETARIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL-SEAC. **Diagnóstico Social – Itanhenga Social**. SEAC: Vitória, 1987, p.7.

SEIXAS, Vinicius. O Grande Salto. In:PMV. **Escritos de Vitória** – Imprensa, 17. Vitória:PMV/SMCT, 1996, p.193-196.

SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. As reivindicações se tornaram realidade. In: BANDES. As etapas do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Vitória, 1975 apud LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)**. 2006, 172f. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 44.

_____. Entrevista. Entrevista concedida a Diones Augusto Ribeiro e Luiz Cláudio Moises Ribeiro, Vitória, 17 jul. 2014. In:RIBEIRO, Diones Augusto. **O Elo Perdido: O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Codec (1950-1980)**. 302f.Tese(Doutorado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.164.

SILVA, Álvaro José. De ordem superior. **Revista A'angaba**. Vitória, ano 1, nº. 5, p. 27-40, 2009, p.39. Apud: MAZZEI, Vitor Reis. **Jornal O Diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. 214 f.Dissertação(Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011,p.155.

SILVA, Luiz Aparecido da. 30 anos atrás-revivendo a reorganização do PCdoB no Espírito Santo(primeira parte) .Disponível em:< <http://luizap.blogspot.com/2009/09/30-anos-de-historia-da-reorganizacao-do.html> >.Acesso em:10 jun.2017.

VILAÇA, Adilson. A história do Posição. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016. Apud BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **O grito da resistência: o jornal Posição e a cobertura da abertura política no Espírito Santo (1976 a 1981)**. 247p. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E PESQUISADA

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: Crescimento e Metropolização 1970-1995**. Tese (Pós-graduação em Arquitetura) São Paulo, USP, 1999.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. In: **Estudos Históricos**, Mídia. Nº 31, 2003/1, p.25-40. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2003, p.33.

_____. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

_____. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. De românticos a profissionais. **Antropolítica**. Niterói, nº. 5, 2º. sem. 1998, p. 7-19.

ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M.(Org.). **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, p.137.

ALVES, Ronald & DAL COL, Thiago. **Uma paixão chamada O Diário**. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.).Op.cit., 2005, p.162.

AMADO, Jorge. **Os Pastores da Noite**. São Paulo: Editora Martins, 1964.

AMOROSO, Mauro. **Nunca é tarde para ser feliz?** A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. Curitiba: Ed. CRV, 2011.

ANJOS, Erly Euzebio dos et al. (1987). Indicadores indiretos de negatividades sociais, produção e reprodução da miséria no Espírito Santo. Vitória, UFES/Rede Gazeta de comunicação. Mineu. (nº. 3, ES - Século XXI).

ANTUNES, Elton. **De certezas e desvios: a experiência “modelizada” no texto jornalístico**. In: LEAL, Bruno; GUIMARÃES, César e MENDONÇA, Carlos.(Org.).**Entre o Sensível e o Comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.159.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-**

1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Maria Aparecida de Aquino. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.) **Democracia e ditadura no Brasil**. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 153-164.

_____. **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 21.

AUYERO, Javier. **Vidas e Política das Pessoas Pobres:** as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias [online]**. 2011, vol.13, n.28, p. 126-164.

AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de. **A Literatura Brasileira Contemporânea do Espírito Santo**. Tese(Doutorado em Letras). Campinas, SP: IEL: UNICAMP, 1999.

BANCK, Geert. Novas forças, velhos limites? Estudo de caso de um movimento social urbano. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano X, nº 29, abr.1989.

_____. **Caçar com gato:** escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo. Amsterdam: CEDLA, 1977. CEDLA Incidentele Publicaties 9. f. 198. [Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Amsterdam. Edição revista e editada pelo autor em 2011.], p.73.

_____. Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória, EDUFES, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977, p.101.

BARROS, CLÓVIS. **Ética na Comunicação:** da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995, p.55.

BATISTA, Leonardo. **Entre a Ilegalidade e a Luta Institucional: a atuação do PCB no Espírito Santo no contexto da Abertura Política (1978-1985)**. 347f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980, p.82.

BILLICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida:** o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

BITTI, George; ANDERSON, Priscila. **A Festa da TV** – livro-reportagem sobre a história da TV no Espírito Santo. Faesa: Vitória, 2000.

BONDUKI, Nabil. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 129.

_____. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo : Estação Liberdade, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p.67-102.

BOURGUIGNON, Vitor et al. Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p.255-348.

BRITTES, Juçara Gorski (Org). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EDUFES, 2010.

BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **O grito da resistência**: o jornal Posição e a cobertura da abertura política no Espírito Santo (1976 a 1981). 247p. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p.97-98.

BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo** - contexto e prática. São Paulo, Editora Roca, 2008

CALIXTE, Marien. Fé na gente, bairrismo neles. In: **Revista Instituto Jones dos Santos Neves**, nº1, Ano 4, p.30-32, 1985

CALVACANTI, MARIANA. O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. In: **Cadernos Metrôpole**, nº. 12, p. 65-93, 2º sem. 2004, p.76; GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.11.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&Cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&Cultura, 2002.

CAMUS, Marcel. **Os Pastores da Noite**. Filme. CAMUS, Marcel, FONSECA, Mira, PITANGA, Antônio, VIANA, Maria. Rio de Janeiro: Paris, 1976. Duração: 02h47min.

CARLOS, Euzineia. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. São Paulo. 2012. 398f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Controle Social e Política Redistributiva no Orçamento Participativo**. EDUFES, Vitória. 2007.

CARVALHO, José Augusto. Panorama das letras capixabas. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, n. 23, p. 69-106, 1982;

CARVALHO, Marcelle de Almeida. **A evolução do telejornalismo no Espírito Santo**: a busca por uma identidade regional. 1999. Monografia – Curso de Comunicação Social, Faesa, Vitória, 1999.

CARRARETTO, Glacieri. A Imprensa e os anos de chumbo. In: MARTINUZZO, José Antônio. **Op.cit.**, 2008, p.162.

CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira** (1968-1973). 250f. Dissertação (Mestrado em História), USP, 2017.

CASTRO, Maria Pimenta Spínola. **Na tessitura da cena, a vida**: Comunicação, sociabilidade e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, v.14, n.26, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2558/1968>>. Acesso em: 10 mai.2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. 2005.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 5, nº. 11, p. 173-191, Apr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr.2017.

CID, Duílio Henrique Kuster. **Revolução de caranguejos**: o teatro no Espírito Santo

durante a Ditadura Militar. Vitória: Causa, 2015.

COLBARI, Antônia de Lourdes. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES e Flor&Cultura, 2003.

_____. A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº.08, v.1, Dezembro. 2010. p. 167-275.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004**. Companhias das Letras, 2005.

CUNHA, Karolina Dias; BRUMANA, Luiz Fernando da Silva; FURTADO, Marcello França. Confidencial e sigiloso: Os registros do DOPS/ES sobre jornalistas. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Trabalho, apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Alcar Sudeste, _____, 2016. _____Disponível em: <<http://www.historiadamidiassudeste.com/uploads/8/0/3/0/80305748/j05.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2016.

DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, ES: Contexto, 2005. p. 12.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DELANOS, Flaviane Cristina De Oliveira Ferreira. **Participação Popular na Política Municipal de Habitação no Município de Vitória/ ES**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

DOIMO, Ana Maria & BANCK, Geert A. **Entre a Utopia e a Estratégia: um estudo de caso de um Movimento Social Urbano**. Espírito Santo: Cultural-ES, Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo. 1989.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.50-52.

_____. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p.128.

_____. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.37.

_____. O Movimento de Luta Contra o Desemprego e a Mediação da Igreja: um estudo de caso na Grande Vitória, ES. In: **SINAIS** - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº.6, v.1, Dezembro 2009. p. 249-295.

_____. Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória em Meados dos Anos 90: A Face Integrativa em Tempos de Globalização. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº 4, v. 1. Dezembro, 2008, p. 225-275.

DUARTE, Laura Maria Schneider. **Isso não se Aprende na Escola: a educação do povo nas CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUARTE, Manoel Flavio Ribeiro. **Jovens e segregação socioespacial: o caso de Flexal II (Cariacica-ES) no contexto da Grande Vitória**. Monografia (Graduação em Geografia), DEPGEO/CCHN/UFES, Vitória-ES, 2005, p. 36.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loreiro. **A expansão da periferia por conjuntos habitacionais na região da Grande Vitória (1964-1986)**. Vitória: Grafitusa Editora, 2010.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais – A construção da cidadania. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº. 10, p. 24-30, out. 1984.

Espírito Santo Agora, HERKENHOFF In: COLBARI, Antônia et al. PREFEITURA MUNICIPAL (Vitória). Secretaria de Cultura e Turismo. Escritos de Vitória: movimentos sociais. Nº.16, Vitória, 1996.

ESTEVE, Carlos L. S. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada**. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2007.

_____. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 107-130, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev.2017,p.111.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, N.º15/novembro 2000,

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

FERNANDES, Erick Alessandro Schuning. **O recurso da propaganda na valorização do produto imobiliário nos municípios de Vitória e Serra a partir da segunda metade do século XX**. 250f.Dissertação(Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014, p.81-83.

FERREIRA NETO, Amarílio e NUNES, Kátia. Além da lama e do lixo: movimentos de escolarização em São Pedro, Vitória/ES (1977-2007). **Educação em Revista**, Belo

Horizonte, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a06v28n1.pdf>>. Acesso em: 10 fev.2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.104, p.147.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945/1966. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

FORTUNATO, Daniëlle de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. In: DADALTO, Maria C.; RODRIGUES, Márcia B. F. (Orgs.) **Revista Dimensões**, Vitória: UFES. Vol. 27, p. 40-62, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa, Vega, 1992, p.12.

FRANÇA, Ceciana et al. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p.369.

FREIRE, Mally Teixeira. **Ocupar, resistir, construir e morar**: manguezal berçário de memórias. 167f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2010.

FREIRE, A. L. O. Projetos de urbanização em Vitória-ES: aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna. **Ge USP**. São Paulo, nº 15, p.105-117, ano 2003, p.110.

FREITAS, Kênia. Jornal da Cidade. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005., p.177.

GAWRYSZEMWSKI, Alberto. **Agonia de morar**: urbanização e habitação na cidade do Rio Janeiro (DF) – 1945/50. Londrina: Eduel, 2012.

GENTILLI, Victor. Jornalismo Diário Impresso Capixaba: os desafios de uma nova realidade. **XIX Intercom Londrina GT de Jornalismo**. Disponível em:<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/a77bbdc41a7e7f578bb15cc6fe19caf4.pdf>>. Acesso em: 10 fev.2016.

GOMES, Deny (Org.). **A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. BILICH, Jeanne e RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Amylton de Almeida: o “guerreiro pelos ideais”, pela liberdade, democracia e cidadania** (1980-1989). Revista Agora, Vitória, nº2, 2005, p. 1-32.

GOMES, Helder. **Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo**: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 1998, p.50.

GOMES, Romulo Fernando Lemos & CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Mudança Política e Discurso: análise das Estratégias Discursivas dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** . XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008, p.9.

GOMES, Rose Mary Louzada (2016) “Amylton de Almeida singular e plural: luz, câmera, ação...” In: **Revista Gama, Estudos Artísticos**. ISSN 2182-8539, e-ISSN 2182-8725, 4 (8): 122-129..Disponível em:<http://gama.fba.ul.pt/G_v4_iss8.pdf >., p. 125.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do Habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2004.

GURGEL, Antonio de Pádua (coord.). **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Contexto, 2005.

_____. **Dom Luiz Gonzaga Fernandes**. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2006. (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo);

_____. **A Comissão Justiça e Paz no Espírito Santo**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro[1962], 1984, p.9 e p.14.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.p. 254-255.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: **Teoria e Cultura**, Vol. 1, nº 1. 2006, p. 35-58.

HERKENHOFF, M. B. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Proteção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

JUNQUEIRA, Helena Iracy et al. A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 70. In: **Serviço Social & Sociedade**, Ano III – nº 7- dezembro de 1981(2ª reimpressão), p.14.

KIENTZ, Albert. Da análise de conteúdo à culturalanálise.In: KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**: análise de conteúdo. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado.1973, p.114-153.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem.4.ed., São Paulo: Ática, 2003, p.57-70.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 64-65.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2000.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 23.

LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. Considerações sobre diferenças comportamentais: Três sistemas políticos e as respostas das áreas invadidas por posseiros no Brasil, Peru, Chile: In: LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.264-320.

_____. Áreas invadidas por posseiros no Brasil, Peru, Chile: In: LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.264-320.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan.2018.

LEMOS, Amarildo Mendes. Das APM's à abertura política: Max Mauro e a ditadura militar no Espírito Santo (1970-1984). In: FAGUNDES, P; OLIVEIRA, U; ÂNGELO, V. (Org.). Op.cit., 2014, p.199-200.

_____. Agora é Max: **A trajetória política de Max de Freitas Mauro** (1970-1990). 2014. 311f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LIMA, Gisele Oliveira de. **Movimento baixa do Marotinho**: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976). 101f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

LIMA, Mário Hélio Trindade. **Exclusão social**: representações sociais da pobreza urbana no Brasil. Vitória: EDUFES, 2005.

LIMA, Marcelo. Urbanização, Segregação e disputa pelos espaços da cidade: análise do Projeto Terra. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010, p.350.

LINDEMBERG, Letícia. A Gazeta. In: BRITES, Juçara Gorski. **Aspectos históricos**

da imprensa capixaba, p.123-130.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990).In: **Anais do XIV Encontro Estadual de História** - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC.Disponível em:<<http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-02-trabalho-14.pdf> >. Acesso em: 11 abr.2017.

_____.Nova República, imprensa e transição política no Brasil: o caso da revista Isto É (1976-1985).In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC** que será realizado entre 07 e 10 de junho de 2016. Disponível em:<http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1463746474_ARQUIVO_AnpuhSC2016ReinaldoLohn.pdf >. Acesso em: 10 mar.2017.

LOPES, Almerinda da Silva. **Artes plásticas no Espírito Santo: 1940-1969**. Ensino, produção, instituições e crítica. Vitória: Edufes,2012.

MAFRA, Homero. **A posse- teoria e prática:uma visão moderna**:In:Revista UFES.**Revista Cultura**, Volume II, nºs. 1e 2, 7 de setembro de 1972.

MAGALHÃES, Djalma Juarez. Apud FREITAS, Kênia. *Jornal da Cidade*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

CARRARETTO, Glacieri et al. A Imprensa e os anos de chumbo.In:MARTINUZZO, José Antônio.**Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008, p.155-174.

MALANQUINI,Aidê et al. Os Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado.In: MARTINUZZO, José Antônio.**Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008, p.175-225.

MARCOLINO, Eliana; GONÇALVES, Gabriela & SACH, Leiliane. Análise Do Tema Saúde/Doença Nos Jornais Capixabas: **A Gazeta e A Tribuna**.Disponível em:<http://www.projektoradix.com.br/arq_artigo/XI_03.pdf>. Acesso em: 20 jun.2012,p. 3-4.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias- Planejamento urbano no Brasil. In ARANTES, O., MARICATO, E., VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias: Planejamento urbano no Brasil. In:ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Editora Vozes, Petrópolis.

_____. **Habitação e cidade**, São Paulo: Atual Editora, 1997, p. 53.

_____.A terra é um nó na sociedade brasileira ... também nas cidades. Disponível em:<http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_terrano sociedade brasileira.pd>

f>. Acesso em: 10 dez.2016, p.2-3.

_____. Loteamentos Clandestinos. Módulo-Revista de Arte, Cultura e Arquitetura, setembro de 1980, p.90-94, p. 91.

MARTIN, Margô Devos. **A Trajetória de uma Geração Política no Espírito Santo** – da Universidade ao Poder: 1982 a 1992. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas** – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

_____. (Org.). **Quase 200** – A imprensa na história capixaba. Vitória: Imprensa Oficial, 2008.

_____. A Imprensa na História Capixaba. Disponível em:<
<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20Imprensa%20na%20Historia%20Capixaba.pdf>>. Acesso em:10 mai.2018.

_____. **A Televisão no Espírito Santo** – Trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo. In: **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM)- v.1, n.2, jul.2012 / dez.2012, p.26.

_____. **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

MATTOS, Rômulo Costa. **A “aldeia do mal”**. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. **Pelos pobres!** As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Tese (Doutorado em História Social).275f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MATTOS, Rossana Ferreira da S. **Expansão urbana, segregação e violência:** um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011 (História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **As Invasões em Salvador:** Uma Alternativa Habitacional. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais –UFBa, Salvador,1979.

MEDEIROS, Rogério. Academia de jornalismo. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

MELLO, João Manuel C.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 04., p.598.

MELO, Marcus André B. C. DE. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. In: **Revista de Administração Municipal Rio de Janeiro**, v.36, nº.191, p.44-57, abr/jun.1989.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **(Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): o bairro Camburi**. 197f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade, a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, v. 5, nº. 8-9, p. 197-205, 1984, p.199.

MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. Jornalismo, conflito e objetividade. In: MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. Editora Contexto, 2017, p.57-91.

MORAES, Rodolfo Pinheiro de. **Intervenções governamentais sobre movimentos de invasões de terrenos urbanos: estudo de casos no município do Rio de Janeiro em 1983**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 1988.

MOURA, Alexandrina S. de. Espaço urbano, direito e conflitos coletivos no Brasil: do argumento jurídico ao argumento social. **XVII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu – MG, 1994. (mimeo), p.16, p.24; MOURA, Milton. Notas Sobre o Verbo Invadir no Contexto Social de Salvador. **Cadernos do CEAS**, nº 125, Salvador, 1984.

NADER, Maria Beatriz. Industrialização, aumento populacional e a diversificação do mercado de trabalho: Vitória em Dados. 1970-2000. Disponível em: <anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1432>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: Edufes, 2013.

NASSIF, Luís. O jornalismo dos anos 90. São Paulo: Futura, 2003.

OLIVEIRA, Ciro Campelo. **Convergência de interesses: A relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo E O Poder Público Capixaba (1958-1971)**. Dissertação (mestrado em Sociologia Política). Universidade Vila Velha, 2016.

_____. Relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e o governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, nº. 1, jan./jul., 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude**: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , nº. 74, p. 67-85, mar. 2006,p.70.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar**: um estudo regional acerca das 296 trajetórias de Arena e MDB (1964-1982). Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa em Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

_____. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010, p.367-392.

_____. O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário: Arena e MDB no Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de Oliveira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs). **O estado do Espírito Santo e a ditadura** (1964-1985). Vitória: GM, 2014, p.85-113.

_____. **Configuração Político Partidária do estado do Espírito Santo no Contexto do Regime Militar**: Um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). Tese de Doutorado. UFSCAR. São Carlos, 2013.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: PAOLI, M. C. et al. **Movimentos sociais e democracia no Brasil**: “sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 24-55.

PAOLI, M. C. TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 103-148.

PAULA, Alexandre de. **O Cotidiano de Vitória nas páginas dos jornais A Gazeta e A Tribuna**: práticas, comportamentos e modos de vida (1945-1955). 98f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Programa Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org). **Ditaduras não são eternas**: memória da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória, ES: Ales, 2014.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESSALI, H. A. A rádio AM no Espírito Santo. In: ORTRIWANO, G.S. **Rádio no Brasil: 10 estudos regionais**. São Paulo: Com-Arte, 1987.

_____. História da imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura**, a. 9, nº.28, Vitória, 1984, p. 7-21.

_____. A imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, ano 9(28):7-21, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

PIGNATON, Fernando João. **Participação popular na elaboração de orçamentos públicos municipais**: a experiência do Espírito Santo (1983 a 1994). Vitória-ES: Edufes, 2014.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro. **O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo**: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981). 231f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RANGEL, Vanessa Maia Barbosa Paiva. **Identidades Regionais e Mídia**: Gazeta e Tribuna na disputa do mercado capixaba. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2RANGEL.PDF>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

REBOUÇAS, Edgard. Panorama do rádio em Vitória. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3291-1.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

REIS, Elisa P. (1995), Desigualdade e solidariedade — uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29, ano X, outubro: 35-48.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória-ES. Doutorado (Tese em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: 2007.

RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia**. 173f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-

graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Públicas. Vitória, 2005, p. 49-79.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bressone P. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.433-434.

_____. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, p. 426-435, 2006, p.428-432.

_____. Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Cantarela Letícia. (Org.). **História da Comunicação**: experiências e perspectivas. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p.163-196.

RIBEIRO, Diones Augusto. **O Elo Perdido**: O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Codec (1950-1980). 302f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A modernidade das letras capixabas**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993

ROCHA JUNIOR, José Carlos. **A campanha pelas Diretas Já!** no Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de Oliveira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs). **O estado do Espírito Santo e a ditadura** (1964-1985). Vitória: GM, 2014, p.217-242.

_____. **No encalço dos companheiros**: Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade**: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco: FFCLH, 2009. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/livro_arlete_procuralugar.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira & DADALTO, Maria Cristina. **A região da Grande Vitória como palco da representação de “estrangeiros” no ES**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zr1BMcSdzFQJ:periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/1574/1170+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Migração e Desenvolvimento: Segregação e violência criminalizada. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** Rio de Janeiro: v. 7, nº.2, maio-agosto, 2015, p. 261-276, p.272-273.

RONCHI, Ana Carolina, LOUZADA, Amanda, TASSIS, Nicoli. Entre Cortes e Recortes: Censura Prévia e Autocensura nas Redações Capixabas Durante a Ditadura Militar. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em:< <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1480-1.pdf>>. Acesso em : 10 mai.2017.

RONCHI, Ana Carolina; PORTO, Camille & DORNELAS, Raquel. O olho do dono protege o gado: jornalismo e Ditadura Militar no Espírito Santo. In: **Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2015. Disponível em:< http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/o-olho-do-dono-protege-o-gado-jornalismo-e-ditadura-militar-no-espírito-santo/at_download/file>. Acesso em: 25 jun.2017.

ROSA, Magna Silva. **A criação e atuação da Galeria de Arte e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e sua proposta de atualização das linguagens das artes plásticas (1976-1980)**.178f. Dissertação (Mestrado em Artes).Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes,Vitória, 2015.

ROXO, Marco. **O Diabo e o diploma**. Como a difamação do passado pode ajudar no jornalismo do presente.In: SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Cantarela Letícia. Op.cit., p.197-223.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Demanda habitacional e publicização**. In: **Metamorfoses da cidadania**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000, p.163-208.

SADER, Eder. & Paoli, M.C. & Telles, V.S.. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 1984.

SADER, Eder. & Paoli, Maria Célia. sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986;

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo**, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVATORE, Ricardo D. **Imágenes de un império**: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Heliópolis**: o percurso de uma invasão. 1991. 215f.Tese (Livre - Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura

e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O Desafio da Cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, Eduff; São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS NEVES, Reinaldo. Fundação Ceciliano abre espaço para o escritor capixaba. In: **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, ano IV, n. 2, abril-junho 1985, p. 21-3.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SARDI, Jaime Antônio. **Filhos da Terra**. Uma saga paulista. Estudo de caso sobre invasão de terra urbana. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FGV, 1987.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**, Lisboa, Vega, 1993, p. 10 -293.

SILVA, Edna das Neves e. **Lógicas estruturais da marginalidade avançada na (re)produção socioespacial**: diferenciação, fragmentação, segmentação e segregação: por uma compreensão sobre o "isolamento social dos pobres urbanos". Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ/CCJE/IPPUR, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Lais Pereira. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

_____. Interesses em jogo. In: **REVISTA IJSN**, Vitória: ano VI, nº2, Vitória. 1983.

SIMONETTI, Maria Grijó; ALVES, Gabriela Santos. Subjetividades da dor: Lugar de toda pobreza, de Amylton de Almeida. Domínios da Imagem, Londrina, v. 8, nº.15, p. 123-138, jun./dez. 2014.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. **Sexo, crime e sindicato**: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo

Vargas (1951- 1954). 2002. 305 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso de da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: Grafitusa, 2010, p.133.

_____. Os Grandes Projetos Industriais: Desenvolvimento econômico e contradições urbanas. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró; ULIANA, Márcia Nubia; MERLO, Patrícia M Silva. Os pobres urbanos: a cidade entre a ordem e o conflito. Fórum Sociológico, Lisboa, nºs 5/6, série II, p. 279-298, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOARES, Renato. O Jornalismo atual do Espírito Santo. In: MARQUES DE MELO, José e GALVÃO, Waldimas. (Orgs). **Jornalismo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, ECA-USP, 1984, p.113-129.

SOARES, Renato. O jornalismo atual no Espírito Santo. In: MELO, José Marques de. & GALVÃO, Waldimas (Org.). **Jornalismo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1984, p.113-129.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009, p.90.

SOUZA, João Carlos de. **A luta por habitação**: a construção de novos valores. São Paulo: EDUSC, 1995.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo (org). **O direito achado na rua**. (colaboradores) Alayde Sant'anta...et al. 3.ed. – Brasília: Editora universidade de Brasília. 1990.

SOUSA JUNIOR, Valdemar Gomes de. A “Redemocratização” do Brasil: Convergências entre o projeto político da Folha de S.Paulo e de Golbery de Couto e Silva (1974-1981). Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502753453_ARQUIVO_ANPUH_2017-2.pdf>. Acesso em: 10 out.2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do Jornalismo Impresso**. Porto, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 10 out.2017.

_____. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. edição revista e ampliada. Porto. 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2773543/mod_resource/content/1/sous>

[a-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf](#)>. Acesso em : 10 mar.2017.

_____. **As notícias e seus efeitos**. Minerva Coimbra, 2000.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito achado na rua**. Aula Magna. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fw2elsZJXZ8>>. Acesso em: 18 fev.2017.

DUTRA, Carlito. **O Direito achado nas ruas e nos campos: uma experiência vivida**. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14013/artigo_sobre_o_direito_achado_nas_ruas_e_nos_campos:_uma_experiencia_vivida> . Acesso em: 18 fev.2017.

_____. **O Direito achado na rua**. Aula Magna. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fw2elsZJXZ8>>. Acesso em:18 fev.2017.

TEIXEIRA, Roberto. O ideário comunista na imprensa do Espírito Santo: o caso do jornal folha capixaba. **Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa**, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/o-ideario-comunista-na-imprensa-do-espirito-santo-o-caso-do-jornal-folha-capixaba>>. Acesso em: 15 jun.2016, p.10.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo Passado e Presente. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra/CEDEC/UNRISD, 1988, p. 247-86, p. 256-7.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. Em: DAGNINO, Evelina (org). **Os anos 1990: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. Economia Moral revisitada. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAQUINA, NELSON. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005, p.92.

_____. **Teorias do Jornalismo** - Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis:Insular, 2005, p.171.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das**

noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. Disponível em: <<https://agnesufop.files.wordpress.com/2017/05/gaye-tuchman-a-objetividade-como-ritual-estrategico.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ULIANA, Camila; RIBEIRO, Cimara; BARONE, Suellen. Comunicação: história de interesses e poder. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Balzaquiano: trinta anos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (1975-2005)**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p.24-25.

VAN DIJK, T. Estruturas da Notícia na Imprensa. In: KOCH, I. V. **Cognição, discurso e interação**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.122-157 e COMASSETTO, L. R. **As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Concórdia: UnC, 2003.

VERSIANI, Maria Helena. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014.

VERSIANI, Maria Helena. Participação Política Em Cartas: Escrevendo a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265547_ARQUIVO_2013A_npuhnacionaltextocompletoMariaHelenaVersiani.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017, p.9-10.

VESCOVI, Alessandro. **À luz dos vitrais**, a história da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque. 2007. 160f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. A Tribuna: memórias de um jornal sem registros. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). *Op.cit.*, 2005, p.107.

VIEIRA, José Eugênio. **A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

VILLASCHI, Arlindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1.ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011. Ressalta-se aqui que Arlindo Villaschi foi diretor técnico da Fundação Jones dos Santos Neves, Secretário de Estado de Planejamento

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.133.

_____. Imprensa e cultura popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História: História e Imprensa**, São Paulo, nº. 35, p. 15-26, dez. 2007.

ZANOTELLI, Cláudio L. **La Croissance Peripherique de l'Agglomération de Vitória: Le cas de São Pedro**. Monografia. Université Paris X- Nanterre, 1992.

_____.A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da CST” In: **Revista Geografares**, nº.1, p.29-40 . Vitória: EDUFES, 2000.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.